

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DA UNESP DE PRESIDENTE PRUDENTE

VOL. 3 N° 18 / 2020

ISSN 1984-1647





GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS



GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

© 2020 Departamento de Geografia do Câmpus de Presidente Prudente-FCT/UNESP

PROJETO GRÁFICO

Fátima Aparecida Costa

CAPA

Fátima Aparecida Costa
Luiz Otávio Moratelli

FOTO DA CAPA

Fredi dos Santos Bento
(Playa La Manzanilla, Punta Mita - Riviera Nayarit, México)

DIAGRAMAÇÃO

Fátima Aparecida Costa
Fredri dos Santos Bento

REVISÃO

Equipe Editorial

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Fátima Aparecida Costa
Fredri dos Santos Bento
Guilherme dos Santos Claudino
Larissa Araújo Coutinho de Paula
Mateus Fachin Pedroso
Rizia Mendes Mares

VOL. 03 N° 18/2020
ISSN 1984-1647

Revista Geografia em Atos / Universidade Estadual Paulista.
Câmpus de Presidente Prudente - Departamento de Geografia, 2020
Quadrimestral v.03, n.18, 268 p, maio-ago/2020.
ISSN 1984-1647

1. Estabelecimentos Agropecuários. 2. Centralidades. 3. Mudanças Climáticas. 4. Segregação Socioespacial. 5. Conectividade Potencial. 6. Descentralização. 7. Movimentos Pendulares. 8. Vulnerabilidade. 9. Relações Campo-cidade. 10. Universidade. 11. Mulheres. 12. Trabalho Feminino.

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores. Permite-se a reprodução parcial, desde que mencionada a fonte.

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Sandro Roberto Valentini

Reitor

Sergio Roberto Nobre

Vice-Reitor

ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Departamento de Geografia

Rua Roberto Simonsen, 305, CEP:19060-900, Presidente Prudente – SP, Caixa-postal: 467

Telefone: (18)3229-5650

Home page: <http://revista.fct.unesp.unesp.br/index.php/geografiaematos>

Email: geoatos.editorial@gmail.com

EQUIPE EDITORIAL

EDITOR-GERENTE

Rizia Mendes Mares (FCT-UNESP)

Fredi dos Santos Bento (FCT-UNESP)

José Mariano Caccia Gouveia (FCT-UNESP)

CONSELHO EXECUTIVO

Fátima Aparecida Costa (FCT-UNESP)

Guilherme dos Santos Claudino (FCT-UNESP)

Larissa Araújo Coutinho de Paula (FCT-UNESP)

Mateus Fachin Pedroso (FCT-UNESP)

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Prof. Dr. João Oswaldo Rodrigues Nunes, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Prof. Dr. João Lima Sant'Anna Neto, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Prof. Dr. Raul Borges Guimarães, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Prof. Dr. Antonio César Leal, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

	APRESENTAÇÃO	6
O (re)pensar o fazer geográfico em tempos de descrédito ao saber científico-sistematizado		
Fredi dos Santos Bento; Fátima Aparecida Costa		
Os estabelecimentos agropecuários do município de Nepomuceno-MG segundo as categorias de Hughes Lamarche		9
Lucas Guedes Vilas Boas		
O <i>shopping</i> Iguatemi Rio Preto: as mudanças na paisagem urbana e a nova centralidade		33
Luiz Henrique Mateus Lima		
Cartographie des concepts société et forêt: une perspective de ces cinq Dernières Années		61
Laís Stefany de Carvalho Falca Lima; Weldy Saint-Fleur; Renan Previl		
A segregação socioespacial gerada pela produção do espaço habitacional na cidade de Maringá/PR		78
Livia Fiorillo Nunes; Fernando Luiz de Paula Santil		
Fragmentação florestal da Mata Atlântica: conectividade potencial via polinização por mariposas e modelagem atmosférica		101
Marcio Luiz Gonçalves D'Arrochella		
Análise do processo espacial de descentralização em Imperatriz (MA): um olhar a partir do Imperial Shopping		117
Lucas Ribeiro da Silva; Elizeu Ribeiro Lira		
Movimentos pendulares: a rotina de estudantes cambesenses que estudam na Universidade Estadual de Londrina (UEL)		131
Ariel Pereira da Silva Oliveira; Ideni Terezinha Antonello		
Identificação de áreas com risco sísmico em Montes Claros (MG) a partir de técnicas de geoprocessamento		157
Maykon Fredson Freitas Ferreira; Maria Ivete Soares de Almeida; Expedito José Ferreira		
Os impactos da expansão do agronegócio canavieiro para as relações campo-cidade no Pontal do Paranapanema (SP)		181
Fredi dos Santos Bento		
	APRESENTAÇÃO	206
A geografia como ciência feminista: contextos e desafios de geógrafas brasileiras		
Larissa Araújo Coutinho de Paula		
Mulheres e suas geografias em universidades brasileiras		210
Carmem Lúcia Costa		
Mulheres e geografia – reflexões pertinentes?		227
Roseli Alves dos Santos		
As mulheres no âmago da precariedade histórica do mundo do trabalho		243
Vanessa Dias de Oliveira		

O (RE)PENSAR O FAZER GEOGRÁFICO EM TEMPOS DE DESCRÉDITO AO SABER CIENTÍFICO-SISTEMATIZADO

A Revista Geografia em Atos torna pública a sua mais nova edição, referente ao segundo quadrimestre de 2020, em tempos em que o conhecimento científico se faz primordial, dado o descrédito em meio a uma série de ataques realizados para com o mesmo e o saber sistematizado, chegando esta edição em boa hora, para firmarmos a importância fundamental que a realização de pesquisas científicas sérias traz para a sociedade.

Dessa maneira, as contribuições presentes nesta edição nos estimulam a repensarmos o fazer geográfico e os dilemas com que a ciência geográfica se propõe a dialogar, tendo em vista o caráter plural e interdisciplinar desta ciência e que resvala na diversidade de temas que fazem parte deste saber e isso se comprova nos diversos temas estocados nesta edição, tais como: estabelecimentos agropecuários, centralidades, mudanças climáticas, segregação socioespacial, conectividade potencial, descentralização, movimentos pendulares, vulnerabilidade e relações campo-cidade. O caráter plural dos debates que fazem parte do temário geográfico, vai em direção ao escopo proposto pelo periódico e que também reforçamos enquanto Comissão Editorial. Nossa missão é apresentar às leitoras e aos

leitores reflexões de pesquisadoras e pesquisadores nos mais variados debates no âmbito da ciência geográfica.

Por esse viés, no primeiro artigo dessa edição intitulado: “Os estabelecimentos agropecuários do município de Nepomuceno-MG segundo as categorias de Hughes Lamarche”, Lucas Guedes Vilas Boas, analisa os estabelecimentos agropecuários de Nepomuceno-MG com base nas categorias estabelecidas por Lamarche. O autor analisa assim, os estabelecimentos agrícolas por quatro modelos teóricos de funcionamento e observa que a maioria dos estabelecimentos agrícolas municipais podem ser classificados na categoria agricultura familiar moderna, uma vez que, a despeito da participação familiar, estão muito integrados e dependentes ao mercado capitalista.

Luiz Henrique Mateus Lima em seu texto “O shopping Iguatemi Rio Preto: as mudanças na paisagem urbana e a nova centralidade” traz para o debate uma discussão em respeito ao fato de os shopping centers serem estabelecimentos que trazem mudanças nas áreas em que são instalados. O autor analisa a centralidade gerada pelo shopping Iguatemi Rio Preto na zona Sul da cidade. Desde o seu lançamento, a paisagem nos arredores vem

se transformando com a multiplicação dos novos empreendimentos imobiliários.

Realizando um debate sobre os conceitos de sociedade e floresta tropical, através de um árduo levantamento bibliográfico, Laís Stefany de Carvalho Falca Lima, Weldy Saint-Fleur e Renan Previl no artigo “Cartographie des concepts société et forêt: une perspective de ces cinq Dernières Années”, destacam que esforços de diversas áreas de pesquisas ligadas a esses conceitos, promovem a diversidade de estudos interdisciplinares e ressaltam os países que avaliam benefícios e problemas recorrentes das florestas tropicais.

Buscando apresentar considerações sobre as relações das habitações sociais no processo de produção do espaço urbano brasileiro, Livia Fiorillo Nunes e Fernando Luiz de Paula Santil, no artigo “A segregação socioespacial gerada pela produção do espaço habitacional na cidade de Maringá/PR, trazem para o debate os efeitos territoriais existentes ligados as habitações sociais que são destinadas às classes de menor renda. No caso, as habitações do Programa Minha Casa, Minha Vida no distrito de Floriano, constatando a falta de equipamentos públicos e privados, mesmo após a implementação de conjuntos habitacionais. Essa dinâmica urbana atrelada ao valor do terreno e a renda dos indivíduos, acaba

fortalecendo desigualdades territoriais entre diferentes áreas do município.

Investigando o comportamento de voo, alimentar e sexual de 13 espécies de mariposas a partir de catálogo de referência e observações de campo na Reserva Ecológica do Guapiaçu localizada em Cachoeiras de Macacu-RJ, Marcio Luiz Gonçalves D’Arrochella, no artigo “Fragmentação florestal da Mata Atlântica: conectividade potencial via polinização por mariposas e modelagem atmosférica”, discute a conectividade a síndrome de polinização por mariposas, em um ambiente marcado pela fragmentação florestal, que promove inúmeras alterações no funcionamento dos ecossistemas, principalmente por fenômenos microclimáticos.

Apresentando a análise do processo de descentralização das atividades ligadas ao setor terciário no espaço urbano de Imperatriz, uma cidade média pertencente ao estado do Maranhão, Lucas Ribeiro da Silva e Elizeu Ribeiro Lira, em seu artigo “Análise do processo espacial de descentralização em Imperatriz (MA): um olhar a partir do Imperial Shopping”, propõem o debate em respeito ao processo de descentralidade desempenhado pelo Imperial Shopping.

Empreendendo uma análise os movimentos pendulares a partir das experiências de estudantes cambesenses que

estudam na Universidade Estadual de Londrina (UEL), Ariel Pereira da Silva Oliveira e Ideni Terezinha Antonello, no artigo “Movimentos pendulares: a rotina de estudantes cambesenses que estudam na Universidade Estadual de Londrina (UEL)”, propõem que a integração via transporte metropolitano é essencial para conexão entre os municípios membros de uma região metropolitana, com ênfase para o tempo de viagem.

Maykon Fredson Freitas Ferreira Maria Ivete Soares de Almeida e Expedito José Ferreira, no artigo “Identificação de áreas com risco sísmico em Montes Claros (MG) a partir de técnicas de geoprocessamento”, identificam áreas com grande risco sísmico em Montes Claros-MG, observando que a formação do risco sísmico, pode ser identificado a partir da soma de dois fatores, o perigo natural e a vulnerabilidade da população.

No último texto dessa edição regular, excluindo assim, os textos do dossiê “A Geografia como ciência feminista: contextos e desafios das geógrafas brasileiras”, que reúne e aprofunda o debate realizado e as questões suscitadas na ocasião do primeiro espaço de diálogos online realizado pela Revista Geografia em Atos, intitulado: “Geógrafas Brasileiras: contextos e desafios”, e que também serão publicados nesse volume, Fredi dos Santos Bento, no artigo “Os

impactos da expansão do agronegócio canavieiro para as relações campo-cidade no Pontal do Paranapanema (SP)”, traz para o debate os efeitos da expansão do agronegócio canavieiro nas relações campo-cidade.

Ademais, reafirmamos o compromisso da Revista Geografia em Atos em dialogar e divulgar o que se tem produzido de conhecimento no temário geográfico, ajudando a estimular novas pesquisas, principalmente neste momento em que o fazer e o (re)pensar o fazer geográfico sejam tão importantes, dado o descrédito que têm se notabilizado para com o saber científico-sistematizado.

Desse modo, convidamos a todas e a todos a acessarem na íntegra os artigos dessa edição, que para além de contribuir, só vem a fortalecer a ciência geográfica produzida no Brasil e seu caráter plural, tendo em vista os mais diversos debates em que essa ciência têm inserido e se proposto a discutir, debates esses que estão contidos nessa edição regular.

Boa leitura!

Fredi dos Santos Bento
Fátima Aparecida Costa

Universidade Estadual Paulista
(FCT/UNESP)

**OS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS
DO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG SEGUNDO AS
CATEGORIAS DE HUGHES LAMARCHE¹**

Lucas Guedes Vilas Boas

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Unidade
Nepomuceno

orcid.org/0000-0003-3189-0520
E-mail: lucasgvb1991@hotmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7672

Resumo

Hughes Lamarche definiu quatro modelos teóricos de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas por meio de critérios, como: a administração do imóvel, a mão de obra empregada, o direcionamento da produção, e a dependência tecnológica, financeira e mercantil. Embora não sejam absolutos, esses modelos permitem estudar a realidade agrária de determinados espaços. Destarte, o artigo analisa os estabelecimentos agropecuários de Nepomuceno com base nas categorias estabelecidas por Lamarche. O município está localizado na região de planejamento Sul de Minas e possui aproximadamente 27 mil habitantes. Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica, a análise documental, o trabalho de campo e as entrevistas semiestruturadas. Assim, observou-se que a maioria dos estabelecimentos agrícolas municipais podem ser classificados na categoria agricultura familiar moderna, uma vez que, a despeito da participação familiar, estão muito integrados e dependentes ao mercado capitalista.

Palavras-chave: Estabelecimentos Agropecuários; Hughes Lamarche; Participação Familiar; Dependência Mercantil; Nepomuceno-MG.

**THE AGRICULTURAL ESTABLISHMENTS OF NEPOMUCENO-MG
ACCORDING TO THE CATEGORIES OF HUGHES LAMARCHE**

Abstract

Hughes Lamarche defined four theoretical models for the functioning of agricultural establishments by means of criteria, such as: establishment management, labor employed, destination of production, and technological, financial and market dependence. While are not absolute, these models make it possible to study the agrarian reality of certain spaces. Thus, the article analyzes the Nepomuceno's agricultural establishments based on the categories established by Lamarche. The municipality is located in the Sul de Minas planning region and has approximately 27 thousand inhabitants. The methodological procedures adopted were bibliographic research, document analysis, fieldwork and semi-structured interviews. Thus, it was observed that most municipal agricultural establishments can be classified in the category of modern family farming, since, despite family participation, they are very integrated and dependent on the capitalista market.

¹ Este artigo é parte da tese de doutorado apresentada e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2019.

Keywords: Agricultural Establishments; Hughes Lamarche; Family Participation; Market Dependence; Nepomuceno-MG.

LOS ESTABLECIMIENTOS AGROPECUARIOS DEL MUNICIPIO DE NEPOMUCENO-MG SEGUN LAS CATEGORÍAS DE HUGHES LAMARCHE

Resumen

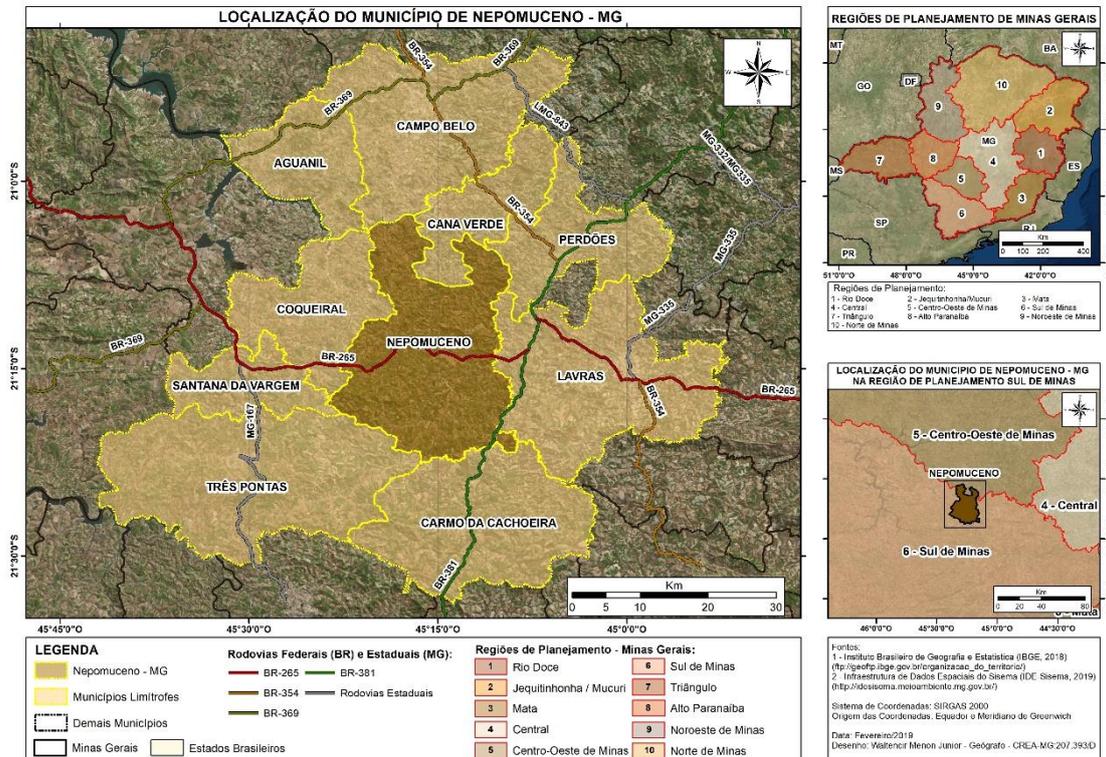
Hughes Lamarche definió cuatro modelos teóricos de funcionamiento de los establecimientos agrícolas por medio de criterios, tales como: administración del establecimiento, mano de obra empleada, el destino de producción y dependencia tecnológica, financiera y de mercado. Aunque no sean absolutos, estos modelos permiten estudiar la realidad agraria de ciertos espacios. De esta manera, el artículo analiza los establecimientos agropecuarios de Nepomuceno basado en las categorías establecidas por Lamarche. El municipio está localizado en la región de planeamiento Sul de Minas y tiene aproximadamente 27 mil habitantes. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron investigación bibliográfica, análisis de documentos, trabajo de campo y entrevistas semiestructuradas. Así, se observó que la mayoría de los establecimientos agrícolas municipales pueden ser clasificados en la categoría agricultura familiar moderna, ya que, a pesar de la participación familiar, están muy integrados y dependen del mercado capitalista.

Palabras-clave: Establecimientos Agropecuarios; Hughes Lamarche; Participación Familiar; Dependencia Mercantil; Nepomuceno-MG.

Introdução

O município de Nepomuceno está situado na região de planejamento Sul de Minas (Figura 01), a 241 quilômetros de Belo Horizonte, e possui aproximadamente 27 mil habitantes. Sua economia está baseada na agropecuária, com destaque para a cafeicultura. As características climáticas, pedológicas e geomorfológicas do município favoreceram o êxito das lavouras cafeeiras. Ademais, a chegada de italianos, oriundos principalmente do estado de São Paulo, contribuiu para o desenvolvimento dos cafezais, uma vez que já conheciam as técnicas de cultivo da rubiácea.

Figura 01: Mapa de Localização do Município de Nepomuceno-MG



A tipologia dos modelos de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas desenvolvida por Lamarche (1993 [1991]; 2008 [1994]) subsidiou o estudo da diversidade de formas de agricultura presentes em Nepomuceno. Hugues Lamarche foi um sociólogo francês que se dedicou principalmente ao estudo da agricultura familiar. Foi professor da Universidade de Paris X-Nanterre, pesquisador e diretor do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). As obras que serviram como base para a realização do presente estudo foram escritas originalmente em 1991 e 1994, com os seguintes títulos traduzidos para o português, respectivamente: *Agricultura Familiar: Comparação Internacional. Volume I: Uma realidade multiforme* e *Agricultura familiar: Comparação Internacional. Volume I – Do mito à realidade*. Durante a pesquisa de cunho qualitativo que coordenou, mais de 600 agricultores de 5 países – Brasil, Canadá, França, Polônia e Tunísia – foram entrevistados. Lamarche (1993 [1991]; 2008 [1994]) estabeleceu modelos teóricos de funcionamento dos estabelecimentos agropecuários de acordo com o nível de integração ao mercado e a participação familiar na administração e no trabalho realizado.

Destarte, o autor investigou as distintas táticas de reprodução social dos agricultores familiares, sua relação com a terra, seus sistemas de valores e de representação, as estruturas fundiárias e suas formas e estratégias de produção, com ênfase na questão da dependência financeira, tecnológica e mercantil. Embora sua classificação tenha caráter teórico, possui suma importância aos estudos agrários, em virtude da densidade da pesquisa realizada e de seu trabalho de campo. Ademais, possibilita a categorização de um grupo tão vasto como a agricultura familiar, classificação esta que pode ser aplicada a distintos contextos, uma vez que analisou diferentes conjunturas socioespaciais. Os critérios empregados em sua tipologia enfatizam questões relevantes sobre os estabelecimentos agropecuários, como a gestão do imóvel e as relações de trabalho e de produção.

Assim, os estabelecimentos agropecuários do município foram analisados, com ênfase em alguns aspectos, como: a mão de obra utilizada, as relações de trabalho e de produção, a aquisição de crédito e empréstimos, o emprego de insumos agroquímicos e máquinas agrícolas, a produção voltada ao autoconsumo e a gestão do imóvel.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos empregados durante o estudo foram a pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo, o qual foi realizado em 60 propriedades agrícolas do município, entre os meses de março de 2016 e março de 2019. A análise documental enfocou dados do Censo Agropecuário de 2017 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram efetuadas entrevistas semiestruturadas em todos os estabelecimentos visitados, as quais se concentraram em aspectos vinculados às relações de produção, à dependência financeira, tecnologia e comercial, à existência de arrendamentos, à participação familiar na administração do estabelecimento e na força de trabalho empregada, ao direcionamento da produção, entre outros.

Desenvolvimento

Diversidade e Principais Características da Agricultura Familiar

Com base na lei n.º 11.326, promulgada em 24 de julho de 2006, a área total do estabelecimento agropecuário classificado como agricultura familiar não pode superar os

quatro módulos fiscais. Segundo a lei nº 6.746 de 10 de dezembro de 1979, a qual modifica a lei nº 4.504 do Estatuto da Terra, o módulo fiscal corresponde à menor área necessária para a viabilidade do uso e da exploração econômica de uma propriedade em determinado município. Os principais critérios que determinam o valor em hectares do módulo fiscal para cada município são: o tipo de uso e exploração da terra (cultura permanente, cultura temporária, hortifrutigranjeira, pecuária ou florestal) predominante em âmbito municipal, a renda auferida com essa atividade, outras atividades exploratórias secundárias, as quais devem ter importância em virtude dos rendimentos logrados e/ou da área ocupada (BRASIL, 1979).

Ademais, a administração da propriedade e a mão de obra predominante precisam ser familiares e a maioria da renda monetária deve ser oriunda do estabelecimento. De acordo com a legislação, indígenas, aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas (exceto fiscoiros e garimpeiros), quilombolas e demais povos tradicionais que atendam aos critérios legais também são considerados como agricultores familiares e, portanto, podem usufruir dos financiamentos ofertados pelo PRONAF (BRASIL, 2006).

Assim sendo, os quatro modelos de funcionamento das unidades de produção agrícola estabelecidos por Lamarche (2008 [1994]) foram utilizados neste estudo para a compreensão da agricultura familiar nepomucenense. Considerando a diversidade de formas de produção e trabalho e de modos de vida englobadas pela expressão agricultura familiar, a classificação do autor possibilita a diferenciação das distintas formas de agricultura existentes no município de Nepomuceno. Nesta esfera, Lamarche (1993 [1991]; 2008 [1994]) considera exploração familiar todas as unidades de produção agrícola que coadunem propriedade e trabalho intensamente vinculados à lógica familiar.

O estudo de Lamarche (1993 [1991]; 2008 [1994]) ressalta a predominância da mão de obra familiar enquanto estratégia e a busca incessante dos agricultores familiares pelo acesso estável à terra, mesmo onde há a presença do trabalho contratado. Além disso, o autor compreende que a agricultura familiar é formada por uma diversidade de situações nas quais opera a lógica familiar, evidenciando sua vasta heterogeneidade e uma enorme capacidade de adaptação das explorações familiares em diversos países.

Diferentemente de Lamarche (2008 [1994]), Navarro (2010) afirma que os agricultores familiares são produtores rurais integrados a mercados completos. No bojo da agricultura familiar, o autor propõe subdivisões internas de acordo com a sociabilidade

capitalista, ou seja, conforme o grau de integração aos mercados e as oscilações decorrentes das diversas possibilidades e formas de agricultura. Essas subdivisões variariam segundo alguns parâmetros, como as atividades agropecuárias exercidas, os diferentes ecossistemas, a distância em relação aos mercados consumidores, os distintos padrões demográficos e a integração às cadeias produtivas (NAVARRO, 2010).

Sob esse prisma, a proposta de categorização da agricultura familiar arquitetada por Navarro (2010) possui traços semelhantes à classificação dos estabelecimentos agrícolas realizada por Lamarche (2008 [1994]), uma vez que ambas são baseadas no nível de integração e de dependência frente ao mercado. Lamarche (2008 [1994]) esquematiza sua tipologia de estabelecimentos agrícolas através dos fatores familiares e dos elementos de dependência que caracterizam o funcionamento dos imóveis agrícolas. Neste contexto, afirma que há distintas formas familiares de funcionamento das propriedades agrícolas. Para o autor, a terra, o trabalho e a reprodução familiar do estabelecimento são os elementos que indicam a intensidade da lógica familiar nos imóveis agrícolas. Navarro (2010) afirma que há uma grande diferenciação social entre os subgrupos de agricultores familiares. Tais dessemelhanças acontecem nas características vinculadas ao mercado, mas também em aspectos qualitativos, atrelados à racionalidade dos produtores, aos seus modos de vida, às suas culturas e às suas visões de mundo.

Concernente à terra, Lamarche (2008 [1994]) considera questões relativas à propriedade fundiária familiar, à importância atribuída à posse da terra e ao apego à mesma. No tocante ao campesinato, Lamarche (2008 [1994]) afirma que seus membros consideram a terra como patrimônio familiar. Já a agricultura familiar empresarial, a concebe como instrumento de trabalho, enquanto a agricultura empresarial vê a terra como objeto de especulação fundiária, visando principalmente o lucro.

Quanto à organização do trabalho, a intensidade da lógica familiar no imóvel agrícola aumenta conforme é ampliada a participação familiar no total da carga de trabalho da propriedade. Com relação à reprodução familiar do estabelecimento, Lamarche (2008 [1994]) analisa especialmente os aspectos priorizados pelo agricultor, isto é, se ele direciona esforços e recursos à estrutura produtiva do imóvel agrícola ou a outras finalidades, como moradia e lazer.

Para Lamarche (2008 [1994]), o grau de dependência indica a dimensão do entrelaçamento entre o agricultor familiar e a economia de mercado. De acordo com o

sociólogo, existem três tipos de dependência. A dependência tecnológica abarca o emprego de agrotóxicos e fertilizantes químicos, entre outros insumos, e as técnicas urbano-industriais presentes na agricultura. Destarte, pode-se afirmar que as modificações trazidas pela Revolução Verde à agricultura incidiram na ampliação da dependência tecnológica de muitos agricultores, os quais utilizam massivamente os insumos industriais tentando a ampliação da produtividade (PORTO-GONÇALVES, 2004; 2006; ALTIERI, 2005).

Neste sentido, conforme advoga Amin (1977), a Revolução Verde, baseada na união entre capital estrangeiro e Estado, intensificou o amálgama entre indústria e agricultura. Diversas ações e políticas estatais foram direcionadas à modernização agrícola, cuja consolidação ocorreu graças à adesão aos insumos urbano-industriais produzidos e comercializados pelas corporações transnacionais e multinacionais que dominam o setor agroquímico. As modificações tecnológicas implantadas na agricultura, tais como os grãos transgênicos, os pesticidas e os adubos químicos, têm sua venda monopolizada por um número restrito de empresas multinacionais e transnacionais (ANDRADE, 1979; WITTMAN, 2009; OLIVEIRA, 2016).

A Revolução Verde foi marcada pela mecanização agrícola, a qual promoveu o aumento do desemprego rural, uma vez que reduziu a necessidade de mão de obra no processo produtivo agrícola. Esse processo culminou na desterritorialização do campesinato, na ampliação da concentração fundiária e na intensificação da migração campo-cidade e, conseqüentemente, no surgimento de periferias sociais e favelas, especialmente em países subdesenvolvidos. Ademais, apesar de ter aumentado a produtividade agrícola, acirrou a integração e a subordinação da agropecuária ao setor financeiro-industrial (PORTO-GONÇALVES, 2006; PEREIRA, 2012). A mecanização da agricultura continua promovendo a redução dos empregos agrícolas sem que haja criação de postos de trabalho em outros setores da economia. Assim, o crescimento do desemprego e da pobreza são fenômenos mais rápidos do que a criação de empregos e a melhoria de qualidade de vida da população (OLIVEIRA, 2016).

No entanto, a Revolução Verde não solucionou os problemas alimentares mundiais, como a subnutrição e a fome. A disseminação das monoculturas propiciou a valorização de espécies mais produtivas, minorando a diversidade genética da agricultura mundial. Em virtude dos malefícios ocasionados pelos agrotóxicos e pelas sementes transgênicas ao meio ambiente e aos seres humanos, houve a deterioração da salubridade

dos gêneros alimentícios produzidos. Ocorreu também a integração de pequenos agricultores ao mercado capitalista, especialmente em países pobres da África Subsaariana, da América Latina e do Sul da Ásia, cuja produção alimentícia é exportada para países desenvolvidos, enquanto suas populações padecem com a pobreza e a fome (PEREIRA, 2012; OLIVEIRA, 2016).

No tocante à dependência tecnológica, vale ressaltar que a mecanização agrícola e o emprego de maquinários na produção estreitam a dependência do agricultor em relação ao mercado. Acerca do assunto, Kautsky (1980 [1899]) afirma que à época de seus escritos, a mecanização agrícola era mais intensa nas grandes propriedades agrícolas em comparação com as pequenas. O autor explica que em virtude da menor mecanização, as pequenas propriedades apresentam maior intensificação da força de trabalho. Sobre a temática, Marx (2013 [1867]) e Chayanov (2014 [1924]) explicam que as máquinas, de maneira geral, proporcionam significativo acréscimo na produtividade do trabalho, incidindo na minoração do preço venal das mercadorias e, conseqüentemente, reverberam na redução do tempo de trabalho necessário ao proletariado para garantia de sua subsistência.

Para Marx (2008 [1847], p. 159), “A máquina é uma reunião de instrumentos de trabalho, e não uma combinação de trabalhos para o próprio operário”. Nesta esfera, o autor afirma que as máquinas (isto é, seu uso em larga escala) datam do final do período setecentista, logo após a Primeira Revolução Industrial, marcada pela transição da manufatura para a maquinofatura. Portanto, seu emprego amplia expressivamente a produtividade justamente porque reúne diversos instrumentos de trabalho em um só objeto. Entretanto, este ganho na produtividade não incide em melhorias nas condições de trabalho, tampouco no aumento das remunerações recebidas pelo proletariado. Esse processo ocasiona o aumento da exploração da mais-valia, pois o operário fornece maior quantidade de trabalho gratuito ao capitalista, cujos lucros são majorados.

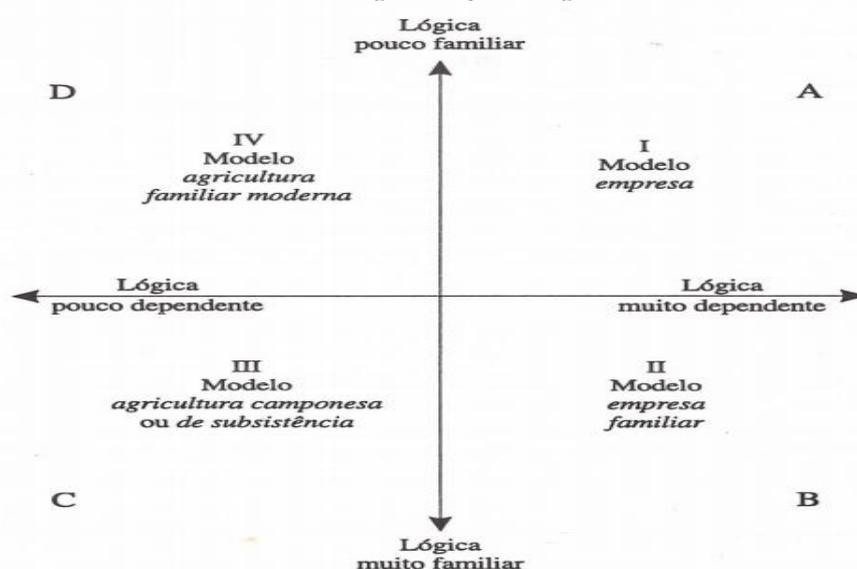
Já a dependência do mercado concerne à produção direcionada ao mercado, ou seja, à venda. Assim sendo, diz respeito à participação e à integração do agricultor na sociedade capitalista de consumo. A título de exemplo, a produção de subsistência, a qual se assenta no autoconsumo e no autoabastecimento, tem pouca dependência frente ao mercado. Em contrapartida, aqueles que produzem visando a comercialização, são muito dependentes do mercado, pois através dos rendimentos obtidos com a venda dos víveres elevam seu poder aquisitivo e compram mais mercadorias, almejando a melhoria de suas

condições de vida. Esse panorama retrata a realidade da maioria dos cafeicultores nepomucenenses, os quais vendem sua produção às cooperativas e são amplamente dependentes do mercado. Em virtude da infraestrutura de transporte, armazenamento e comercialização propiciada pelas cooperativas, os agricultores municipais se sentem seguros em confiar o destino de sua produção a essas empresas. Contudo, não procuram outras possibilidades de venda para seus víveres e comumente investem na monocultura, direcionando seu cultivo conforme os interesses dessas associações. Assim sendo, eventuais decréscimos dos preços internacionais dos gêneros cultivados, especialmente o café, repercutem diretamente na pauperização e na piora da condição de vida destes produtores agrícolas.

Os Modelos de Funcionamento dos Estabelecimentos Agrícolas segundo Hughes Lamarche

De acordo com Lamarche (2008 [1994]), existem quatro modelos teóricos de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas (Figura 02), os quais não são absolutos. Em suas palavras, estes correspondem a sistematizações ideais para o estudo das distintas estruturas de funcionamento dos imóveis agrícolas.

Figura 02: Esquema dos Modelos de Funcionamento dos Estabelecimentos Agrícolas para Hughes Lamarche



Fonte: LAMARCHE, 2008 [1994], p. 68.

O Modelo Empresa

No modelo empresa (I), as relações produtivas são pouco ou nada familiares e há intensa dependência frente ao mercado. Os arrendamentos são frequentes e quase não há apego em relação à terra, a qual não possui vínculos com o patrimônio familiar (LAMARCHE, 2008 [1994]). Destarte, a terra é considerada mercadoria, pois não está associada ao patrimônio familiar, como ocorre com os camponeses (WANDERLEY, 1996; CHAYANOV, 2014 [1924]). No estudo de Lamarche (2008 [1994]), 16,46% (26 dos 158 imóveis avaliados) dos estabelecimentos agrícolas pesquisados no Brasil são classificados como empresas.

Em âmbito geral, a importância da participação familiar no trabalho das propriedades classificadas como empresas por Lamarche (2008 [1994]) é diminuta, representando um pequeno percentual do total de trabalho despendido neste tipo de imóvel. A maioria da força de trabalho empregada é externa e assalariada, sendo constituída por mão de obra permanente ou temporária. Há intensa dependência tecnológica, financeira e comercial em relação ao mercado. A produção é direcionada à venda, sendo intermediada por cooperativas ou empresas particulares, as quais desempenham importante papel no funcionamento destes estabelecimentos agrícolas, subordinando-os ao capital do setor urbano-industrial. Através da comercialização, esse tipo de produção anseia a obtenção de lucro, sendo notadamente capitalista. Ademais, é expressiva a contração de empréstimos, ampliando a sujeição em relação aos oligopólios do setor financeiro (LAMARCHE, 2008 [1994]; HARVEY, 2011).

É possível correlacionar o modelo empresa da tipologia de imóveis agrícolas formulada por Lamarche (2008 [1994]) à agricultura patronal, a qual também é pautada na mão de obra assalariada (MARQUES, 2008; CAUME, 2009). Neste contexto, há uma dissociação entre gestão e trabalho, pois os administradores da propriedade agrícola exploram o trabalho de proletários agrícolas. Conforme afirma Caume (2009), a produtividade é elevada, com uso intenso da mão de obra e dos fatores produtivos.

Embora muitos latifúndios e grandes propriedades agrícolas se enquadrem no modelo empresa proposto por Lamarche (2008 [1994]), nem todos os imóveis de grandes proporções podem ser assim classificados, pois muitos estabelecimentos rurais vultosos possuem importante participação familiar, sobretudo no tocante à administração. Além

disso, muitos latifúndios são caracterizados pela baixa produtividade e pela existência de terras improdutivas (ANDRADE, 1979; STÉDILE, 2012), característica divergente em relação aos objetivos dos empreendimentos capitalistas, os quais almejam o aumento da produtividade para a maximização dos lucros.

O Modelo Empresa Familiar

O modelo empresa familiar (II) também possui estreitos vínculos com o mercado, reverberando numa dependência de ordem financeira, mercantil e tecnológica. Os arrendamentos e o assalariamento estão muito presentes neste tipo de imóvel agrícola, o qual ambiciona a maximização dos lucros (LAMARCHE, 2008 [1994]). A principal diferença em relação ao modelo empresa é a relevância do papel familiar no estabelecimento, pois de acordo com Lamarche (2008 [1994]), o trabalho se estrutura na mão de obra familiar, o patrimônio é uma concepção familiar e compreende-se a terra e sua conservação vinculadas à reprodução familiar. Contudo, apesar de considerarem a terra um patrimônio familiar, os estabelecimentos do tipo empresa familiar possuem ampla dependência em relação ao mercado, pois almejam o lucro através do aumento da produtividade agrícola. No Brasil, 11,39% (18 num total de 158 unidades produtivas estudadas) dos imóveis agrícolas examinados por Lamarche (2008 [1994]) foram classificados como empresas familiares.

No tocante à presença do assalariamento na agricultura familiar, Caume (2009) mostra que percentual expressivo dos agricultores familiares brasileiros recorre à contratação de trabalhadores assalariados. Ademais, enuncia que alguns agricultores familiares também trabalham como assalariados alhures, exercendo uma dupla jornada de trabalho, fato também observado em alguns casos na conjuntura nepomucenense. A situação verificada no município de Nepomuceno é consonante aos dizeres de Kautsky (1980 [1899]), nos quais o autor disserta que, em muitos casos, os pequenos agricultores procuram trabalhos acessórios visando a ampliação das receitas obtidas e a satisfação das necessidades do grupo familiar.

Para o filósofo, o pequeno camponês busca esse tipo de trabalho quando os víveres produzidos em suas terras são insuficientes para assegurar a alimentação do núcleo familiar. Além disso, a procura é mais recorrente entre os pequenos proprietários, uma vez que os grandes fazendeiros possuem elevados rendimentos, fato que minimiza a

necessidade de fontes adicionais de receitas. O trabalho acessório pode ser exercido em uma indústria ou na lavoura de outrem, geralmente grandes proprietários fundiários (KAUTSKY, 1980 [1899]). Salienta-se que as formas de trabalho abordadas pelo autor não são excludentes e podem coexistir.

A presença do neoliberalismo na agricultura reverberou na precarização da mão de obra e na intensificação do trabalho. Nos tempos hodiernos, os moradores do campo frequentemente buscam fontes de renda externas à propriedade agrícola, as quais geralmente são insalubres e mal remuneradas (KAY, 2015). Nesta perspectiva, Carneiro (1998) afirma que a inserção dos camponeses nas fábricas como atividade complementar ou trabalho acessório (KAUTSKY, 1980 [1899]) pode favorecer o acesso à terra, equilibrando o campo em termos demográficos, ao passo que também pode colaborar para a proletarização do campesinato, dependendo da conjuntura socioeconômica e das estratégias familiares de sobrevivência.

Sob o prisma da obra de Lamarche (2008 [1994]), são poucos os imóveis agrícolas em Nepomuceno que podem ser classificados como empresas. As Fazendas Serrinha, Lagoa, Vista Alegre, Três Barras, Congonhal e Campo Limpo são exemplos de estabelecimentos rurais que se enquadram nesta categoria, pois, a despeito da administração familiar da propriedade, praticamente todos os trabalhadores contratados, sejam eles de forma permanente ou sazonal, são assalariados e não pertencem ao núcleo familiar dos donos das terras. Ademais, a produção é destinada à comercialização e intensamente mecanizada, dispendo de diversas máquinas, como adubadeiras, colheitadeiras, roçadeiras, pulverizadores, ordenhadeiras e tratores.

O emprego de sementes transgênicas, fertilizantes químicos e praguicidas também corrobora sua integração ao capital industrial. Esses proprietários fundiários recorrem com frequência a empréstimos e financiamentos, como o Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um financiamento voltado à produção e à aquisição de máquinas e equipamentos fabricados por empresas nacionais credenciadas no BNDES.

O Modelo Agricultura Familiar Moderna

O modelo agricultura familiar moderna (IV) busca a redução do papel familiar nas relações produtivas do estabelecimento. Neste sentido, almeja a libertação das limitações familiares materiais, morais e ideológicas e das dependências técnico-econômicas (LAMARCHE, 2008 [1994]). Desta maneira, ao se desvencilharem da moral e da ideologia camponesas, os agricultores familiares modernos distinguem-se dos camponeses, uma vez que, segundo Bombardi (2003), um dos aspectos basilares do campesinato é a sua ordem moral, atrelada à coletividade.

A participação familiar no trabalho do imóvel é mediana, com o uso regular de trabalhadores assalariados permanentes ou temporários. A mecanização não é tão intensa devido ao seu elevado custo, frequentemente superior à quantia financeira despendida para a remuneração da mão de obra. Apesar deste fato, os agricultores adeptos deste modelo vinculam o êxito da produção agrícola à mecanização e à aplicação constante de técnicas e capitais (LAMARCHE, 2008 [1994]).

Em consonância com Lamarche (2008 [1994]), entende-se que a agricultura familiar moderna é o modelo predominante em território brasileiro, abrangendo 50,63% dos 158 imóveis agrícolas investigados em seu estudo. Além disso, o autor afirma que muitos pequenos e médios produtores agrícolas no Brasil estão na transição da agricultura camponesa ou de subsistência para a agricultura familiar moderna, intensificando sua integração e dependência em relação ao mercado.

Ademais, a agricultura familiar moderna possui uma posição intermediária no tocante à lógica familiar do estabelecimento e à dependência em relação ao mercado, recorrendo medianamente aos empréstimos. Apesar da integração ao mercado, seus integrantes consideram a terra como patrimônio familiar e valorizam a reprodução familiar do estabelecimento. No entanto, o apego à terra não é tão intenso quanto nos imóveis camponeses. Os agricultores compreendidos neste modelo possuem relativa estabilidade, uma vez que se desprenderam das limitações financeiras impostas por uma agricultura caracterizada por uma lógica totalmente familiar, como a camponesa ou de subsistência, e aproveitam das benesses propiciadas pelos estabelecimentos familiares (LAMARCHE, 2008 [1994]).

Segundo Lamarche (2008 [1994]), a agricultura familiar moderna no Brasil é caracterizada pelo uso regular de trabalho assalariado, pois o custo da mão de obra humana é significativamente barato quando comparado ao preço do maquinário agrícola no país. Todavia, algumas máquinas são empregadas tentando a ampliação da produtividade e da competitividade frente à concorrência da agricultura patronal, a qual possui sua produção bastante mecanizada.

A agricultura familiar moderna abrange um vasto conjunto de agricultores, tanto aqueles que se configuram como representantes típicos deste modelo de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas, quanto os produtores agrícolas situados na transição entre a agricultura familiar moderna e a empresa familiar ou na passagem da agricultura camponesa ou de subsistência para a agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 2008 [1994]). Essa heterogeneidade de situações pode denotar a adaptação da agricultura familiar moderna em relação às transformações ocorridas na conjuntura socioeconômica ou a fragilidade deste modelo de funcionamento dos imóveis agrícolas, dependendo de cada contexto.

Alguns imóveis brasileiros estão num processo de transição do modelo agricultura familiar moderna para empresa ou empresa familiar. Essas unidades agrícolas almejam maior inserção na economia de mercado e a libertação das limitações impostas pela lógica familiar de produção e de administração das propriedades (LAMARCHE, 2008 [1994]). Assim sendo, observa-se que gradativamente os imóveis agrícolas vão aderindo à lógica empresarial, estreitando seus liames com o mercado.

No panorama nepomucenense, muitos pequenos agricultores labutam em suas terras e também são assalariados em propriedades agrícolas maiores ou em indústrias, como o Aviário Santo Antônio. As recentes crises (2013 e 2019) vivenciadas pela cafeicultura impeliram muitos agricultores ao trabalho acessório no município de Nepomuceno, os quais buscam, através dessa dupla jornada, acrescentar rendimentos financeiros às receitas obtidas com a comercialização dos víveres lavrados. Nesta esfera, durante a pesquisa de campo efetuada, muitos pequenos proprietários fundiários afirmaram que labutam também, em turno integral, em médias e grandes propriedades, como a Fazenda Congonhal, a Fazenda Vista Alegre e a Fazenda Serrinha. Portanto, além da jornada habitual de um proletário nas terras de outrem, estes agricultores também se dedicam às suas propriedades, executando uma carga desumana e insalubre de trabalho na

tentativa de majorar seus rendimentos. Assim sendo, na conjuntura municipal, a ampliação do trabalho acessório reverberou no crescimento da exploração da mão de obra agrícola.

O Modelo Agricultura Camponesa ou de Subsistência

De acordo com a tipologia lamarcheana de estabelecimentos agrícolas (Figura 02), na agricultura camponesa ou de subsistência prevalece a lógica familiar, visto que seu principal objetivo é a satisfação das necessidades familiares. Destarte, visa primordialmente a subsistência, sendo pouco dependente em relação ao mercado. Sua produção é pequena, pautando-se no uso de técnicas mais rudimentares e menos tecnológicas (LAMARCHE, 2008 [1994]). Entre os 158 imóveis pesquisados por Lamarche (2008 [1994]) no Brasil, 34 (21,52%) são avaliados como estabelecimentos nos quais prevalece a agricultura de subsistência ou a agricultura camponesa.

No tocante ao tema, é válido salientar que, de acordo com Lamarche (2008 [1994]), existem diferenças entre os estabelecimentos camponeses e os de subsistência. Conforme esclarece o autor, a unidade de subsistência é direcionada à conservação das estruturas produtivas, destinando-se ao sustento do grupo familiar. Deste modo, a terra não é considerada como patrimônio familiar, mas um capital alienável, o qual pode ser negociado, dependendo das vantagens oferecidas pela venda à família.

Nos estabelecimentos caracterizados pela agricultura de subsistência, a maior parte da produção é destinada ao autoconsumo. Apenas um pequeno excedente é direcionado à comercialização, caracterizando na ótica chayanoviana (CHAYANOV, 1974 [1925]), a produção simples de mercadorias. Os indivíduos englobados nesta classificação desejam que os filhos continuem cultivando suas terras, evidenciando elementos associados à reprodução familiar no estabelecimento. Contudo, também incentivam os filhos a estudarem, como forma de promover futuramente sua inserção no mercado de trabalho (LAMARCHE, 2008 [1994]).

Em contrapartida, o estabelecimento camponês abrange outros aspectos, uma vez que engloba também características vinculadas à cultura, aos sistemas de valores e de representação. Os agricultores camponeses compreendem a terra como patrimônio familiar, tendo a reprodução familiar do estabelecimento como um de seus principais

objetivos. Além disso, esse modelo de agricultura também é marcado pela independência em relação ao mercado, pelo diminuto uso de técnicas e pelos escassos investimentos.

Segundo Carvalho (2005), a racionalidade camponesa difere da capitalista, pois não possui como objetivo central o lucro, tampouco a acumulação capitalista. O autor demonstra que a constituição do campesinato e seu diferencial em relação aos demais grupos estão associados à práxis social, às formas de trabalho e de produção vigentes. Assim como explica Chayanov (1974 [1925]; 2014 [1924]), a parcela dos agricultores que alicerça sua produção na mão de obra assalariada não pode ser considerada camponesa, pois está imersa na práxis social capitalista.

Para Shanin (2005 [1982]), o camponês deve ser estudado e compreendido a partir dos estabelecimentos camponeses. Ademais, o autor salienta a importância da tradição oral para o campesinato, a qual constituiu uma forma de transmissão de conhecimentos e de valorização cultural deste grupo. Em geral, os camponeses mais experientes difundem os saberes coletivos através da oralidade para os mais jovens do grupo.

De modo distinto à burguesia agrária, que explora a mão assalariada do proletariado rural, o qual depende da venda de sua força de trabalho para a subsistência, o autor considera os camponeses como um grupo que se reproduz a partir da produção rural, seja ela agrícola, pecuária, extrativista ou não pecuária. Em sua ótica, a qual se aproxima do pensamento chayanoviano (CHAYANOV, 1974 [1925]; 2014 [1924]), a autorreprodução familiar é elemento capital nas unidades camponesas e as atividades desenvolvidas giram em torno dessa questão (CARVALHO, 2005).

Em contrapartida, nos imóveis agrícolas capitalistas, o objetivo primordial é o lucro e a acumulação de capital pelos proprietários fundiários, os quais exploram a mão de obra do proletariado agrícola, cujo resultado do trabalho é um salário, muito inferior ao valor por ele produzido, propiciando a extração da mais-valia e a apropriação do sobretrabalho pela burguesia agrária. Deste modo, os estabelecimentos camponeses se caracterizam pela indissociabilidade entre produção e consumo.

Os Estabelecimentos Agropecuários de Nepomuceno-MG segundo os Modelos de Funcionamento de Hughes Lamarche

Aplicando a tipologia elaborada por Lamarche (2008 [1994]) ao panorama agrário nepomucenense, é notável que a maioria dos estabelecimentos agrícolas do município possui caráter familiar, com importante participação do núcleo familiar no trabalho e na administração das propriedades. Mesmo naquelas em que há contratação de trabalhadores temporários para a colheita do café, os membros do núcleo familiar permanecem labutando no trabalho agrícola. Todavia, destacam-se também a dependência e a integração em relação ao mercado, facilitadas pela ação das cooperativas cafeeiras no município. A dependência tecnológica afeta bastante os agricultores nepomucenenses, uma vez que empregam grande quantidade de insumos e técnicas urbano-industriais no processo produtivo agrícola, como os agrotóxicos, as sementes transgênicas e as máquinas agrícolas.

A dependência financeira também é expressiva, pois parcela significativa dos produtores agrícolas entrevistados relatou a assunção de crédito e de empréstimos para compra de insumos e maquinários utilizados na produção. Além disso, alguns agricultores declararam a aquisição de dívidas decorrentes dos empréstimos formais e informais adquiridos, as quais comprometem as receitas e a qualidade de vida da família, pois parte dos rendimentos familiares é aplicada mensalmente para o pagamento dos juros dos débitos vigentes, minorando a quantia financeira destinada à aquisição de víveres para o grupo familiar. Os agricultores também possuem acentuada dependência em relação ao mercado, pois a maioria deles pauta sua produção na monocultura cafeeira, direcionando a venda do grão às cooperativas.

No município de Nepomuceno, as unidades agrícolas caracterizadas como empresa e/ou empresa familiar, segundo a classificação de Lamarche (1993 [1991]; 2008 [1994]), possuem amplo acesso à motorização e à mecanização agrícola, com máquinas e equipamentos de robusta tecnologia e boa infraestrutura de armazenamento e transporte da produção. Embora a administração desses estabelecimentos agropecuários seja preponderantemente familiar, a força de trabalho empregada é não familiar. Como a produção é mecanizada, poucos são os postos permanentes de trabalho gerados. A maior oferta de empregos temporários ocorre durante o período da colheita do café.

A realização de empréstimos e financiamentos é algo comum, ocasionando endividamentos que, de maneira geral, não afetam significativamente a condição de vida desses agricultores, pois dispõem de expressivo capital para o pagamento das dívidas contraídas. Muitos financiamentos são obtidos por intermédio do BNDES-FINAME, principalmente para a compra de máquinas e automóveis e o custeio da produção. Dentre os gêneros lavrados, destacam-se as monoculturas direcionadas à exportação, como o caso do café e da soja. É comum o cultivo de milho para a produção de ração e silagem, visando a alimentação de bovinos e galináceos.

Em geral, esses estabelecimentos agrícolas possuem entre 4 e 15 módulos fiscais, sendo classificados, de acordo com o INCRA, como médias propriedades rurais. A produtividade obtida é elevada, em virtude do uso intensivo da terra, do maquinário de alta tecnologia e do emprego frequente de adubos químicos, praguicidas, sementes transgênicas e hormônios animais. Apesar da massiva utilização de insumos agroindustriais na produção, algumas práticas sustentáveis, como o plantio em curvas de nível, a utilização de árvores como quebra-ventos, a adubação orgânica, a rotação e o consórcio de culturas, são realizadas. Segundo a EMATER (2019), essas propriedades produziram, em média, 3 mil sacas de café no ano de 2018 em Nepomuceno.

Já a agricultura familiar moderna engloba a maioria das propriedades agrícolas no município. Em Nepomuceno, os agricultores pertencentes a essa categoria utilizam praguicidas, fertilizantes químicos e grãos transgênicos no processo produtivo, mas dispõem de reduzido maquinário e não possuem automóveis para o transporte da produção, principalmente pela ausência de recursos financeiros e escassez de rendimentos para a obtenção de vultosos financiamentos, uma vez que os altos preços dos automóveis e dos maquinários mais robustos os tornam inacessíveis para a maioria dos agricultores. Há predomínio da monocultura de café direcionada à comercialização, especialmente por intermédio das cooperativas.

A contração de empréstimos é comum, especialmente por meio do PRONAF, para investimentos na produção, como a aquisição de insumos, e o custeio da produção. De acordo com dados da EMATER (2019), a produção cafeeira média desses agricultores em 2018 no município de Nepomuceno girou em torno de 500 sacas. Entretanto, o crédito disseminado reverbera no endividamento desses produtores, causando piora na sua condição de vida, uma vez que parte das receitas anuais é utilizada para o pagamento dos

juros. No tocante à dimensão das terras, predominam os minifúndios, com dimensão inferior a 1 módulo fiscal (o qual corresponde a 26 hectares em Nepomuceno), e as pequenas propriedades rurais, cujas áreas variam entre 1 e 4 módulos fiscais.

Os poucos imóveis agrícolas que podem ser classificados como agricultura camponesa ou de subsistência apresentam equipamentos agrícolas simples e arcaicos. A dimensão de suas terras é pequena, abrangendo principalmente minifúndios. Sua produção é destinada preferencialmente ao autoconsumo, enquanto o excedente é comercializado em feiras livres, hortifrúteis ou no próprio estabelecimento. O processo produtivo apresenta uma relação harmoniosa com os solos e os recursos hídricos. Seus habitantes conciliam a adubação orgânica e a artificial, e não empregam praguicidas, tampouco sementes transgênicas, na produção. Assim, apresentam maior autonomia nos processos de produção e comercialização dos víveres cultivados. Apesar de suas exíguas receitas monetárias, são raros os casos de agricultores endividados, uma vez que a adesão a empréstimos e financiamentos é pequena. Embora apresentem menor renda monetária que os demais tipos de agricultores, apresentam dietas alimentares caracterizadas pela diversidade de gêneros consumidos, em virtude da conjugação entre policultura e pecuária em seus imóveis.

Deste modo, com base nos modelos de funcionamento dos imóveis agrícolas sistematizado por Lamarche (2008 [1994]), observou-se que a maioria dos agricultores nepomucenenses se enquadra no modelo agricultura familiar moderna (conforme ilustra a tabela 01), caracterizado pela proeminente lógica familiar, mas com expressiva dependência em relação ao mercado, tanto no setor financeiro, quanto no aspecto tecnológico e no destino final da produção. Neste sentido, a agricultura em Nepomuceno experimenta um panorama similar à conjuntura agrária nacional, na qual há predominância de dois modelos - a agricultura camponesa ou de subsistência e a agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 1993 [1991]).

Tabela 01: Características da Agricultura Familiar Moderna
Presentes nos Estabelecimentos Agropecuários de Nepomuceno-MG

Característica do Modelo Agricultura Familiar Moderna	Crítérios Utilizados	Quantidade Total e Percentual
Mão de Obra	Trabalhadores Temporários ou Parceiros	757 (49,44%)
	Emprego de Mão de Obra Familiar	1.525 (99,61%)
	Pagamento de Salários	695 (45,40%)
Dependência Tecnológica	Uso de Agrotóxicos	1.208 (78,90%)
	Uso de Adubos Químicos	1.334 (87,13%)
	Emprego de Máquinas	836 (54,60%)
Dependência Financeira	Financiamentos/Empréstimos Agrícolas	293 (19,14%)
	PRONAF	166 (10,84%)
	Estabelecimento como Principal Fonte de Renda	769 (50,23%)
Dependência e Vínculo com o Mercado	Associação com as Cooperativas	1.033 (67,47%)
	Assistência Técnica	763 (49,84%)
	Finalidade - Comercialização da Produção	1.522 (99,41%)

Fonte: IBGE. **Censo Agropecuário - 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

Os dados da tabela 01, baseados no Censo Agropecuário realizado em 2017 (IBGE, 2018), evidenciam que a agricultura do município de Nepomuceno possui as quatro principais características que definem a agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 1993 [1991]; 2008 [1994]). Isto é, há predomínio da mão de obra familiar nas propriedades agropecuárias, embora a contratação de trabalhadores temporários e o trabalho assalariado estejam presentes em quase metade dos estabelecimentos nepomucenenses. Ademais, a dependência tecnológica e financeira em relação ao mercado é intensa, uma vez que o emprego de insumos urbano-industriais no processo produtivo agrícola é frequente e a finalidade preponderante da produção é a venda, sobretudo por intermédio da filiação às cooperativas. É importante frisar que os dados relativos aos financiamentos e empréstimos agrícolas fornecidos pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2018) se referem apenas ao ano de 2017. Por conseguinte, não abrangem empréstimos e/ou financiamentos de anos anteriores, tampouco contemplam o endividamento dos agricultores.

No tocante à dependência tecnológica, 78,90% dos estabelecimentos agropecuários utilizam praguicidas, enquanto 87,13% empregam adubos químicos na produção e 54,60% usam máquinas com frequência no processo produtivo. Quanto à

dependência em relação ao mercado, 67,47% dos imóveis agrícolas nepomucenenses estão associados com cooperativas, enquanto 99,47% têm como objetivo principal a venda da produção. A respeito da dependência financeira, 19,14% dos estabelecimentos agropecuários adquiriram financiamentos e/ou empréstimos apenas no ano de 2017 (IBGE, 2018).

Conclusões

Portanto, em Nepomuceno, a contração de empréstimos e crédito, o direcionamento da produção à venda e a integração com as cooperativas são alguns dos fatores que corroboram a perda de soberania alimentar dos agricultores familiares locais. A adesão aos insumos oriundos da Revolução Verde e a intensificação do vínculo com o mercado minoraram a autonomia da produção agrícola municipal.

Com base nos procedimentos metodológicos adotados, compreende-se que a agricultura familiar municipal foi integrada ao modo de produção capitalista por meio da ação das cooperativas e de diversas estratégias engendradas pelos atores capitalistas. Assim, com base na tipologia de Lamarche (1993 [1991]; 2008 [1994]), pode-se afirmar que em Nepomuceno, o camponês foi convertido em agricultor familiar moderno, integrado e dependente do mercado.

Referências

ALTIERI, M. The Myth of Coexistence: Why Transgenic Crops Are Not Compatible With Agroecologically Based Systems of Production. **Bulletin of Science, Technology & Society**, v. 25, n. 04, p. 361-371, 2005.

AMIN, S. O capitalismo e a renda fundiária (A dominação do capitalismo sobre a agricultura). In: AMIN, S. ; VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977, p. 09-42.

ANDRADE, M. C. **Agricultura & Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 07, n. 14, p. 107-117, 2003.

BRASIL. **Lei nº. 6.746**, de 10 de dezembro de 1979. **Diário Oficial da União**. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm>. Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº. 11.326**, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 03 set. 2019.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARVALHO, H. M. **O Campesinato no Século XXI**: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

CAUME, D. J. Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 01, p. 26-44, 2009.

CHAYANOV, A. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Visión, 1974 [1925].

CHAYANOV, A. Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014 [1924], p. 99-137.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Entrevistas Realizadas com os Funcionários da EMATER em Nepomuceno no Mês de Janeiro de 2019**. Nepomuceno: EMATER-MG, 2019.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados Preliminares do Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980 [1899].

KAY, C. The Agrarian Question and the Neoliberal Rural Transformation in Latin America. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 100, p. 73-83, 2015.

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**: Comparação Internacional. Volume I – Uma realidade multiforme. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 [1991].

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**: Comparação Internacional. Volume II – Do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008 [1994].

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret. 2008 [1847].

MARX, K. Maquinaria e Grande Indústria. In: ANTUNES, R (Org.). **A Dialética do Trabalho II** – Escritos de Marx e Engels. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013 [1867], p. 67-156.

NAVARRO, Z. A Agricultura Familiar no Brasil: Entre a Política e as Transformações da Vida Econômica. In: GASQUES, J. G. ; VIEIRA FILHO, J. E. R. ; NAVARRO, Z. (Org.). **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010, p. 185-209.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

PEREIRA, M. C. B. Revolução Verde. In: CALDART, R. S. ; PEREIRA, I. B. ; ALENTEJANO, P. ; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Editora Expressão Popular, 2012, p. 687-691.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 08, n. 07, p. 01-21, 2005 [1982].

STÉDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil** – Programas de reforma agrária – 1946-2003. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: ANAIS DO XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XX, 1996, Caxambu: ANPOCS, 1996, p. 01-18.

WITTMAN, H. Reworking the metabolic rift: La Vía Campesina, agrarian citizenship, and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 36, n. 04, p. 805-826, 2009.

Sobre o autor

Lucas Guedes Vilas Boas

Licenciado e Bacharel em Geografia – UFJF, especialista em Ciências Humanas e Saúde – UFJF, Mestre em Geografia – UFJF, doutor em Geografia – UFMG e Professor Adjunto - CEFET/MG.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 9-32, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Como citar esse artigo

VILAS BOAS, Lucas Guedes. Os estabelecimentos agropecuários do município de Nepomuceno-MG segundo as categorias de Hughes Lamarche. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 9-32, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7672

Recebido em: 2020-05-02
Enviado para correções em: 2020-06-30
Aceito em: 2020-07-11

O SHOPPING IGUATEMI RIO PRETO: AS MUDANÇAS NA PAISAGEM URBANA E A NOVA CENTRALIDADE

Luiz Henrique Mateus Lima

Universidade de São Paulo - USP
orcid.org/0000-0001-7660-3842
E-mail: luizlimahm@usp.br

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7045

Resumo

Os *shopping centers* são estabelecimentos que trazem mudanças nas áreas em que são instalados. Atraem para suas proximidades outras opções comerciais e, inclusive, novos projetos habitacionais, como, por exemplo, condomínios fechados de luxo ou mesmo loteamentos populares. Esses empreendimentos contribuem para a valorização dessas áreas, aumentando o valor do metro quadrado da terra urbana, por exemplo, assim como constituem novas centralidades mais especializadas e homogêneas. O objetivo deste artigo é analisar a centralidade gerada pelo Iguatemi Rio Preto na zona Sul da cidade. Desde o seu lançamento, a paisagem nos arredores vem se transformando com a multiplicação dos novos empreendimentos imobiliários. Como metodologia, realizamos uma revisão bibliográfica acerca dos *shopping centers* e das centralidades intraurbanas que são geradas, assim como realizamos trabalhos de campo e uma entrevista com o Gerente Geral do Iguatemi Rio Preto onde pudemos saber mais sobre as estratégias e práticas do grupo responsável pelo empreendimento. Nesse contexto, a valorização torna este setor da cidade cada vez mais homogêneo, com um empreendimento que foi planejado para atender a um público específico que vive nos condomínios próximos.

Palavras-chave: *Shopping center*; Centralidades; São José do Rio Preto; Iguatemi.

IGUATEMI RIO PRETO: CHANGES IN THE URBAN LANDSCAPE AND THE NEW CENTRALITY

Abstract

Shopping malls are buildings that bring changes in the areas where they are installed. Other commercial options and even new housing projects are attracted to its surroundings, such as, for example, gated communities or even popular allotments. These developments contribute to the valorization of these areas, increasing the value of the square meter of urban land, for example, as well as constituting new, more specialized and homogeneous centralities. The purpose of this article is to analyze the centrality generated by Iguatemi Rio Preto in the south of the city. Since its launch, the landscape in the surroundings has been changing with the multiplication of new real estate developments. As a methodology, we carried out a bibliographic review about the shopping malls and intra-urban centralities that are generated, as well as conducting fieldwork and an interview with the General Manager of Iguatemi Rio Preto where we could learn more about the strategies and practices of the group responsible for the shopping. In this context, the valorization makes this sector of the

city more and more homogeneous, with an building that was planned to serve a specific public that lives in the nearby gated communities.

Keywords: *Shopping mall*; Centralities; São José do Rio Preto; Iguatemi.

EL SHOPPING IGUATEMI RIO PRETO: CAMBIOS EM EL PAISAJE URBANO Y UNA NUEVA CENTRALIDAD

Resumen

Los *shopping centers* son establecimientos que traen cambios en las áreas donde están instalados. Otras opciones comerciales e incluso nuevos proyectos de vivienda se sienten atraídos por su entorno, como, por ejemplo, condominios cerrados de lujo o incluso loteamientos populares. Estos emprendimientos contribuyen a la valorización de estas áreas, aumentando el valor del metro cuadrado del suelo urbano, por ejemplo, además de constituir nuevas centralidades más especializadas y homogéneas. El propósito de este artículo es analizar la centralidad generada por Iguatemi Rio Preto en el sur de la ciudad. Desde su lanzamiento, el paisaje en los alrededores ha ido cambiando con la multiplicación de nuevos emprendimientos inmobiliarios. Como metodología, realizamos una revisión bibliográfica sobre los centros comerciales y las centralidades intraurbanas que se generan, también realizamos un trabajo de campo y una entrevista con el Gerente General de Iguatemi Rio Preto donde pudimos aprender más sobre las estrategias y prácticas del grupo responsable por el emprendimiento. En este contexto, la valorización hace que este sector de la ciudad sea cada vez más homogéneo, con un emprendimiento que fue planeado para servir a un público específico que vive en los condominios cercanos.

Palabras-clave: *Shopping centers*; Centralidades; São José do Rio Preto; Iguatemi.

Introdução

Segundo Pintauidi (1992, p. 16), o *shopping center* é um empreendimento imobiliário de “iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contíguos, lojas alugadas para comércio varejista ou serviços”. Conforme a autora prossegue:

Distinguem-se umas das outras não somente pelo tipo de mercadoria que vendem (o *tenant mix* planejado pela empresa prevê a presença de várias lojas do mesmo ramo para permitir a compra por comparação), como também por sua natureza distinta (lojas-âncora e lojas de comércio especializado e serviços – que podem ou não pertencer a redes).

Esse modelo de estabelecimento comercial, que chegou ao Brasil na década de 1960, tornou-se amplamente visível em diferentes cidades de diferentes tamanhos no país. O frequentador do *shopping center* é bombardeado por anúncios desde que passa pela porta de entrada. Por todos os lados, as vitrines prometem descontos e outras facilidades de compra. Conforme ressalta Birman (2014, p. 94), este empreendimento se tornou um templo da sociedade pós-moderna, onde “as peregrinações dos consumidores fiéis ocorrem todos os dias”. Neste espaço que, conforme o autor destaca, é “antissagrado” e “saturado

de mercadorias”, os lojistas se utilizam de diferentes artifícios para estimular o consumidor a comprar o que está sendo anunciado.

Contudo, o *shopping* é também um espaço em que os administradores frequentemente buscam selecionar o público-alvo. Quando não conseguem evitar que determinados segmentos adentrem o local, outros meios são utilizados para garantir que a ordem seja mantida. Caldeira (2000, p. 258-9) caracteriza este modelo de empreendimento como um “enclave fortificado”, que, assim como os condomínios fechados, estão “mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes”.

Os enclaves fortificados incluem conjuntos de escritórios, *shopping center*, e cada vez mais outros espaços que têm sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos. [...] São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem regras de inclusão e exclusão. Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas.

A autora ressalta que os enclaves fortificados partilham algumas características, como, por exemplo, o fato de desvalorizarem o espaço público nas cidades. Em outro exemplo, os empreendimentos “são voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente” (CALDEIRA, 2000, p. 258-9).

Todavia, apesar de serem incluídos na mesma categoria, existem algumas diferenças de acesso aos tipos de enclaves mencionados anteriormente. Podemos utilizar, como exemplo, os condomínios residenciais fechados e os *shopping centers*. No primeiro caso, para um visitante adentrar no espaço, é preciso primeiro passar pela portaria, cujo agente responsável irá entrar em contato com o morador que poderá autorizar ou não a entrada. No caso do estabelecimento comercial, o visitante ainda não tem a necessidade de declarar para um porteiro o que deseja fazer no local.

No entanto, alguns constrangimentos ocorrem em estabelecimentos quando funcionários tentam evitar a entrada de grupos indesejados, como aconteceu no JK Iguatemi, em março de 2019, quando um grupo de crianças de uma escola de Guaratinguetá, que ia visitar uma exposição no local, quase teve a entrada impedida por

uma funcionária, em um caso que foi noticiado por alguns portais de notícias¹. Posteriormente, os alunos tiveram o acesso liberado. Em outro exemplo de uma tentativa de restringir o acesso a um estabelecimento, o jornal *O Estado de São Paulo* noticiou que existia uma ação na justiça para que os seguranças do *shopping* Pátio Higienópolis pudessem apreender crianças e adolescentes em situação de rua que estivessem desacompanhadas no interior do estabelecimento para que fossem entregues à Polícia Militar². Em ambos os casos, as tentativas, obviamente, resultaram em uma repercussão negativa por parte de movimentos sociais e outras organizações. Contudo, esses exemplos mostram que as normas de acesso aos *shopping centers* já estão em vias de serem comparadas aos outros enclaves mencionados por Caldeira (2000).

Contudo, os *shopping centers* também trazem mudanças para os arredores das áreas em que são implantados. A chegada de um empreendimento deste porte direciona investimentos para os arredores, que vão desde novos estabelecimentos comerciais à projetos habitacionais para determinados segmentos. Assim, no caso de um *shopping* destinado a um público mais seletivo, como ocorre com o Iguatemi, que é implantado em áreas mais homogêneas, há um aumento no valor do metro quadrado da terra urbana, direcionando para essas áreas empreendimentos de alto padrão. Segundo Pintaudi (1987, p. 47), o “processo de valorização do espaço é contínuo”, mas:

[...] é também externo ao *shopping center*, onde se verifica a residência dando lugar a edifícios, a empreendimentos imobiliários cuja valorização reside muito mais na localização que nas benfeitorias, mas, fundamentalmente, na monopolização do espaço.

O objetivo deste artigo é analisar a centralidade gerada pela implantação do *shopping* Iguatemi Rio Preto na zona Sul da cidade, que modificou a paisagem dessa região ao mesmo tempo em que reforçou sua especialização e homogeneidade. É visível o aumento no número de novos projetos residenciais que são lançados com frequência nos arredores do empreendimento e ao longo de toda a Avenida Juscelino Kubitschek, assim como existe a percepção de que há um aumento da homogeneidade nesta porção da cidade,

¹ **REVISTA VEJA.** “Funcionária proíbe entrada de crianças no JK Iguatemi por ser ‘de elite’”. Em 20/03/2019. Meio digital. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/funcionaria-proibe-entrada-de-criancas-no-jk-iguatemi-por-ser-de-elite/> Acesso em: 24 nov. 2019.

² **O ESTADO DE SÃO PAULO.** “*Shopping* Pátio Higienópolis entra na Justiça para apreender crianças desacompanhadas”. Em 22/02/2019. Meio digital. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,shopping-patio-higienopolis-entra-na-justica-para-apreender-criancas-e-adolescentes-desacompanhados,70002732137> Acesso em: 24 nov. 2019.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 33-60, maio-ago. Ano 2020.

haja visto que o estabelecimento foi implantado em uma área em que estão localizados vários condomínios fechados de luxo da cidade, ou seja, um local em que há uma exclusividade visível que vai sendo reforçada. Em Rio Preto, o vetor Sul é historicamente ocupado por segmentos mais abastados. Conforme Lisbôa (2019, p. 191) ressalta:

Esta é uma região que, desde o final da década de 1970, configurou-se como um dos vetores de expansão direcionados às camadas de média e alta renda, sobretudo o eixo Sudoeste, devido à implantação de loteamentos abertos, fechados e de condomínios fechados; assim como com a construção de centros de compras destinados a essas classes e de uma série de equipamentos públicos e de prestação de serviços.

Em uma cidade como São José do Rio Preto, onde as diferenças são bem delineadas entre a zona Sul, ocupada pelos segmentos mais abastados, e a zona Norte pelos populares, os estabelecimentos comerciais em alguns casos são idealizados para atender ao público local que vive nas proximidades. Assim, além do Iguatemi, nós podemos citar também o *shopping* Cidade Norte, que, conforme o próprio nome já sugere, foi implantado no setor Norte e com características de um empreendimento popular para os segmentos que vivem nessa área.

Conforme veremos adiante, a questão da localização considerada privilegiada fez parte do planejamento para a implantação do Iguatemi desde o início. São estratégias que estão presentes até mesmo em relatórios institucionais. Dessa forma, será mostrado que uma das justificativas para a escolha do lugar que viria a ser construído o *shopping* ocorreu por causa da concentração de condomínios ocupados pelas classes A e B nos arredores. Todavia, para a realidade rio-pretense, essa tentativa de segmentar o público não teve o mesmo êxito que pode ser visto em outros lugares, em especial nas grandes capitais.

Outra estratégia do grupo é a já tradicional busca pela proximidade com importantes vias de acesso ao centro da cidade ou às rodovias, como, por exemplo, a BR-153. Whitacker (2003, p. 233) já apontava, há alguns anos, que, para o caso de São José do Rio Preto, a constituição de novas centralidades estava diretamente ligada aos importantes eixos viários da cidade:

[...] as atividades comerciais estão constituindo novas centralidades em áreas profundamente marcadas por eixos viários de várias escalas, com duas características básicas: a localização nos eixos rodoviários e a localização nos eixos viários intraurbanos – todos com conexão entre si. Isso denota algumas dinâmicas possíveis: uma cidade que organiza seu

consumo em função dos deslocamentos das pessoas pelos automóveis, ao mesmo tempo que os deslocamentos são possíveis e necessários tanto pelos eixos como pelas distinções no plano do território da cidade dos espaços distintos e diferenciados e diferentes e segmentados.

Quando o autor apontou essas questões, Rio Preto contava apenas com um *shopping center* de grande porte (Riopreto Shopping). Desde então, foram instalados outros três empreendimentos: Plaza Avenida (2007), Cidade Norte (2012) e Iguatemi (2014), objeto de pesquisa deste artigo. Cada novo centro de compras foi responsável por criar novas centralidades funcionais, assim como cada um deles está localizado ao lado de importantes avenidas que dão acesso direto ao centro ou às rodovias que cortam a cidade (Figura 01).

Nos próximos tópicos, discutiremos primeiro a forma com que o *shopping center* no geral é idealizado como um espaço que simula uma “cidade ideal”, implantado para atender a segmentos específicos. Em seguida, mostraremos que, no caso do Iguatemi Rio Preto, desde o anúncio do centro de compras houve uma mudança na paisagem urbana da zona Sul, que passou a atrair novos empreendimentos comerciais, residenciais e empresariais destinados, sobretudo aos segmentos de alto padrão que vivem nos arredores.

Como procedimentos metodológicos, foram realizadas pesquisas em artigos, livros e trabalhos acadêmicos que trazem discussões acerca dos *shopping centers*, em especial aqueles que abordam exemplos de cidades médias como São José do Rio Preto. Trabalhos de campo foram realizados nos arredores do empreendimento com o objetivo de produzir um exercício de observação e descrição da realidade que pode ser vista nesses locais. Demais informações foram coletadas em portais eletrônicos da Prefeitura Municipal ou da instituição pesquisada. Por fim, traremos alguns trechos de uma entrevista realizada com o ex-Gerente Geral do Iguatemi, Fernando Brandão, em que tivemos como objetivo principal saber mais sobre as estratégias e práticas adotadas pelo grupo na implantação do centro de compras.

O *shopping center* e a “cidade ideal”

Iniciaremos este tópico com duas perguntas: O que é uma “cidade ideal”? E por que o *shopping center* representa essa ideia? Para a primeira pergunta, Rodrigues (2007, p. 75) salienta que, na “cidade ideal”, não haveriam “problemas de moradia, de transporte, de

escolas, postos de saúde e hospitais, poluição entre outros”. Usando como exemplo a cidade capitalista, a autora ressalta que há um discurso dominante em que os agentes “tipicamente capitalistas” (os planejadores e, sobretudo, o Estado) são os responsáveis pelo desenvolvimento desse espaço ideal isento de problemas.

Por outro lado, este mesmo discurso aponta para os agentes “não tipicamente capitalistas” (os trabalhadores menos abastados principalmente) que vivem nas favelas, nas ocupações etc., como os responsáveis pelos problemas urbanos. Assim, na “cidade ideal, objeto e objetivo do planejamento de prancheta, espera-se que os trabalhadores ‘desapareçam’ após a jornada de trabalho”.

No entanto, essa é uma ideia impraticável, uma utopia. Em síntese, a “cidade ideal” é algo impossível de ser criado em larga escala. Não dá para simplesmente fazer desaparecer os problemas existentes nas cidades espalhadas pelo planeta. Por outro lado, como o *shopping* torna possível essa ideia?

Segundo Pintaudi (1992, p. 28), este modelo de estabelecimento comercial cria um “microambiente de felicidade, onde parece não existirem problemas, o que, aliás, é uma das preocupações da administração do empreendimento e que tem garantido o afluxo de pessoas”.

No SC os indivíduos que têm capacidade de consumo sentem-se mais “protegidos” para realizar suas compras, além de se sentirem num lugar confortável, o que estimula o consumo. No Brasil, particularmente, esta “ilha da fantasia” começa nas portas do SC, porque a brutal disparidade na distribuição dos rendimentos afasta deles a imensa maioria da população.

Para Frúgoli Jr. (1992, p. 76-7), o *shopping center* surge como um contraponto “às deficiências de infraestrutura das grandes cidades, veiculando, em nível promocional, uma espécie de “imagem invertida” destas.

[...] são locais confinados, servidos por uma uniforme climatização ambiental, em que o tempo parece não passar – tanto as horas, uma vez que não há relógios, quanto os anos, pois os materiais não se deterioram, sendo trocados antes de se deixar perceber seu envelhecimento. Não há chuvas, nem calor excessivo, nem becos escuros ou ruas esburacadas. Atores sociais “indesejáveis”, como: marreteiros, mendigos, trombadinhas, prostitutas, travestis, gangs rebeldes, “loucos” e mesmo “tipos exóticos”, são banidos através de um rígido esquema de segurança.

Dessa forma, o que não é possível acontecer na cidade real pode ser visível em um *shopping center*. Assim, este aparece como um espaço de tamanho limitado em que a vigilância constante, as normas de conduta que ditam as regras de vestimenta ou de comportamento, as facilidades de estacionamento e, talvez o principal, a tentativa de exclusão dos segmentos inferiores, os indesejados, transportam os frequentadores destes locais para uma realidade simulada onde tudo está em ordem, e quem ameaçar acabar com a paz existente pode ser orientado a se retirar do local ou sequer ser autorizados a entrar, conforme mencionado anteriormente no exemplo do JK Iguatemi, em São Paulo. Em síntese, Sarlo (2014, p. 10) salienta que este empreendimento “assegura alguns dos requisitos exigidos de uma cidade: ordem, clareza, limpeza, segurança, que não são garantidas nas cidades dos países pobres ou só são obtidas parcialmente fora dos enclaves do capitalismo globalizado”.

Frúgoli Jr. (1992, p. 77) ressalta que esse modelo de empreendimento comercial representa então uma “cidade em miniatura”, que “‘dialoga’ com signos e características de outros espaços e instituições recriando, em seus interiores, novas praças, calçadas, bulevares, alamedas de serviços, agrupamentos de lojas etc., dentro de uma nova escala e concepção”. Dessa forma, conforme o autor argumenta:

Nesse cenário de irrealidade, os frequentadores imaginam encontrar um lugar a salvo das estatísticas da violência urbana, das intempéries climáticas, dos transtornos do trânsito, das desordens da geografia urbana. [...] Chegamos, portanto, à interpretação de que *simbolicamente*, os SC *aspiram a produzir, num espaço fechado, a utopia urbana que o capitalismo moderno não realizou para o conjunto da sociedade*: uma “cidade ideal”, repleta apenas de cidadãos consumidores, sem vestígios de pobreza e deterioração (FRÚGOLI JR., 1992, p. 77, grifos do autor).

Nesse contexto, para Harvey (2015, p. 220), o sucesso dos *shopping centers* está atrelado à construção de “ambientes protegidos, seguros, bem organizados, de fácil acesso e, sobretudo, agradáveis, relaxantes ou isentos de conflito”, ou seja, é um espaço que possibilita que o frequentador, durante algumas horas diárias, possa se sentir em uma “cidade ideal”, cujos problemas são deixados do lado de fora.

Contudo, esse modelo de enclave traz sinais suficientes que contribuem para a segregação dos diferentes segmentos. Os equipamentos de segurança e os próprios agentes contratados que transitam entre o público estão presentes em todos os andares para mostrar que o menor sinal de desordem será reprimido imediatamente. Em alguns casos,

são visíveis até mesmo normas de conduta afixadas nas paredes dos *shopping centers* mostrando como os frequentadores devem se portar para evitar contratemplos. Conforme Davis (2009, p. 237) destaca, os “espaços pseudopúblicos para consumidores ricos de nossos dias [...] estão repletos de sinais invisíveis que impedem a entrada do ‘Outro’ da subclasse”. Todavia, embora “os críticos da arquitetura, em geral, não prestem atenção em como um ambiente construído contribui para a segregação, os grupos de párias [...] leem o significado imediatamente”.

Todavia, temos que discordar do autor citado acima somente quanto ao termo “invisíveis” colocado para descrever os sinais que impedem a entrada dos visitantes indesejáveis. Em vários casos, os sinais são bastante visíveis. No tópico a seguir, iniciaremos a discussão acerca do Iguatemi Rio Preto, inaugurado em 2014 em uma localização estratégica da cidade. Segundo Padilha (2006, p. 75) a Iguatemi Empresa de *Shopping Centers* S.A. “investe em imóveis que geram renda, e suas atividades englobam compra, concepção, planejamento e administração de *shopping centers* regionais e complexos imobiliários de uso misto”. No caso rio-pretense, a estratégia foi mantida e o grupo implantou um complexo multiuso, conforme destacado pelo entrevistado:

[...] a gente não veio somente com o *shopping*, mas sim com um complexo multiuso que ele tem tanto o *shopping*, que é o prédio comercial voltado ao varejo, e você tem duas torres comerciais de escritórios e consultórios; você tem uma torre de hotel e três torres residenciais dentro do complexo
(Fernando Brandão, ex-Gerente Geral do Iguatemi Rio Preto, 16/06/2015, entrevista concedida ao autor)

O *shopping*, como é de se esperar, também traz em seu interior os já mencionados artefatos de segurança, mas, conforme veremos no decorrer do próximo tópico, não há um êxito na segmentação do público.

O Iguatemi Rio Preto e a criação de uma nova centralidade

Localizada na região Noroeste do estado de São Paulo, São José do Rio Preto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conta atualmente com uma população de 460.671 moradores (IBGE, 2019). A população local é atendida atualmente por quatro *shopping centers* de grande porte, que também atraem diariamente visitantes de

dezenas de cidades da região administrativa tanto de Rio Preto quanto de outras regiões vizinhas.

No entanto, Lima (2016, p. 17) ressalta, em um estudo sobre os *shopping centers* de São José do Rio Preto, que a implantação desse modelo de empreendimento faz com que o comércio central, popularmente chamado de “calçadão” (que cria uma centralidade gerada na vida cotidiana), além das pequenas lojas de bairro, venham a perder parte de sua importância e do seu público. Assim:

Diminui-se o deslocamento para áreas centrais da cidade onde antes estava localizado o eixo comercial principal, [...] surgindo novas centralidades a cada novo *shopping center* inaugurado, com valorização de novas áreas, atraindo para o seu entorno novas opções comerciais, como, por exemplo, agências bancárias, restaurantes, salões de festa etc.

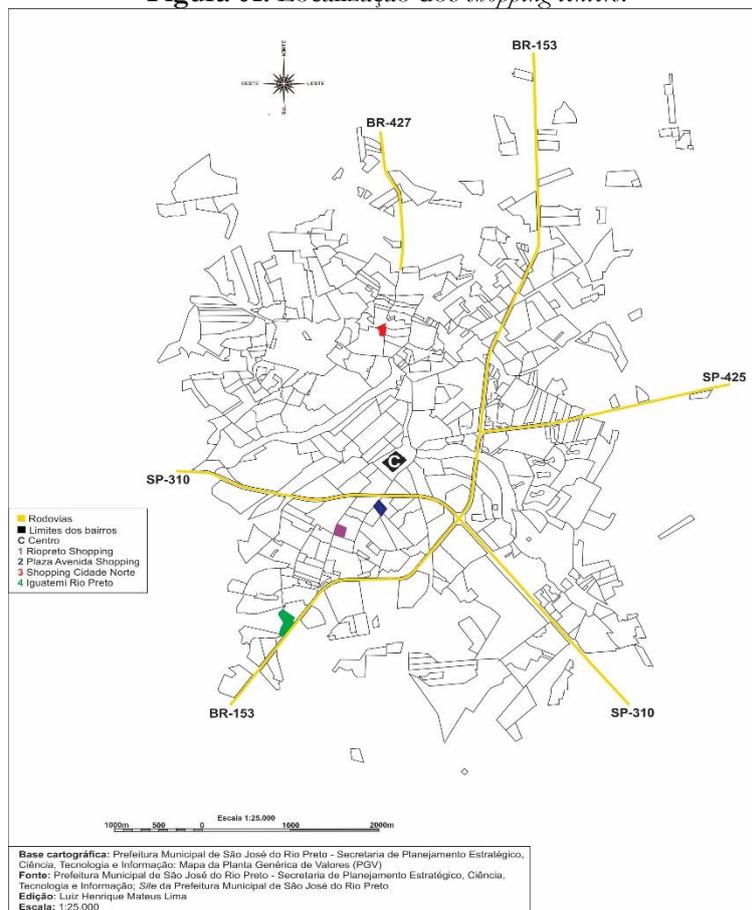
Nas páginas seguintes, apresentaremos o quadro 01, que traz alguns dados sobre os quatro empreendimentos. Em seguida, a figura 01 traz a localização de ambos os *shoppings*. Para este artigo, já foi mencionado que o objeto de estudo é o Iguatemi Rio Preto, localizado na zona Sul da cidade, no final da Avenida Juscelino Kubistchek e ao lado da rodovia BR-153, uma localização que desde o seu planejamento se faz estratégica. A figura 02, que mostra com detalhes onde o estabelecimento foi implantado, será apresentado após o quadro 01 e a figura 01 mencionados acima.

Quadro 01: Caracterização dos *shopping centers* de São José do Rio Preto.

Localização	Empreendimento	Inauguração	Administradora	Fonte de Financiamento	Área Bruta Locável	Bairro de Implantação	Rendimento Médio (estimativa)
Zona Sul	Riopreto <i>Shopping</i>	1988	JALEMI – Riopreto <i>Shopping</i> Ltda.	–	40.000 m ²	Vivendas	R\$ 6.520,00
Zona Sul	Plaza Avenida <i>Shopping</i>	2007	Gerccom – Desenvolvimento de Centros Comerciais	Grupo Asperbras	44.572 m ²	Parque Estoril	R\$ 2.385,00
Zona Norte	Shopping Cidade Norte	2012	Tarraf Empreendimentos	Fanata Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Lumine Soluções em <i>Shopping Centers</i>	18.000 m ²	Dom Lafayette Libânio	R\$ 1.800,00
Zona Sul	Iguatemi Rio Preto	2014	Iguatemi Empresa de <i>Shopping Centers</i> S.A.	Iguatemi Empresa de <i>Shopping Centers</i> S.A.	43.650 m ²	Bairro Iguatemi ³	Entre R\$ 9.000,00 e R\$ 10.000,00 ⁴

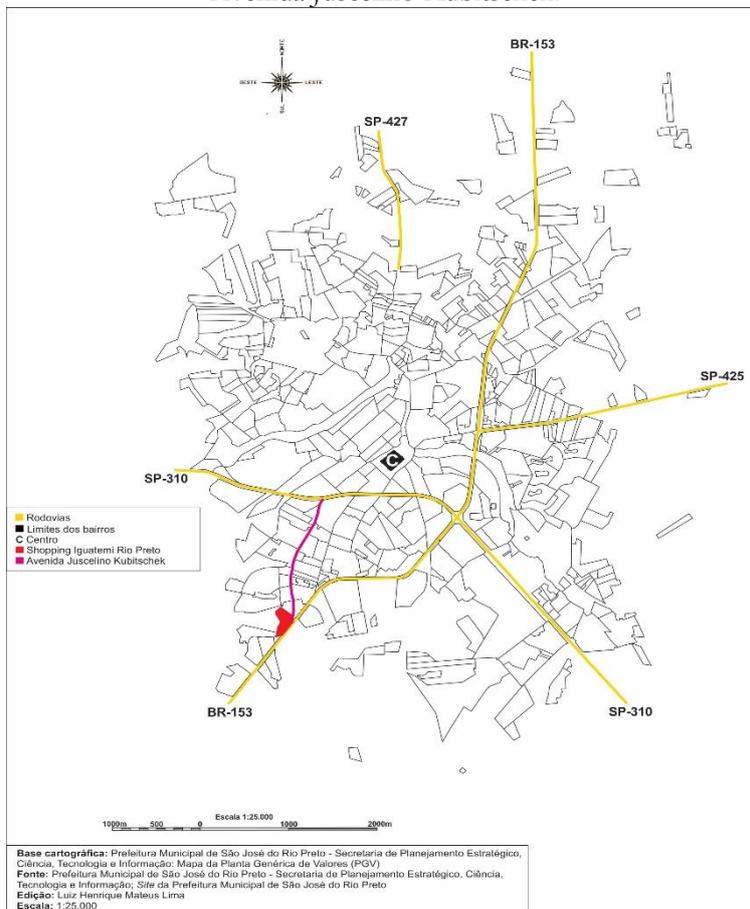
Fonte. IBGE (2010); Conjuntura Econômica 2017; Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico, Ciência, Tecnologia e Inovação; Revista da Associação Comercial e Empresarial de São José do Rio Preto (ACIRP); Sites dos empreendimentos.

Figura 01: Localização dos *shopping centers*.



Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto –
Secretaria de Planejamento Estratégico, Ciência, Tecnologia e
Informação; elaborado por Lima (2019).

Figura 02: Localização do Iguatemi Rio Preto e da Avenida Juscelino Kubitschek.



Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto – Secretaria de Planejamento Estratégico, Ciência, Tecnologia e Informação; elaborado por Lima (2019).

Um primeiro ponto a se destacar, ao analisar o quadro 01, é o do bairro em que o Iguatemi foi implantado e também o rendimento médio mensal desta área. Conforme já foi mencionado, este *shopping* está localizado em uma zona historicamente ocupada pelas famílias mais abastadas, que vivem nos vários condomínios fechados ou bairros tradicionais. Isto mostra que o planejamento do grupo em lançar o empreendimento nesta área não foi à toa.

Segundo Alcântara (2013, p. 72), na zona Sul de Rio Preto “a ação estatal foi mais intensa no provimento de infraestrutura, beneficiando os capitais incorporadores que atuavam na cidade”. Dessa forma, essas ações possibilitaram que fossem implantados:

[...] o primeiro *shopping center* [...]; hospitais e clínicas que prestam serviços médicos altamente especializados; escolas e universidades privadas de

capital local e nacional/internacional; lojas e serviços voltados ao público de alto padrão; empreendimentos residenciais dentre os mais caros da cidade.

Em matéria³ publicada pela revista *Exame* em 2011, na época em que o empreendimento foi anunciado, foi destacado já no início que o *shopping* contaria com lojas voltadas para as classes A e B. Inclusive em uma fala do diretor de Novos Negócios do Iguatemi, Wilson Marques Spinelli, foi mencionado que o estabelecimento seria implantado em uma área da cidade onde se concentram os domicílios de alta renda da cidade. Além desta reportagem, o grupo Iguatemi libera trimestralmente um relatório com informações financeiras e operacionais, e um dos pontos a se destacar é que, até o terceiro trimestre de 2018, em todos os relatórios existia um tópico chamado “Estratégia” que trazia a seguinte descrição:

A Iguatemi segue confiante à sua estratégia de ter os melhores ativos nas melhores localizações, focando suas operações nas regiões Sul, Sudeste e Brasília, áreas de maior poder aquisitivo e potencial de consumo per capita do país, e nas classes A e B, público menos suscetível às crises e mais exigentes em termos de qualidade dos produtos e serviços oferecidos (IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A., 2018, p. 18).

As informações na reportagem e no relatório mencionados acima evidenciam uma tentativa de limitar o acesso ao Iguatemi e às mercadorias comercializadas a uma ou duas classes específicas, excluindo as outras. Ao citar os exemplos do *shopping* Iguatemi e do Cidade Norte (localizado na zona Norte e destinado ao público menos abastado), Milani (2018, p. 251) ressalta que alguns detalhes mostram que há uma tentativa de segmentar o público consumidor. Dessa forma:

Os elementos físicos que os caracterizam, os símbolos e signos utilizados para sua representação, revelam o público consumidor que buscam atrair, sobretudo pela presença ou ausência de lojas de *griffes* e franquias. Mesmo que isso não seja absoluto, os dois empreendimentos produzem espaços de consumo para diferentes segmentos socioeconômicos, assim, naturalizam a segmentação.

³ **REVISTA EXAME.** “Iguatemi vai construir *shopping* em São José do Rio Preto”. Em 28/03/2011. Meio digital. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/iguatemi-vai-construir-shopping-sao-jose-rio-preto-534898/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 33-60, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Contudo, como fazer para fechar este ambiente – o Iguatemi Rio Preto – para os dois segmentos mencionados se, conforme Souza (2010, p. 201) destaca, os *shopping centers* “não são tão ‘fechados’ quanto os condomínios”? Ou seja, nas palavras do autor, “eles não são imunes a toda ‘contaminação’, pois são frequentados também por pessoas de baixa renda”. Fazendo uma observação pelos estacionamentos do Iguatemi, é possível chegar à uma conclusão inicial de que, em um estabelecimento direcionado às classes A e B, a quantidade de carros populares é maior do que a de modelos importados mais exclusivos à elite econômica local. Outra questão é que há pontos de ônibus em frente ao empreendimento e frequentemente chegam novos visitantes oriundos do terminal rodoviário ou das diferentes paradas que o transporte coletivo faz até chegar no *shopping*.

Assim, apesar de buscar um público alvo, pelo menos no caso de São José do Rio Preto o espaço comercial é aproveitado por outros segmentos menos afluentes economicamente. A elite econômica rio-pretense é diferente da paulistana, por exemplo, e isso pode ser visto no quadro 01 na parte que mostra o rendimento médio nos bairros próximos ao estabelecimento comercial. Não houve, por exemplo, um caso como o que foi mencionado no começo do trabalho no *shopping* JK Iguatemi da capital paulista, em que um grupo quase foi impedido de entrar no local. No entanto, assim como ocorre em outros lugares, o empreendimento tem os seguranças, os equipamentos de vigilância etc., para impedir que a paz na “cidade ideal” seja perturbada.

Apesar de constar nos relatórios institucionais que há uma estratégia de segmentar o público para duas classes específicas (A e B), no caso do empreendimento em São José do Rio Preto essa prática não é viável. Em uma entrevista⁴ realizada com o ex-Gerente Geral do Iguatemi Rio Preto, Fernando Brandão, é ressaltado que, até por estar fora das grandes capitais nacionais, o grupo que administra o *shopping* acrescenta também a classe C ao público alvo:

Hoje o *shopping* é um *shopping* regional. Qualquer *shopping* de porte regional, tirando os das grandes capitais, você tem que ter o público A, B e C [...] então você trabalha para esse perfil.

[Então a classe C também frequenta o *shopping* de vocês?]

⁴ A entrevista aconteceu no dia 16 de junho de 2015, pouco mais de 1 ano após a inauguração do *shopping* em São José do Rio Preto. Na época, o entrevistado era o Gerente Geral, função que exerceu até janeiro de 2016. *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 33-60, maio-ago. Ano 2020.*

Sim frequentam. O nosso *mix* foi montado para isso. Tem marcas que atendem esse segmento. A gente tomou a decisão pelos estudos que preferem 20% ou 25% de marcas regionais. É para ter essa inserção dentro do mercado local, o mercado da região de Rio Preto. Isso leva em consideração você atender todos esses segmentos.

(Fernando Brandão, ex-Gerente Geral do Iguatemi Rio Preto, 16/06/2015, entrevista concedida ao autor)

Todavia, apesar de ser um estabelecimento em que, no caso de São José do Rio Preto, não há um êxito na separação das classes da forma como pode ser vista em uma capital como São Paulo, por exemplo, o Iguatemi contribui para o agravamento da segregação socioespacial de outras formas, principalmente ao valorizar o solo urbano e atrair novos empreendimentos de alto padrão para os arredores. Há, portanto, a criação de uma nova centralidade mais exclusiva, cuja homogeneidade se torna evidente e que reafirma a zona Sul como o endereço dos segmentos mais abastados.

Sposito (2013, p. 75) utiliza a expressão “policentralidade” para descrever as dinâmicas que ocorrem nas cidades em que as grandes superfícies comerciais e de serviços desempenham funções importantes ao mesmo tempo em que influenciam na relativa perda da importância simbólica do centro tradicional, que até então era onde se concentrava o comércio variado e os serviços essenciais. Conforme a autora reforça, essas dinâmicas:

São atinentes ao aparecimento de grandes superfícies comerciais e de serviços, que redefinem, de modo profundo, a estrutura espacial que vinha se estabelecendo no decorrer do tempo [...] Conformam, deste modo, uma centralidade que não é hierarquicamente inferior à do centro principal, em termos de oferta, diversidade ou grau de especialização dos bens e serviços que oferecem, mas, sim, que compete com o centro principal, num esforço de oferecer um *mix* muito diversificado de bens e serviços (é o caso dos *shopping centers*).

Nesse contexto, em Rio Preto há uma policentralidade já estabelecida pela presença de quatro *shopping centers* de grande porte, que, conforme citado anteriormente, oferecem não só um *tenant mix* mais diversificado do que o centro, mas que também atendem em dias e horários em que as lojas na região central não estão em atividade, assim como mantem do lado de fora o que é visto como algo fora do normal daquele ambiente. No caso do Iguatemi, o complexo inaugurado oferecesse, além das lojas, do cinema, da praça de alimentação e dos serviços variados, um hotel da rede Hyatt, um condomínio empresarial (Iguatemi Business) e os três edifícios residenciais (Integrato Iguatemi). No

outro extremo, o centro tradicional traz a deterioração dos edifícios, os prédios comerciais que há anos já estão desocupados e as ruas que cada vez mais são ocupadas pelos sem-teto.

As novas centralidades, segundo Alves (2018, p. 112/113), são diferentes das antigas, pois se apresentam “como mais especializadas, seletas e com menor diversidade, tanto social como de atividades, resultando em uma diferenciação socioespacial que revela a segregação socioespacial, por buscarem afastar dessas localidades as populações de mais baixa renda”.

A potencialidade das centralidades tradicionais como local de encontros, consumo e protesto também perde força para outras centralidades, tais como os *shopping centers*, que se tornam os novos templos do consumo e mesmo de encontro, ainda que mediados pelo consumo/desejo da mercadoria.

Nas cidades, Gottdiener (2016, p. 248) destaca que as “atividades públicas não mais se realizam num centro lúdico do povoado, com seu espaço social particular e sua urbanidade”. Segundo o autor, alguns “*shoppings centers* têm acrescentado eventos culturais, numa simulação mal disfarçada da vida diária da cidade, com o intuito de atrair consumidores diários”. Nesse contexto, com a multiplicação das novas superfícies comerciais que reúnem em seu interior uma variedade de opções para consumo, o centro tradicional perde parte do público, passando por evidente precarização. Podemos citar como exemplo as antigas salas de cinema, que foram fechadas ano após ano, tornando-se praticamente inexistentes nas áreas centrais, mas, ao mesmo tempo, estão presentes em todos os *shoppings*.

No caso de São José do Rio Preto, os novos estabelecimentos comerciais implantados na zona Sul nesta década, especialmente nos arredores da Avenida Juscelino Kubitschek, criaram novas centralidades mais funcionais mais homogêneas que, segundo Alves (2018, p. 114), “tendem a seguir a lógica de impedimento do uso pela população de baixo poder de consumo, reforçando processos de segregação socioespacial”. Estes empreendimentos, localizados em áreas tradicionais, atraíram projetos habitacionais e empresariais, sejam eles verticais ou horizontais, modificando completamente a paisagem dessa região.

Conforme veremos nas figuras 03-06, desde a inauguração do Iguatemi, em 2014, e do hipermercado Muffato, em 2015, a paisagem urbana desta área está em evidente mudança. Nota-se que o verde dos vazios urbanos vai sendo substituído pelas fachadas

envidraçadas dos novos edifícios, além da multiplicação dos *outdoors* promovendo novos projetos para os próximos anos.

Figura 03: Anúncio de um condomínio vertical.



Fonte. Acervo do autor (2019).

Figura 04: Anúncio de um condomínio horizontal.



Fonte. Acervo do autor (2019).

Figura 05: Hipermercado Muffatto.



Fonte. Acervo do autor (2019).

Figura 06: Verticalização.



Fonte. Acervo do autor (2019).

Os grandes centros comerciais se tornaram atrativos da urbanização. Implantados em áreas distantes, eles atraem novos projetos e direcionam a expansão urbana para determinadas direções. Conforme Baudrillard (1981, p. 100) salienta acerca dos hipermercados e dos *shopping centers*, esses empreendimentos estabelecem “uma órbita sobre a qual se move a aglomeração”. A Figura 3 acima mostra o hipermercado Muffatto que, conforme dito anteriormente, foi inaugurado em 2015, enquanto a Figura 4 traz a existência de edifícios que foram recentemente inaugurados, que estão em fase final de construção ou que ainda estão na fase inicial das obras. Todos lançados no âmbito dessa transformação da zona Sul após a chegada do *shopping*.

Whitacker (2010, p. 18) ressalta que, em Rio Preto, é observado que a implantação do *shopping center* “cria também novas centralidades que, paulatinamente, mudam o padrão de uso daquelas áreas”, nesse contexto, o autor inclui também os hipermercados entre os empreendimentos que “são responsáveis por grandes impactos na

estruturação urbana, por criarem, rapidamente, grande atração para determinados pontos, com problemas viários e de tráfego”. Não à toa, veremos adiante que uma das obras realizadas pelos responsáveis pelo Iguatemi foi a de duplicar a Avenida Juscelino Kubitschek, assim como investiram também na melhoria de uma rotatória que facilita a chegada e a saída da cidade para quem utiliza a BR-153, conforme citado abaixo a partir da entrevista realizada com o ex-Gerente Geral do Iguatemi:

Uma obra que foi feita independente de qualquer contrapartida foi essa rotatória na frente do *shopping*. Então isso não era contrapartida, mas ali existia um trevo que era muito perigoso, então a gente entendeu que seria benéfico tanto para o *shopping* quanto para a cidade resolver essa questão desse cruzamento entre a avenida J.K [Juscelino Kubitschek] e a BR-153.

(Fernando Brandão, ex-Gerente Geral do Iguatemi Rio Preto, 16/06/2015, entrevista concedida ao autor)

Todavia, apesar de promoverem uma transformação na paisagem e direcionarem a expansão urbana para novas áreas, há também uma precarização do centro tradicional, que até então concentra também um comércio variado, porém, sem o mesmo conforto, segurança e com horários de atendimento diferentes daqueles vistos nos *shopping centers*. Assim, o *shopping* é um concorrente direto das áreas centrais. Acerca desta questão, Sposito (2013, p. 75) ressalta que estas superfícies comerciais “exercem atração sobre todo o conjunto da cidade, [...] bem como, muitas vezes, polarizam moradores de outras cidades que estão próximas àquela em que se instalam”. Conforme ressaltado anteriormente, esse modelo de empreendimento oferece um *tenant mix* mais diversificado e, sobretudo, mais direcionado a um público específico que tem um poder aquisitivo maior.

O fator atração é indispensável, principalmente se analisarmos a localização estratégica. No caso do Iguatemi Rio Preto, foi possível observar nos Mapas mostrados no começo do artigo que o empreendimento está localizado no final de uma Avenida importante da cidade, que dá acesso direto à região central e a outras localidades, ao mesmo tempo em que a BR-153 passa ao lado do *shopping*, tendo então uma rotatória que dá acesso ao centro comercial para quem chega à cidade. Da mesma forma, facilita para quem deseja sair de Rio Preto. A proximidade com as vias de acesso e de saída das cidades é essencial para que esses estabelecimentos comerciais atraiam não só os consumidores locais, mas

também da região, principalmente no caso de São José do Rio Preto, que exerce a função de capital regional⁵.

Silva (2015, p. 245) salienta que os *shopping centers* são “grandes empreendimentos comerciais e de serviços, cuja produção, no espaço urbano, contempla, em geral, interesses fundiários e imobiliários relativos aos grandes empreendimentos”. Dessa forma, o autor ressalta que são gerados impactos na “estruturação do espaço urbano, o que varia segundo o porte de sua instalação e das cidades”. Em síntese, “por movimentarem muitos consumidores e frequentadores, mercadorias e capitais, expressam centralidades, em alguns casos, de alcance regional”.

Na entrevista realizada com o ex-Gerente geral do Iguatemi Rio Preto, foram mencionadas as mudanças realizadas pelo Grupo que vão das vias de acesso ao *shopping* às linhas de transmissão de energia elétrica, conforme veremos abaixo.

A gente modificou bastante o entorno aqui [...] depois que a gente anunciou o *shopping*. Primeiro que a gente fez uma reforma de infraestrutura para receber o empreendimento, então a gente duplicou a J.K [*Avenida Juscelino Kubitschek*] até o final [...] A gente dobrou a capacidade de linha de transmissão de energia elétrica uma nova subestação da CPFL [*Companhia Paulista de Força e Luz*] para atender a zona sul da cidade. A gente sabe que a construção de um *shopping center*, isso é, em qualquer mercado, ela traz um desenvolvimento imobiliário forte no entorno dele e isso acontece tanto nas grandes capitais quanto nas cidades médias. Então qualquer *shopping center* será um polo de desenvolvimento do entorno.

(Fernando Brandão, ex-Gerente Geral do Iguatemi Rio Preto, 16/06/2015, entrevista concedida ao autor)

Nos trabalhos de campo realizados por toda a extensão da Avenida Juscelino Kubitschek, foi possível encontrar, em sua maioria, novos edifícios de condomínios residenciais ou empresariais. A verticalização nesta área é notável. Inclusive ao lado do *shopping* Iguatemi já existem tapumes da incorporadora Tarraf, uma das empresas que mais investem em novos projetos. Outras empresas são a RNI Negócios Imobiliários, Hugo Engenharia, BKO Incorporadora e a Grupofort Construções e Incorporações LTDA.

⁵ No site do grupo Iguatemi é destacado que a reforma na rotatória em questão contou com investimentos de R\$ 10 milhões e teve a participação da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto e a Transbrasiliana, concessionária que cuida da rodovia BR-153. A rotatória é descrita como um “presente” à cidade. As informações estão disponíveis em: <https://iguatemi.com.br/institucional/shopping-e-outlets/iguatemi-sao-jose-do-rio-preto>

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 33-60, maio-ago. Ano 2020.

Figura 07: Anúncio de um novo empreendimento ao lado do Muffato.



Fonte. Acervo do autor (2019).

Figura 08: Anúncio da BKO ao lado do Iguatemi.



Fonte. Acervo do autor (2019).

Figura 09: Verticalização.



Fonte. Acervo do autor (2019).

Apesar de estudar os efeitos dos *shopping centers* na metrópole paulistana, Gaeta (1992, p. 57) faz algumas considerações sobre os impactos desse modelo de empreendimento que podem ser vistos na maioria das cidades, em especial no recorte territorial deste artigo. Segundo o autor, as novas superfícies comerciais, particularmente os *shopping centers*, “associam-se a mudanças nas áreas residenciais, valorizando novos espaços, verticalizando áreas”. Com isso, o “próprio fluxo de automóveis muda, já que se criam pontos importantes de atração, principalmente para esse tipo de consumidores”.

Na zona Sul de São José do Rio Preto, em especial nos bairros que estão nos arredores do Iguatemi e da Avenida Juscelino Kubitschek, o aumento no valor do metro quadrado dos terrenos acompanhou a construção do empreendimento. Em uma matéria⁶ do *Diário da Região* publicada em 2013, antes da inauguração do *shopping*, o valor do metro quadrado havia dobrado em determinados locais, chegando a custar até R\$ 1,5 mil. Dessa forma, os proprietários de terrenos os mantinham desocupados aguardando o melhor momento para vender a sua parte para as incorporadoras.

⁶ PEREIRA, Guto. “Desponta uma nova Rio Preto”. *Diário da Região*, 23/06/2013. Disponível em: <http://www.diariodaregiao.com.br/economia/desponta-uma-nova-rio-preto-1.139273> Acesso em: 28 nov. 2019.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 33-60, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Isto mostra a forma com que a terra urbana é tratada como uma mercadoria. No caso do *shopping*, por exemplo, na reportagem da revista *Exame* citada no início deste artigo, foi destacado que o grupo Iguatemi se tornou proprietário de 88% do negócio enquanto o antigo dono do terreno manteve os 12% restantes para si. Essa prática, conforme veremos abaixo segundo a fala do ex-Gerente Geral, é normal.

[O Grupo Iguatemi compra essas terras?]

Existe uma sociedade com o empreendimento onde entra a parte do terrenista, e aí depende muito do acordo comercial se é feito uma compra efetiva ou se é feita uma permuta, isso funciona para os *shoppings*, o mercado funciona assim. Então depende muito de uma questão comercial. Você define a área que você quer, você vê os terrenos disponíveis e aí ou você compra ou você permuta esse terreno.

(Fernando Brandão, ex-Gerente Geral do Iguatemi Rio Preto, 16/06/2015, entrevista concedida ao autor)

Para acompanhar o aumento no preço do metro quadrado, podemos usar como fonte as Plantas Genéricas de Valores de São José do Rio Preto. É importante ressaltar que a referida Planta apresenta apenas os valores venais do metro quadrado que são usados para o cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); no fim, quem dá os preços é o próprio mercado. Utilizaremos esses números como informações complementares para que o leitor tenha uma ideia inicial do impacto do *shopping* na região. Dessa forma, mostraremos os valores de quatro anos diferentes: 2008, alguns anos antes da inauguração do *shopping*; 2013, 1 ano antes da inauguração; 2014, ano da inauguração; e em 2019, com o empreendimento já em funcionamento há cinco anos.

- Em 2008, o valor venal do metro quadrado nos arredores da Avenida Juscelino Kubitschek variava entre R\$ 213,65 (mais baixo) e R\$ 395,67 (mais alto);
- Em 2013, após o anúncio e com o empreendimento em obras, os valores variavam entre R\$ 281,66 e R\$ 521,62;
- Em 2014, ano de inauguração, os valores variavam entre R\$ 379,70 e R\$ 730,26. É importante ressaltar que, no terreno em que está localizado o Iguatemi, o metro quadrado custava R\$ 599,86;

- Por fim, em 2019, cinco anos após a inauguração, os valores do metro quadrado variam entre R\$ 250,86 e R\$ 969,27. No terreno em que está localizado o Iguatemi, o metro quadrado atualmente custa R\$ 796,18.

Em 2019, é possível observar que o valor mínimo teve uma queda brusca se comparado ao que foi mostrado em 2014 (de R\$ 379,70 para R\$ 250,86). Isso ocorreu por causa da regularização de um antigo loteamento popular na zona Sul, a Estância Matinha, que fez com que ele entrasse no mapa oficial de São José do Rio Preto.

A partir desses valores mostrados acima, fica evidente que o valor venal do metro quadrado quase triplicou desde 2008. Esse aumento, conforme já foi mencionado, reforçou a homogeneidade dessa área, atraindo investimentos em empreendimentos para um segmento específico, ou seja, aquele que vive nos enclaves próximos. Dessa forma, hoje existem, além dos novos condomínios verticais e horizontais, escolas particulares, um complexo especializado na comercialização de veículos de marcas importadas, restaurantes, escritórios etc., que se somam aos empreendimentos já existentes, como, por exemplo, um campus da Universidade Paulista (UNIP), uma clínica especializada em cirurgia plástica, imobiliárias etc.

O aumento do valor venal do metro quadrado no setor Sul de Rio Preto é algo frequente. Lisbôa (2019, p. 166), a partir de comparações também entre as Plantas Genéricas de Valores, acrescenta as zonas Leste e o Centro como as que mais valorizam na cidade por serem regiões que “historicamente tiveram sua exploração e desenvolvimento com vistas a atender as camadas de renda mais elevadas”. Dessa forma:

Apresentam infraestrutura urbana consolidada, são servidas por vias de acesso rápido. São áreas onde estão inseridos os principais equipamentos de prestação de serviços públicos e privados, bem como os de atendimento à saúde, lazer, cultura e os principais centros de compras. Logo, é uma porção do território onde se encontra a maior oferta de trabalho. Em tais regiões é onde se localizam os primeiros bairros que formaram o município, assim como os principais loteamentos e condomínios fechados destinados às classes alta e média.

Ao estudar a cidade de Londrina/PR e os efeitos da implantação de um *shopping center*, Silva (2006, p. 221) descreve processos que podem ser vistos em várias cidades, principalmente em Rio Preto:

[...] com toda infraestrutura implantada na área do *shopping* e com a centralidade seletiva que se consolida, há o surgimento de loteamentos e condomínios verticais e horizontais fechados de padrão residencial de médio a elevado; e de dois *campi* de universidades privadas, implementados nas glebas que constituíram um “estoque” de áreas que se valorizariam com a construção desse grande equipamento comercial e de serviços.

Abaixo, algumas fotos mostram exemplos de novos empreendimentos que foram implantados nos arredores da Avenida Juscelino Kubitschek em São José do Rio Preto.

Figura 10: Escola Mapple Bear.



Fonte. Acervo do autor (2019).

Figura 11: Loja Decathlon.



Fonte. Acervo do autor (2019).

Figura 12: Anúncio do complexo Euro Motors.



Fonte. Acervo do autor (2019).

Figura 13: Anúncio do complexo Euro Motors.



Fonte. Acervo do autor (2019).

Nas cidades, cada vez mais desiguais, os efeitos das transformações na paisagem urbana oriundas da implantação de novos complexos de comércio e serviços destinados a um público específico só agravam mais as diferenças. Conforme Rodrigues (2007, p. 75) ressalta, é facilmente perceptível, até “para os olhares desatentos, a ‘oposição’ entre áreas ricas e áreas pobres”. Dessa forma, temos zonas ou conjuntos de bairros que recebem obras que duplicam avenidas, investem na pavimentação, melhoram a capacidade das linhas de transmissão de energia elétrica, constroem áreas de lazer etc. Em contrapartida, outros locais, compostos por bairros mais populares, sequer contam com parte desses serviços,

que chegam mais lentamente. Para conseguir que o próprio transporte coletivo chegue a certas áreas já é algo difícil.

No caso do Iguatemi Rio Preto, conforme Lima (2016, p. 188) destaca, o grupo também “reconfigura a área em que é implantado, remodelando parte do plano urbanístico a fim de atender aos anseios e desejos, também reforçando que a centralidade segmentada é funcional e social de fato”. Lembramos então das obras de duplicação da Avenida Juscelino Kubitschek e das outras modificações realizadas pela empresa responsável por planejar o estabelecimento comercial. Em suma, os *shopping centers* são implantados em determinados locais criando ali uma nova centralidade que com o tempo tende a se tornar mais segmentada.

Outros empreendimentos, como escolas particulares, imobiliárias, restaurantes, salões de festas etc., são inaugurados nas proximidades e se juntam a outros estabelecimentos já existentes. Chegam também novos projetos habitacionais, horizontais ou verticais, destinados a um público específico que pode pagar pela melhor localização, pela infraestrutura existente e pelo valor elevado das casas e apartamentos vendidos. Isso traduz no espaço urbano a forma com que o mesmo é apropriado de forma desigual.

Considerações finais

As grandes superfícies comerciais e de serviços são sinônimos de mudanças nas cidades. Inauguradas em locais estratégicos, como, por exemplo, ao lado de rodovias e avenidas principais, elas facilitam o deslocamento dos cidadãos e desenvolvem novas centralidades, além de valorizar a terra urbana. Todavia, esses empreendimentos também criam ou reforçam as desigualdades socioespaciais nas cidades.

Neste artigo, analisamos o caso do *shopping* Iguatemi Rio Preto, que desde o anúncio já era descrito como um estabelecimento destinado a duas classes específicas: A e B. Vale lembrar que isso é algo descrito em relatórios institucionais como uma estratégia buscada pelo Grupo. Todavia, na entrevista com o ex-Gerente Geral é destacado que, por não estar localizado nas grandes capitais, e sim numa cidade do interior, foi importante também montar estratégias para atrair a classe C local ou da Região Administrativa. Contudo, as disparidades podem ser observadas de outras maneiras, como, por exemplo, na estratégia de localização, ou seja, em uma área de São José do Rio Preto

tradicionalmente ocupada pelos mais abastados. Temos nos arredores grandes condomínios fechados de luxo, escolas particulares, clínicas estéticas etc., que dão sinais sobre qual classe habita ali. As obras de melhorias nos arredores, que foram custeadas pelos grupos responsáveis pelo *shopping*, reafirmam as diferenças existentes, principalmente se compararmos com outros setores ocupados por bairros populares, como a zona Norte da cidade, por exemplo.

A chegada do *shopping* promoveu um aumento no valor venal do metro quadrado em toda a extensão da Avenida Juscelino Kubitschek. A partir da Planta Genérica de Valores, pudemos observar que os valores quase triplicaram entre 2008, alguns anos antes da inauguração, e 2019, cinco anos após o empreendimento começar a operar. Nas pesquisas de campo foi possível notar o processo de verticalização que essa área vem passando, com vários edifícios que estão sendo inaugurados ou então na fase de construção. Ao mesmo tempo, observamos a multiplicação de *outdoors* promovendo principalmente futuros empreendimentos habitacionais que serão implantados nos arredores. Todavia, é importante ressaltar que são projetos de alto padrão destinados a um público específico que pode pagar pelos altos valores. Não há, por exemplo, anúncios de loteamentos populares, que geralmente são direcionados para locais mais distantes na cidade, preferencialmente nos extremos das periferias onde as precariedades são notáveis.

Essas mudanças mostram como, nas cidades capitalistas, a apropriação é desigual. Com a terra sendo tratada como mercadoria, aqueles que dispõem de melhores condições financeiras podem optar por viver nas áreas bem servidas de infraestrutura e bem localizadas, que custam mais; enquanto que para os outros restam os pontos mais distantes, que são mais acessíveis para a sua condição financeira, cujas melhorias tendem a chegar de forma lenta, após muita insistência e luta dos moradores.

Referências

ALCÂNTARA, Danilo Marcondes de. **Mudanças na produção do espaço urbano de Londrina (PR), São José do Rio Preto (SP) e Uberlândia (MG): análise comparativa da dinâmica imobiliária recente.** Presidente Prudente, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

ALVES, Glória da Anunciação. As centralidades periféricas: da segregação socioespacial ao direito à cidade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; Alvarez,

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 33-60, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Isabel Pinto (orgs.). **Geografia urbana crítica: teoria e método.** São Paulo: Contexto, 2018.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações.** Lisboa: Antropos, 1981.

BIRMAN, Joel. **O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34; Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo: escavando o futuro de Los Angeles.** São Paulo: Boitempo, 2009.

FRÚGOLI JR., Heitor. Os *shoppings* de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico. In: PINTAUDI, Silvana Maria; FRÚGOLI JÚNIOR., Heitor. (orgs.). **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

GAETA, Antônio Carlos. Gerenciamento dos *shopping centers* e transformação do espaço urbano. In: PINTAUDI, Silvana Maria; FRÚGOLI JÚNIOR., Heitor. (orgs.). **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2015.

IGUATEMI EMPRESA DE *SHOPPING CENTERS* S.A. **Resultados trimestrais.** Disponível em: <https://ri.iguatemi.com.br/listresultados.aspx?idCanal=abnWLw/K1Wic3q9CHcLylg==>
Acesso em: 26 nov. 2019.

IGUATEMI EMPRESA DE *SHOPPING CENTERS* S.A. **Institucional.** Disponível em: <https://iguatemi.com.br/institucional/shopping-e-outles/iguatemi-sao-jose-do-rio-preto>
Acesso em: 10 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-do-rio-preto/panorama> Acesso em: 25 nov. 2019.

LIMA, Luiz Henrique Mateus. **Centralidades segmentadas: os shopping centers da cidade de São José do Rio Preto/SP.** Presidente Prudente, 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

LISBÔA, Cristian Roberto Nazareth. **A produção residencial por empresas privadas:** sua influência no território urbano de São José do Rio Preto/SP de 2000 a 2015. São Carlos, 2019. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos.

MILANI, Patrícia Helena. Novos modos de morar e consumir e a produção da diferenciação socioespacial em Catanduva e São José do Rio Preto – SP. **Formação**. vol. 25, n. 44, p. 241-260, 2018.

PADILHA, Valquíria. **Shopping center:** a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os *shopping centers* brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 65, p. 29-48, São Paulo, 1987.

PINTAUDI, Silvana Maria. O *shopping center* no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI, Silvana Maria; FRÚGOLI JÚNIOR., Heitor. (orgs.). **Shopping centers:** espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

RODRIGUES, Arlete Moyses. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Cidades**. vol. 4, nº 6, p. 73-88, 2007.

SARLO, Beatriz. **A cidade vista:** mercadorias e cultura urbana. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

SILVA, William Ribeiro da. Centralidade e produção de loteamentos fechados na cidade de Londrina-PR. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (orgs.). **Cidades médias:** produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, William Ribeiro da. Cidades médias, agentes econômicos e novos espaços de consumo. In: BELLET, Carmen et al. (eds.). **Urbanización, producción y consumo em ciudades medias/intermedias**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013.

WHITACKER, Arthur Magon. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto – SP.** Presidente Prudente, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

WHITACKER, Arthur Magon. Centralidade intraurbana e morfologia em cidades médias: transformações e permanências. In: XI Seminario Internacional RII y IV Taller de Editores RIER, 2010, Mendoza, Argentina. **Anales del XI Seminario Internacional RII y IV Taller de Editores RIER**. Mendoza: Universidad Nacional del Cuyo, 2010, v. 1. p. 1-20.

Sobre o autor

Luiz Henrique Mateus Lima

Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Mestre em Geografia pela Faculdade de Ciência e Tecnologia UNESP, Campus de Presidente Prudente. Atualmente cursa o Doutorado em Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Como citar esse artigo

LIMA, Luiz Henrique Mateus. O Shopping Iguatemi Rio Preto: as mudanças na paisagem urbana e a nova centralidade. **Revista Geografia em Atos** (Online), v.03, n. 18, p. 33-60, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7045

Recebido em: 2019-12-05

Enviado para correção em: 2020-04-27

Aceito em: 2020-06-17

**CARTOGRAPHIE DES CONCEPTS SOCIÉTÉ ET FORÊT: UNE
PERSPECTIVE DE CES CINQ DERNIÈRES ANNÉES**

Laís Stefany de Carvalho Falca Lima

Universidade Federal de São Carlos
orcid.org/0000-0001-6549-0221
E-mail: lah_cfl@hotmail.com

Weldy Saint-Fleur

Universidade Federal de São Carlos
orcid.org/0000-0001-7691-7489
E-mail: weldy003@yahoo.fr

Renan Previl

Universidade Federal de Mato Grosso
orcid.org/0000-0002-6618-6261
E-mail: renan90@yahoo.com

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7107

Résumé

La forêt tropicale et la société sont des concepts qui impliquent plusieurs domaines d'étude. Il en résulte des recherches approfondies qui portent souvent sur des questions environnementales, sociales, culturelles et politiques. La recherche bibliographique présentée dans cet article a pour objet de rassembler une base de référence existant dans la plateforme internationale Web of Science pour le développement de la recherche interdisciplinaire. Par le biais de l'utilisation théorique et conceptuelle, il a été possible d'établir des objectifs pour recenser les domaines de recherches et cartographier à l'aide du système d'information géographique (SIG) les principaux pays qui ont publiés des travaux dans la littérature actuelle. Au total, 242 articles scientifiques publiés au cours des cinq dernières années ont été analysés sur 15 thèmes liés à la forêt tropicale et à la société. Une brève évaluation a été effectuée de la façon dont ces concepts ont été incorporés dans les divers domaines d'études. Sur la base de la conception de cet article, basé sur une brève analyse bibliographique, il est conclu que les efforts de plusieurs domaines de recherches liés à ces concepts favorisent la diversité des études interdisciplinaires et mettent en évidence les pays qui évaluent les avantages et les problèmes courants des forêts tropicales. En outre, il met en lumière les interactions humaines avec la nature d'une plus grande pertinence qui peuvent être approfondies et mieux investies.

Mots-clés: Changement climatique, déforestation, environnement, espèces, système d'information géographique (SIG).

**MAP OF SOCIETY AND FOREST CONCEPTS: A PERSPECTIVE OF
THE LAST FIVE YEARS**

Abstract

Tropical forest and society are concepts that involve several fields of study. This results in extensive research that often addresses environmental, social, cultural and

political issues. The literature search presented in this article aims to bring together an existing referral base in the international Web of Science platform for the development of interdisciplinary research. Through theoretical and conceptual use, it has been possible to establish objectives to identify areas of research and to map using Geographic Information System (GIS) the main countries that have published work in the current literature. 242 scientific papers published in the last five years were analyzed on 15 themes related to tropical forests and society. A brief assessment was made of, how these concepts have been incorporated into the various fields of study. Based on the design of this paper, which is based on a brief review of the literature, it is concluded that the efforts of several research areas related to these concepts promote a diversity of interdisciplinary studies and highlight countries that are assessing the benefits and current problems of tropical forests. In addition, it highlights human interactions with nature of greater relevance that can be deepened and better invested.

Keywords: Climate change, deforestation, environment, species, geographic information system (GIS).

MAPEAMENTO DOS CONCEITOS DE SOCIEDADE E FLORESTA: UM ENFOQUE NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Resumo

Floresta tropical e sociedade são conceitos que envolvem diversas áreas de estudos. Isso resulta em pesquisas amplas envolvendo, muitas vezes, problemáticas ambientais, sociais, culturais e políticas. A proposta de realizar o levantamento bibliográfico deste artigo é reunir uma base referencial existente na plataforma internacional *Web of Science* para o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares. Através do uso de investigação teórica e conceitual foi possível estabelecer objetivos para levantar as áreas de pesquisas e mapear usando o Sistema de Informação Geográfica (SIG) os principais países que publicaram trabalhos na literatura atual. Foram analisados 242 artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, a partir de 15 temáticas relacionadas à floresta tropical e sociedade. Foi realizada uma breve avaliação de como esses conceitos vêm sendo incorporados em diversas áreas de estudos. Conclui-se, a partir do delineamento deste artigo, baseado em uma breve análise bibliográfica, que esforços de diversas áreas de pesquisas ligadas a esses conceitos, promovem a diversidade de estudos interdisciplinares e ressaltam os países que avaliam benefícios e problemas recorrentes das florestas tropicais. Além disso, destaca as interações humanas com a natureza de maior relevância que possam ser mais aprofundadas e melhores investidas.

Palavras-chaves: Mudanças climáticas, desmatamento, espécies, meio ambiente, sistema de informação geográfica (SIG).

Introduction

Les concepts société et forêt ont été utilisés pour comprendre les changements dans l'utilisation des terres humaines et les exigences de l'organisation sociale qui altèrent le rôle des forêts. Selon Gibson et al. (2011), ces mouvements menacent de plus en plus la

biodiversité, en particulier dans les forêts tropicales, où la diversité des espèces et les pressions humaines sont élevées.

Actuellement, la fréquence des incendies et de la déforestation des zones forestières est très élevée et cela finit par modifier certaines activités telles que: l'élevage, l'agriculture etc. En revanche, cette dernière entraîne une perturbation énorme avec le risque de désertification et d'extinction des espèces, c'est-à-dire, il y a peu de forêts tropicales non perturbées (*Ibid.*, p. 378.). Le processus historique d'urbanisation affecte le paysage de différentes manières, comme dans le cas de la plus grande forêt tropicale du monde située sur le territoire brésilien (Amazonie), qui a une superficie totale disponible pour la réforme agraire dans le biome amazonien de 200 000 km² (BARRETO et al., 2006). Des centaines de milliers de personnes dans cette région se trouvent sans connaissance préalable des pratiques agricoles adaptées à un environnement forestier tropical (LUI et MOLINA, 2016). Comme on pouvait s'y attendre, une grande partie des agriculteurs ont échoué en raison de la faible fertilité des terres et du manque de services de base, tels que la possibilité de commercialisation de la production, la vulgarisation et l'absence d'infrastructures (DIEGUES, 1993).

Les principaux concepts liés aux thèmes de la société et de la forêt concernent le changement climatique, la déforestation, la biodiversité, la télédétection, les écosystèmes, les espèces, l'écologie et le développement durable. L'expansion des terres agricoles est la principale cause de la déforestation tropicale (Angelsen et Kaimowitz 2001; Gibbs et al., 2010), et la perte des forêts représente environ un tiers de l'augmentation cumulative des émissions de gaz à effet de serre (GES) et environ un dixième des émissions actuelles (Ipcc, 2013). La déforestation entraîne également la perte de la biodiversité et de diverses autres fonctions forestières telles que l'approvisionnement alimentaire, la protection des bassins versants, le contrôle de l'érosion, supprime des habitants naturels et menace gravement la flore et la faune (NGOMA et ANGELSEN, 2018).

Pour mieux aborder ces concepts (forêt et société) il est nécessaire de procéder à une revue de littérature qui cherche à construire une synthèse et qui permet de comprendre la relation entre les deux. . Cet article est le résultat de recherches théoriques, conceptuelles et d'analyses bibliographiques portant sur la société et la forêt , ainsi que d'une brève évaluation de la façon dont ces concepts ont été intégrés et insérés dans des recherches développées dans plusieurs domaines. Le but est de i) présenter les pays qui développent le

plus de recherches liées à la société et à la forêt tropicale à l'aide de l'outil SIG ii) présenter les domaines d'étude relatives à ces deux concepts iii) caractériser les mots clés les plus présents dans ces publications.

Bases conceptuelles

La forêt et ses services écosystémiques

Le terme forêt peut être compris comme un ensemble de végétation ayant pour prédominance des arbres boisés avec la canopée qui touche, ombrageant une grande partie du sol et remplissant une fonction cruciale sociale, économique et environnementale pour la société en offrant divers biens et services (MMA, 2020).

Selon le rapport l'Organisation des Nations unies pour l'alimentation et l'agriculture (FAO) de 2011, les forêts occupent environ 30 % des territoires des 233 pays étudiés à l'époque, cela équivaut à environ 4 milliards d'hectares. L'évaluation des ressources forestières mondiales (FRA), coordonnée par la FAO, a révélé que la superficie forestière

la surface terrestre mondiale a diminué de 31,6 % à 30,6 % entre 1990 et 2015, mais que le rythme de la perte a ralenti ces dernières années, (FAO, 2020). Dans le monde, il existe différents types de forêts connues comme La Forêt Tempérée, La Forêt de Conifères ou La Forêt Boréale et La Forêt Subtropicale et Tropicale.

La forêt tropicale humide est présente dans toute la ceinture équatoriale terrestre. Son ampleur fournit un large éventail de services écosystémiques tels que la pollinisation, la conservation de l'eau, la régulation du climat, la protection contre les incendies, la régulation des maladies, entre autres (PASCUAL et al., 2017). Ces services peuvent être compris comme des facteurs qui contribuent au développement et à la pérennité de la vie sur terre tels que l'alimentation, le climat, l'eau, la sécurité énergétique et la santé humaine (METZGER et al., 2019). En ce sens, les forêts tropicales jouent un rôle fondamental en fournissant directement des services aux communautés traditionnelles, des populations indigènes et forestières et surtout de la population brésilienne qui possède la plus grande superficie de forêt tropicale mondiale Metzger et al. (2019), en plus d'aider indirectement la population mondiale à équilibrer les fonctions qui influencent les phénomènes naturels du globe tels que le climat. Une autre caractéristique de grande importance des forêts

tropicales est liée à la protection de la biodiversité qui a besoin d'être préservée. Les données des forêts atlantiques et amazoniennes suggèrent que la couverture d'au moins 30 % de la végétation naturelle est nécessaire pour assurer le maintien des communautés avec une plus grande intégrité, en conservant certaines des espèces les plus vulnérables dépendantes des forêts (Banks-Leite et al., 2014; Ochoa-Quintero et al., 2015). Selon Pimm et al., (2014), la promotion de lois qui préservent la permanence des zones forestières contribue à réduire l'extinction de la biodiversité, la conversion de la végétation forestière et non forestière indigène au Brésil s'est produite principalement dans les paysages de haute biodiversité au cours des 200 dernières années, et plus rapidement au cours des 50 dernières années, ce qui n'a pas permis l'adaptation des espèces et, par conséquent, s'est accompagnée de niveaux extrêmes de disparition.

La diversité des espèces pollinisatrices est essentielle à l'efficacité de la pollinisation des cultures agricoles (Garibaldi et al., 2016) et le maintien de la végétation naturelle à proximité des zones cultivées peut assurer cette diversité et favoriser la productivité des cultures (WOLOWSKI et al., 2018; JOLY et al., 2018).

Du point de vue de la régulation climatique, la forêt tropicale est essentielle à l'absorption du carbone, ces réserves détiennent environ 21,5% des stocks de carbone au du Brésil (FREITAS et al., 2018) et est le biome qui occupe le plus grand territoire brésilien aux caractéristiques naturelles transfrontalières et qui est donc partagé avec sept autres pays et la Guyane française (NOGUEIRA et NETO, 2017). La conservation de ces forest est une condition "sine qua non" pour éviter toutes sortes de catastrophes Si ces forêts diminuent, il en résulte directement de fortes répercussions s climatiques régionales et mondiales, tels que : érosion supplémentaire, sécheresse, inondation et des changements potentiellement irréversibles des écosystèmes naturels (MARENGO et al., 2018; NOBRE et al., 2016).

Dans la production agricole, la dépendance à la lutte antiparasitaire est très élevée dit Oerke (2006) et les ravageurs des cultures sont responsables de pertes économiques importantes qui affectent considérablement les aspects économiques des coûts de production et la sécurité alimentaire (BARBOSA et al., 2012).

Il est donc clair que la fonction écologique et sociale des zones forestières tropicales est d'une importance primordiale, car elles sont exposées à un risque élevé de production agricole à grande échelle et d'occupation désordonnée des terres.

Société et environnement

Lorsque l'on parle de forêt, il est fondamental de comprendre son importance dans la vie des humains. Du point de vue fédéral la dynamique territoriale au Brésil était le résultat du processus d'intérêt colonial de la période impérialiste lorsque la constitution de 1988 est apparue. Il y a eu la segmentation du pouvoir des municipalités par rapport à l'Union aux États. Selon Nogueira et Neto (2017), la municipalité est l'entité la plus fragile de ce dispositif fédérateur et peu de municipalités au Brésil sont en mesure d'assurer une autonomie politique et financière résultant de processus particuliers dans la formation territoriale qu'elle regroupe (services publics et privés, production agricole ou industrielle, tourisme, attributs naturels, etc.). Elle constitue le paysage et caractérisant l'environnement dans ce processus d'urbanisation.

Cette évolution, lorsqu'elle se produit de manière désordonnée, elle conduit à des problèmes de société contemporaine liés à la nature, à la culture et aux tensions qui émergent de ces interactions socio-environnementales et qui sont en constante évolution (BELTRAMINO, 2018). Il existe des systèmes socio-écologiques plus complexes, intégrés et adaptatifs, dans lesquels l'être humain fait partie de la nature (Alliance De Resilience, 2010) et où interagissent des composantes culturelles, politiques, sociales, économiques, écologiques et technologiques. Pour Buschbacher (2014), le concept de systèmes socio-écologiques souligne l'importance d'intégrer la gestion des ressources naturelles avec les populations (FIGUEIREDO et al., 2017).

La forêt tropicale de transition, par exemple, est imputée à la déforestation où l'exploitation forestière est encore largement provoquée par le développement agro-industriel Davidson et al., (2012), Aide et al., (2013), ainsi que par le bétail et les barrages. Dans ce contexte de contrastes entre modification et préservation artificielles, il est nécessaire de prendre en compte la relation directe de la forêt avec les peuples dits forestiers tels que : les quilombos, les populations indigènes et les extracteurs traditionnels (HECHT, 2014). Environ un cinquième de la population rurale d'Amérique latine dépend directement de la forêt, et les ménages les plus pauvres (et ceux dirigés par des femmes rurales) le sont encore plus (PYHÄLÄ et al., 2006; GAVIN & ANDERSON, 2007; LARSON et al., 2007; PACHECO, 2009; CRONKLETON et al., 2013; ZENTENO et al., 2013; PRADO CORDOVA et al., 2013).

Les activités exercées dans la forêt favorisent l'économie rurale et, si elles sont dominantes, provoquent l'émigration de nombreuses personnes vers ces zones, provoquant de nouvelles implantations, même périodiques, et transforment l'ensemble du paysage naturel (paysage qui existait avant que l'homme ne le modifie). Selon Hecht, (2014), les données sur les migrations urbaines en Amérique latine font de plus en plus ressortir la croissance rapide des villes rurales et intermédiaires, des établissements humains étroitement liés aux économies rurales environnantes et servent d'interfaces entre ces mondes.

Ainsi, la forêt tropicale a des caractéristiques intrinsèques et des histoires différentes d'occupation et d'utilisation des terres, dans différentes physionomies et par des personnes d'origines très diverses, qui influencent diverses alternatives de structure, conduction, organisation et transformation des systèmes socio-écologiques et territoriaux.

Système d'Information géographique

Par définition, une 'information géographique' est une information qui peut être rattachée à des éléments dont la position est définie par des coordonnées. Elle renferme toutes les données localisables, qui peuvent être une distribution : des infrastructures, des ressources naturelles, d'un point d'eau, d'une forêt, d'un centre de santé, d'un quartier, d'un pays, d'un pont, d'un barrage, de la population (caractéristiques socioéconomiques, sociodémographiques, etc.) Waaub (2012), ces informations peuvent être consignées sur une carte. De nos jours, il est probable d'arranger de sauvegarder ces informations dans des bases de données qui englobent la localisation physique des éléments sur la surface terrestre. Le 'système', quant à lui, renvoie à une unité de fonctionnement désignée pour accomplir une certaine tâche. L'information géographique devient alors utilisable dans un système d'information géographique par un très grand nombre d'utilisateurs (QUÉBEC GÉOGRAPHIE, 2008).

Plusieurs définitions du SIG sont proposées dans la littérature mais on peut retenir simplement que les SIG sont des outils qui permettent de rassembler des données de diverses sources, de les gérer, de les analyser et de présenter des informations localisées contribuant à la gestion de l'espace et tant d'autres fonctions (MUENCHOW et al., 2019).

Ou encore, c'est « Un ensemble d'outils (de collecte, stockage, requête, transformation, *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 61-77, maio-ago. Ano 2020.*

manipulation, représentation) qui joue un rôle important dans la recherche universitaire dans des disciplines différentes tels que les études politiques économie, écologie et géographie (MUENCHOW et al., 2019).

Le SIG est capital dans la mise en place de forêts communautaires comme la plupart des problématiques de développement durable. Elle permet d'évaluer différents scénarios de développement ou d'aménagement dans le but d'aider à la prise de décision. En milieu forestier, la gestion des habitats et des activités de collecte ou de mise en valeur de la faune, de la végétation, des paysages, le traitement de données cartographiques, la planification des interventions ainsi que des infrastructures (sentiers, réseau routier, etc.), le suivi des travaux de même que le transfert de données entre les utilisateurs, exigent de plus en plus le recours à un SIG (LESCUYER e EMERIT, 2005).

Matériel et méthodes

Initialement, cette recherche bibliographique a été effectuée en utilisant la plateforme de base de données d'articles scientifiques *Web of Science*, dans laquelle 242 articles, publiés en anglais, ont présenté dans leurs titres ou mots clés le terme, *Tropical Forest and Society*. Les informations collectées contenant l'année de publication, revue, discipline de recherche, mots-clés et pays de publication ont été stockés dans une feuille de calcul Excel.

Par ailleurs, l'outil cartographique SIG a été utilisé pour cartographier la répartition spatiale des différents pays dont ces concepts ont été mieux étudiés durant ces 5 dernières années à travers le monde. Cette recherche bibliographique a été réalisée durant les mois d'août à octobre 2019, pour évaluer les publications des années 2015 à 2019 considérées comme la période la plus récente de publications sur le thème proposé. En effet, la plate-forme choisie a fourni un ensemble de données internationales satisfaisantes pour cette analyse.

Résultats et discussion

L'accent sur la société et les forêts tropicales, les mots clés, les domaines d'étude et les pays qui ont publié des articles scientifiques

La figure 01, montre le classement des pays qui ont le plus publié sur la forêt tropicale et la société. Avec environ 34 %, les Etats-Unis sont le pays qui publie le plus,

suivi de l'Angleterre avec 32%, la Hollande avec 21%, la Suisse 4% et l'Allemagne 2%. Les autres pays comme la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Canada, le Chili, la Chine, la Corée du Sud, le Costa Rica et l'Espagne représentent 7,44 % du total des publications.

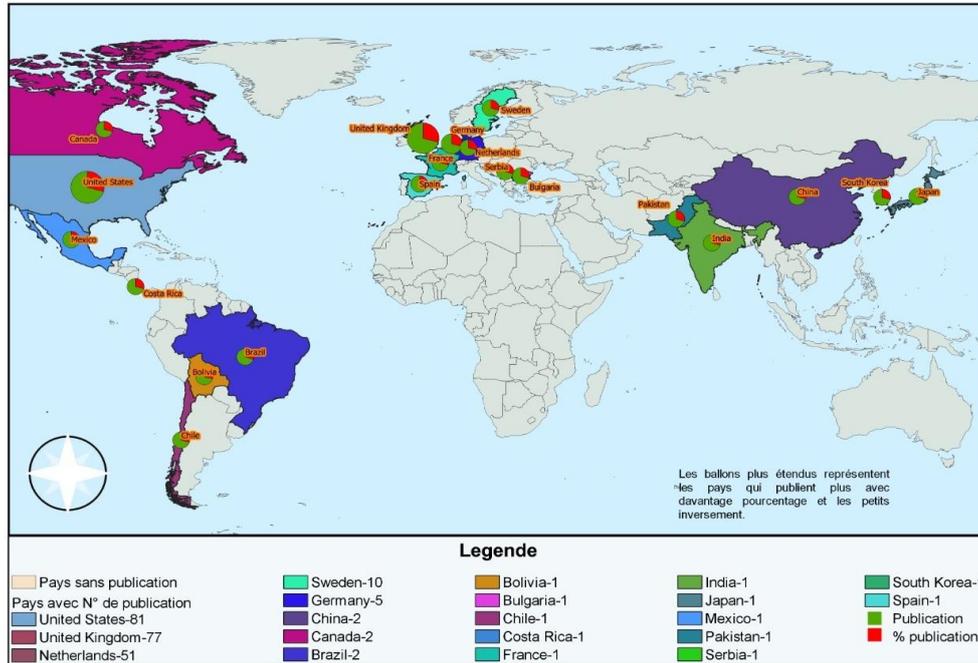
La figure 02, montre le nombre de principales disciplines publiant dans les revues, des articles qui ont abordé chacun des thèmes de recherches de ce travail. Dans l'échantillon étudié, environ 21 % des articles qui sont publiés sur société et forêt se retrouve dans le domaine de : la géographie, la géologie, la télédétection, 17 % dans la mycologie, 15 % dans l'agriculture, l'entomologie, les plantes, les sciences vétérinaires et 9 % sur les sciences environnementales et écologiques. Les sujets liés aux affaires, à l'économie du développement et aux sciences humaines représentent 7 %, la biologie des eaux douces et marines, les ressources en eau et la médecine générale sont identifiés dans environ 5 % des articles ; et seulement 3 % concernent la météorologie et les sciences atmosphériques ; l'informatique, le génie et la science des matériaux ont une approche modeste.

La figure 03, présente les principaux mots-clés utilisés par les auteurs dans les articles analysés. Ces termes résument les objets d'étude de ces articles et permettent de percevoir quels aspects, thèmes ou sujets sont liés à la société tropicale et à la forêt dans plusieurs domaines de recherche, de l'avis de leurs auteurs.

Le terme espèces est récurrent. Plusieurs articles portent sur les changements climatiques comme (Reyer et al., 2017; Golub et al., 2017). Les espèces sont l'un des sujets les plus ciblés (Dury et al., 2018; Sande et al., 2017), ainsi que la télédétection (Dutrieux et al., 2015; Griffiths et al., 2018). Les champignons sont traités dans le domaine de la mycologie tels que (Marinho et al., 2019; Herrera et al., 2019), la conservation de la biodiversité (Janzen et Hallwachs, 2019; Luz et al., 2017) et l'écologie (Mazón et al., 2019; Castillo et al., 2018) apparaissent également dans les textes étudiés.

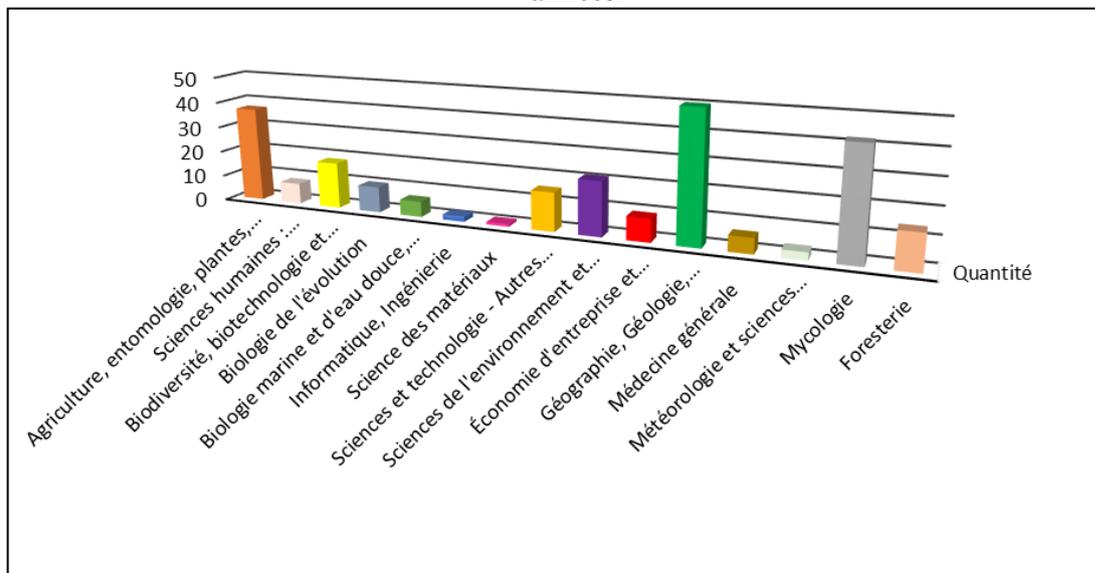
Les forêts tropicales sont abordées sous différents angles: *perte de forêts, cycle du carbone, perturbations, diversité des espèces, services écosystémiques, environnement, écologie du comportement, déforestation et dégradation des forêts.*

Figure 01: Répartition spatiale des pays qui ont publiés plus articles scientifiques sur la société et la forêt au cours des cinq dernières années.



Source: Laís et al., 2019.

Figure 02: La plupart des domaines de recherche publiés au cours des cinq dernières années.



Source: Laís et al., 2019.

négatifs, sinon catastrophiques, des forêts ont un impact global. Cela conduit à diverses initiatives politiques internationales qui visent directement ou indirectement à stabiliser les écosystèmes forestiers dans le monde (Práválie, 2018).

Le programme de réduction des émissions dues à la déforestation et à la dégradation des forêts (REDD+) dans les pays en développement, lancé en 2008 par la Convention-cadre des Nations Unies sur les changements climatiques (CCNUCC) (FAO, 2014). C'est un mécanisme financier (principalement financé par les pays économiquement développés) mis en œuvre au niveau mondial pour réduire les émissions des pays en développement par une gestion forestière durable, des mesures de protection forestière et/ou un puits de carbone à grande échelle (PHELPS et al., 2010). Ainsi, les résultats présentés des principales recherches sur les forêts tropicales et la société, publiés par les pays développés sont justifiés.

Conclusion

À partir de cette brève analyse bibliographique, nous concluons que les efforts de plusieurs domaines de recherche liés à ces concepts favorisent la diversité des études interdisciplinaires et mettent en évidence les pays qui évaluent les avantages et les problèmes actuels des forêts tropicales. En outre, il met en lumière le lien existant entre humain et forêt d'une plus grande pertinence qui peut être approfondie et mieux investie. Le moyen d'obtenir une meilleure prise de décision qui vise les forêts tropicales et la société est la valorisation de la recherche scientifique alliée aux politiques publiques qui envisagent ce domaine d'étude d'une manière intrinsèque aux réalités locales et globales.

Références

AIDE, T. Mitchell et al. Deforestation and Reforestation of Latin America and the Caribbean (2001–2010). **Biotropica**, v. 45, n. 2, p. 262-271, 2013.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, vol. 40, pp. 231-251, 2017.

ANGELSEN, A.; KAIMOWITZ, D. Introduction: the role of agricultural technologies in

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 61-77, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Tropical deforestation. In: Angelsen, A., Kaimowitz, D. (Eds.), **Agricultural technologies and tropical deforestation**. CABI Publishing, Wallingford, Oxon, UK, 2001.

ARAÚJO, R. F.; ALVARENGA, L. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Revista Eletrônica em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, vol. 16, no. 31, pp. 51-70, 2011.

BANKS-LEITE, C.; PARDINI, R.; TAMBOSI, L. R.; PEARSE, W. D.; BUENO, A. A.; BRUSCAGIN, R. T.; METZGER, J. P. Using ecological thresholds to evaluate the costs and benefits of set-asides in a biodiversity hotspot. **Science**, 2014.

BARBOSA, P.; LETOURNEAU, D. K.; AGRAWAL, A. A. Insect Outbreaks Revisited. **In Insect Outbreaks Revisited**, 2012.

BELTRAMINO, T. La Construcción Social De Las Inundaciones en Santa Fé (1982–83/2003). *Naturaleza, Riesgo Y Sociedad*. **Revista INteruniversitaria de Estudios Territoriales**, PAMPA, 2018.

CASTILLO, A.; VEGA-RIVERA, J. H.; PÉREZ-ESCOBEDO, M.; ROMO-DÍAZ, G.; LÓPEZ-CARAPIA, G.; AYALA-OROZCO, B. Linking social–ecological knowledge with rural communities in Mexico: lessons and challenges toward sustainability. **Ecosphere**, 2018.

CRONKLETON, P.; LARSON, A. M.; FEINTRENIE, L.; GARCIA, C.; LEVANG, P. Reframing Community Forestry to Manage the Forest-Farm Interface. **Small-Scale Forestry**, 2013.

DAVIDSON, Eric A. et al. The Amazon basin in transition. **Nature**, v. 481, n. 7381, p. 321, 2012.

DIRZO, R., YOUNG, H. S., GALETTI, M., CEBALLOS, G., ISAAC, N. J. B., & COLLEN, B. Defaunation in the Anthropocene. **Science**, 2014.

DURY, M.; MERTENS, L.; FAYOLLE, A.; VERBEECK, H.; HAMBUCKERS, A.; FRANÇOIS, L. Refining species traits in a dynamic vegetation model to project the impacts of climate change on tropical trees in Central Africa. **Forests**, 2018.

DUTRIEUX, L. P.; VERBESSELT, J.; KOOISTRA, L.; HEROLD, M. Monitoring forest cover loss using multiple data streams, a case study of a tropical dry forest in Bolivia. **ISPRS Journal of Photogrammetry and Remote Sensing**, 2015.

FIGUEIREDO, R. A.; DE ALCÂNTARA, L. C. S.; MORAIS, J. P. G.; DE SAIS, A. C.; OLIVEIRA, R. E. DE. Resiliência em sistemas socioecológicos, paisagem rural e agricultura. **Revista Cincia, Tecnologia & Ambiente**, 2017.

FREITAS, F. L. M.; ENGLUND, O.; SPAROVEK, G.; BERNDES, G.; GUIDOTTI, V.; PINTO, L. F. G.; MÖRTBERG, U. Who owns the Brazilian carbon? **Global Change Biology**, 2018.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 61-77, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

GARIBALDI, L. A.; CARVALHEIRO, L. G.; VAISSIÈRE, B. E.; GEMMILL-HERREN, B.; HIPÓLITO, J.; FREITAS, B. M.; ... ZHANG, H. Mutually beneficial pollinator diversity and crop yield outcomes in small and large farms. **Science**, 2016.

GAVIN, M. C.; ANDERSON, G. J. Socioeconomic predictors of forest use values in the Peruvian Amazon: A potential tool for biodiversity conservation. **Ecological Economics**, 2007.

GIBSON, L.; LEE, T. M.; KOH, L. P.; BROOK, B. W.; GARDNER, T. A.; BARLOW, J.; SODHI, N. S. Primary forests are irreplaceable for sustaining tropical biodiversity. **Nature**, 478(7369), 378–381, 2011.

GOLUB, A.; LUBOWSKI, R.; PIRIS-CABEZAS, P. Balancing Risks from Climate Policy Uncertainties: The Role of Options and Reduced Emissions from Deforestation and Forest Degradation. **Ecological Economics**, 2017.

GRIFFITHS, P.; JAKIMOW, B.; HOSTERT, P. Reconstructing long term annual deforestation dynamics in Pará and Mato Grosso using the Landsat archive. **Remote Sensing of Environment**, 2018.

HECHT, S. B. Forests lost and found in tropical Latin America: the woodland 'green revolution.' **The Journal of Peasant Studies**, 41(5), 877–909, 2014.

HERRERA, P.; SUÁREZ, J. P.; SÁNCHEZ-RODRÍGUEZ, A.; MOLINA, M. C.; PRIETO, M.; MÉNDEZ, M. Many broadly-shared mycobionts characterize mycorrhizal interactions of two coexisting epiphytic orchids in a high elevation tropical forest. **Fungal Ecology**, 2019.

JANZEN, D. H.; HALLWACHS, W. Perspective: Where might be many tropical insects? **Biological Conservation**, 2019.

JOLY, C. A.; SCARANO, F. R.; BUSTAMANTE, M.; GADDA, T.; METZGER, J. P.; SEIXAS, C. S., ... SANTOS, I. DE L. Sumário para tomadores de decisão: 1o diagnóstico brasileiro de biodiversidade e serviços ecossistêmicos. **In Sumário para tomadores de decisão: 1o diagnóstico brasileiro de biodiversidade e serviços ecossistêmicos**, 2018.

LARSON, A. M.; PACHECO, P.; TONI, F.; VALLEJO, M. Trends in Latin American forestry decentralisations: legal frameworks, municipal governments and forest dependent groups. **International Forestry Review**, 2007.

LE QUEBEC GEOGRAPHIE, 2008. Disponível em :<
<https://quebecgeographique.gouv.qc.ca/education/geographique.asp>>. Acesso em : 15 dez. 2019.

LESCUYER, G. ; EMERIT, A. Utilisation de l'outil cartographique par les acteurs locaux pour la gestion concertée d'une forêt au sud du cameroun. **Agricultures** (Montrouge),

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 61-77, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

2005.

LUI, G. H.; MOLINA, S. M. G. Ocupação Humana e Transformação Das Paisagens Na Amazônia Brasileira. *Amazônica - Revista de Antropologia*, 2016.

LUZ, A. C.; PANEQUE-GÁLVEZ, J.; GUÈZE, M.; PINO, J.; MACÍA, M. J.; ORTAMARTÍNEZ, M.; REYES-GARCÍA, V. Continuity and change in hunting behaviour among contemporary indigenous peoples. *Biological Conservation*, 2017.

MARENGO, J. A.; SOUZA, C. M.; THONICKE, K.; BURTON, C.; HALLADAY, K.; BETTS, R. A.; ... SOARES, W. R. Changes in Climate and Land Use Over the Amazon Region: Current and Future Variability and Trends. *Frontiers in Earth Science*, 2018.

MARINHO, F.; OEHL, F.; DA SILVA, I. R.; COYNE, D.; VERAS, J. S. DA N.; MAIA, L. C. High diversity of arbuscular mycorrhizal fungi in natural and anthropized sites of a Brazilian tropical dry forest (Caatinga). *Fungal Ecology*, 2019.

MAZÓN, M.; AGUIRRE, N.; ECHEVERRÍA, C.; ARONSON, J. Monitoring attributes for ecological restoration in Latin America and the Caribbean region. *Restoration Ecology*, 2019.

METZGER, J. P.; BUSTAMANTE, M. M. C.; FERREIRA, J.; FERNANDES, G. W.; LIBRÁN-EMBID, F.; PILLAR, V. D.; ... OVERBECK, G. E. Why Brazil needs its Legal Reserves. *Perspectives in Ecology and Conservation*, 2019.

MUENCHOW, Jannes; SCHÄFER, Susann; KRÜGER, Eric. Reviewing qualitative GIS research—Toward a wider usage of open-source GIS and reproducible research practices. *Geography Compass*, 2019.

NGOMA, H.; ANGELSEN, A. Can conservation agriculture save tropical forests? The case of minimum tillage in Zambia. *Forest Policy and Economics*, 2018.

NOBRE, C. A.; SAMPAIO, G.; BORMA, L. S.; CASTILLA-RUBIO, J. C.; SILVA, J. S.; CARDOSO, M. Land-use and climate change risks in the amazon and the need of a novel sustainable development paradigm. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 113, n. 39, p. 10759-10768, 2016.

NOGUEIRA, R. J. B.; OLIVEIRA NETO, T. Federalismo e meio ambiente na amazonia: áreas protegidas como nova geografia política. *L'Espace Politique*, (31), 2017.

OCHOA-QUINTERO, J. M.; GARDNER, T. A.; ROSA, I., DE BARROS FERRAZ, S. F.; SUTHERLAND, W. J. Thresholds of species loss in Amazonian deforestation frontier landscapes. *Conservation Biology*, 2015.

OERKE, E.-C. Crop losses to pests. *The Journal of Agricultural Science*, v. 144, n. 1, p. 31-43, 2006.

OSTROM, Elinor. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. **Science**, v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2009.

PACHECO, Pablo. Smallholder livelihoods, wealth and deforestation in the Eastern Amazon. **Human Ecology**, v. 37, n. 1, p. 27-41, 2009.

PASCUAL, Unai et al. Valuing nature's contributions to people: the IPBES approach. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 26, p. 7-16, 2017.

PFEIFER, M.; LEFEBVRE, V.; PERES, C. A.; BANKS-LEITE, C.; WEARN, O. R.; MARSH, C. J.; EWERS, R. M. Creation of forest edges has a global impact on forest vertebrates. **Nature**, v. 551, n. 7679, p. 187, 2017.

PHELPS, J.; WEBB, Edward L.; AGRAWAL, A. Does REDD+ threaten to recentralize forest governance?. **Science**, v. 328, n. 5976, p. 312-313, 2010.

PIMM, Stuart L.; JENKINS, C. N.; ABELL, R.; BROOKS, T. M.; GITTLEMAN, J. L.; JOPPA, L. N.; SEXTON, J. O. The biodiversity of species and their rates of extinction, distribution, and protection. **Science**, v. 344, n. 6187, p. 1246752, 2014.

PRADO CÓRDOVA, J. P.; WUNDER, S.; SMITH-HALL, C.; BÖRNER, J. Rural income and forest reliance in highland Guatemala. **Environmental Management**, v. 51, n. 5, p. 1034-1043, 2013.

PRĂVĂLIE, Remus. Major perturbations in the Earth's forest ecosystems. Possible implications for global warming. **Earth-Science Reviews**, v. 185, p. 544-571, 2018.

PYHÄLÄ, A.; BROWN, K.; ADGER, W. N. Implications of livelihood dependence on non-timber products in Peruvian Amazonia. **Ecosystems**, v. 9, n. 8, p. 1328-1341, 2006.

REYER, C. P. O.; ADAMS, S.; ALBRECHT, T.; BAARSCH, F.; BOIT, A.; CANALES TRUJILLO, N.; THONICKE, K. Climate change impacts in Latin America and the Caribbean and their implications for development. **Regional Environmental Change**, v. 17, n. 6, p. 1601-1621, 2017.

ROCKSTRÖM, J.; GAFFNEY, O.; ROGELJ, J.; MEINSHAUSEN, M.; NAKICENOVIC, N.; SCHELLNHUBER, H. J. A roadmap for rapid decarbonization. **Science**, v. 355, n. 6331, p. 1269-1271, 2017.

WOŁOWSKI, M. et al. Sumário para tomadores de decisão: 1. relatório temático sobre polinização, polinizadores e produção de alimentos no Brasil. **Campinas**, 2018.

ZENTENO, Mario et al. Livelihood strategies and forest dependence: New insights from Bolivian forest communities. **Forest Policy and Economics**, v. 26, p. 12-21, 2013.

Sobre os autores

Laís Stefany de Carvalho Falca Lima

Graduada em Tecnologia em Agronegócio pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo, Câmpus Mogi Das Cruzes (FATEC/MC) e, atualmente bolsista CNPq de Mestrado na Universidade Federal de São Carlos no curso de Agroecologia e Desenvolvimento Rural com a linha de pesquisa em Tecnologias e Processos em Sistemas Agroecológicos e discente em Formação Pedagógica no Instituto Federal de São Paulo Campus Itapetininga. Atua principalmente no campo das Ciências Agrárias relacionada com as áreas Fitotecnia, Sociologia e Antropologia Rural. Realizou estudos no segmento de mercado de Floricultura.

Weldy Saint-Fleur

Titular de uma licenciatura em Engenharia Agrícola na Universidade Cristã do Norte do Haiti - UCNH (2017), Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural na Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR (2020). Atualmente membro de investigação do Centro Latino-americano de Estudos Culturais - CLAEC. Tem experiência no domínio da segurança alimentar, rações de frangos, gestão de explorações agrícolas rurais, geografia, SIG e trabalha principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, gestão de agroecossistemas, proteção do ambiente e dos seus recursos naturais, alterações climáticas, melhoria da segurança alimentar nas zonas rurais, análise integrada da paisagem rural, agricultura familiar como patrimônio histórico e cultural agrícola.

Renan Previl

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Agricultura tropical (PPGAT). Da Universidade Federal de Mato Grosso. Graduação em AGRONOMIA - UNIVERSITE CHRETIENNE DU NORD DHAITI (2017). Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Agronomia, ambiental e políticas públicas, em gestão da unidade produção agrícolas, em Agroecologia, em saúde animal.

Como citar esse artigo

LIMA, Laís Stefany de Carvalho Falca; SAINT-FLEUR, Weldy; PREVIL, Renan. Cartographie des concepts société et forêt tropicale: une perspective de ces cinq dernières années. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 61-77, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7107

Recebido em: 2020-01-10

Enviado para correção em: 2020-04-23

Aceito em: 2020-06-09

**A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL GERADA PELA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO HABITACIONAL NA CIDADE DE MARINGÁ/PR**

Livia Fiorillo Nunes

Universidade Estadual de Maringá
orcid.org/0000-0001-9735-5067
E-mail: lih.fiorillo@gmail.com

Fernando Luiz de Paula Santil

Universidade Federal de Uberlândia
orcid.org/0000-0002-1165-2165
E-mail: santilflp@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.6980

Resumo

Este artigo apresenta considerações sobre as relações das habitações sociais no processo de produção do espaço urbano brasileiro. De modo mais preciso, quais as possíveis relações entre o Programa Minha Casa, Minha Vida, sua parceria com os grandes agentes e os processos de segregação socioespacial. Ao promover grandes reassentamentos populacionais e novas formações socioespaciais, no caso das metrópoles e de cidades médias brasileiras, os sujeitos ficam submetidos a um processo de segregação socioespacial. É o que acontece no município de Maringá no Estado do Paraná e em seus distritos – Floriano e Iguatemi. Apesar do programa habitacional fornecer acesso à moradia, os indivíduos acabam sendo enfraquecidos social e territorialmente, pois o direito à cidade não acompanha o benefício. Na medida em que são realocados para residir em áreas periféricas afastadas dos grandes centros, de modo que acaba dificultando o acesso à cidade, além de também gerar grandes vazios urbanos. Nesse sentido, o presente artigo busca mostrar os efeitos territoriais existentes ligados as habitações sociais que são destinadas às classes de menor renda. No caso, as habitações do Programa Minha Casa, Minha Vida no distrito de Floriano. A partir de estudos sobre produção do espaço urbano maringaense e de uma visita de campo se buscou analisar a dinâmica socioespacial do perímetro, foi possível constatar a falta de equipamentos públicos e privados, mesmo após a implementação de três conjuntos habitacionais. Essa dinâmica urbana atrelada ao valor do terreno e a renda dos indivíduos, acaba fortalecendo desigualdades territoriais entre diferentes áreas do município.

Palavras-chave: Segregação Socioespacial; Programa Minha Casa, Minha Vida; Habitações Sociais; Maringá

**THE SOCIAL-SPATIAL SEGREGATION GENERATED BY THE
PRODUCTION OF HOUSING SPACE IN THE CITY OF MARINGÁ/PR**

Abstract

This article presents considerations about the relations of social housing in the production process of the Brazilian urban space. More precisely, what are the possible relationships between the Minha Casa, Minha Vida Program, its partnership with major players and the processes of socio-spatial segregation. By promoting large

population resettlements and new socio-spatial formations, in the case of Brazilian metropolises and medium-sized cities, subjects are subjected to a process of socio-spatial segregation. This is what happens in the municipality of Maringá in the State of Paraná and in its districts - Floriano and Iguatemi. Despite the housing program providing access to housing, individuals end up being socially and territorially weakened, as the right to the city does not accompany the benefit. To the extent that they are relocated to live in peripheral areas away from large centers, so that it ends up making access to the city difficult, in addition to also generating large urban voids. In this sense, this article seeks to show the existing territorial effects linked to social housing that are destined for the lower income classes. In this case, the houses of the Minha Casa, Minha Vida Program in the district of Floriano. Based on studies on the production of the urban space in Maringá and a field visit, it was sought to analyze the socio-spatial dynamics of the perimeter, it was possible to verify the lack of public and private equipment, even after the implementation of three housing estates. This urban dynamics, linked to the value of the land and the income of individuals, ends up strengthening territorial inequalities between different areas of the municipality.

Key Words: Segregation Socio-spatial; Minha Casa, Minha Vida Program; Social Housing; Maringá

LA SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL GENERADA POR LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO HABITACIONAL EN LA CIUDAD DE MARINGÁ / PR

Resumen

Este artículo presenta consideraciones sobre las relaciones de la vivienda social en el proceso de producción del espacio urbano brasileño. De manera más precisa, cuáles son las posibles relaciones entre el programa *Minha Casa, Minha Vida*, su asociación con las grandes agencias y los procesos de segregación socioespacial. Al promover grandes reasentamientos de población y nuevas formaciones socioespaciales, en el caso de las metrópolis brasileñas y las ciudades medianas, los sujetos están sometidos a un proceso de segregación socioespacial. Esto es lo que sucede en el municipio de Maringá en el estado de Paraná y en sus distritos: Floriano e Iguatemi. Aunque el programa habitacional proporciona acceso a la vivienda, los individuos terminan siendo debilitados social y territorialmente, ya que el derecho a la ciudad no acompaña el beneficio. En la medida que son reubicados para vivir en áreas periféricas lejos de los grandes centros, de modo que termina dificultando el acceso a la ciudad, además de generar grandes vacíos urbanos. En ese sentido, este artículo busca mostrar los efectos territoriales vinculados a la vivienda social que son destinados a las clases de bajos ingresos. En este caso, las casas del Programa *Minha Casa, Minha Vida* en el distrito de Floriano. Con base en estudios sobre la producción del espacio urbano en Maringá y una visita de campo, se buscó analizar la dinámica socioespacial del perímetro, y fue posible verificar la falta de equipamiento público y privado, incluso después de la implementación de tres conjuntos de viviendas. Esta dinámica urbana vinculada al valor del terreno y al ingreso de los individuos termina fortaleciendo las desigualdades territoriales entre las diferentes áreas de la urbe.

Palabras clave: Segregación socioespacial; Programa *Minha casa, Minha vida*; Vivienda social; Maringá.

Introdução

Nesse início de século XXI, o Brasil passou por inúmeras e importantes transformações. Dentre essas modificações, uma parte relevante decorre das políticas públicas adotadas nos últimos anos pelo Governo Federal. Tais políticas implicaram em grandes mudanças na produção do espaço urbano, na sua morfologia, bem como no seu conteúdo social. Particularmente marcantes foram seus impactos nas realidades urbanas das cidades de porte médio do interior do país.

Os programas habitacionais tiveram destaque nas transformações espaciais pelas quais passaram essas cidades, colocando em relação uma multiplicidade de agentes: Estado, em seus diversos níveis, e os agentes imobiliários, sobretudo, mas, também, em menor grau, os movimentos sociais. A complexidade do mundo atual, dada por um conjunto de relações entre instâncias da sociedade e escalas, exige, para a compreensão dos problemas urbanos e para o desenho de estratégias para superar tais problemas, a consideração da dimensão espacial.

A presente proposta de pesquisa toma essa compreensão do mundo atual como pressuposto para avançar na discussão da segregação socioespacial gerada por programas habitacionais. É o caso, por exemplo, do Programa Minha Casa, Minha Vida que busca simplificar o acesso à casa própria para famílias de baixa renda. Mas à medida que o Programa fornece a moradia, acaba criando obstáculos para efetivar o direito à cidade.

Para compreender as dimensões desse processo, este artigo propõe uma breve análise das desigualdades territoriais urbanas gerada nas cidades média brasileiras, com o objetivo de contribuir para a discussão das implicações socioespaciais dos programas habitacionais destinados à população de menor renda. Nesse sentido, o diagnóstico foi realizado na cidade de Maringá, no Estado do Paraná, buscando compreender a produção do espaço urbano sob a lógica do mercado que se realiza com base no processo de troca.

O modo como a cidade de Maringá foi arquitetada, como uma mercadoria pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), é um mecanismo modelo presente em diversas metrópoles e cidades médias brasileiras, onde prevalece o modo de produção capitalista. Nessa percepção, o planejamento criado para a cidade afasta as populações pobres que não conseguem disputar um lugar nas áreas centrais devido ao alto custo dos terrenos e são empurradas para as áreas periféricas. Ou até mesmo, para seus Distritos e as cidades vizinhas.

Com a chegada de políticas públicas para reduzir o déficit habitacional no Brasil, como o Programa Minha Casa, Minha Vida, as cidades brasileiras, assim como Maringá, até adotaram as medidas necessárias da política pública, mas aparentemente direcionadas de acordo com os interesses imobiliários, resultando no acirramento das desigualdades territoriais, bem como a segregação dos moradores beneficiados. Esse é um paradigma das cidades capitalistas que geram a segregação da moradia vinculada às condições de renda dos indivíduos, o que reflete uma sociedade segmentada e desigual.

Para tanto, esse artigo baseia-se nos conceitos de segregação socioespacial, desigualdade territorial e justiça espacial. A análise da pesquisa também gira em torno do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida que em 2019 completou 10 anos de existência. Uma política pública que atua na redução do déficit habitacional brasileiro, mas que também se mostrou como uma estratégia econômica, após a crise imobiliária de 2008 nos Estados Unidos.

No segundo momento, foi necessário levantamento de dados, na forma de banco de dados ou mesmo de publicações recentes versando sobre um dos maiores programas habitacionais já criados, para capturar quais são os principais impactos que tal política vem provocando na estruturação das cidades médias.

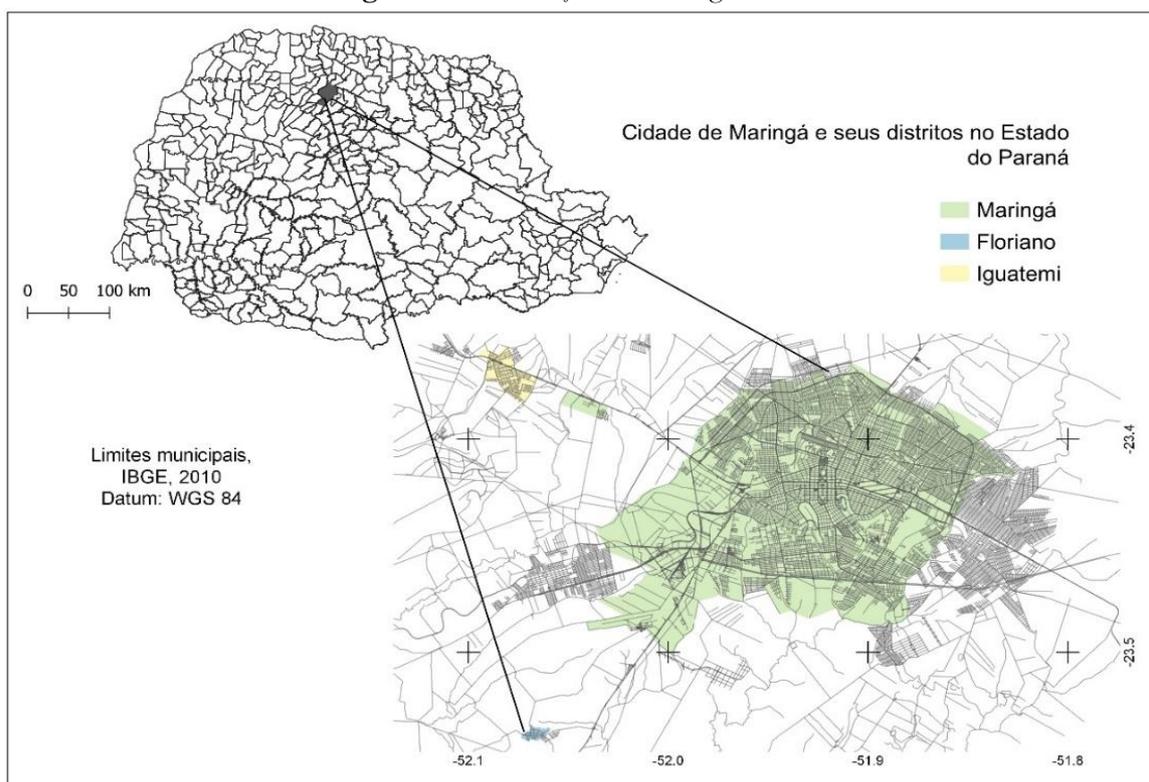
Além disso, foi realizada uma visita de campo no distrito de Floriano, pertencente ao município de Maringá que possui caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, quantitativa e recorte transversal, onde encontram-se três conjuntos habitacionais produzidos pelo PMCM, para entender a dinâmica socioespacial. A metodologia escolhida para essa pesquisa vai se basear na análise de conteúdo, que segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), consiste numa técnica para ler e interpretar o conteúdo de todas as classes de documentos. Serve, portanto, para analisar devidamente o que se busca, além de estabelecer medidas que levem a informações de questões e fatos da vida social.

Com isso, o exemplo escolhido apontou que, a medida em que os programas habitacionais facilitam o acesso à moradia, as populações são deslocadas para áreas mais distantes do centro urbano onde se concentra a maior parte dos serviços e infraestruturas, para áreas nas quais o custo da terra urbana é menor e, por consequência, há ainda ausência de uma grande parte de serviços e infraestruturas necessárias à vida cotidiana.

Produção do espaço urbano de Maringá e seus agentes transformadores

Maringá está localizada na mesorregião norte-central do Paraná, como pode ser observado na Figura 01 e se destaca como uma das principais cidades do estado e desempenha importantes papéis no âmbito da rede urbana regional, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008). Foi uma cidade planejada, assim como Londrina, e teve um desenvolvimento diferenciado das demais. Seu povoamento começou em 1938, mas foi no início da década de 1940 que suas primeiras edificações deram princípio ao desenvolvimento urbano. Maringá foi fundada em 10 de maio de 1947 como um Distrito de Mandaguari. Somente em 1951, com a Lei nº 790 de 14/11/1951, é que Maringá foi elevada ao patamar de município. Atualmente, em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o município é constituído de 3 distritos: Maringá, Floriano e Iguatemi, assim permanecendo desde 2007.

Figura 01: Localização de Maringá e seus distritos



Fonte: Elaborado pelo (a) autor (a), 2019.

Seu crescimento populacional foi rápido e diretamente ligado à expansão da fronteira agrícola através da venda de lotes na região sob responsabilidade da CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), onde indivíduos com condições

econômicas estáveis puderam comprar lotes. Dessa forma, estabeleceu-se um pequeno povoado chamado de “Maringá Velho” (MÁRINGA, 2013).

Segundo Luz (1980), a Companhia incentivava a vinda de pessoas para esse povoado a fim de formar um núcleo inicial que suprisse as necessidades básicas dos moradores com diversas atividades, dando sustento a futura cidade. Somente com a demarcação definitiva da estrada de ferro que tinha o intuito de promover o acesso a novas áreas, bem como a praticidade de escoar o que era produzido na região, esses novos núcleos urbanos foram se instalando ao longo do eixo ferroviário. Isso proporcionou que a Companhia realizasse todo o planejamento urbano da cidade a partir de uma divisão de bairros de acordo com suas funções, como ressalta Andrade e Cordovil (2008):

Em linhas gerais, o plano urbanístico de Maringá possui, como diretrizes de implantação principais, o eixo da ferrovia e o eixo monumental que o corta transversalmente. O eixo da ferrovia foi traçado no sentido leste-oeste e conforma-se na parte mais alta e plana do sítio e, a partir dela, configuram-se as vias paralelas. O eixo monumental segue a mesma lógica do eixo da ferrovia, situando-se no espigão que divide os dois córregos, Moscados e Cleópatra. Estes possuem a vegetação nativa preservada e abrigam dois parques (ANDRADE, C. R. M; CORDOVIL, F. C. de S. 2008, s/n).

Rodrigues (2005) ressalta que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná projetou a cidade de modo que as áreas residenciais fossem caracterizadas da seguinte forma: no centro da cidade e seu entorno estariam as áreas residenciais consideradas “principais”, a oeste as áreas “populares”, e a leste, onde se localiza a zona industrial, a área residencial “operária”. Essa delimitação também provocou diferenciação nos valores dos lotes colocados à venda. Portanto, essa conjuntura formada pela Companhia, de um espaço urbano definido pela função das classes sociais subtende que, desde a projeção inicial, a cidade de Maringá já mostrava um caráter segregador, pois inviabilizava certos grupos sociais de adquirirem lotes em áreas privilegiadas, destinando a essas camadas populares as áreas mais afastadas da cidade, provocando assim dinâmicas sociais excludentes, principalmente do ponto de vista das suas espacialidades.

Segundo Rodrigues (2004), a hierarquização social estabelecida pela Companhia beneficiava a mesma, pois o recorte socioespacial e a elitização de certas áreas criava o cenário ideal para a valorização dos lotes, ou seja, preços cada vez mais altos que aumentavam os lucros de um mercado imobiliário totalmente conduzido pela Companhia

Melhoramentos Norte do Paraná. A autora também ressalta que, atualmente, essa hierarquização se mostra ainda mais perceptível:

Nos dias atuais essa definição tornou-se evidente na configuração residencial de Maringá, onde se observam distinções na ocupação residencial segundo a condição de classe: as rendas altas ocupam a área previamente definida como principal, além de uma parcela da área inicialmente projetada para as classes populares (zonas 4 e 5); as rendas médias ocupam a área destinada, no projeto inicial, às classes operárias (Vila Operária); e as rendas baixas se localizam nas áreas de expansão que se desenvolveram fora do primeiro traçado (os novos conjuntos habitacionais) (RODRIGUES, 2005, p. 64).

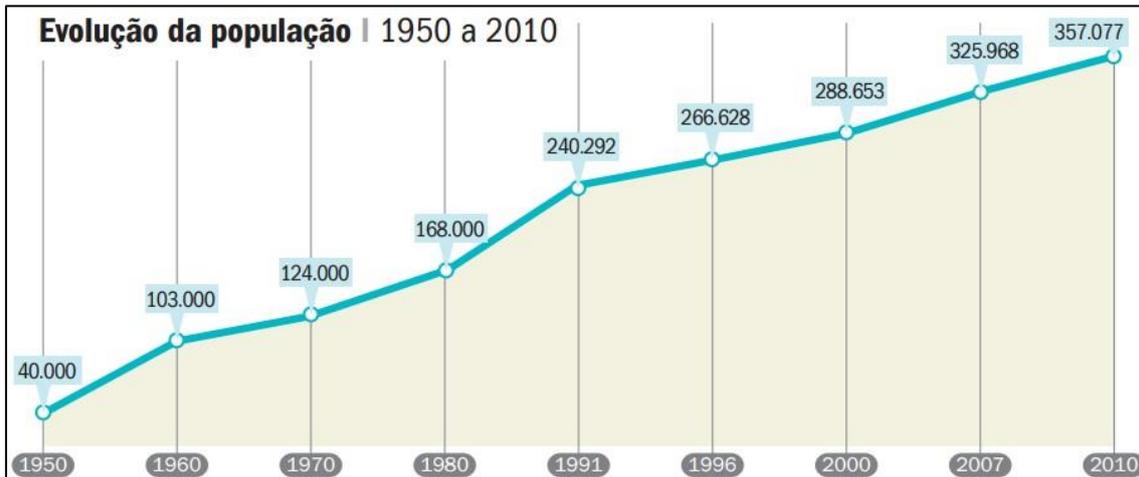
A começar pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, temos o primeiro grande agente transformador do espaço urbano maringaense, pois foram os organizadores de todo o desenvolvimento da área, como os valores dos lotes, suas extensões e atividades. Segundo Araújo (2010), Maringá foi traçada para ser o centro comercial da região e, por isso, a Companhia estipulou o período de um ano aos proprietários de lotes para construírem, não permitindo que os lotes não se mantivessem vazios. Dessa forma, o espaço foi sendo consolidado pela Companhia de maneira rápida, promovendo seu crescimento urbano. Ainda, segundo a autora, a CMNP colocou em prática seus interesses e ideias apresentando uma soberania sobre como a cidade deveria ser.

Um exemplo expressivo desse poder é em relação a ocupação do solo maringaense, onde as diretrizes estabelecidas em seu projeto inicial sem mantêm até hoje. Mas isso não seria possível sem a ajuda do poder público municipal, outro agente transformador do espaço urbano. Segundo Rodrigues (2004), existiam diversos vereadores que estavam no governo municipal, mas que também eram representantes da Companhia, dando assim, uma posição exclusiva e mantendo o poder centralizado como agente imobiliário. Entretanto, com o passar dos anos, outros agentes inseriram-se na cidade e assim a Companhia foi perdendo seu domínio exclusivo.

Maringá despertou o interesse de trabalhadores que buscavam investir em diversas áreas, como em imóveis e na agricultura, transformando-se assim, num dos principais produtores agrícolas do país e com um mercado imobiliário consolidado. Consequentemente, também se tornou um dos municípios com maior grau de urbanização e de crescimento demográfico no Estado. O projeto da cidade visava que, em 50 anos a cidade deveria atingir 200.000 habitantes. Mas conforme se verifica no gráfico de evolução

da população (Figura 02), a cidade passa de 40 mil habitantes em 1950 para mais de 350 mil. Em apenas 60 anos a cidade vê sua população aumentada em mais de 300 mil. Em termos percentuais, aproximadamente, 767%.

Figura 02: Gráfico da evolução da população de Maringá/PR



Fonte: IBGE, 2016.

Conforme a população da cidade crescia, também aumentava a influência do setor imobiliário que, de certa forma, acabou moldado toda a produção do espaço urbano maringaense. Segundo Araújo (2010):

[...]. Entender a importância deste mercado para a cidade e região, assim como o papel desses agentes na organização do espaço urbano. Este grupo tem forte atuação na definição do espaço, dá continuidade às zonas já definidas no projeto da cidade, mas preocupa-se com a valorização de algumas áreas, em detrimento de outras. Estes agentes sociais têm como objetivo preponderantemente a obtenção de lucro no comércio de imóveis, porém, paralelamente a isto, apresentam um discurso no qual se dizem preocupados em manter a cidade bela, próspera e sem sinais de pobreza (ARAÚJO, 2010, p.175).

Outro agente transformador no processo de produção espaço urbano é o poder público. O Estado desempenha um papel fundamental na constituição das espacialidades. O Estado, ao mesmo tempo em que age em consonância com os agentes do mercado imobiliário, que tratam a cidade como negócio, deveria, também, atuar para a minimização dos problemas socioespaciais da cidade, em outros termos, para a redução das desigualdades que se manifestam territorialmente. Como por exemplo, a questão da água,

esgoto, educação, saúde, entre outros bens de uso coletivo, que devem ser ofertados para a população de uma forma que a distância seja razoável de suas áreas residenciais.

Portanto, a ação do Estado não pode ser entendida como unidirecional, ou mesmo como estando voltada, exclusivamente, para o atendimento do bem comum ou dos interesses privados. Ela é complexa e contraditória. Ainda que saibamos que o Estado, frequentemente, age para atender a interesses de agentes dominantes da sociedade urbana, ele pode ser pressionado, demandado a promover o bem comum.

Para alguns autores que trabalham com os aspectos da segregação socioespacial como Jean Lojkine (1981), o processo de produção capitalista gera contradições na política urbana, pois o Estado permite que a classe dona do capital organize os espaços de acordo com os seus interesses. O autor ainda destaca que a lógica da segregação social e espacial se apresenta em três níveis: a) nas políticas de habitação; b) nos equipamentos coletivos e de transporte; c) na organização das cidades.

Em Maringá a atuação do Estado em conjunto com os agentes imobiliários acontece desde a época da Companhia, como já foi destacado. Um outro momento importante, com participação do poder público municipal, foi a reorganização de áreas antes desvalorizadas com a presença da classe pobre. Como Maringá tinha um caráter de cidade bela, essa população não podia manter-se ali, dessa forma, foram remanejadas para outras localidades, fazendo com que essas áreas voltassem a ter valorização no mercado imobiliário.

Para Corrêa (2004, p. 59), “o primeiro processo de segregação urbana é o da segregação residencial, que é definida como sendo uma concentração de tipos de população dentro de um dado território”. Dessa maneira, temos a performance dos espaços desiguais dentro da malha urbana que moldam as diferentes populações, guiadas por um mercado imobiliário e fundiário, de acordo com seus diferentes níveis de renda.

Stiglitz (2016) ressalta que os mercados deixados aos seus desígnios podem somente atuar no sentido de acirrar as desigualdades. As práticas monopolistas são um exemplo de quando o Estado não age como deveria e não impede que o setor privado se sobressaia aos cidadãos comuns. Para Stiglitz (2016), o Estado deve corrigir as falhas dos mercados, criando políticas que juntem os incentivos privados e os retornos sociais, ou seja, que ele desempenhe o papel de comandar as regras com leis eficientes que beneficiem a todos. Nas palavras de Stiglitz:

Embora as forças de mercado ajudem a moldar o nível da desigualdade, as políticas governamentais moldam essas forças de mercado. Muita da desigualdade atual resulta de políticas governamentais, tanto as que o Governo aplica como as que se abstêm de aplicar (STIGLITZ, 2016, p. 89).

O Estado deveria atuar como um indutor de uma urbanização mais justa, em que a riqueza urbana produzida socialmente seja colocada à disposição de todos, independentemente da sua classe social. Em seu livro “O preço da desigualdade” Joseph Stiglitz (2016) utiliza o termo “*rentseeking*” que expressa como o processo político, se não controlado, permite que os ricos se sobreponham ao conjunto da sociedade.

Portanto, apesar dos vários fatores que geram e ampliam a desigualdade em uma sociedade, o grande ponto está em como as políticas governamentais se relacionam com o mercado e a forças sociais. Para isso, ao avaliar as dinâmicas urbanas, pode-se observar que as famílias alvo das políticas de habitação popular são deslocadas para lugares mais precários e afastados dos centros urbanos. Há elementos importantes que podem ser usados para compreender essa desigualdade territorial, provocada pelo mercado nas cidades médias, como a presença ou ausência de infraestruturas básicas (públicas e privadas de uso coletivo) que denotam a riqueza ou a pobreza do lugar. Por isso, não se pode perder de vista a complexidade da realidade, que não se caracteriza como única e homogênea dentro de um espaço urbano.

Entender a lógica do Estado no âmbito das políticas de habitação junto a lógica das empresas que atuam nesse mercado traz um olhar peculiar para o que ocorre na cidade de Maringá. Segundo Ramos (2015), no que consiste o processo de produção o espaço urbano maringaense existe uma linha que atravessa tanto o município quanto as empresas da construção civil e os agentes envolvidos na área habitacional, ou seja, no setor econômico que envolve a produção de capital. Nesse sentido, a cidade é vista como mercadoria e seu processo e urbanização acaba permitindo distorções que conduzem um modelo de acumulação capitalista centrada na desigualdade territorial e social. Portanto, apesar dos vários fatores que geram e ampliam a desigualdade em uma sociedade, o grande ponto está em como as políticas governamentais se relacionam com o mercado e a forças sociais.

O Programa Minha Casa, Minha Vida e a espacialidade dos conjuntos habitacionais em Maringá

Apesar de ser recente sua instituição no âmbito da política habitacional brasileira, o Programa Minha Casa Minha Vida completou 10 anos em 2019. Em sua primeira fase, o programa tinha como objetivo criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais para famílias com renda de até dez salários mínimos. Dessa forma, o Programa contempla os seguintes subprogramas, ambos com redação por meio da Lei Nº 12424/2011: I - Programa Nacional da Habitação Urbana (PNHU); II - Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Como destaca Amore (2015):

O “Minha Casa Minha Vida” é, antes de tudo, uma “marca”, sob a qual se organiza uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto “casa própria” – esta sim uma característica que unifica as diferentes experiências (AMORE, p.15, 2015).

Assim, o Minha Casa, Minha Vida criou subsídios para as famílias com rendimentos de até R\$ 1.600,00 (cerca de três salários mínimos em 2011) entrarem no programa, concentrando-se, portanto, na faixa de maior déficit habitacional. São principalmente essas famílias que passaram por um processo de segregação socioespacial, onde são realocados para espaços pré-determinados pela prática capitalista.

De acordo com Negri (2008), a segregação socioespacial é um processo de múltiplos aspectos, como o econômico, social, estrutural, entre outros. Conforme a classe mais alta busca valorizar, de acordo com seus interesses, certos espaços urbanos, as classes mais baixas acabam sendo deslocadas para áreas com menor valor imobiliário, o que produz a segregação socioespacial.

Dessa maneira, é possível entender que a segregação socioespacial está relacionada ao alcance desproporcional entre as distintas classes dentro de um espaço urbano. Ela afeta diretamente na questão do uso dos equipamentos coletivos, bem como, nos equipamentos privados que são necessários no cotidiano. Além disso, também se expressa como uma forma de divisão entre essas classes, onde os mais ricos concentram-se em áreas providas de infraestrutura e os mais pobres em outras áreas e essas apresentam alguma deficiência ou até mesmo ausência de serviços básicos, é como também se expressa a desigualdade territorial.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 78-100, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

A desigualdade territorial é um ponto enraizado no Brasil desde seu processo de colonização. Para Arretche (2015) ainda na década de 70 o país apresentava muito municípios com população pobre e carente de serviços básicos. Posteriormente, houve um razoável avanço na conjuntura das cidades, como melhoria na renda *per capita*, infraestrutura, disponibilidade de serviços médicos e escolares. Porém, mesmo com esses avanços a concentração de riqueza ainda se manteve.

A despeito da trajetória similar de expansão territorial, ainda em 2010 as taxas de cobertura variavam bastante entre as políticas, e aquelas políticas que apresentam mais baixas taxas de cobertura também apresentam maior desigualdade territorial. Assim, a desigualdade territorial de acesso a serviços essenciais só é baixa quando este se torna universal no território nacional.

A trajetória de expansão das coberturas é marcada por alta associação entre riqueza das jurisdições, renda da população e oferta de serviços essenciais (ARRETICHE, p.197. 2015).

Essa é uma prática recorrente na mercantilização do solo urbano, pois fornece as condições para justificar o alto valor imobiliário de certas áreas da cidade, mais precisamente daquelas privilegiadas em termos infraestruturais. Nesse aspecto, o Estado, um dos agentes envolvidos no processo de produção do espaço urbano, como destaca Corrêa (2004), desempenha um papel fundamental na constituição de desigualdades territoriais, por intermédio da definição de áreas para a provisão das infraestruturas sociais básicas.

Essa dinâmica da produção do espaço urbano atrelada ao alto valor do terreno urbano maringaense obrigava a população beneficiada com políticas habitacionais se instalarem em áreas afastadas do centro da cidade. O mesmo ocorreu com as pessoas contempladas com o Programa Minha Casa, Minha Vida, em Maringá, com relação as moradias de interesse social, que englobam a faixa 1 do programa.

Essa questão habitacional do município, em relação ao alto custo da terra, proporcionou a criação da Lei Complementar nº 820/2010, que aprova conjuntos habitacionais a serem implantados nos distritos do município, para atendimento ao PMCMV. Dois conjuntos habitacionais foram citados e implantados com a lei em vigor: Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos, em Floriano, e o Conjunto Habitacional Albino Meneguetti, em Iguatemi, todos referentes a faixa 1 do programa. Além de outras Leis Complementares que transformam em Zonas Especiais de Interesse

Social – ZEIS as áreas destinadas para habitações de implementação do Programa.

Como já ressaltado, o Programa Minha Casa, Minha Vida é dividido por faixas de rendimentos. As moradias de interesse social pertencem a faixa 1, com rendimento até R\$ 1.800,00 (um mil e seiscentos reais) atualmente. Este tipo de moradia é lançado pelo poder municipal em parceria com o governo Federal e com agentes privados, visam diminuir um dos graves problemas sociais das cidades brasileiras, que é o déficit de moradias.

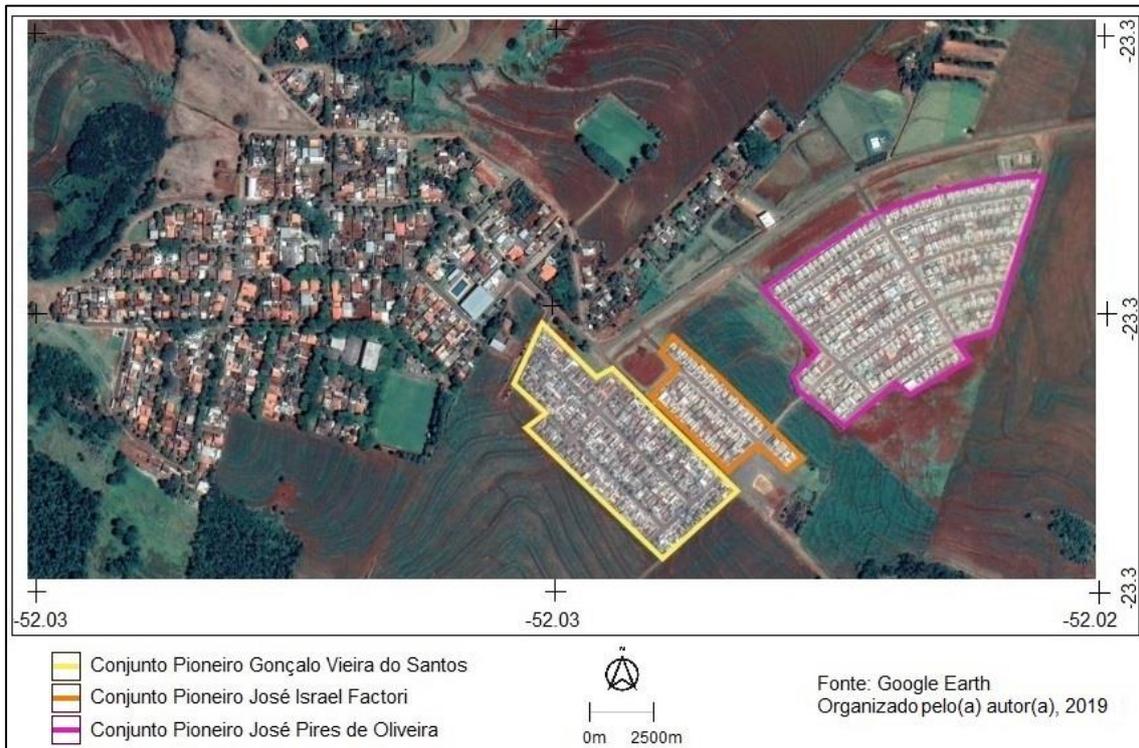
Nesse sentido, do cenário nacional ao cenário local em Maringá em 2010, são parecidos, posto que, segundo a fundação João Pinheiro, o déficit habitacional seguia a tendência nacional para as populações com rendimentos de 0 a 3 salários mínimos, onde o déficit habitacional local era de 7.378 moradias. Na comparação com o déficit habitacional total do município, este segmento representava mais de 69,68%, sendo ainda maior que a média nacional [...] (REIS, 2017, p. 87).

Com esses dados, é possível entender a carência e a necessidade de novas habitações de interesse social no município de Maringá. O governo municipal, no entanto, viu no Programa Minha Casa, Minha Vida não somente um recurso para suprir esse déficit habitacional, mas também fundamentar uma maneira de favorecer essencialmente os interesses econômicos desses agentes, movimentando o mercado imobiliário.

Como consequência, ocorreu a construção de moradias populares, ocasionando sempre em uma realocação desses determinados grupos, de acordo com os interesses do capital privado, não deixando de lado o caráter segregador criado desde o início de sua colonização, como assinala Reis (2017). Essa dinâmica acaba excluindo as populações contempladas com as moradias para as bordas das cidades, e até mesmo para os Distritos de Floriano e Iguatemi, áreas estas, distantes do centro da cidade e desprovidas das maiorias dos equipamentos coletivos necessários para bem-estar social.

Entre os anos de 2011 a 2015 o distrito de Floriano, por exemplo, apresentou a criação de três conjuntos habitacionais referentes ao PMCMV, são eles: Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos (faixa 1), Conjunto Residencial Pioneiro José Israel Factori (faixa 2) e Conjunto Habitacional José Pires de Oliveira (faixa 2), cuja população total compreende um total de 418 famílias beneficiárias com moradias (Reis, 2017), como pode ser observado na Figura 03. Se comparado ao total de domicílios permanentes já existentes em Floriano e o número de moradias construídas com o PMCMV, houve um aumento superior a 70% de moradias no distrito segundo Reis (2017).

Figura 03: Moradias construídas pelo PMCMV em Floriano



Fonte: Google Earth
Organizado pelo (a) autor (a) (2019).

Com o intuito de uma análise prévia, foi realizada uma visita de campo no distrito de Floriano em relação a todo seu entorno para entender como os conjuntos se especializavam. Essa observação iniciou-se desde o percurso viajado até se chegar ao distrito. Durante o trajeto na PR-317 nota-se a presença de vários vazios urbanos com propriedades privadas provenientes das plantações do agronegócio, além de lotes a espera de valorização. Ao entrar no distrito, pelo acesso a Estrada Bravin, verifica-se novamente um longo percurso de lotes vazios, propriedades rurais, a Estação Experimental de Piscicultura da Universidade Estadual de Maringá (CODAPAR/UEM) e a estação de tratamento de esgoto (SANEPAR).

Ao chegar na estação, observa-se o primeiro conjunto, entretanto, o último a ser construído: Conjunto Habitacional Pioneiro Jose Pires de Oliveira. Com o termino da sua construção em 2015, o conjunto conta com 232 moradias para a população de baixa renda (faixa 1). Nesse sentido, foi possível analisar, pela distribuição espacial, que essa região se manifesta como uma área de expansão, ou seja, a parte mais recente que se situa ao sul do distrito e, por esse motivo, o entorno e conseqüentemente o próprio conjunto habitacional, não expressavam infraestrutura.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 78-100, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Além disso, as áreas ao lado do conjunto habitacional também apresentam vazios urbanos, que são ocupados por propriedades privadas com cultivo de plantação das culturas da região (soja, milho e trigo). Em direção a parte superior do conjunto, é onde estão instalados os dois outros empreendimentos provenientes do PMCMV: O Conjunto Habitacional José Israel Factori, sendo o segundo a ser construído com apenas 50 moradias e Conjunto Habitacional Pioneiro Gonçalo Vieira dos Santos, o mais antigo, com 136 moradias edificadas. Deste modo foi necessária a intervenção do poder público municipal para viabilizar a instalação das moradias no local de acordo com a Lei Complementar nº 820/2010 Art.4ª onde:

As obras de infraestrutura urbana dos conjuntos habitacionais tratados nesta Lei, a serem executadas dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, independentemente da prestação de caução por parte dos loteadores, serão compostas por:

- I - abertura das vias de circulação;
- II - demarcação dos logradouros, quadras e datas;
- III - rede de distribuição de água potável;
- IV - rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
- V - rede de galerias pluviais;
- VI - rede coletora de esgoto sanitário;
- VII - pavimentação asfáltica, meio-fio e sarjetas;
- VIII - arborização e urbanização de canteiros (Lei Complementar nº 820/2010 Art.4ª).

Com base na saída de campo foi possível observar que o distrito expandiu sua população, mas seus serviços básicos de infraestrutura como as escolas, creches, postos de saúde, entre outros equipamentos públicos e privados não chegaram juntamente com o novo contingente populacional. Isso significa que o distrito continuou com a mesma quantidade de equipamentos já existentes antes dos conjuntos habitacionais: um posto de saúde, uma escola, algumas mercearias, uma unidade de atendimento da assistência social e a horta comunitária. Na análise espacial realizada nos conjuntos há, até o momento que esta pesquisa foi produzida, apenas uma execução de infraestrutura sendo realizada titulada como “Meu Campinho”, referente a uma área de lazer para os moradores com o prazo de 120 dias para a execução. Entretanto, não consta na placa a informação da data de início e, portanto, a obra aparentava estar paralisada.

A ausência desses equipamentos leva os moradores dos conjuntos a se deslocarem até área comercial do distrito ou até mesmo, ao centro

urbano de Maringá, que fica em média, 18km de Floriano. Isso vai contra questões previstas na Constituição Federal e nas Diretrizes do Estatuto da Cidade que respaldam uma justiça social a todos os cidadãos quanto a sua qualidade de vida e desenvolvimento de atividades econômicas (BRASIL, 2001). Terra urbana significa terra servida por infraestrutura e serviços (rede de água, rede de esgotos, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde, etc.). Ou seja, a produção da moradia exige um pedaço de cidade e não de terra nua. Há a necessidade de investimentos sobre a terra para que ela ofereça condições em situação de grande aglomeração (MARICATO, 2008, p. 119).

Nesse sentido, a produção de moradias com o MCMV em Maringá apresenta um ritmo rápido, devido ao alto volume de crédito ofertado na região, como relata Fleury E Silva e Silva (2015). Dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (SEPLAN), no ano de 2012, indicam o aumento de 30% em áreas disponíveis para construção, isso conseqüentemente também cresceu no número de edifícios liberados, onde oito deles eram do PMCMV.

No ano seguinte, dados da Caixa Econômica Federal – Superintendência Noroeste e do Banco do Brasil, apresentaram 2842 unidades em Maringá, onde 55% delas era referente ao faixa 2 (R\$1.600 a R\$3.100), 30% referentes ao faixa 1 (renda de até R\$1.600) e de 15% ao faixa 3 (R\$3.100 A R\$5.000). Vale ressaltar que esses valores em 2013 ainda não haviam sofrido alterações.

É imprescindível destacar que as políticas habitacionais governamentais chegam ao município, porções mais distantes das áreas centrais. Entre a periferia que se consolidava e o centro, grandes porções de vazios urbanos são mantidos a espera de valorização, ou seja, em sua maioria, esses vazios são dados como reservas de valor que são gradualmente loteados e vendidos para a população de renda média e alta ou ainda, destinados a grupos privilegiados, enquanto para acomodar a camada social de baixa renda na cidade, sobram as áreas menos valorizadas.

No Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS de Maringá (2010), segundo alguns arquitetos entrevistados, em relação a questão habitacional em Maringá, a oferta de habitação para as famílias com renda de três a seis salários mínimos é considerável e adequada, oposto da oferta a famílias de zero a três salários mínimos que estão dispersas pela cidade vivendo precariamente.

Ainda, segundo o arquiteto Claudinei José Vechi no PLHIS (2010), os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida não atingem a demanda, devido

ao elevado custo da terra em Maringá, levando os conjuntos para os distritos e municípios vizinhos:

Os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV estão aquém da demanda devido ao elevado custo da terra em Maringá, levando os conjuntos para os distritos e municípios vizinhos, de acordo com o arquiteto. Atualmente, nos distritos existe interesse dos empreendimentos imobiliários para o setor de 0 a 3 salários mínimos e de 3 a 6 s.m. (conjuntos habitacionais), devido à proximidade com as indústrias, onde trabalha a população. As prefeituras da região procuram a AMUSEP, a qual recorre a Maringá para avaliar e dar apoio na elaboração do projeto e no termo de referência (PLHIS, 2010, p.53).

O fator se inverte em relação ao faixa 3 do Programa, que engloba de seis a dez salários mínimos. Para o arquiteto, a zona sul e central de Maringá movimenta o setor imobiliário:

Já o mercado imobiliário de 6 a 10 s.m é muito aquecido em Maringá, segundo Vechi, com destaque para a zona sul, zona central e zona sete com edifícios de 10 a 15 andares. Além desse fator, a cidade se caracteriza pela prestação de serviço e polo universitário, e conta com a presença de muitas kitnets. Claudinei considera como um dos principais problemas enfrentados na questão habitacional de Maringá, o alto custo da terra. O elevado valor do terreno não se adéqua ao que a Caixa Econômica Federal aceita, inviabilizando muitas iniciativas (PLHIS, 2010, p.53).

Dessa forma, essa parte da população foi distanciada ainda mais dos seus locais de trabalho, lazer e estudos com a política habitacional estabelecida pelo município. Ainda que o indivíduo ganhe o acesso a moradia própria, estes são transferidos para locais mais afastados, ou seja, percebe-se que, a maioria dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida foram implantados longe das áreas centrais, nos distritos de Iguatemi e Floriano.

Apenas três dos conjuntos foram construídos na parte norte da cidade, ou seja, independentemente de estarem dentro dos limites da cidade, ainda assim se encontram em áreas periféricas e afastadas da área central, promovendo também, a segregação socioespacial. São eles: o Conjunto Habitacional Jardim Oriental, com rendimento de até seis salários mínimos (faixa 2) e os Condôminos Residenciais Santa Clara e Santa Júlia, ambos com rendimento de até três salários mínimos (faixa 1). Já distrito de Iguatemi os

dois conjuntos existentes são de até três salários mínimos, sendo eles o Conjunto Habitacional Albino Meneguetti e Conjunto Residencial Irajá.

Este cenário demonstra continuidade do processo de segregação provocado pelo reassentamento populacional com nas moradias de interesse social em cidades médias, ou ainda, como no caso aqui estudado, em distritos. Além do afastamento da cidade sede, o que gera vários vazios urbanos e novas demandas de investimento público, com a necessidade de ampliação da infraestrutura, os conjuntos habitacionais do mesmo programa localizam-se, em sua grande maioria, um ao lado do outro, principalmente em Iguatemi e Floriano, o que motiva o surgimento de grandes conjuntos configurados como bairros.

Assim, é necessário entender a grande importância da justiça espacial levando em consideração as condições para se originar riqueza, bem-estar social em toda sua distribuição. Além de certificar que os espaços possam garantir igualdade no acesso, como também estar a par das necessidades básicas dos indivíduos como alimentação, habitação, serviços de saúde e educação, segurança, serviços social e ambiental e o transporte. Necessidades básicas estas explicitas na Constituição Federal em relação aos direitos sociais que devem ser garantidos a todos.

Para que haja justiça espacial, Harvey (1980) afirma ser necessário uma organização social, política e econômica devidamente respeitada e ainda acrescenta que “a estrutura básica é justa para todos quando as vantagens dos mais afortunados promovem o bem-estar dos menos afortunados [...]”. (HARVEY, 1980, p. 92). Essa questão social em um sistema difundido nos interesses de pequenos grupos acaba se tornando mais complexa do que seria, justamente por manipularem a organização espacial influenciando as decisões de acordo com seus negócios.

Conclusão

O modo como a cidade de Maringá desde o início vem delimitando o seu planejamento e deixa visível ambientes de segregação socioespaciais para aquelas populações consideradas de baixa renda se remete até os dias atuais. O espaço urbano da cidade e sua dinâmica não são projetados de acordo com as condições de vida gerais dos seus habitantes e sim para determinada parcelas. São os grandes agentes econômicos que

fazem da consolidação urbana uma mercadoria funcional à especulação imobiliária desses empreendedores responsáveis pela produção da cidade.

Nesse sentido, pode-se entender que a dinâmica da segregação socioespacial é gerada pelos processos de produção capitalista do espaço urbano, principalmente pelos agentes econômicos que conseguem modificar e moldar o mercado beneficiando-se dos espaços públicos criados pelo Estado.

A partir das discussões atribuídas nesta pesquisa, além dos agentes privados, é notável a proporção que uma política pública habitacional como o Programa Minha Casa, Minha Vida tem potencializado processos de segregação socioespacial, pois sua contribuição se faz em conjunto a essa dinâmica excludente do mercado imobiliário sobre as populações pertencentes aos segmentos de beneficiários em nível social. Vale ressaltar e, não diminuir, a grande importância do programa na vida de milhões de brasileiros que, somente com o auxílio e existência da política pública, conseguiram adquirir a tão sonhada casa própria e sair do aluguel. Entretanto, existem falhas na sua criação e modo de execução, que precisam ser revistas, para de fato, dar maior enfoque à essa parcela da sociedade.

Os três conjuntos existentes no distrito de Floriano provenientes da produção de habitações de interesse social (PMCMV) mostram-se recorrentes da formação socioespacial do município de Maringá, ou seja, foram configurados de acordo com o mercado imobiliário. O alto valor do terreno na cidade como artifício afasta o indivíduo, amparado pela política pública, para uma área mais rentável e com possível valorização futura. Nesse viés, há cada novo conjunto, estes foram sendo instalados numa mesma área, aglomerados e criando assim um espaço homogêneo. Essa caracterização formula a existência de bairros de acordo com seu valor uso urbano. Nesse caso, esses conjuntos foram edificados fornecendo o acesso à moradia aos beneficiados, ou seja, o distrito de Floriano recebe 418 novas famílias, mas não recebeu as devidas infraestruturas para suprir as necessidades e a demanda de toda essa população.

Nesse sentido, esses impactos socioespaciais estão diretamente ligados ao modo de efetivação da política habitacional em cidades médias, como o caso de Maringá. Este fato está relacionado a dinâmica de mercado, pois o distrito configura-se como área adepta a expansão. Esse crescimento teve seu pontapé inicial com a vinda dos conjuntos. Entretanto, ainda existem vários vazios urbanos a espera de valorização até a chegarem em

Floriano. Tudo isso moldado pelo capital financeiro responsável pela produção e distribuição espacial urbana que constrói uma sociedade hierarquizada e excludente com uma determinada parcela da população.

Ainda que este artigo seja apenas uma parcela do enredo, se faz necessário para a contribuição ao conhecimento da realidade urbana de Maringá, à sociedade. Além de chegar as constatações de que a produção do espaço urbano maringaense está diretamente ligada a segregação e fundamentada no alto valor do terreno, esse estudo reforça a necessidade de referir o poder do capital imobiliário no direcionamento e planejamento de uma política pública habitacional. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa abre a possibilidade de um aprofundamento entorno de toda a questão econômica que acontece dentro da cidade em conjunto com a especulação imobiliária.

Referências

AMORE, C. Minha casa minha vida para iniciantes. In: AMORE, C. S. et al. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 11-28.

ANDRADE, C. R. M; CORDOVIL, F. C. de S. A cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as "requalificações urbanas". Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/55.htm>. Acessado em 14/03/2020.

ARAÚJO, M. C. A cidade de Maringá: a constituição de um espaço urbano planejado e segregado. In: Rodrigues, A. L.; Tonella, C. (org.). **Retratos da Região Metropolitana de Maringá**: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas. Maringá: Eduem, 2010, p. 165-191.

ARRETCHE, M. **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos (organização Mart a Arretche) - 1 ed. - São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

BRASIL. Estatuto da Cidade (2001). **Estatuto da Cidade**: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 273 p. – Série fonte de referência. Legislação; n. 40.

BRASIL. **Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011**. Revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. – Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm. Acessado em 13/07/2020.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 78-100, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

FLEURY E SILVA, B.; SILVA, R. D. A produção de moradia entre 2000 e 2013 e o impacto na organização socioespacial do aglomerado metropolitano Sarandi-Maringá-Paiçandu. In: RODRIGUES, A. (org.). **Maringá: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 268-306.

HARVEY, D. **Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

IBGE, Coordenação de Geografia. **Regiões de Influência das Cidades: 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá: Prefeitura Municipal, 1980.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 3ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Maringá (PR). **Prefeitura**. 2013. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br>. Acesso em: julho 2020.

NEGRI, S. M. **Segregação socioespacial**. Coletâneas do Nosso Tempo, 2008.

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. **Brasil**. (2009). Disponível em: <http://www.minhacasaminhavida.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>. Acessado em 19/05/2018.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa**. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.

PARANÁ. **Lei nº 790 de 14 de novembro de 1951**. Dispõe sobre a Divisão Administrativa do Estado no quinquênio de 1952 a 1956. – Curitiba, 1951. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-790-1951-parana-dispoe-sobre-a-divisao-administrativa-do-estado-no-quinquenio-de-1952-a-1956>. Acessado em 13/07/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Secretaria de Planejamento Urbano. Plano Local de Interesse Social de Maringá (PLHIS). 2010. **Disponível em:** <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/f4137b19bb56.pdf>. Acessado em 21/05/2018.

RAMOS, F. **A produção de habitações de interesse social em Maringá**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2015.

REIS, J. S. **Realojamento da pobreza: interface da segregação socioespacial na**

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 78-100, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

produção da cidade de Maringá à luz conceitual marxista do valor-de-troca. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Maringá 2017.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá.** Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2004.

RODRIGUES, A. L. A Ocupação Urbana da Região Metropolitana de Maringá: uma história de segregação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.108, p.61-86, jan. /jun. 2005.

STIGLITZ, J. E. **O preço da desigualdade.** Lisboa: Bertrand Editora, 2016.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 obtido pelo primeiro autor na forma de bolsa para o desenvolvimento de sua dissertação.

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

Sobre os autores

Livia Fiorillo Nunes

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 2015 na Licenciatura e em 2016 no Bacharelado. Atualmente é mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (PGE).

Dr. Fernando Luiz de Paula Santil

Possui graduação em Engenharia Cartográfica pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (Unesp - Presidente Prudente - 1991), mestrado em Ciências Cartográficas pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (Unesp - Presidente Prudente - 2001), doutorado em Ciências Geodésicas pela Universidade Federal do Paraná (2008) e pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2013). Atualmente é professor adjunto no Curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica da Universidade Federal de Uberlândia/ Campus de Monte Carmelo (MG). É professor colaborador no Programa de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (PGE).

Como citar esse artigo

NUNES, Livia Fiorillo; SANTIL, Fernando Luiz de Paula. A segregação socioespacial gerada pela produção do espaço habitacional na cidade de Maringá/PR. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 78-100, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.6980

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 78-100, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Recebido em: 2019-11-14
Devolvido para revisão: 2020-05-25
Aceito em: 2020-07-21

**FRAGMENTAÇÃO FLORESTAL DA MATA ATLÂNTICA:
CONECTIVIDADE POTENCIAL VIA POLINIZAÇÃO POR
MARIPOSAS E MODELAGEM ATMOSFÉRICA**

Marcio Luiz Gonçalves D'Arrochella

Universidade Federal Fluminense (UFF)/ RJ
orcid.org/0000-0001-9005-1888
E-mail: mdarrochella@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7362

Resumo

A fragmentação florestal promove inúmeras alterações no funcionamento dos ecossistemas, principalmente por fenômenos microclimáticos. Pode levar à extinções de espécies menos tolerantes, colonização de espécies invasoras, predomínio de espécies primárias e a chegada de pragas, o que diminui a biodiversidade intra fragmentos, gerando o empobrecimento genético. A Mata Atlântica no Brasil possui de 7 a 15 % de cobertura remanescente em diferentes níveis de integridade e de sucessão ecológica. Diante disso, a legislação ambiental brasileira criou os mosaicos de Unidades de Conservação e os Corredores Ecológicos com a finalidade de conservar/preservar os remanescentes e recuperá-los para promover a conectividade ecológica, que garantiria a troca gênica entre populações e a elasticidade genética. No entanto muitos projetos de implementação de corredores ecológicos são executados sem nenhum planejamento. Este estudo apresenta como possibilidade de entendimento da conectividade a síndrome de polinização por mariposas, já que estas, podem se aproveitar de brisas para voar longas distâncias, conectando manchas de fragmentos. Foi investigado o comportamento de voo, alimentar e sexual de 13 espécies de mariposas a partir de catálogo de referência e observações de campo na Reserva Ecológica do Guapiaçu (no município de Cachoeiras de Macacu -RJ), realizando-se estudos zoológicos e de modelagem atmosférica dos sistemas de brisas podendo identificar trajetórias potenciais de voo, que compõem um arranjo espacial. Os resultados indicam uma orientação espacial na qual norte/sul, o que é diferente da orientação dos projetos executados na área.

Palavras chave: Conectividade potencial; Síndrome de polinização por mariposas; Modelagem atmosférica.

**FORREST FRAGMENTATION OF THE ATLANTIC FOREST:
POTENTIAL CONNECTIVIT THROUGH MOLDS POLLINATION
AND ATMOSPHERIC MODELING**

Abstract

Forest fragmentation promotes countless changes in ecosystem functioning, mainly owing to microclimatic phenomena, which could bring to extinction of species with more capped conditions, can also allow invasive species colonization, the predominance of primary species and growing presence of pests, which diminishes intra-fragment biodiversity. The Atlantic Forest in Brazil has 7 to 15% of remaining coverage at different levels of integrity and ecological succession. Therefore, Brazilian environmental legislation created the Conservation Units and Ecological Corridors mosaics in order to conserve and preserve the remnants to promote ecological connectivity, which would guarantee gene exchange between populations and genetic

elasticity. However green restoration and green corridor implementation projects are carried out without any planning or prior studies, which can generate more problems than benefits to the remnants. This study presents as a possibility of understanding the moth pollination syndrome, since they can take advantage of breezes to fly long distances, connecting patches of fragments. The flight, feeding and sexual behavior of 13 moth species were investigated from reference catalog and field observations in the Guapiaçu Ecological Reserve (Cachoeiras de Macacu -RJ), and zoological and atmospheric modeling studies were performed. Thus, wind systems can identify potential flight paths that make up a spatial arrangement. The results indicate a spatial orientation in which north / south, being different from the orientation of the projects executed in the area, leading to the drainage orientation. It was also observed that the air basin on this scale of analysis did not generate any influence on the flow of breezes.

Keywords: Potential connectivity; Moth pollination syndrome; Atmospheric modeling.

FRAGMENTACIÓN FORESTAL DE LA MATA ATLÁNTICA: CONECTIVIDAD POTENCIAL POR POLINIZACIÓN A TRAVÉS DE POLILLAS Y MODELAJE ATMOSFÉRICO.

Resumen

La fragmentação florestal promove inúmeras alterações em el funcionamiento de los ecosistemas, principalmente por fenómenos microclimáticos. Eso puede llevar a extinciones de especies menos tolerantes, colonización de especies invasoras, predominio de especies primarias y la invasión de plagas, lo que disminuye la biodiversidad intra-fragmentos, generando el empobrecimiento genético. En Brasil, la Mata Atlántica posee de 7 a 15% de cobertura remanente en diferentes niveles de integridad y de sucesión ecológica. Frente a esa situación, la legislación ambiental brasileña creó los mosaicos de Unidades de Conservación y los Corredores Ecológico para conservar/preservar los remanentes y recuperarlos para promover la conectividad ecológica, lo que garantizaría el cambio y la elasticidad genética entre poblaciones. Sin embargo, los proyectos de implementación de corredores ecológicos son ejecutados sin ninguna planificación. Este estudio presenta como posibilidad de entendimiento de la conectividad el síndrome de polinización a través polillas, ya que estas pueden aprovechar las brisas para desplazarse a grandes distancias, conectando manchas de fragmentos. Fue investigado el comportamiento de vuelo, alimenticio y sexual de 13 especies de polillas a partir del catálogo de referencia y observaciones de campo en la Reserva Ecológica do Guapiaçu (en el municipui de Macacu-RJ), realizándose estudios zoológicos y de modelaje atmosférico de los sistemas de brisas, donde se pudo identificar trayectorias potenciales de vuelo, que componen um arreglo espacial. Los resultados indican una orientación espacial en la cual norte/sur, diferente de la orientación de los proyectos ejecutados em el área.

Palabras-Clave: Conectividad potencial; Síndrome de polinización a través polillas; Modelaje atmosférico.

Introdução

A conectividade da paisagem pode ser definida como a capacidade da mesma de facilitar fluxos biológicos entre seus elementos, estruturas, arranjos e conexões (METZGER, 2006). Para as espécies que nela vivem, sua estrutura é percebida de

diferentes maneiras. Numa perspectiva em que se valorizam as questões humanas, a técnica de análise de métricas da paisagem, utilizada amplamente pelos estudos da paisagem, não é suficiente pois, conforme o autor supracitado, as áreas de dispersão e fluidez de populações são distintas, devido ao limite de tolerância.

Desse modo a estrutura da paisagem (matriz, manchas e corredores), bem como a escala a ser adotada dependem do uso que cada espécie lhe dá e da capacidade de dispersão o que definirá a extensão da paisagem. Quanto à funcionalidade, seria necessário reconhecer cada elemento da paisagem capaz de influenciar na sobrevivência ou extinção das espécies (como o tamanho e a qualidade dos fragmentos florestais), a capacidade que os corredores tem para facilitar a dispersão e a capacidade da matriz em gerar barreiras (METZGER, *op. cit.*).

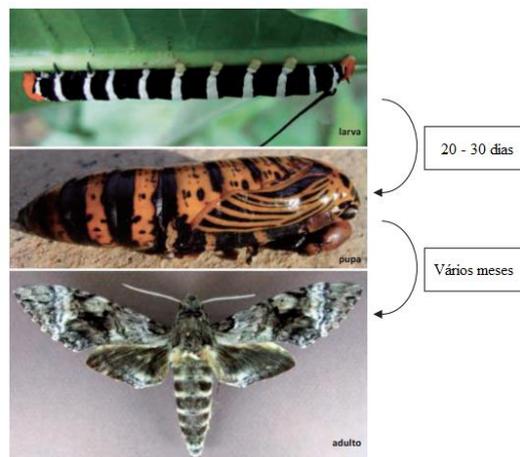
Pólen e sementes, quando levados de um fragmento a outro, permitem a troca genética e diminuem o efeito de isolamento das populações, o que pode ocorrer por dispersão ativa (vagilidade), isto é, quando a fauna leva sua genética cruzando com indivíduos de outro fragmento ou por dispersão passiva (pagilidade), ou seja, quando o vento, as águas dos rios ou os animais dispersam pólenes e sementes (BROWN e LIMONINO, 2006).

Nas regiões tropicais são encontrados exemplos complexos de interações entre as flores e os agentes polinizadores. Os principais grupos de animais seriam os morcegos, pássaros, mariposas, borboletas, moscas, vespas e abelhas. Em comparação com a vegetação das áreas temperadas, pode-se identificar que a polinização tropical ocorre: 1) baixa proporção de plantas polinizadas pelo vento; 2) alta proporção de animais vertebrados agindo como polinizadores; 3) alta proporção de abelhas sociais como visitantes de flores (talvez agindo como polinizadores); 4) grandes distâncias entre as plantas das espécies de polinização cruzada obrigatória; 5) grande número de interações complexas entre certas plantas e seus polinizadores; e 6) padrões complexos de sincronia de polinização (JANZEN, 1980).

Os Lepidópteros são aproximadamente 146.000 espécies de borboletas e mariposas, sendo a 87% de hábitos noturnos e 13% diurnos. Nas regiões Neotropicais somam 7.100 e 7.900 (respectivamente), e no Brasil ocorrem entre 3.100 e 3.200 espécies (GIOVENARDI, 2007).

É possível caracterizar os Lepidópteros como seres holometabólicos, pois cumprem seu ciclo de vida em quatro etapas, a saber (Figura 1): a primeira, é em ovo; a segunda fase como larval (conhecida popularmente como lagarta), alimentando-se como herbívoros e crescendo; numa terceira fase, de menor tempo de duração, passa para a forma de pupa, em que se envolve em um casulo onde ocorrerão mudanças físicas como o surgimento de asas; finalmente a quarta fase, é a alada em forma de borboletas ou mariposas que irão se reproduzir e morrer (OLIVEIRA *et al.*, 2014). Em média, esta última etapa tem uma duração de, nos quais os lepidópteros podem voar longas distâncias pra se alimentar de néctar, podendo promover a polinização.

Figura 01: As três últimas fases de vida de um lepidóptero



Fonte: Oliveira *et al.* (2014).

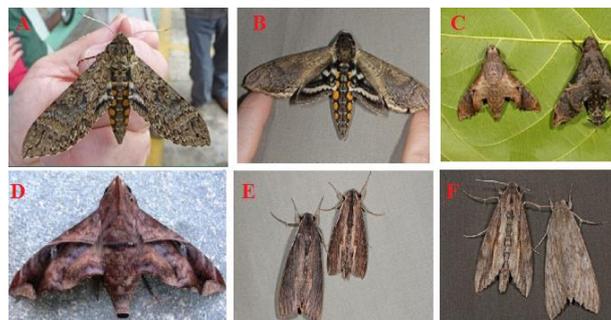
Segundo Wolowski *et al.* (2016), as mariposas são os lepidópteros menos estudados em áreas tropicais, sendo a família dos Esfingídeos uma das mais representativas na polinização. Estes insetos estão muito mais presentes em ambientes de baixa altitude e apresentam mais de 50 espécies. Em um estudo sobre a área de Floresta de Alto Montana¹, região sudeste, observou-se que as mariposas visitavam mais de 80 espécies de plantas. Tal conjuntura é a ideal para a área de estudo escolhida. Os mesmos autores afirmam que mariposas migram de restingas para áreas montanhosas durante a estação quente e chuvosa.

As mariposas (Figura 02) possuem hábito de voo noturno, intimamente relacionado com o aumento da temperatura e da precipitação, sendo também influenciado

¹Florestas com altitude superior a 1600 m (WOLOWSKI *et al.*, 2016).

pelas fases da lua (VARELA-FREIRE, 2004). Os estudos de Laroca e Mielke (1975), na Serra do Mar no Paraná, perceberam maior atividade de voo com céu encoberto, seguido de chuviscos ou nevoeiros, com temperatura elevada e ventos com velocidade moderada. Isto ocorreria pela necessidade da maioria das mariposas em buscar luz, o que faz com que elas migrem e permitam a dispersão de pólen. Áreas mais quentes tendem a ter maior abundância de mariposas. No entanto, isso não se reflete no número de espécies (MARINONI *et al.*, 1999). Flores polinizadas por mariposas têm antese noturna, coloração pálida, néctar rico em sacarose e odor floral adocicado (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Figura 02: Algumas espécies de mariposas encontradas em Cachoeiras de Macacu A -*Manduca difussa petunia*, B- *Manduca hannibal almica*, C- *Enyo lugubris lugubris* (fêmea e macho), D- *Enyo ocyprate*, E- *Erinnyis alope alope* e F- *Erinnyis ello ello*



Fonte: Acervo REGUA²

Área de estudo

A pesquisa se deu no município de Cachoeiras de Macacu (RJ), localizado nas bacias hidrográficas dos rios Macacu e Caceribu e sob domínio da bacia aérea metropolitana IV³. Está localizado a nordeste da Baía de Guanabara no sopé da Serra dos Órgãos⁴ e compõe parte do Corredor Ecológico Central de Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (Figura 03).

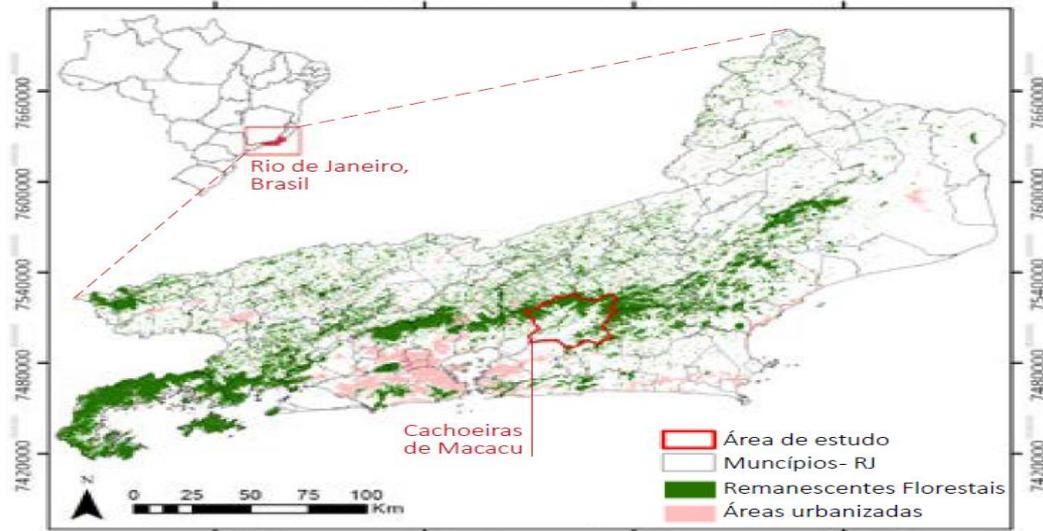
² <http://regua.org/wp-content/uploads/2015/03/REGUA-moth-list-landscape.pdf>

³ Bacias aéreas são pacotes atmosféricos superficiais encaixados na topografia, eles podem influenciar no escoamento dos ventos, carregando material particulado (D'ARROCHELLA, 2019; FARIAS, 2012; OLIVEIRA, 2004). Tal tipo de delimitação espacial é utilizada pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA-RJ) para estudos de dispersão de poluentes atmosféricos.

⁴ Nome local para a Serra do Mar.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 101-116, mês maio-ago. Ano 2020.

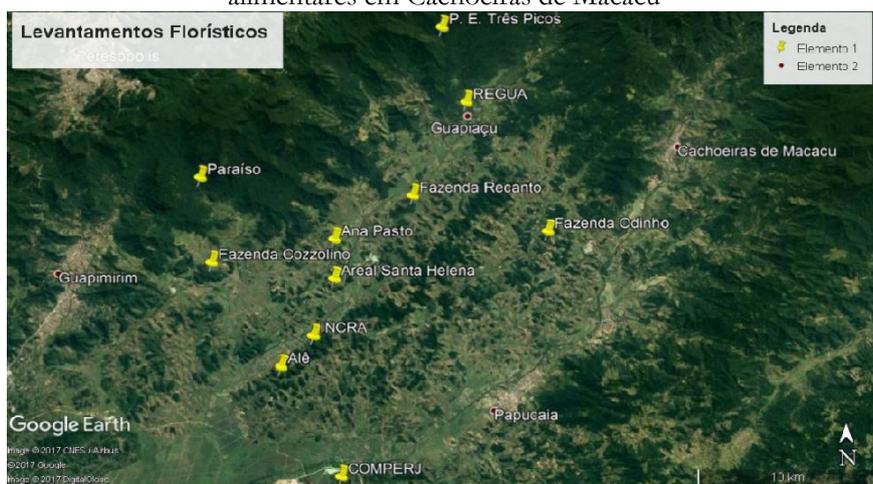
Figura 03: Localização do município de Cachoeiras de Macacu -RJ



Fonte: Pedras (2018).

Como área controle foi utilizada a Reserva Ecológica do Guapiaçu⁵ (REGUA), em que foram feitas observações sistemáticas de mariposas executados por Martin *et al.* (2011), compondo um catálogo de referência. À volta da REGUA, foram escolhidos 10 fragmentos florestais que representam a heterogeneidade da área e que apresentam levantamentos secundários de recursos alimentares para mariposas para que se possa avaliar as possíveis trajetórias de voo e conectividade (Figura 04).

Figura 04: Localização dos fragmentos que apresentam levantamentos florísticos de recursos alimentares em Cachoeiras de Macacu



Fonte: D'Arrochella (2019).

⁵A REGUA é uma Reserva Particular do Patrimônio Nacional (SNUC, 2000).

Os fragmentos contidos na figura anterior serão indicados nos próximos gráficos por siglas, sendo: INCRA (P1), Fazenda Recanto (P2), Fazenda Cozzolino (G1), Areal Santa Helena (G2), Fazenda Odinho (G3), Estação Ecológica do Paraíso (Paraíso), Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), Reserva Ecológica do Guapiaçu (REGUA) e Parque Estadual dos Três Picos (PETP). Os fragmentos Alê e Ana Pasto constaram como áreas de estudo, pois haviam levantamentos de florística executados pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), porém não foram cedidos por não terem sido publicados.

Metodologia

Foram executados levantamentos de dados secundários sobre as espécies de mariposas mais representativas da área, tendo por base de dados para a escolha das espécies de mariposas o catálogo organizado por Martin et al. (2011), entrevista com um dos autores, o Dr. Jorge Bizarro e observações em campo.

Outra rotina se deu por meio da modelagem atmosférica com o uso de três modelos, a saber: BRAMS, GRADs e TC3D. Farias (2012) afirma que uma das maiores vantagens que a modelagem numérica da atmosfera nos traz é a possibilidade de obter campos de informações espacial e temporal muito mais amplos que as disponíveis na rede sinótica convencional. No entanto, relembra a necessidade de validação dos modelos para a realidade da atmosfera tropical, já que em sua maioria foram desenvolvidos para atmosferas das latitudes médias ou para uma escala global. O BRAMS, junto aos programas GRADS e Trajetórias Cinemáticas 3D (TC3D) são uma vantagem nesse sentido, pois sua validação foi adaptada à atmosfera tropical. Utilizando estes modelos é possível analisar possíveis conectividades e trajetórias via dispersão de mariposas para três escalas diferentes, sendo a grade três toda a bacia aérea, com a grade dois sua conexão com a região serrana à montante e na grade uma toda a Serra do Mar.

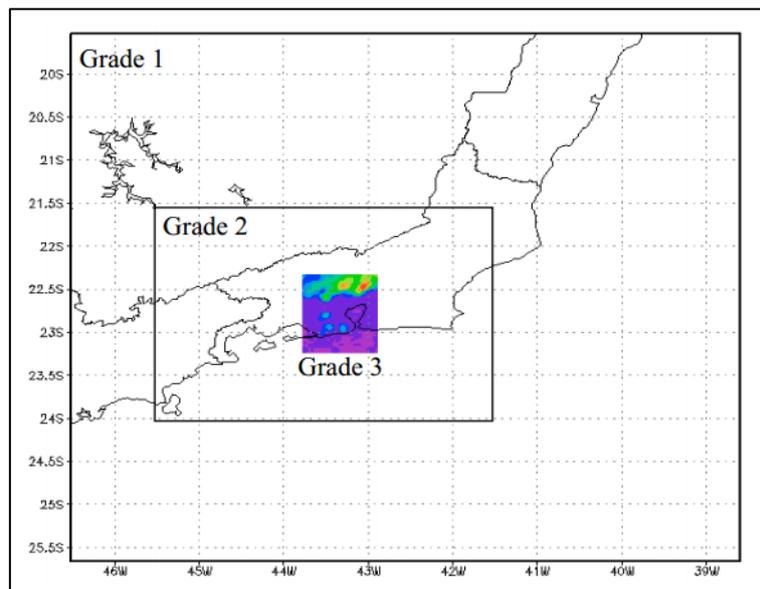
O Modelo BRAMS e GRADs

O BRAMS é um modelo numérico de escala regional adaptado do RAMS desenvolvido pela Universidade do Colorado, que permite gerar prognósticos de variáveis

como temperatura, vento, umidade e precipitação. Ele resolve as equações da dinâmica atmosférica e possui inúmeros submodelos que relacionam solo-vegetação- atmosfera, trocas de fluxos turbulentos, transferências radiativas, microfísica de nuvens etc. (LEIVAS *et al.*, 2011).

Em associação ao BRAMS é necessário se utilizar do modelo GRADs que define a área em que serão gerados os dados atmosféricos. Sendo um modelo de meso escala, na conjuntura territorial brasileira, é possível gerar dados sob três escalas que não chegam ao nível de detalhamento de um bairro, mas também não alcançam os limites nacionais (Figura 05).

Figura 05: Escalas de análise do modelo GRADs



Fonte: Farias (2012).

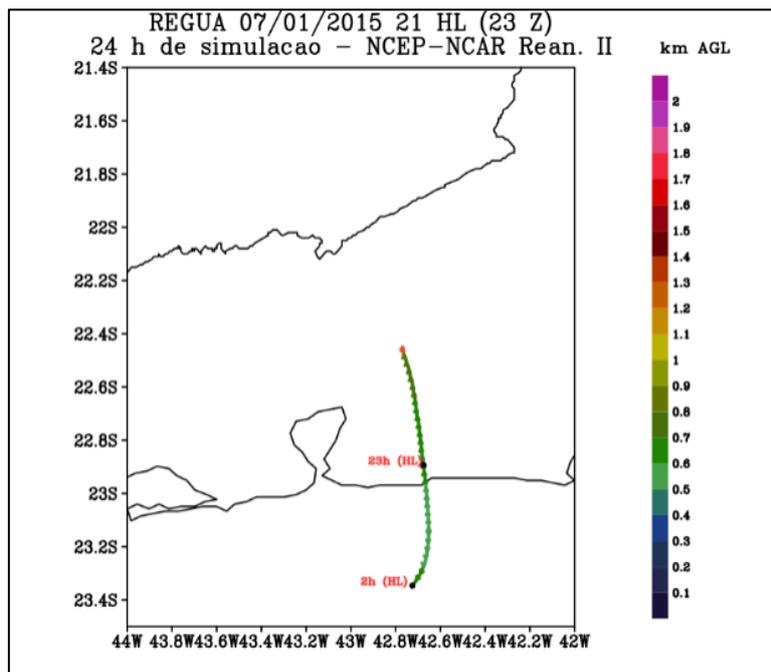
De acordo com Farias (2012) o BRAMS foi adaptado para que representasse melhor o estado da atmosfera tropical. As equações utilizadas são a equação do movimento, equação da termodinâmica, equação da continuidade para a razão de mistura e a equação de continuidade de massa. Com as parametrizações gera-se informações sobre a radiação solar, processos úmidos (nuvens, precipitação líquido e gelo), calor sensível e latente, camadas do solo, superfícies de água, vegetação, ventos dentre outros (MARCHIORI, 2006).

O Modelo de Trajetórias Cinemáticas 3D (TC3D)

Para determinar as possíveis trajetórias de voo a partir do campo de vento (Figura 06), adotou-se o modelo de Trajetórias Cinemáticas 3D (TC3D), utilizado por Freitas (1999). Esse é um modelo tridimensional de método não convectivo que é aplicado sobre superfície, permite a partir de dados de circulação de ventos, estimar direções e altitudes de partículas que estejam em suspensão na atmosfera⁶.

Foram feitas modelagens para eventos de lua nova⁷ em horário crepuscular (anoitecer, respeitando o horário de verão) para as quatro estações climáticas para os anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, gerando um total de 16 resultados, que demonstram o comportamento do sistema de brisas terrestre e marítima a partir de um ponto escolhido, a REGUA.

Figura 06: Exemplo de Trajetória a partir da REGUA com o TC3D



Fonte: D'Arrochella (2019).

⁶É necessário salientar que o modelo TC3D não apresenta em sua interface gráfica os detalhes da cobertura do solo e nem o relevo, utilizando apenas os recortes políticos sobre uma superfície plana toda branca. No entanto os vetores representados pelas trajetórias da partícula em ascensão apresentam cores que expressam sua altitude e pontos com horários nos quais podemos ter por base a velocidade dessa dispersão.

⁷Mariposas são mais frequentes voando no céu em noites de lua nova, justamente pela baixa luminosidade. *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 101-116, mês maio-ago. Ano 2020.*

Mapeamento de Síntese

Após rodar o modelo BRAMS, aplicar o GRADS e o TC3D, é necessário compatibilizar sua interface gráfica com uma imagem de satélite dos fragmentos florestais da área e adequar à escala da bacia aérea. Para tal foi utilizado o software ArcGis, com extensão ArcMap em que as imagens geradas pelo TC3D foram transpostas em formato JPEG para o ArcMap, permitindo o georreferenciamento

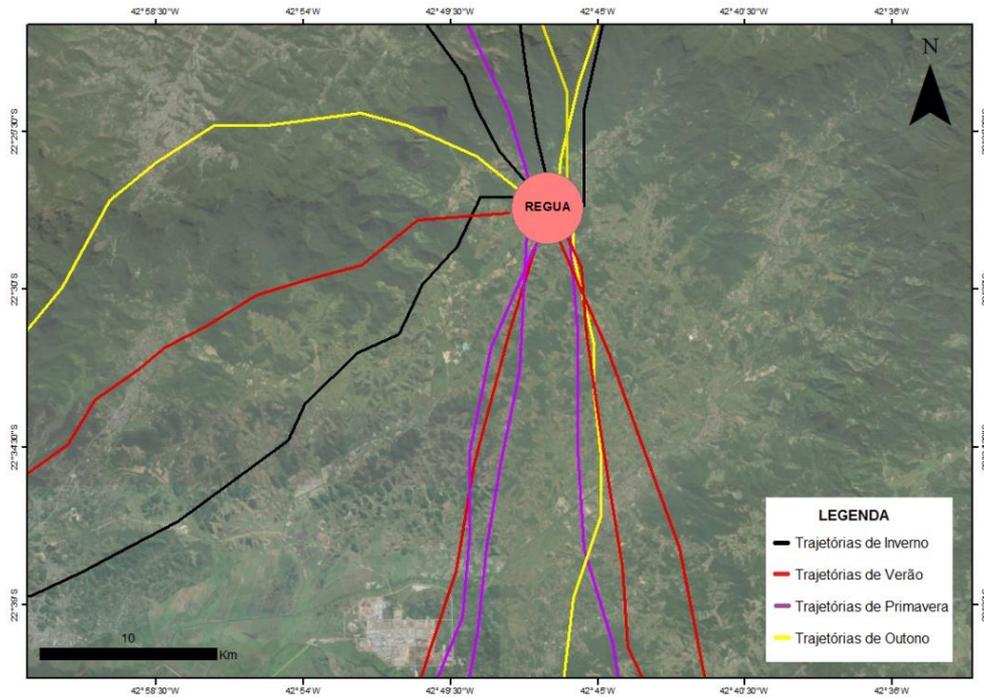
Após o georreferenciamento, cada uma das 16 imagens geradas pelo TC3D passou pelo processo de criação de um vetor sobre a trajetória simulada. Com os 16 vetores foi possível criar um *layer* para sobrepor à imagem de satélite do Google Earth.

As trajetórias de verão receberam a cor vermelha, as de outono amarela, inverno preta e a primavera foi sinalizada com a cor rosa. O *layer* foi sobreposto na escala da grade dois do BRAMS para inferir sobre conectividade entre paisagens.

Resultados

A aplicação dos três modelos gerou 16 resultados em escala equivalente a grade três demonstrando o comportamento de trajetórias e, com a confecção do mapa na escala local para a grade três do BRAMS (Figura 08), podemos entender o potencial de conectividade do fragmento REGUA com outros fragmentos, e partindo do princípio de que as mariposas podem cumprir toda a trajetória apresentada pelo modelo, a síndrome de polinização alcançaria áreas a montante do fragmento controle e à jusante.

Figura 08: Mapa de síntese das trajetórias dos sistemas de brisa e potencial de conectividade de fragmentos florestais em Cachoeiras de Macacu- RJ



Fonte: Arquivo Pessoal.

As trajetórias de verão foram simuladas a partir das 20 horas, considerando o horário de verão. Espécies que voam nesse mês: *Adhemarius daphne daphne*, *Manduca diffusa petuniae*, *Manduca hannibal almicar*, *Enyo lugubris lugubris*, *Erinnyis alope alope*, *Erinnyis ello ello*, *Xilophanes chiron nechus*, *Xilophanes porcus continentalis* e *Xilophanes tersa tersa*.

Isso totaliza a presença de dez das 13 espécies estudadas e em todas as simulações a brisa terrestre direção sul e sudeste predominaram, conectando potencialmente os fragmentos P1, P2, G2 e COMPERJ.

Para as trajetórias de outono, as espécies encontradas foram *Adhemarius daphne daphne*, *Manduca diffusa petuniae*, *Manduca hannibal almica*, *Enyo lugubris lugubris*, *Enyo ocypte*, *Nyceryx coffaeae*, *Nyceryx riscus*, *Pseudosphix tétrio*, *Erinnyis alope alope*, *Erinnyis ello ello*, *Xilophanes chiron nechus* e *Xilophanes tersa tersa*, o que totaliza 12 das 13 espécies estudadas.

Quanto ao tipo de brisa, ocorreram duas marítimas na direção norte e leste, e duas terrestres na direção sudoeste, conectando a REGUA aos fragmentos PETP, Paraíso, G1.

Para as simulações de inverno, as espécies encontradas foram *Adhemarius daphne daphne*, *Enyo lugubris lugubris*, *Pseudosphix tétrio* e *Erinnyis alope alope*, havendo a presença de

apenas quatro das 13 espécies. Demonstra-se, também, a ocorrência de dois eventos de brisa marítima nas direções norte e noroeste, bem com dois eventos de brisa terrestre nas direções sul e sudoeste. Potencialmente conecta os fragmentos PETP, P1, P2, G2, COMPERJ, G1 e Paraíso.

Quanto às simulações de primavera, as espécies encontradas foram *Adhemarius daphne daphne*, *Manduca hannibal almicar*, *Enyo lugubris lugubris*, *Enyo ocypte*, *Nyceryx coffaeae*, *Nyceryx riscus*, *Pseudosphix tério*, *Erinnyis alope alope*, *Xilophanes chiron nebus*, *Xilophanes porcus continentalis* e *Xilophanes tersa tersa*, o que representa 11 das 13 espécies estudadas.

O sistema de brisas predominante foi a de brisa terrestre com três ocorrências para sul e sudeste, com um evento de brisa marítima para sul, podendo conectar os fragmentos P1, P2, G2, PETP e COMPERJ.

Esses dados demonstram que com tais simulações o fragmento G3 não seria rota de voo de nenhuma das espécies. Já os fragmentos PETP, P1, P2, G2 e COMPERJ são os de maior potencial de conectividade, desde que a orientação se dê na direção norte-sul.

A troca genética garante, em escala evolutiva, a manutenção do *pool* genético⁸, que faz com que determinadas espécies sejam mais resistentes a pragas ou mudanças no ambiente físico (ODUM e BARRET, 2010). Desse modo, os corredores ecológicos, criados via projetos de restauração ecológica, acabam com bordas radicalmente diferentes das manchas de floresta, diminuindo o impacto de alterações microclimáticas.

Dependendo da orientação desses corredores entre fragmentos florestais pequenos, porém localizados em pequenas distâncias de grandes fragmentos, podem deixar de estar isolados, diminuindo, em tese, a possibilidade da mortandade de suas populações.

No entanto, Janzen (1970) e Morellato e Leitão-Filho (1992) tratavam da importância das síndromes de dispersão como base para a conectividade, o que não necessariamente é o que se usa como base para a constituição de corredores ecológicos (DRUMMOND *et al.*, 2009; MITTERMEIER *et al.*, 2005; ZAU, 1998). Do mesmo modo, deve-se dar preferência a criação de unidades de conservação de grande porte, pois fragmentos pequenos, mesmo dispostos em um corredor, sofrem tanto efeito de área, como efeito de borda, o que pode inviabilizar a dispersão, as migrações e a superação das barreiras.

⁸Termo pode ser entendido como elasticidade genética.

A simples instalação de um corredor ecológico não garantiria essa dada conectividade, como alerta Carlos (2006) quando indica problemas na instalação de um corredor ecológico como: 1- corredores podem facilitar a dispersão de espécies invasoras, pragas e incêndios; 2- podem servir como escoadouros que levam as espécies às áreas de borda, em que há maior risco de mortalidade; 3- facilitar a dispersão e dominância de espécies mais tolerantes; 4- serve como um dreno financeiro de projetos de manutenção da biodiversidade devido ao seu alto custo de implementação e manutenção.

Com os resultados obtidos, é possível ter uma nova base de orientação espacial para implementação de projetos de restauração ecológica e implementação de corredores ecológicos. Até então, a orientação base é SW- NE, seguindo a drenagem dos rios que cortam a bacia, mas com as simulações feitas, permite-se propor que se siga o caminho preferencial dos sistemas de brisa, sendo S-N.

Conclusões

A partir da adaptação dos modelos utilizados em estudo sobre a dispersão de poluentes para a dispersão de fauna, abriu-se precedente para a reflexão sobre orientação espacial de projetos de restauração ecológica e corredores ecológicos, mas utilizando-se como base uma síndrome de dispersão. Isso nos permite utilizá-la como um critério mais seguro para promover a conectividade entre fragmentos de Mata Atlântica.

A orientação espacial encontrada, a partir da aplicação da modelagem atmosférica, indica a predominância do sentido norte/sul, o que difere da orientação dos projetos de restauração ecológica da área, que é sudoeste/nordeste, segundo o eixo dos rios da bacia hidrográfica do Guapiaçu.

Os estudos entomológicos sobre lepidópteros esfingídeos ainda limitam-se a descrição de espécies, seus hábitos alimentares e reprodutivos, bem como lugares de ocorrência, não havendo qualquer tipo de inferência sobre seu deslocamento. Nesse sentido, abre-se muito mais um questionamento do que uma afirmação de que tais trajetórias são reais, haja vista que nada se sabe ainda sobre quais trajetórias são cumpridas entre mariposas em seus voos e que paisagens conectam.

Agradecimentos:

Dr. Jorge Bizarro da Reserva Ecológica do Guapiaçu (REGUA) pela acolhida nas análises de campo, Prof. Dr. André Scarambone Zau (LEF/UNIRIO) pela orientação teórica em Ecologia, e Prof. Dr. Jorge Luiz Fernandes Oliveira (PÓS GEO UFF) e ao Engenheiro José Maria de Castro Júnior (UFF) pela aplicação dos modelos BRAMS, GRADs e TC3D.

Referências

BROWN, J. H. e LIMONINO, M. V. **Biogeografia**. 2ª edição – Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2006.

CARLOS, H. S. A. **Uso de corredores florestais e matriz de pasto por pequenos mamíferos em Mata Atlântica**. Dissertação (Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Selvagem). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

D'ARROCHELLA, M. L. G. **Potencial de conectividade de fragmentos florestais e paisagens de Mata Atlântica via polinização por mariposas e modelagem atmosférica em Cachoeiras de Macacu – RJ**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, 2019.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história das unidades de conservação no Brasil. **Conservação da Biodiversidade**, 2009.

FARIAS, H. S. **Espaços de risco à saúde humana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: um estudo das trajetórias de poluentes atmosféricos no Arco Metropolitano, CSA e COMPERJ**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, 2012.

FREITAS, S. R. **Modelagem de dados espectrais na análise de padrões de fragmentação florestal na Bacia do rio Guapiaçu (RJ)**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2004.

GIOVENARDI, R. **Estudo da diversidade de borboletas (Lepidoptera, rhopalocera) em 2 localidades no município de Frederico Westphalen, RS, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Animal), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2007.

JANZEN, D. H. **Ecologia Vegetal nos Trópicos**. – São Paulo: EPU: Ed. Da USP, 1980.
LAROCA, S. e MIELKE, O. H. H. Ensaio sobre ecologia de comunidades em Sphingidae na Serra do Mar, Paraná, Brasil (Lepidoptera). **Revista Brasileira de Biologia**, Rio de Janeiro, v. 35, nº1, p. 1-19, 1975.

LEIVAS, J. F.; RIBEIRO, G. G.; SARAIVA, I.; SANTO, J. S. E.; SOUZA, M. B.; FILHO, J. R. Avaliação dos prognósticos de precipitação simulada pelo modelo BRAMS na Amazônia Ocidental na estação chuvosa. **Acta Amazônica**. Vol. 41 (3), 2011.

MARINONI, R. C.; DUTRA, R. R. C. e MIELKE, O. H. H. Levantamento da fauna entomológica no estado do Paraná: Sphingidae (Lepidoptera). Diversidade alfa e estrutura de comunidade. **Revista Brasileira de Zoologia**. 16 (supl. 2): 223-240, 1999.

MARTIN, A.; SOARES, A.; BIZARRO, J. **Guia dos Sphingidae da Serra dos Órgãos – Sudeste do Brasil**. REGUA publications, 2011.

MARCHIORI, L. A. C. **Avaliação da estimativa da evapotranspiração obtida através do modelo BRAMS visando o uso de um modelo de estimativa de rendimento da soja no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto). Programa de Pós Graduação em Sensoriamento Remoto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

METZGER, J. P. Como lidar com regras pouco óbvias para a conservação da biodiversidade em paisagens fragmentadas. **Natureza & Conservação**. Vol. 4, nº 2, pp. 11-23, 2006.Pr

MITERMEIER, R. A.; FONSECA, G. A. B.; RAYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, Volume 1, Nº 1, 2005.

MORELLATO, L. P. C. e LEITÃO-FILHO, H. E. Padrões de frutificação e dispersão na Serra do Japi, p. 112-141. In: MORELLATO, L. P. C. (Org.). **História Natural da Serra do Japi: ecologia e preservação de uma floresta do Sudeste do Brasil**. Ed. Unicamp/FAPESP, Campinas, 1992.

ODUM, E. P e BARRET, G. W. **Fundamentos de Ecologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

OLIVEIRA, R.; DUARTE JUNIOR, J. A.; RECH, A. R.; ÁVILA JUNIOR, R. S. Polinização por lepidópteros. In: RECH, A. R.; AGOSTINI, K.; OLIVEIRA, P. E.; MACHADO, I. C. **Biologia da Polinização**. Revisora Editorial Ceres Belchior – Rio de Janeiro, 2014.

PEDRAS, A. B. V. **Uso de métricas de paisagem na priorização espacial para a restauração ecológica no município de Cachoeiras de Macacu - RJ**. Monografia (Especialização Análise Ambiental e Gestão do Território). Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2018.

WOLOWSKI, M.; NUNES, C. E. P.; AMORIM, F. W.VIZENTIN-BUGONI, J.; AXIMOFF, I; MARUYAMA, P. K.; BRITO, V. L. G. e FREITAS, L. Interações planta-polinizador em vegetação de altitude na Mata Atlântica. **OecologiaAustralis**. 20(2): 7-23, 2016.

ZAÚ, A. S. Fragmentação da Mata Atlântica: aspectos teóricos. **Floresta e Ambiente**, Rio de Janeiro, v.6. n.1, p. 160-170, 1998.

Sobre o autor

Marcio Luiz Gonçalves D'Arrochella

Bacharel e Licenciado em Geografia (UFRJ). Especialização em Geologia do Quaternário (Museu Nacional/UFRJ). Mestre em Geografia (UERJ). Doutor em Geografia (UFF). Pesquisador Associado do Laboratório de Ecologia Florestal (LEF) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Como citar esse artigo

D'ARROCHELLA, Marcio Luiz Gonçalves. Fragmentação florestal da Mata Atlântica: conectividade potencial via polinização por mariposas e modelagem atmosférica. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, vol.03, n.18, p. 101-116, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7362

Recebido em: 2020-03-01

Enviado para correções em: 2020-05-25

Aceito em: 2020-06-11

ANÁLISE DO PROCESSO ESPACIAL DE DESCENTRALIZAÇÃO EM IMPERATRIZ (MA): UM OLHAR A PARTIR DO IMPERIAL SHOPPING

Lucas Ribeiro da Silva

Universidade Federal do Tocantins – UFT
orcid.org/0000-0001-6643-8177
Email: luucas.ribeiros@hotmail.com

Elizeu Ribeiro Lira

Universidade Federal do Tocantins – UFT
orcid.org/0000-0003-2190-9646
Email: liraelizeu@uft.edu.br

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7079

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo principal, analisar o processo de descentralização das atividades ligadas ao setor terciário no espaço urbano de Imperatriz, uma cidade média pertencente ao estado do Maranhão. Nesse sentido, tomaremos como base o processo de descentralidade desempenhado pelo *Imperial Shopping*. Para tanto, fez-se necessário antes de tudo realizar uma discussão sobre o processo de descentralização nas cidades, bem como apresentar as características e significados da estrutura terciária da cidade. Por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa, houve a necessidade de se adotar técnicas de coleta de dados. Uma delas foi a observação direta e registro fotográfico, permitindo caracterizar a área de estudo. Além disso, analisamos dados divulgados na página do *shopping*. Esses apontamentos sobre o processo descentralização são de suma importância, já que podem servir de fonte e alimentação de dados referentes a aspectos essenciais da dinâmica urbana e econômica da cidade de Imperatriz.

Palavras-chave: Descentralização; Setor terciário; *Shopping*; Imperatriz.

ANALYSIS OF THE SPACIAL PROCESS OF IMPERATRIZ (MA) DESCENTRALIZATION: A LOOK FROM IMPERIAL SHOPPING

Abstract

The main objective of this work is to analyze the process of decentralization of activities related to the tertiary sector in the urban space of Imperatriz, an average city belonging to the state of Maranhão. In this sense, we will take as a basis the main areas that exert centrality in the city and the process of decentralization performed by *Imperial Shopping*, which arises from the perspective of new centrality. For this, it was necessary, first of all, to hold a discussion on the process of decentralization in the cities, as well as to present the characteristics and meanings of the tertiary structure of the city. Since this is a qualitative research, there was a need to adopt data collection techniques. One of them was the direct observation and photographic recording, allowing to characterize the study area. In addition, we analyzed data disclosed on the *shopping* page. These notes on the decentralization process are of paramount

importance, since they can serve as a source and feeding of data referring to essential aspects of the urban and economic dynamics of the city of Imperatriz.

Key words: Decentralization; Tertiary sector; *Shopping*; Imperatriz.

ANÁLISIS DEL PROCESO ESPACIAL DE DESCENTRALIZACIÓN EN IMPERATRIZ (MA): UNA MIRADA DESDE EL IMPERIAL SHOPPING

Resumen

El objetivo principal de este trabajo es analizar el proceso de descentralización de las actividades relacionadas con el sector terciario en el espacio urbano de Imperatriz, una ciudad de tamaño medio perteneciente al estado de Maranhão. En este sentido, tomaremos como base el proceso de descentralización realizado por Imperial Shopping. Para ello fue necesario, en primer lugar, realizar una discusión sobre el proceso de descentralización en las ciudades, así como presentar las características y significados de la estructura terciaria de la ciudad. Al tratarse de una encuesta cualitativa, fue necesario adoptar técnicas de recopilación de datos. Una de ellas fue la observación directa y el registro fotográfico, permitiendo la caracterización del área de estudio. Además, analizamos los datos publicados en el sitio web del centro comercial. Estos apuntes sobre el proceso de descentralización son de suma importancia, ya que pueden servir como fuente y alimentación de datos sobre aspectos esenciales de la dinámica urbana y económica de la ciudad de Imperatriz.

Palabras-clave: Descentralización; sector terciario; *Shopping*; Imperatriz.

Introdução

A cidade média de Imperatriz, também conhecida como *Portal da Amazônia*, por encontrar-se nos limites da denominada Amazônia Oriental, de acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) conta com uma população de 258.682 habitantes.

Imperatriz exerce um papel polarizador em relação a diversos municípios, levando em consideração sua posição geográfica privilegiada. Isso faz com que a cidade se constitua como um importante entreposto comercial, energético e econômico entre as cidades das regiões central e sul do território maranhense, o extremo norte do Tocantins e ainda às porções sul e sudeste do estado do Pará.

A cidade está entre os limites da produção de soja em Balsas, no sul do Maranhão, a extração de madeira na fronteira com o Pará, a atividade siderúrgica em Açailândia, a produção de energia pela implantação da Hidrelétrica de Estreito e da operação da atividades na fábrica da Suzano Papel e Celulose.

Para dar suporte a essas potencialidades, Imperatriz tem um importante papel enquanto núcleo econômico-regional, tendo um setor terciário forte e consolidado, que se apresenta como uma das principais atividades econômicas da cidade. O município

apresenta eixos comerciais que vão desde o majestoso rio Tocantins até o encontro com a BR-010. A presença dessas áreas especializadas reforça a ideia de que as ações do capital no espaço urbano, promovem uma coesão do comércio no interior da cidade.

Dentre as atividades de destaque, podemos citar os serviços públicos e privados de educação e saúde, os conteúdos expressos pelo segmento alimentício, a comercialização de peças, acessórios e serviços para automóveis, a venda de calçados, confecções, cama, mesa e banho; e ainda, a atual expansão do segmento da construção civil. Tais elementos são entendidos como primordiais, já que contribuem para explicar o dinamismo econômico materializado na cidade de Imperatriz desde a década de 1980.

É reconhecido que o setor terciário se apresenta como uma das principais atividades econômicas de Imperatriz, tendo grande importância no cenário municipal e regional. De acordo com dados do IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, a variação percentual do PIB registrada no ano de 2014, foi bastante expressiva, contando com um valor total de 5.805.306. Desse total, o setor terciário contou com o valor absoluto 3.891.990, representando 67,04% da economia.

Estes dados confirmam a importância e os significados das atividades terciárias difundidas em Imperatriz, que se apresenta como uma cidade de múltiplas centralidades e que carrega um papel fundamental na rede urbana maranhense.

Em contrapartida, diante das significativas transformações em seu tecido urbano, sejam elas de cunho espacial ou demográfico, Imperatriz passa a vivenciar significativas modificações, seja em sua forma ou em seu conteúdo, gerando assim, o processo de descentralização espacial das atividades de comércio e serviços.

A esse respeito, destacamos a implantação dos *shopping centers*, que acabam por adquirir grande importância no cenário econômico regional. Tendo em vista que estes são pensados de forma estratégica, chamando a atenção do público consumidor. A exemplo disso, podemos citar o *Imperial Shopping*, o maior e mais recente da cidade.

No que se infere aos aportes teórico-metodológicos utilizados para o desenvolvimento deste estudo, nos embasamos nas contribuições de Corrêa (1989, 2001 e 2007); Garcia & Filho (2011) e Sousa (2015). Tais embasamentos nos auxiliaram na interpretação, particularmente, do conceito de descentralização, dinâmica urbana e comércio varejista, além de compreender os aspectos histórico-geográficos que contribuíram decisivamente para a configuração desta cidade.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa, houve a necessidade de se adotar técnicas de coleta de dados. Uma delas foi a observação direta e registro fotográfico, permitindo descrever as principais áreas de comércio presentes no espaço urbano de Imperatriz, bem como interpretar o processo de descentralização das atividades terciárias nesta cidade. Além disso, analisamos dados divulgados pela administração do Shopping em sua página na internet.

Estes instrumentos metodológicos foram essenciais para o processo de investigação científica desta pesquisa, pois nos forneceram as direções adequadas para a compreensão do dinamismo econômico materializado no espaço urbano de Imperatriz – MA e a ocorrência do processo de descentralização comercial desempenhado pelo *Imperial Shopping*.

Aportes teóricos sobre o processo de descentralização

Com o aumento considerável dos contingentes demográficos e econômicos nas cidades médias, acaba se iniciando um processo de descentralização das atividades varejistas, que surgem também para atender as necessidades de consumo. Nesse sentido, Corrêa (1989) afirma:

Aparece em razão de vários fatores. De um lado, como uma medida das empresas visando eliminar as deseconomias geradas pela excessiva centralização na Área Central. De outro, resulta de uma menor rigidez locacional no âmbito da cidade, em razão do aparecimento de fatores de atração em áreas não-centrais (CORRÊA, 1989, p. 45).

Ao consultarmos obras da área geográfica, notamos que a discussão em torno do processo de descentralização não é algo novo. Entretanto, é uma preocupação mais recente que o processo de centralização. Os primeiros trabalhos sobre o tema ocorrem no início do século XX, tendo em vista o intenso crescimento urbano e demográfico ocorrido em várias cidades estadunidenses.

No Brasil, as primeiras preocupações em torno do processo de descentralização passam a acontecer a partir da década de 1970, em especial, com os estudos realizados no ano de 1974 por Duarte, que tomou como base a Teoria dos Lugares Centrais de Christaller, para entender a realidade vivenciada em terras brasileiras.

Por descentralização do comércio varejista entende-se aqui o processo de formação de novas áreas comerciais fora do centro tradicional da cidade. Pensar a descentralização é pensar no surgimento de novas estruturas comerciais fora da área central (SOUZA, 2009). Ainda de acordo com Corrêa (2001), o processo de descentralização acontece pelos seguintes fatos:

Aumento constante do valor da terra, impostos e aluguéis, afetando certas atividades que perdem capacidade de se manterem localizadas na área central. Congestionamento e alto custo do sistema de transportes e comunicações, que dificulta e onera as interações entre firmas. Dificuldade de obtenção de espaço para expansão. Restrições legais implicando na ausência de controle do espaço. Ausência ou perda de amenidades, afetando atividades e população de alto *status* (CORRÊA, 2001, p. 125).

Diante deste contexto, é notório o surgimento de novos espaços de comércio, que acabam promovendo mais opções de consumo, além de oferecer uma ideia de lazer e diversão. Nestes termos, a descentralização é um processo que envolve a criação de subcentros que pode ser na forma espacial de *shopping centers*. Nestes termos, Andrade (2014) salienta:

A perda da atratividade da área central para as elites locais e regionais, em razão de sua deterioração paisagística, ou mesmo pela proliferação de usos voltados a uma população com menor rendimento, faz com que gradativamente se desenvolvam setores de maior valorização mercantil e de status social em outras áreas da cidade (ANDRADE, 2014, p. 1049).

Os *shopping centers* ao se instalarem, conseguem gerar e manter fluxos que os consolidam enquanto uma nova forma de expressar a centralidade nas cidades, com modificações qualitativas em comparação com o centro tradicional. Segundo Garcia & Filho (2011), o fato de certas atividades comerciais deixarem a área central e se dirigirem para outros setores da cidade é na verdade uma estratégia de acumulação capitalista.

Esses apontamentos sobre descentralização são de suma importância, já que partiremos dessas concepções para analisar a realidade presente na cidade de Imperatriz – MA.

Características e significados da estrutura terciária de Imperatriz (MA)

A atividade comercial em Imperatriz ganhou destaque a partir da década de 1980. A partir desse período, verificou-se uma reestruturação desta cidade, influenciada pelo comércio varejista e atacadista. A atuação destas atividades tem contribuído para a estruturação e reestruturação do tecido urbano. Para Sousa (2015):

A cidade de Imperatriz é reconhecida desde a década de 1980 por concentrar o maior e mais vigoroso comércio atacadista e varejista da região Sul do Maranhão. Esta influência a coloca inclusive como um dos grandes centros distribuidores do comércio maranhense. São várias as cidades das regiões: central, sudoeste e sul deste estado e ainda das regiões sul e sudeste do estado do Pará e do extremo norte do estado do Tocantins que buscam com frequência os produtos que são distribuídos pelo comércio de Imperatriz (SOUSA, 2015, p. 404).

Nota-se, a partir desse período uma expansão e, por conseguinte, uma consolidação das atividades comerciais em Imperatriz. O setor varejista passou a desempenhar papéis expressivos na economia urbana do município. Na qual, se terá a constituição de áreas especializadas em vários bairros desta cidade, ou seja, espaços onde há a concentração de determinada atividade econômica. Sobre as principais áreas de concentração de comércio desta cidade Sousa (2015) comenta:

Há na cidade de Imperatriz distintas áreas dedicadas ao comércio varejista. Pode-se mencionar como exemplos mais representativos deste segmento os seguintes bairros: o centro principal e os bairros: Mercadinho, Bacuri, Nova Imperatriz, Vila Lobão e o bairro Bom Sucesso. Em todas estas áreas é possível encontrar uma vigorosa presença do comércio varejista, sendo que a área mais expressiva é representada pelo centro principal. No contexto do comércio varejista presente no centro principal de Imperatriz há uma forte concentração e comercialização de produtos voltados ao setor de confecções, cama, mesa e banho (SOUSA, 2015, p. 348).

Este processo pode ser observado com notoriedade na paisagem urbana de Imperatriz. Que apresenta eixos comerciais que vão desde o majestoso rio Tocantins até o encontro com a BR-010. A presença dessas áreas especializadas reforça a ideia de que as ações do capital no espaço urbano, promovem uma coesão do comércio no interior da cidade. Nessa direção, Corrêa (1989) ressalta:

O processo de coesão pode ser definido como aquele movimento que leva as atividades econômicas a se localizarem juntas. A consequência deste processo resulta na criação de áreas especializadas na cidade. [...] A coesão é um processo que está presente tanto na centralização como nos processos de descentralização no interior das cidades, tornando de fato mais complexa, assim a organização do espaço intra-urbano (CORRÊA, 1989, p. 56-57).

Nessa perspectiva, cabe salientar os conteúdos expressos pelo segmento alimentício que está localizado e concentrado no bairro Mercadinho (Figura 01). Trata-se da área da cidade que concentra a maior quantidade e variedade de estabelecimentos ligados a distribuição de produtos hortifrutigranjeiros. Segundo dados da Prefeitura, são cerca de 300 pontos formais e informais de comércio, por onde passam diariamente cerca de 5.000 pessoas de toda a região.

Figura 01: Feira mais antiga de Imperatriz/Mercadinho



Fonte: Progresso, 2016.

Além do Mercadinho, outra área que exerce centralidade em Imperatriz é o Entroncamento (Figura 02). Trata-se de uma área da cidade especializada na comercialização de peças, acessórios e serviços para automóveis. De acordo com Franklin (2008), com elevado índice de veículos por habitantes e sediando maior rede de revendas de veículos e peças automotivas da região, Imperatriz conta com mais de uma centena de oficinas mecânicas e de lanternagem, atendendo uma extensa frota local e regional.

Figura 02: Avenida Getúlio Vargas/Entroncamento



Fonte: Cunha, 2016.

Destacamos também a área conhecida como o centro tradicional de comércio imperatrizense, voltada a comercialização de calçados, confecções, cama, mesa e banho. Trata-se da Avenida Getúlio Vargas, popularmente chamada de *Calçadão* (Figura 03). Tal fato acontece pelo grande fluxo de clientela, por encontrar diversas opções de produtos com preços baixos, além da facilidade de acesso, tendo em vista sua posição privilegiada, já que se encontra entre os limites de duas vias na qual há a presença de transporte público.

Figura 03: Avenida Getúlio Vargas/Calçadão



Fonte: Silva, 2018.

Toda essa conjuntura histórica e socioeconômica dá suporte para o surgimento de um comércio articulado e estruturado no centro urbano de Imperatriz. Foi a partir de então, que emergiram as formas comerciais modernas, representadas nesse caso, pelos

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 117-130, maio-ago. Ano 2020.

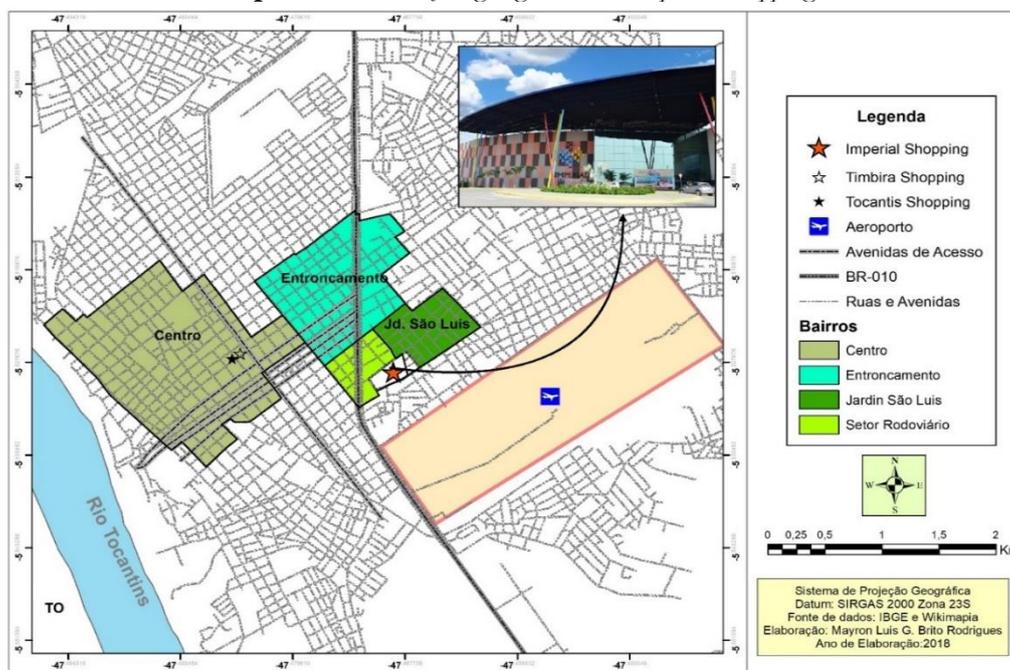
shopping centers que se constituem enquanto importantes elementos para economia imperatrizense e passam a exercer centralidade nesta cidade.

Descentralização das atividades terciárias em Imperatriz (MA): o caso do *Imperial Shopping*

Conforme já afirmado por Corrêa (2001), o processo de descentralização está associado ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos como espaciais, ampliando as distâncias entre a área central e as novas áreas residenciais. E esse fenômeno passa a ser presenciado em Imperatriz, à medida que novas estruturas comerciais passam a se estabelecer fora do centro principal.

Nestes termos, destacamos o exemplo do *Imperial Shopping*, o maior e mais recente de Imperatriz. A localização desta plataforma comercial segue a tendência do processo de desconcentração, já que se encontra às margens da Rodovia Belém-Brasília, importante via de circulação da cidade, e nas proximidades do aeroporto e dos pontos de transporte alternativo que vem das cidades do estado do Tocantins e Pará, conforme podemos observar no mapa a seguir:

Mapa 01: Localização geográfica do *Imperial Shopping*



Fonte: Santos, 2018.

O anúncio da construção de um *shopping center*, pode num primeiro momento, acarretar um temor da classe empresarial do centro tradicional, tendo em vista que um empreendimento desse tipo, acaba externalizando as deficiências do centro tradicional, tais como a violência, a falta de estacionamentos, as multidões, o contato de diversos segmentos sociais, dentre outras.

No entanto, o surgimento de novas expressões de centralidade numa cidade, não quer dizer que o centro tradicional perdeu sua importância e funcionalidade, pelo contrário, tanto as novas áreas como a anterior passam a exercer centralidade. Isso só vem reafirmar o papel da cidade na rede urbana a qual pertence.

Uma característica importante desse empreendimento, se refere à distinção que apresenta, em detrimento de sua implantação planejada, realizada por iniciativas de capital de grande porte, que geram, de forma intensa, a redefinição da estrutura da cidade.

O Imperial Shopping foi inaugurado em Imperatriz no ano de 2012. Pertencente a rede MR Corporation e administrado pela MR Malls, o mesmo apresenta uma área de 28.000 m². Esse empreendimento apresenta uma diversificada gama de atividades comerciais e de serviços, distribuídas em seus dois pisos.

A instalação desse shopping constitui-se um marco importante no desenvolvimento das atividades terciárias, uma vez que possui um destaque regional, ao passo que é capaz de atrair consumidores de toda cidade e das cidades vizinhas e por dispor uma diversidade de bens e serviços, conforme podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 01: Segmentos e quantidade de estabelecimentos do *Imperial Shopping*

Segmento de Lojas	Quantidade de Lojas
Academia e artigos esportivos	2
Alimentação	26
Beleza, estética e saúde	1
Bijuterias e acessórios em geral	3
Brinquedos e artigos infantis	4
Calçados	10
Confeccões	29
Cosméticos e perfumaria	4
Departamento	6
Games, eletrônicos e acessórios para celular	10
Livraria e papelaria	1
Móveis, eletrodomésticos e artigos do lar	4
Óticas e joalherias	7
Outros	18
Total	125

Organização: Santos, 2018.

Conforme observamos na tabela acima, os segmentos que mais se destacam são as lojas de confeccões e alimentos. Levando em consideração essa assertiva, cumpre destacar as particularidades da área de alimentação do shopping, que tem capacidade para 1.500 pessoas, com diversas opções gastronômicas.

Além disso, em decorrência da grande utilização de automóveis pelos consumidores que frequentam o *Imperial Shopping*, o estacionamento desse artefato comercial apresenta capacidade para mais de 1000 vagas cobertas e sem restrições para veículos. Isso acaba se transformando em um diferencial para o público consumidor.

Os shopping centers são na verdade signos do capitalismo, impregnados de representações que permeiam o imaginário dos consumidores, despertando nos mesmos, o desejo compulsivo de compra, em especial, o público infantil. Nessa direção, Corrêa (2007) fala:

O imaginário infantil é intensamente explorado e transformado em diversos signos. Símbolos de histórias infantis estão presentes em brinquedos, decoração e nomes de áreas de recreação, restaurantes e cafés, que compõem, ao lado de lojas de brinquedos e artigos infantis, um amplo espaço (CORRÊA, 2007, p. 08).

E não seria diferente no Imperial Shopping, que utiliza de tais estratégias para chamar a atenção do público consumidor, conforme podemos observar na figura abaixo:

Figura 04: Exposição Internacional - Gigantes da Era do Gelo



Fonte: Correio, 2019.

Outras motivações que acabam levando muitas pessoas a frequentarem o *Imperial Shopping*, são: o conforto, comodidade, segurança, localização privilegiada, climatização, diversão e horário de funcionamento expandido (até as 22:00). Esses fatores reforçam as singularidades e particularidades dos *shopping centers*, que se destacam por serem espaços considerados completos pelos consumidores.

Tal artefato ao se estabelecer, consegue gerar e manter fluxos que vêm a consolidá-lo enquanto uma nova forma de expressar a centralidade em Imperatriz. No entanto, cabe aqui salientar que esse novo estabelecimento não retira os atributos e a dinâmica dos fixos e fluxos que se concentram no centro tradicional de comércio.

Conclusões

O referido estudo se ocupou em compreender o processo de descentralização das atividades ligadas ao setor terciário, no espaço urbano de Imperatriz – MA. Em especial, levando em consideração, o papel do *Imperial Shopping* nesse processo.

Conforme analisado, chegamos à conclusão de que o empreendimento supracitado anteriormente, segue os padrões do fenômeno de desconcentração comercial, tendo em vista que sua localização se encontra fora dos limites do centro tradicional de comércio.

Nesse sentido, o *Imperial Shopping* passa a exercer o papel de uma nova expressão de centralidade em Imperatriz, à medida que carrega uma força socioeconômica

expressiva para a economia da cidade, em detrimento de sua posição geográfica estratégica e das ações conferidas pela administração do mesmo.

Referências

ANDRADE, Alexandre Carvalho de. **As novas centralidades e suas interferências nas dinâmicas socioespaciais da área central da cidade de Pouso Alegre (MG)**. In: Simpósio mineiro de geografia, 1ª edição, 2014, Alfenas: 26 a 30 de maio, p. 1047-1062.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço - algumas considerações. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 17, p. 01-12, 2007.

FRANKLIN, A. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

GARCIA, Jéssica Cristina; FILHO, Vitor Ribeiro. O núcleo central de Uberlândia e a dinâmica de suas principais atividades de comércio e serviços. **Revista Observatorium**, Uberlândia, v. 03, n. 08, p. 67-86, 2011.

IBGE - cidades. **Estimativa da população de Imperatriz (MA) para o ano de 2019**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/panorama>. Acesso em: 10/12/2019.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: nova série 2010 a 2014**. São Luís, 2014.

SOUSA, J. M. **Enredos da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2015. (PPGEO/IG/UFU/Tese de Doutorado em Geografia).

SOUZA, M. V. M. **Cidade médias e novas centralidades: análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia (MG)**. Universidade Federal de Uberlândia, 2009. (PPGEO/IG/UFU/Dissertação de Mestrado em Geografia).

Sobre os autores

Lucas Ribeiro da Silva

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Especialista em Gestão e Educação Ambiental por meio da Faculdade de Tecnologia Antônio Propício Aguiar Franco - FAPAF. Mestrando através do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Elizeu Ribeiro Lira

Professor Doutor dos cursos de licenciatura, bacharelado e Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Tocantins - UFT, campus de Porto Nacional.

Como citar esse artigo

SILVA, Lucas Ribeiro da.; LIRA, Elizeu Ribeiro. Análise do Processo Espacial de Descentralização em Imperatriz (MA): um olhar a partir do Imperial Shopping. **Revista Geografia em Atos** (GeoAtos online), v. 03, n. 18, p. 117-130, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7079

Recebido em: 2019-11-20

Devolvido para correções: 2019-12-17

Aceito em: 2019-12-25

**MOVIMENTOS PENDULARES: A ROTINA DE ESTUDANTES
CAMBEENSES QUE ESTUDAM NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA (UEL)**

Ariel Pereira da Silva Oliveira

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
orcid.org/0000-0001-8377-2919
E-mail: aripso543@gmail.com

Ideni Terezinha Antonello

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
orcid.org/0000-0002-6147-4731
E-mail: antonello.uel@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.6543

Resumo

Analisar os movimentos pendulares a partir das experiências de estudantes cambeenses que estudam na Universidade Estadual de Londrina (UEL) é o foco do presente artigo. É uma pesquisa exploratória com 22 indivíduos realizada em abril de 2019. O artigo se justifica, pois, o uso dos ônibus metropolitanos é muitas vezes o único meio de transporte para classe trabalhadora e estudantes chegar nos seus destinos. Além disso, a integração via transporte metropolitano é essencial para conexão entre os municípios membros de uma região metropolitana, no caso de estudo corresponde a Região Metropolitana de Londrina (PR), essa categoria de transporte é uma prestação de serviços e, portanto, necessita ser avaliado, tendo em vista a qualidade de vida da população que necessita deste transporte público. Com relação aos resultados a pesquisa mostrou que mesmo as cidades sendo próximas o maior desafio enfrentado é o tempo de viagem pois para lucrar mais o trajeto é estendido pela empresa responsável por este serviço, duplicando a distância, e em alguns casos relatados o tempo gasto é quase cinco vezes maior com relação a quem faz o mesmo trajeto com veículo próprio.

Palavras-chave: Movimentos pendulares; Estudantes; Universidade, Transporte público.

**PENDULUM MOVEMENTS: THE ROUTINE OF CAMBÉ STUDENTS
STUDYING AT THE STATE UNIVERSITY OF LONDRINA (UEL)**

Abstract

The analysis of pendular movements based on the experiences of cambé city students, who study at at the State University of Londrina (UEL) is the focus of this article. It is an exploratory survey of 22 individuals conducted in April 2019. The article is justified, as the use of metropolitan buses is often the only means of transport for working class and students to reach their destinations. In addition, integration via metropolitan transport is essential for connection between member municipalities in a metropolitan region, in the case of the study corresponds to the Metropolitan Region of Londrina (PR), this category of transport is a service provision and, therefore, needs to be evaluated, in view of the quality of life of the population that needs this

public transport. Regarding the results, the research showed that even though the cities are close, the biggest challenge faced is travel time, because to make more profit the journey is extended by the company responsible for this service, doubling the distance, and in some cases reported the time spent is almost five times higher compared to those who take the same route with their own vehicle.

Key words Pendular Movements; Students; University; Public Transportation.

MOVIMIENTOS PENDULARES: LA RUTINA DE LOS ESTUDIANTES CAMBEENSES QUE ESTUDIAN EN LA UNIVERSIDAD ESTATAL DE LONDRINA (UEL)

Resumen

El enfoque de este artículo es el análisis de los movimientos pendulares basados en las experiencias de los estudiantes Cambeenses que estudian en la Universidad Estatal de Londrina (UEL). Es una investigación exploratoria con 22 personas, realizada en abril de 2019. El artículo se justifica, en la medida que el uso de los autobuses metropolitanos es a menudo el único medio de transporte para que la clase trabajadora y los estudiantes lleguen a sus destinos. Además, la integración a través del transporte metropolitano es esencial para la conexión entre las municipalidades que hacen parte de la región metropolitana, en el caso de estudio corresponde a la Región Metropolitana de Londrina (PR), esta categoría de transporte es una contratación de servicios y, por lo tanto, debe ser evaluado, en vista de la calidad de vida de la población que necesita este transporte público. Los resultados que la investigación mostraron que, aunque las ciudades estén cerca, el mayor desafío que se enfrenta es el tiempo de viaje, ya que para obtener más ganancias, la compañía responsable del servicio extiende el viaje, duplicando la distancia y, en algunos casos, muestra que el tiempo empleado es casi cinco veces mayor en comparación con aquellos que toman la misma ruta con su propio vehículo.

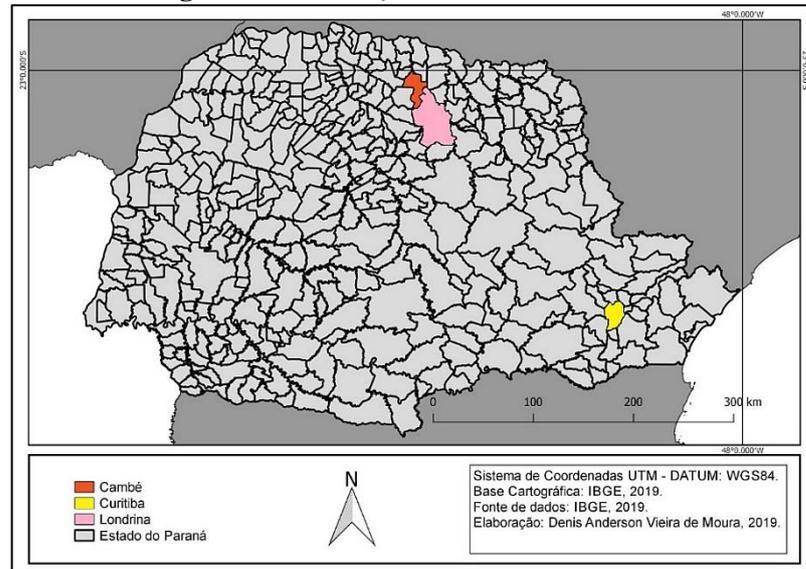
Palabras-clave: Movimientos Pendulares; Estudiantes; Universidad; Transporte Público.

Introdução

O escopo desse artigo é discutir a problemática da dinâmica populacional e da mobilidade urbana no âmbito da integração entre municípios de uma mesma região metropolitana. Esse debate se dará a partir do estudo de caso dos movimentos pendulares realizados por estudantes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) residentes em Cambé.

Nesse sentido, quanto ao recorte espacial, Cambé (município de origem do movimento) e Londrina (município de destino do movimento) se localizam na região norte do Paraná (figura 1) e integram a mesma região metropolitana, a **Região Metropolitana de Londrina (RML)**, os municípios são vizinhos e sua malha urbana se encontra em processo de conurbação.

Figura 01: Localização de Londrina e Cambé.



Organizado pelos autores.

O fato de esses municípios integrarem a mesma região metropolitana faz com que a apreensão do fenômeno ganhe mais notoriedade, pois como nos lembra Paula e Cunha (2015) para que de fato aconteça a integração metropolitana é essencial a constituição de uma rede de transportes que conecte os municípios membros. Assim, quando a rede já existe, ou, pelo menos, alguns pontos estão/são interligados, a caracterização e análise de sua eficiência se torna crucial para solucionar os problemas e trazer uma melhor experiência para os usuários.

É pertinente lembrar que também será analisado o plano de mobilidade urbana municipal realizado por Cambé com a consultoria do Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social (ITEDES) em 2017. Sua análise é importante para comprovar se de fato as propostas têm sido implementadas ou é só mais um documento que visa cumprir exigências burocráticas, mas sem intervenções reais.

No que tange aos procedimentos metodológicos destacam-se dois momentos: a) metodologia de análise: com leituras acerca da temática para o respaldo no exame dos dados empíricos e; b) a metodologia de pesquisa com as entrevistas que se caracterizam como semiestruturadas. Os formulários foram desenvolvidos na plataforma *Google forms* e compartilhados em uma página no Facebook que tem o conteúdo acompanhado por alunos da UEL. Na postagem foi apresentado o objetivo do trabalho e solicitado que os estudantes que residissem em Cambé e usam o transporte metropolitano para ir até a UEL respondessem as questões.

Sabe-se que a utilização de redes sociais e formulários online pode ser um ponto passível de crítica, em nenhum momento afirmamos que essa abordagem é superior ou substitui o trabalho de campo para a observação *in loco* do fenômeno, bem como para a realização presencial das entrevistas, no entanto essa escolha se deu, também, como uma espécie de teste, para compreender as potencialidades e limites dessa metodologia para futuras pesquisas.

Outra questão pertinente de se elucidar logo de início é o fato de utilizarmos nesse trabalho o termo movimento pendular. Sabe-se que a literatura emprega vários termos para se referir a dinâmica analisada como: movimentos pendulares, migrações pendulares, deslocamentos pendulares, entre outros, optou-se pelo termo movimentos pendulares pois como assevera Moura, Branco e Firkowski (2005) se trata de um deslocamento diário que não implica na transferência definitiva para outro lugar.

O artigo foi dividido em três seções; a primeira apresenta uma breve revisão de literatura sobre mobilidade populacional urbana, a segunda trata da caracterização do recorte e dos movimentos em Cambé e Londrina, bem como as relações que se estabelecem entre os municípios como a integração via transportes coletivos, já a terceira apresenta os resultados da pesquisa junto dos estudantes universitários cambesenses que estudam na UEL.

Os movimentos pendulares: Algumas considerações

A população é uma variável importante para a Geografia pois a partir do trabalho o ser humano transforma a natureza, moldando-a de acordo com as suas necessidades, que mudam não só de acordo com o período histórico, mas também por conta da classe social, raça, gênero, etc. A imbricada relação do ser humano com o meio corrobora com a ideia de Milton Santos sobre a necessidade de compreender o território como usado. Nesse contexto, o fluxo de pessoas é uma das dinâmicas que interferem na organização do espaço, ao mesmo tempo que é influenciada por questões de ordem físicas, sociais e econômicas, sua apreensão nos ajuda compreender as conjunturas de determinado período histórico.

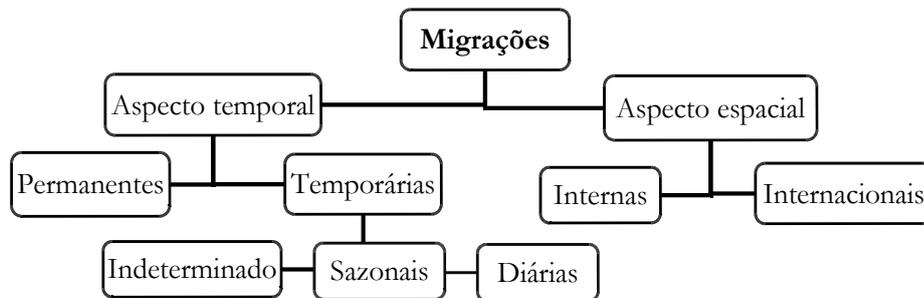
As dinâmicas populacionais são, portanto, complexas e heterogêneas com peculiaridades que se evidenciam quando comparamos diferentes recortes espaçotemporais. Andrade (1987) nos explica que no caso das migrações se tratam de

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 131-156, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

dinâmicas populacionais complexas conforme pode ser observado na figura 2. No caso por nós analisado, os movimentos pendulares, podem ser classificados a partir do seu aspecto temporal como **diários** e no seu aspecto espacial como **internos**.

Figura 02: Organograma com as categorias de migrações



Fonte: ANDRADE, (1987). **Org.:** Pelos autores.

Pode-se dizer que a questão dos movimentos pendulares ganha relevo sobretudo após os anos 1970, com o fenômeno da urbanização brasileira em ritmo acelerado, isso se deve, como nos lembra Vasconcellos (2013), ao fato de que quando cresceram as dimensões urbanas, aumentaram também as distâncias, culminado na maior demanda por transporte, sobretudo para a população periférica.

Além disso, com base em Stam e Staduto (2008) é possível compreender que a mobilidade passou por significativas mudanças após os anos de 1980, variáveis como a inserção feminina no mercado de trabalho, composição familiar e questões ligadas a moradia, interferiram de alguma forma nesse processo. No âmbito da moradia, por exemplo, a classe trabalhadora por conta de uma adequação ao orçamento familiar passou a morar em pontos mais distantes dos centros urbanos onde desempenham atividades profissionais e demandam transporte. Ainda nesse sentido, com base em Moura; Branco e Firkowski (2005) compreende-se que esses movimentos não se explicam por si só:

Dentre os inúmeros fatores que se associam à pendularidade, alguns podem ser apontados como decisivos. São eles: a dinâmica do mercado de terras no município-pólo dos aglomerados; a alteração do perfil econômico e a desconcentração da indústria para municípios que não o pólo ou distritos industriais consagrados; o acesso diferenciado ao mercado de trabalho e/ou oportunidades de estudo; os custos e a qualidade do transporte disponível e o tempo de deslocamento (MOURA; BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p. 132).

A necessidade de se locomover diariamente demonstra uma concentração das atividades em determinados pontos/áreas das cidades, Aranha (2005) argumenta que a mensuração dos volumes e direções dos fluxos podem indicar os pontos de oportunidades e obstáculos das cidades. Já para Moura, Branco e Firkowski (2005) a apreensão dos deslocamentos domicílio–trabalho/estudo são importantes na análise dos processos de metropolização e expansão urbana, pois criam novas relações entre as pessoas e os lugares.

A influência do trabalho na atração de população aparece em vários estudos como o de Delgado; Moura e Cintra (2012) que afirmam que essa motivação representa cerca $\frac{3}{4}$ dos fluxos pendulares no Estado do Paraná, com concentração nas Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá que totalizam mais de 60% do total de fluxos. Já os movimentos pendulares para estudo mostram maior dispersão, resultado da implantação e expansão de novas instituições de ensino.

Portanto, as dinâmicas populacionais são um fenômeno geográfico que interferem na dinâmica urbana e no caso das regiões metropolitanas alcançam a escala regional necessitando que se pense e coloque estratégias eficientes de planejamento e gestão do território em prática, com visão de médio e longo prazo. Nesse sentido, atender as demandas da população, sobretudo da classe trabalhadora, envolve ouvi-la e envolvê-la nas decisões por meio dos instrumentos de participação popular com respaldo em leis como o Estatuto da Cidade (2001).

A população não deve possuir uma postura passiva, é preciso que ela tenha acesso à informação e conheça seus direitos de participação no planejamento dos municípios, dessa forma é possível melhorar dentre as muitas outras coisas a qualidade do transporte coletivo e a mobilidade urbana.

Como observado a RML está entre as que possuem os fluxos diários de pessoas para fins de trabalho e estudo no Paraná, nesse cenário o transporte metropolitano assume posição destaque principalmente para a população de cidades conurbadas como Londrina e Cambé. O próximo item caracterizará a integração entre essas cidades, demonstrando a importância do transporte coletivo.

A integração metropolitana entre Londrina e Cambé – Paraná

Londrina e Cambé tiveram o processo de formação territorial parecido, ambos ocorreram no mesmo período e a partir dos projetos de colonização empreendidos pela *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 131-156, maio-ago. Ano 2020.*

Companhia de Terras Norte do Paraná que também foi responsável pelo planejamento de mais de 60 cidades entre 1930 e 1960. (REGO; MENEGUETTI, 2008).

Rego e Meneguetti (2008) explicam que a CIA de Terras Norte do Paraná adquiriram mais de 546.078 alqueires¹ paulista de terras, tendo Londrina como o primeiro projeto de ocupação da área. Apesar de o início dos anos 1930 constar como data de criação, Oliveira (2011) afirma que o início se deu já em 1929, em meio a uma das maiores crises econômicas mundiais. Já Cambé, anteriormente chamada de Nova Dantzig, foi o segundo projeto da CIA.

Atualmente, os municípios em tela se encontram urbanizados e é possível perceber um acentuado processo de conurbação que também se dá entre Londrina e Ibiporã. Para Polidoro e Barros (2012) as tendências de expansão urbana de municípios atraídos por outros polarizadores são observadas em um estágio avançado entre Cambé e Ibiporã atraídos por Londrina, para os autores a partir dos anos 1980 o processo de aglomeração entre esses municípios foi irreversível, já Fresca (2014) deixa claro que Londrina e Cambé já se encontram em processo de conturbação desde 1975. A figura 3 mostra a evolução das manchas urbanas de Londrina, Cambé e Ibiporã nos anos de 1986, 1994 e 2008 e a figura 4 nos mostra que o aprofundamento desse processo entre o período de 2009 e 2019.

1 Equivalente a 1.321.508,76 hectare (s).

Figura 03: Evolução da mancha urbana de Londrina entre 1986 e 2008

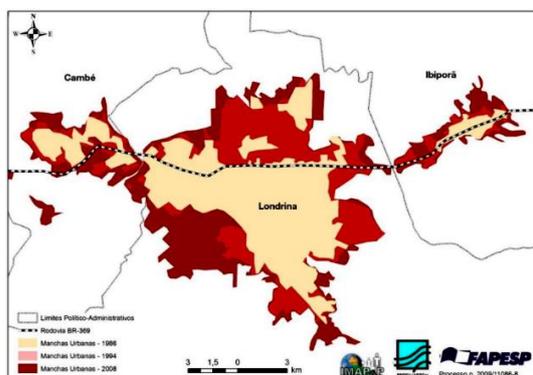
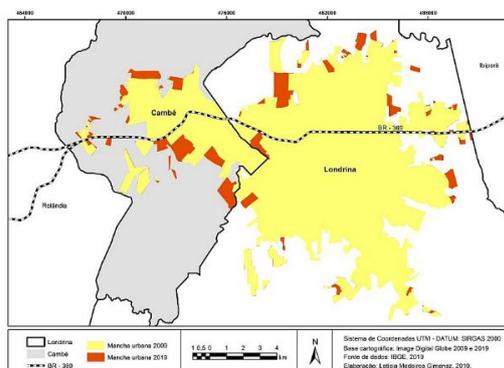


Figura 04: Evolução da mancha urbana de Londrina e Cambé entre 2009 e 2019



Fonte: POLIDORO; BARROS (2012, p. 334).

Organizado por: Letícia M. Gimenez, 2019.

No âmbito político-administrativo, como já salientado, Cambé é um dos municípios que integram a RML que foi instituída por meio da Lei complementar n.º. 81 de junho de 1998, onde segundo Fresca (2012) foram inicialmente agregados os seguintes municípios: Cambé, Rolândia, Ipirorã, Londrina, Jataizinho e Tamarana, mais tarde outros municípios foram incluídos por interesses políticos². Londrina junto de Cambé, Rolândia e Arapongas (incluída depois) são os municípios mais populosos da região metropolitana, a evolução populacional de Londrina e Cambé pode ser observada na tabela 1.

Tabela 01: Evolução populacional de Londrina e Cambé – PR

	1970	1980	1991	1996	2000	2007	2010
Londrina	215.576	292.790	390.100	418.526	447.065	497.833	506.701
Cambé	35.621	53.856	73.842	80.700	88.186	92.888	96.733

Fonte: IBGE, Censo demográfico (1970 – 2010).

Os municípios de Cambé e Londrina possuem dinâmicas econômicas distintas fazendo com que o fluxo de pessoas seja intenso, ambos apresentam o setor de serviços com o maior destaque no PIB. Fresca (2014) nos apresenta dados onde se observa que em Cambé o setor industrial foi o que mais gerou postos de trabalho (tabela 2).

3 Os municípios que compõe a Região Metropolitana de Londrina atualmente são: Alvorada do Sul, Arapongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ipirorã, Jaguapitã, Jataizinho, Londrina, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Rolândia, Sabáudia, Sertaneja, Sertanópolis, Tamarana e Uraí.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 131-156, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Tabela 02: Total de estabelecimentos e trabalhadores segundo setores do IBGE nos municípios Londrina e Cambé, 2012.

	Indústria transformação		Construção civil		Comércio varejista e atacadista		Serviços		Adm. pública		Agropec. Ext. Veg., caça e pesca	
	Est.	Trab.	Est.	Trab.	Est.	Trab.	Est.	Trab.	Est.	Trab.	Est.	Trab.
Londrina	1824	28852	1321	11596	7130	43550	7.031	71038	11	8717	697	3335
Cambé	434	8709	169	883	933	5923	528	3762	4	2218	185	521

Fonte: FRESCA (2014, p. 138).

Fresca (2014) nos mostra que o setor industrial de Cambé é muito diversificado com indústrias (nacionais e internacionais) transferidas de outras localidades, sobretudo na década de 1990. Nesse cenário, Druciaki (2016) afirma que a mobilidade diária entre os municípios da referida região metropolitana é majoritariamente para fins de trabalho, não só de cidades menores rumo a Londrina como o contrário, principalmente no caso de Cambé.

Em relação a Cambé – Londrina, cumpre observar que Cambé detém importantes postos de trabalhos do segmento industrial metal – mecânico, químico e farmacêutico, além dessa cidade estar conurbada a Londrina e ser a mais populosa. Há de se considerar, ainda que em menor proporção, que Cambé atrai mão de obra de Londrina e Rolândia, reforçando o movimento (DRUCIAKI, 2016, p. 14 – 15).

O movimento da população de Cambé para Londrina é conhecido e antigo, inclusive muitos lojistas cambeenses reclamam do fato de que a população cambense prefere consumir bens e serviços no município vizinho prejudicando a econômica local, pelo menos no setor de comércio.

Londrina, além do comércio, possui serviços altamente especializados nas áreas de educação, prestação de serviços e na saúde, muitas especialidades médicas e exames laboratoriais e de imagem só são encontrados em Londrina. A centralidade dos serviços de saúde ficam evidentes na Rua Souza Naves (região central), onde se encontra clínicas médicas, odontológicas, de imunização, hospitais, psicólogos, farmácias e lojas especializadas em produtos para profissionais da saúde. Nesse sentido, Fresca (2012) ressalta que diferente do que ocorre em outras cidades, os deslocamentos pendulares rumo à Londrina não se caracteriza pelo transporte de trabalhadores, mas também para outros fins como acesso aos serviços de saúde e educação, principalmente de nível superior.

Com relação à caracterização da educação superior, que é o foco desse trabalho, segundo Fresca (2012) Londrina oferece o ensino superior desde os anos de 1950 com a

implementação das primeiras faculdades que mais tarde, em 1971, originou a UEL. Já o Plano Diretor da cidade mostra que atualmente Londrina conta com 40 Instituições de Ensino Superiores registradas no MEC, as maiores disponibilizam cursos em diversas áreas e níveis (graduação, mestrado e doutorado), juntas ofertam 725 cursos de graduação e 814 de pós-graduação. Entre as públicas pode-se citar a UEL, UTFPR e o IFPR, já entre as privadas (com campus em Londrina) a UNOPAR/PITÁGORAS, UNIFIL, PUC, SENAI e UNICESUMAR. O total de docentes é de 3.367, o número de alunos matriculados é ainda mais expressivo, chegando a aproximadamente 50.000 (LONDRINA, 2018).

Cambé não possui universidades públicas, há algumas instituições privadas de ensino presencial e Educação a Distância (EAD). Essas instituições, principalmente as de ensino presencial, tem um rol de opções de cursos limitados, assim, quem almeja outras carreiras ou não tem condições de pagar se vê obrigado estudar em outras cidades.

Londrina possui, portanto, muitas faculdades e universidades (públicas e privadas) que suprem a demanda da população do aglomerado urbano, atraindo inclusive alunos de outros Estados ou cidades mais distantes. Para estudantes da região metropolitana o ato de ir e voltar diariamente se torna uma realidade possível e pode ser feita com vans e ônibus fretados, veículos próprios ou transporte metropolitano.

É nesse contexto que se torna pertinente compreender no contexto da constituição e integração das regiões metropolitanas a experiência de usuários do transporte metropolitano para fins de estudo, uma vez que essa dinâmica ocorre diariamente e pode fazer parte do cotidiano dessas pessoas por, pelo menos, quatro anos (tempo médio de um curso de graduação), assim o próximo item apresenta resultados da pesquisa junto dos estudantes universitários cambesenses que estudam na UEL.

O serviço metropolitano de ônibus sob o olhar dos estudantes (usuários) da UEL

Como observado, Cambé e Londrina possuem relações antigas que se aprofundaram sobretudo nos anos 1970, quando se inicia o processo de conurbação, acompanhado pelo fluxo mais intenso de pessoas mediado pelo sistema de transporte metropolitano, que é, por sua vez, anterior a própria constituição da RML, Fresca (2014) aponta que as linhas de transporte metropolitano entre essas cidades se fazem presentes na realidade da população desde o fim dos anos 1980.

Quando se debate esse tema, é importante lembrar segundo Freitas; Reis Filho e Rodrigues (2011) que o sistema de transporte é também uma categoria de prestação de serviços com características específicas como pode observada no quadro 1.

Quadro 01: Características do serviço de transporte

1	Cada viagem pode ser considerada como um serviço específico (heterogeneidade), pois é influenciada por diversos aspectos (condições climáticas, condições de tráfego, condições do veículo, quantidade de passageiros, etc.), tornando difícil ou quase impossível a detecção e correção de falhas e problemas antes que eles ocorram e afetem o usuário;
2	O serviço de transporte não pode ser armazenado-se os passageiros não embarcam em determinado horário, nem sempre é possível acomodá-los em outro horário e o serviço não é prestado em sua totalidade (percebibilidade);
3	O serviço de transporte por ônibus é prestado e consumido de forma coletiva, em que os usuários nem sempre apresentam o mesmo perfil e nem compartilham o mesmo pensamento;
4	Na maioria das vezes o pagamento é realizado antes da prestação do serviço, o que geralmente não possibilita o usuário desistir do serviço;
5	A prestação do serviço é muito dispersa espacialmente e temporalmente, dificultando a padronização das atividades, supervisão e o controle de pessoal.

Fonte: FREITAS, REIS FILHO; RODRIGUES, (2011, p. 51).

Ainda com base no quadro 1 é possível observar que é um serviço intimamente ligado com a Geografia uma vez que especificidades como clima, condição de tráfego e população podem interferir na sua qualidade. Além disso, especificidades como o fato de o consumo ser coletivo, com pessoas de diferentes perfis, fazem com que o grau de satisfação entre os usuários, bem como os pontos considerados positivos e negativos, sejam heterogêneos, isso é passível de ser comprovado nas respostas da presente pesquisa, um caminho metodológico para analisar as respostas é dar relevo aos pontos de convergência.

Com relação ao perfil do público estudado é na maioria muito jovem, os intervalos mais representativos são os que concentram idades entre 17 e 22 anos contabilizando 82% do total dos participantes conforme pode ser contemplado na tabela 3.

Tabela 03: Idade dos estudantes que participaram da pesquisa.

I	Intervalo	Ponto médio	Frequência (fi)	Frequência acumulada (fci)	Frequência relativa (fri)	Frequência relativa acumulada (frci)
1	17 – 19,6	18,3	9	9	41%	41%
2	19,6 – 22,2	20,9	9	18	41%	82%
3	22,2 – 24,8	23,5	2	20	9%	91%
4	24,8 – 27,4	26,1	1	21	4,50%	95,50%
5	27,4 – 30	28,7	1	22	4,50%	100%

Fonte: Dados da pesquisa. **Org.:** Pelos autores.

Já com a variável gênero pode se dizer que o público ficou bem distribuído, 50% se identificou com o gênero masculino enquanto 45,5% com o gênero feminino e só uma pessoa (4,5%) resolveu não informar. Outro dado do perfil se refere ao nível de curso que os entrevistados frequentam na universidade, dos 22 entrevistados, 21 (95,5%) são da graduação e só um da pós-graduação. No que se refere aos cursos que frequentam observa-se uma boa diversidade com estudantes da área humana, exata e biológica com destaque para os alunos de psicologia que representaram 27,3% do total de entrevistados. Além disso, a maior parte está em cursos de período integral (50%) seguido pelo turno noturno (18,2%) e matutino (18,2%) seguido pelo vespertino (13,6%).

A tabela 4 mostra os bairros onde esses estudantes residem, eles são provenientes de várias partes da cidade desde bairros com um poder aquisitivo mais elevado como o centro e o Morumbi até bairros mais populares como o Ana Rosa que é o maior conjunto habitacional do município.

Tabela 04: Bairros onde vivem os entrevistados

Bairro	n.	%	Bairro	n.	%	Bairro	n.	%
Ana Rosa	1	4,55%	Novo bandeirantes	2	9%	Morada do sol	1	4,55%
Cambé II	1	4,55%	Vilta Rica	1	4,55%	Mutirão	1	4,55%
Centro	4	18,2%	Cidade verde	1	4,55%	Parque manela	1	4,55%
Itália	1	4,55%	Morumbi	1	4,55%	Santo Amaro	4	18,2%
Alvorada	1	4,55%	Monte Castelo	1	4,55%	Moradias Dr. José dos Santos Rocha	1	4,55%

Fonte: Dados de campo. Org.: Pelos autores.

Ainda quanto ao perfil, cerca de 22,7% dos entrevistados realizam algum tipo de atividade extracurricular, a maioria está envolvida em algum projeto de Iniciação Científica (IC) seguido por projetos de extensão e a permanência nos laboratórios obrigatória para alunos de pós-graduação (stricto sensu). Em consequência desses projetos cerca de 22,7% recebem bolsa, parte desse valor é utilizada para a compra das passagens. Conforme se observa na tabela 5, caso o aluno bolsista tivesse que arcar com o valor total da passagem ao mês teria que dispor de aproximadamente 171,60 reais, o que corresponde a mais de 42% do valor da bolsa, mas a maioria (90%) gozam do pagamento da meia passagem, graças ao passe de estudante.

Tabela 05: Valor das passagens (meia e inteira) de ida e volta por dia, mês e ano^{3 4}

	Inteira			Meia		
	Ida	Volta	Total	Ida	Volta	Total
Dia	R\$ 3,90	R\$ 3,90	R\$ 7,80	R\$ 1,95	R\$ 1,95	R\$ 3,90
Semana	R\$ 19,50	R\$ 19,50	R\$ 39,00	R\$ 9,75	R\$ 9,75	R\$ 19,50
Mês	R\$ 85,80	R\$ 85,80	R\$ 171,60	R\$ 39,00	R\$ 39,00	R\$ 78,00

Fonte: Organizado pelos autores.

Conforme explica Druciaki (2016, p. 12 – 13) “Segundo o regulamento de transportes de passageiros, uma linha é uma ligação regular entre duas localidades, que são pontos terminais, por itinerário e horário definido. [...] a disponibilidade diária ou semanal de linhas pode ser alterada de acordo com a demanda”. Nesse caso, as linhas de ônibus metropolitano que levam os alunos de Cambé para a UEL, são a linha **Cambé-Shopping**, elas saem do terminal central de Cambé rumo ao shopping Catuaí que está no mesmo sentido da universidade, os ônibus dessa linha apesar de ter o mesmo destino não fazem o mesmo trajeto, eles passam por bairros diferentes.

Os ônibus mais utilizados pelos entrevistados são: a via Ana Rosa (31,8%); São Paulo (22,7%); Itália (22,7%), e alguns (22,7%) pegam o ônibus direto no terminal, portanto a via é indiferente.

As linhas Cambé–shopping possuem um fluxo considerável pois como nos lembra Paula e Cunha (2015) suprem a necessidade dos passageiros que necessitam chegar até o Shopping Catuaí e também dos estudantes universitários, não só da UEL como os que estudam na Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e Faculdade Pitágoras. Os fluxos com os horários de saída de chegada podem ser observados na tabela 6.

3 R\$ 3,90 era o valor vigente no período em que a pesquisa foi feita (abril de 2019), mas no fim do ano, momento em que o trabalho foi submetido, o valor da passagem subiu para R\$ 4,05.

4 Estimativa considerando um mês de 30 dias como referência onde o aluno foi para a universidade cinco dias na semana e 20 dias no mês (desconta-se sábados e domingos).

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 131-156, maio-ago. Ano 2020.

Tabela 06: Horário de saída e chega dos ônibus via shopping com seus respectivos trajetos

Horário	Via	Horário	Via	Horário	Via	Horário	Via	Horário	Via
5:25	Santo Amaro	7:55	Bela Itália	11:39	São Paulo	15:23	Bela Itália	18:14	Santo Amaro
6:15		8:50		12:34		16:18		19:10	
5:35	Ana Rosa	8:11	Ana Eliza III	11:55	Ana Eliza III	15:39	Ana Rosa	18:25	Ana Rosa
6:25		9:06		12:50		16:34		19:20	
6:00	Santo Amaro	8:27	São Paulo	12:11	Bela Itália	15:55	São Paulo	18:43	São Paulo
6:45		9:22		13:06		16:50		19:35	
6:08	São Paulo	8:43	Torino	12:27	Ana Rosa	16:11	Ana Eliza III	19:00	Bela Itália
7:00		9:38		13:22		17:06		19:50	
6:22	Santo Amaro	8:59	Bela Itália	12:43	São Paulo	16:25	São Paulo	19:25	Torino
7:15		9:54		13:38		17:20		20:16	
6:34	Ana Rosa	9:15	Ana Rosa	12:59	Torino	16:35	Ana Rosa	19:50	São Paulo
7:30		10:10		13:54		17:30		20:42	
6:40	Maratoma	9:31	São Paulo	13:15	Bela Itália	16:40	Maratoma	20:16	Ana Rosa
7:30		10: 26		14:10		17:25		21:10	
6:45	Semi-direto	9:47	Torino	13:31	Ana Rosa	16:47	Bela Itália	20:42	São Paulo
7:20		10:42		14:26		17:45		21:34	
6:46	São Paulo	10:03	Bela Itália	13:47	São Paulo	17:00	Ana Eliza III	21:08	Santo Amaro
7:40		10:58		14:42		17:57		22:10	
6:58	Ana Rosa	10:19	Ana Eliza III	14:03	Ana Eliza III	17:14	São Paulo	21:34	São Paulo
7:50		11:14		14:58		18:10		22:30	
7:10	Bela Itália	10:35	São Paulo	14:19	Bela Itália	17:28	Ana Rosa	22:00	Ana Rosa
8:03		11:30		15:14		18:24		23:00	
7:20	Santo Amaro	10:51	Ana Rosa	14:35	Ana Rosa	17:47	Bela Itália	22:26	São Paulo
8:15		11:46		15:30		18:35		23:18	
7:25	São Paulo	11:07	Bela Itália	14:51	São Paulo	17:56	Ana Rosa	23:00	Santo Amaro
8:25		12:02		15:48		18:53		23:50	
7:40	Ana Rosa	11:23	Torino	15:07	Torino	18:10	São Paulo	23:22	São Paulo
8:35		12:18		16:07		19:07		00:15	

Fonte: TIL TRANSPORTES COLETIVOS S/A, 2019 **Org.:** Pelos autores.

O principal desafio enfrentado diariamente pelos estudantes se refere ao tempo gasto no trajeto. Conforme se observa na tabela 7 a maior parte dos estudantes analisados (36,4%) gastam entre 45 e 60 minutos por viagem, esse valor é quase cinco vezes superior a quem realiza o trajeto com veículo próprio que leva em torno de 13 minutos⁵. Além desses, outros 22,7% gastam entre 30 e 45 minutos. Quando consideramos a volta presume-se que esses estudantes passam até duas horas (120 minutos) do seu dia dentro do ônibus (partindo do pressuposto pegam o transporte no terminal central).

⁵ Esse tempo foi estipulado de acordo com a plataforma *Google Maps* e confirmado por pessoas que vão de Cambé até a UEL com moto o automóvel próprio. Ainda segundo o *Google Maps* a rota mais curta entre o terminal de Cambé e a UEL tem cerca de 10,5 km e poderia ser completada em aproximadamente 13 minutos de carro e 32 minutos de bicicleta. Obviamente esse valor pode ser inferior ou superior dependendo de variáveis como: trânsito em horário de pico; paradas em semáforos; potência do automóvel; qualidade das vias; eventuais obras e acidentes; chuvas; etc.

Tabela 07: Tempo médio de viagem dos estudantes

	Intervalo	Ponto médio	Freq. (fi)	Freq. Acumulada (fci)	Freq. relativa (fri)	Freq. Relativa acumulada (frci)
1	15 – 30	22,5	4	4	18,2 %	18,2 %
2	30 – 45	37,5	5	9	22,7 %	40,9 %
3	45 – 60	52,5	8	17	36,4 %	77,3 %
4	60 – 75	67,5	4	21	18,2 %	95,5 %
5	75 – 90	82,5	1	22	4,5 %	100 %

Fonte: Dados de campo. **Org.:** Pelos autores.

Vasconcellos (2013) confirma que o consumo excessivo de tempo é uma realidade comum aos usuários de transportes públicas das grandes cidades do país, ele nos lembra de que além do tempo gasto no transporte em si os usuários ainda perdem tempo se dirigindo até os pontos e esperando no ônibus nas paradas.

É importante salientar, com base nas próprias entrevistas, que a realização do trajeto através de meios alternativos como bicicletas são descartados, pois a rota para a universidade se dá via a PR-445 que além não possui ciclovia e/ou ciclofaixa possui um fluxo intenso de veículos, inclusive de grande porte como ônibus e caminhões; além disso é inviável em dias de chuva ou sol intenso. Ainda com relação à distância a pesquisa do ITEDES (2017a) mostra que os itinerários Cambé-shopping costumam percorrer entre 18 e 20 km (Tabela 8), praticamente o dobro do que poderia ser feito pelo caminho mais curto e com carro.

Tabela 08: Distância em quilômetros da linha Cambé-shopping

Linha / Via	Distância do itinerário
Cambé-Shopping: Santo Amaro; Bela Itália; São Paulo.	18 km
Cambé-Shopping: Ana Rosa; Torino; Ana Eliza III	19 km
Cambé-Shopping: Maratona	20 km

Fonte: ITEDES (2017a, p. 12).

Apesar de 72,7% dos entrevistados afirmaram que os ônibus não costumam atrasar, eles acreditam que o tempo gasto na viagem e a qualidade do serviço prejudica seus rendimentos nos estudos e os torna menos produtivos no decorrer do dia. É pertinente apontar que além das atividades relacionadas ao estudo 18,2% dos estudantes também trabalham e utilizam o transporte metropolitano para se locomover, ficando mais tempo além da média apresentada. Houve um caso em que o entrevistado passava quatro horas dentro de um ônibus quanto somando o tempo do trajeto para ir até ao trajeto para ir ao trabalho.

Uma variável ligada ao tempo é o horário de início das aulas, as entrevistas mostraram que as aulas no período matutino começam às 08h20min, no vespertino a 14h00min e no noturno entre as 19h00min e 19h15min. A tabela 9 permite observar que para chegar aos horários supracitados 53% dos alunos da manhã pegam o ônibus entre 07h10min e 07h30min, no período vespertino 66,7% pega entre as 13h05min e 13h25min, já no noturno entre as 17h40min e 18h20min (75%).

Tabela 09: Distribuição de frequência acerca dos horários dos entrevistados

	Intervalo	Ponto médio	Freq. (fi)	Freq. Acumulada (fci)	Freq. relativa (fri)	Freq. Relativa acumulada (frci)
Manhã	07:10 – 07:20	7:15	3	3	20%	20%
	07:20 – 07:30	7:25	5	8	33,3%	53,3%
	07:30 – 07:40	7:35	3	11	20%	73,3%
	07:40 – 07:50	7:45	4	15	26,7%	100%
Tarde	12:45 – 13:05	12:55	1	1	33,3%	33,3%
	13:05 – 13:25	13:15	2	3	66,7%	100%
Noite	17:10 – 17:40	17:25	1	1	25%	25%
	17:40 – 18:20	18:00	3	4	75%	100%

Fonte: Dados de campo. Org.: Pelos autores.

Com relação aos atrasos nas aulas, decorrentes dos problemas com o transporte, foi relatado que quando essa situação ocorre os professores costumam ser empáticos e compreensivos e só reclamam de atrasos em dias de provas e de apresentação de trabalhos/seminários, porém há casos de professores que fazem a chamada no começo da aula e não colocam presença caso o aluno chegue alguns minutos atrasados mesmo com justificativa.

Nos últimos anos, sobretudo com a popularização da internet e dos dispositivos móveis como *smathphones* a pauta feminista e debates acerca das questões de gênero se popularizaram, saíram do meio acadêmico e dos movimentos sociais e ganharam as redes sociais sendo um debate recorrente também entre celebridades e influenciadores digitais. A internet se tornou tanto meio para entrar em contato com esses temas como para fazer denúncias acerca da violência física e simbólica sofrida por mulheres nos mais diversos espaços, inclusive dentro dos transportes públicos⁶. A repercussão dessas denúncias na

6 Não será possível, e nem o objetivo central, debater profundamente a potencialidade da internet na denúncia de casos de abuso, mas como exemplo pode-se citar o caso da *hashtag me too* (eu também em tradução literal do inglês) onde em 2017 mulheres dos quatro cantos do mundo denunciaram via twitter casos

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 131-156, maio-ago. Ano 2020.

internet e mídia tradicional fez com que cada vez mais mulheres tomassem coragem de denunciar e fossem pensadas medidas para coibir atos machistas, abusos e assédios como o caso dos vagões exclusivos para as mulheres⁷.

Nesse cenário foi pertinente perguntar para os entrevistados se já foram vítimas ou presenciaram algum caso de abuso, cerca de 22,7% respondeu que sim; a maioria das entrevistas contaram que ao se deparar com uma situação de assédio nos ônibus metropolitanos ficaram em situação de choque, não souberam como reagir e se sentiram impotentes. Entre os relatos palavras como: constrangida; medo; nojo; incomodo; e insegurança apareceram.

A importância de ouvir as pessoas a partir de seu lugar de fala ficou evidente com o relato de uma entrevistada que trouxe à tona uma observação construída a partir das vivências femininas: *“As portas do meio deveriam abrir novamente e não ser exclusivo para cadeirantes, pois isso infelizmente deixa principalmente as mulheres em uma situação desconfortável de ter que atravessar o ônibus cheio até chegar à porta de trás, aumentando a chance de assédio”* (Entrevistada 3).

Nesse sentido, ao buscar melhor a qualidade do transporte é preciso levar em consideração as experiências, opiniões e demandas de indivíduos que integram diferentes recortes demográficos, pois como mostrado os desafios diários das mulheres, principalmente no que se refere a casos de assédio são diferentes, mais intensos e necessitam ser problematizados.

Na pesquisa se julgou importante conhecer o grau de satisfação dos usuários do transporte frente a determinadas variáveis como: tempo de viagem; satisfação com a rota; qualidade dos assentos; barulhos e ruídos e temperatura. Os entrevistados podiam avaliar essas variáveis com uma escala de 0 a 10 quanto mais próximo do 0 mais insatisfeito e quanto mais próxima do 10 mais satisfeito conforme pode ser visto na tabela 10.

de assédio sexual utilizando a referida *hashtag* (#metoo). Segundo o site da BBC (2017) o movimento começou após denúncias de assédio cometidos pelo produtor Harvey Weinstein, celebridades como Lady Gaga aderiram ao movimento e logo surgiram relatos inclusive de homens.

⁷ A exemplo disso, a matéria da versão *online* da revista Isto é (2017) noticia que no dia 30 de agosto de 2017 o decreto 46.072/17 garantiu um vagão exclusivo para mulheres nos trens e metrô do Rio de Janeiro: *“Segundo a lei, os vagões exclusivos somente podem ser usados por mulheres ou por pessoas que se identificam com o gênero feminino, como transexuais. A fiscalização será feita em dias úteis, nos intervalos de 6 h às 9 h e de 17 h às 20 h.”*

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 131-156, maio-ago. Ano 2020.

Tabela 10: Grau de satisfação com o transporte metropolitano via Cambé-Shopping

	Intervalo	Ponto médio	Freq. (fi)	Freq. acumulada (fci)	Freq. relativa (fri)	Freq. relativa acumulada (frci)
(in)satisfação com o tempo de viagem	1 – 2,8	1,9	5	5	22,8%	22,8%
	2,8 – 4,6	3,7	3	8	13,6%	36,4%
	4,6 – 6,4	5,5	3	11	13,6%	50%
	6,4 – 8,2	7,3	8	19	36,4%	86,4%
	8,2 – 10	9,1	3	22	13,6%	100%
(in)satisfação com as rotas da linha	1 – 2,8	1,9	7	7	31,9%	32%
	2,8 – 4,6	3,7	6	13	27,3%	59,2%
	4,6 – 6,4	5,5	2	15	9,1%	68,3%
	6,4 – 8,2	7,3	6	21	27,2%	95,5%
	8,2 I – 10	9,1	1	22	4,5%	100%
(in)satisfação com o conforto dos assentos	1 – 2,8	1,9	4	4	18,2%	18,2%
	2,8 – 4,6	3,7	8	12	36,4%	54,6%
	4,6 – 6,4	5,5	4	16	18,2%	72,8%
	6,4 – 8,2	7,3	3	19	13,6%	86,4%
	8,2 – 10	9,1	3	22	13,6%	100%
(in)satisfação com os barulhos e ruídos	1 – 2,8	1,9	9	9	40,9%	40,9%
	2,8 – 4,6	3,7	3	12	13,6%	54,5%
	4,6 – 6,4	5,5	7	19	31,9%	86,4%
	6,4 – 8,2	7,3	2	21	9,1%	95,5%
	8,2 – 10	9,1	1	22	4,5%	100%
(in)satisfação com relação à temperatura	1 – 2,4	1,7	5	5	22,8%	22,8%
	2,4 – 3,8	3,1	4	9	18,2%	41%
	3,8 – 5,2	4,5	9	18	40,9%	81,9%
	5,2 – 6,6	5,9	1	19	4,5%	86,4%
	6,6 – 8	7,3	3	22	13,6%	100%

Fonte: Dados de campo. **Org.:** Pelos autores.

Os dados da tabela 10 mostram que em todas as variáveis analisadas há uma constante insatisfação dos clientes, essas respostas reconfirmam a insatisfação com o tempo de viagem, bem como a insatisfação com as rotas, essas variáveis se cruzam uma vez que o tempo está relacionado com as rotas preestabelecidas.

Foi questionada a opinião com relação ao tempo de viagem e o trajeto que passa por vários bairros, os entrevistados se mostraram empáticos e disseram que é importante que os ônibus passem por outros lugares, pois todos necessitam chegar aos seus destinos, assim passar por vários pontos é preciso, mas, ao mesmo tempo, nas respostas ficou claro que alguns bairros aparentam ser mais bem servidos que outros como pode ser lida na resposta: “O meu ônibus passa por bairros que já são servidos por outras linhas tipo o Santo Amaro, vários ônibus passam por lá, então não vejo a necessidade do via Ana Rosa passar também” (entrevistado 1).

A reclamação dos estudantes com relação a superlotação foi recorrente e se confirma com a pesquisa do ITEDES (2017a) encomendada pela prefeitura de Cambé plano municipal de mobilidade urbana do município. A tabela 11 mostra que a maioria dos ônibus no deslocamento de origem já sai com ocupação parcial (25 a 50% da lotação) e ficam expressivamente lotadas (75 a 100% da ocupação) durante o itinerário.

Tabela 11: Percentual de lotação Cambé-shopping

Linha/ via	Horário de chegada	Horário de chegada	Percentual de lotação 0 – 100%		
			Saída	Durante	Chegada
São Paulo	07:30	08:24	25 a 50%	75 a 100%	25 a 50%
Ana Rosa	07:40	08:37	Menos de 25%	75 a 100%	25 a 50%
Ana Rosa	16:50	17:50	50 a 75%	75 a 100%	Menos de 25%
Santo Amaro	16:35	17:27	50 a 75%	75 a 100%	Menos de 25%

Fonte: ITEDES (2017a, p. 35).

Além disso, os dados da tabela 11 demonstram que na chegada ao ponto final no shopping Catuaí a tendência é estar parcialmente ocupado ou com ocupação inferior a 25% permitindo lançar a hipótese que boa parte da lotação é proveniente de estudantes. Vasconcellos (2013) afirma que o problema da superlotação é um dos fatores que contribuiu para o descrédito da população nos serviços de transporte.

As críticas dos usuários foram além do transporte em si, uma das respostas revelou que é preciso uma manutenção melhor no terminal, pois está repleto de cachorros abandonados que atacam as pessoas e revelou também a necessidade de voltar a figura do cobrador, já que ele auxilia muito o motorista.

O terminal central que custou cerca de R\$ 800 mil não foi bem recebido pela população, pois apresentou inúmeros problemas. Segundo reportagem do jornal folha de Londrina (ORIKASA, 2018) o terminal foi entregue em dezembro de 2017 e desde então as reclamações começaram, os usuários reclamaram, por exemplo, dos dias de chuva, porque não há uma barreira que os deixem protegidos. Além disso, há problemas no nível do terreno, tanto é que no dia da reportagem uma funcionaria caiu, foi relatado problemas de acessibilidade. As figuras 5 e 6 trazem uma comparação entre o projeto e o atual estado do terminal.

Figura 05: Imagem do projeto do que seria o futuro terminal (esquerda) e imagem do terminal atualmente (direita)



Fonte: CAMBE (2016).



Fonte: o próprio autor.

Já no que diz respeito aos cobradores, faz um bom tempo que os ônibus metropolitanos de Cambé passaram a adotar um sistema onde a liberação da catraca é automática via cartão, os cartões são comprados com um número específico de créditos ou podem ser recarregáveis como os utilizados pelos estudantes. A ideia inicial da empresa era que as pessoas adquirissem esses cartões e o uso do dinheiro para pagar as passagens fosse reduzido, nesse cenário utópico (para a empresa) a presença do cobrador seria dispensável, atualmente praticamente não se vê mais esse profissional no município, mas a ideia não se concretizou uma vez que muita gente permaneceu pagando com dinheiro e quem acaba fazendo o papel de cobrador é o próprio motorista, este na verdade acabou acumulando duas funções e é remunerado por somente uma.

Essa realidade coloca em risco tanto o motorista quando os passageiros, pois a atenção que deveria estar no trânsito e no embarque e desembarque de passageiros acaba sendo dividido com a função de receber e dar troco aos passageiros, tornando o trabalho mais difícil e estressante e podendo também ter implicações no tempo de viagem.

Entre as melhorias apontadas pelos próprios usuários apareceram as seguintes respostas: comprar passe online (36%); Wi-fi (18%); ar-condicionado (14%); ônibus com mais lugares ou mais veículos (14%); pensar em estratégias para ofertar mais conforto (9%); melhorar a segurança (5%); rotas alternativas e passe livre (4%).

Mas não se pode dizer que há, por enquanto, interesse da empresa em melhorar os serviços, nos terminais não há um local para que os passageiros façam propostas de melhorias e o campo de sugestões no site parece ser uma mera formalidade, pois nenhuma das propostas apresentadas pelos estudantes na pesquisa ou pela população que em conversas informais deixaram claro seu descontentamento, foram colocados em prática.

Na verdade, mudanças que visam o benefício da empresa como aumento de passagem e a colocação de catracas eletrônicas para diminuir custos demitindo motoristas foram rapidamente implementadas, mas as que melhorarem as condições do serviço para usuários e funcionários não parece ser implementada com a mesma rapidez e frequência.

Com relação às propostas de melhoria na mobilidade urbana do município, apresentadas pelo plano de mobilidade (ITEDES, 2017b), há desde propostas para melhorar e incentivar o deslocamento não motorizado da população (a pé e de bicicleta) até propostas de estacionamento rotativo, intervenção no sistema viário entre outros, mas no que se refere ao transporte coletivo o plano ressalta que a eficiência do transporte deve priorizar três pontos: frequência, conforto e otimização de infraestrutura pública, priorizando itinerários mais curtos e variados, o plano afirma que com base no diagnóstico os itinerários são muito longos e não atendem aos anseios da população. Com relação à prestação de serviços afirma que:

Ainda, são necessárias diretrizes para melhorias na prestação do serviço, em sua política, como as isenções, preços e valores. Há necessidade de implementação de uma política de transparência no transporte público de Cambé, bem como um Plano de Transporte Público que envolva, fortemente, a Região Metropolitana de Londrina. Outros itens estão relacionados a revisão quanto à Comunicação Visual e novos métodos de integração com o usuário, como também um estudo detalhado com medidas específicas da relação entre mulheres e transporte público (ITEDES, 2017b, p. 46).

Mas boa parte do plano é voltada a proposta de construção de dois novos terminais de pequeno porte em outros bairros, um no bairro Tupi e outro no Jardim Santo Amaro, eles seriam pontos de convergência entre o transporte coletivo intraurbano e metropolitano, integrando de forma mais eficiente o transporte coletivo da RML, e conectando os bairros de Cambé, esses terminais poderiam contribuir para o problema da superlotação que aparece durante o trajeto. Até o momento nem os canais de comunicação de prefeitura e nem a imprensa local tem falado na construção desses dois terminais e os itinerários como visto na pesquisa continuam longos e cansativos para os usuários.

Considerações Finais

O tempo da viagem, a qualidade, o barulho, as temperaturas são variáveis que afetam os usuários desse transporte, mas a empresa não parece se importar com a qualidade do transporte para os passageiros. Penso em tirar carteira de moto e comprar uma moto para realizar o percurso até a faculdade, o tempo que gasto no ônibus afeta muito minhas atividades diárias (Entrevistado 2).

Optou-se por iniciar as considerações finais com esse trecho, de uma das entrevistas, pois ela mostra uma das consequências de um serviço, que na opinião do cliente, deixa a desejar. Nesse caso o usuário tomou a decisão de comprar o próprio veículo, assim como argumenta Freitas, Reis Filho e Rodrigues (2011) em realidades onde a exploração de algum trecho é monopolizada por uma empresa é comum clientes optarem por outras formas de transporte, que pode significar o uso de transporte próprio onerando a densidade das vias que já estão lotadas.

Nos últimos anos muito se discutiu sobre a liberação dos aplicativos como UBER, muitos usuários abandonaram os táxis e passaram a utilizar esses serviços alegando que a qualidade do serviço (que inclui limpeza dos veículos, educação dos motoristas e tarifas, entre outros) era melhor que dos táxis, as reclamações da classe de taxistas é recorrente, não é raro ver protestos para que o aplicativo seja proibido, na verdade o que se vê foi uma concorrência, quebra de monopólio onde um serviço melhor atraiu os clientes, essa situação pode ser vista de outras formas, mas com um ponto em comum, de que um serviço ruim perde clientes.

O relato desse entrevistado fortalece a tese de que a baixa qualidade dos serviços de transportes acaba fazendo com que muitos usuários que tenham um poder aquisitivo maior abandonem esses serviços e passem a se locomover com veículos próprios, aumentando a poluição atmosférica e consumo de combustíveis fósseis e tornando o trânsito pior com implicações (negativas) diretas na mobilidade urbana e qualidade de vida da população.

A maioria das respostas afirma que é preciso aumentar a quantidade de ônibus, pelo menos nos horários de pico. O fato de só uma companhia ser responsável pelo transporte prejudica a população, uma vez que ela fica refém a boa vontade da empresa em questão, caso outra companhia atuasse no município isso traria a competição que favoreceria a população, pois para conseguir mais clientes o investimento na qualidade dos serviços seria imprescindível.

Compreender a eficiência e eficácia desse serviço, sobretudo a partir da ótica do usuário é fundamental para apontar falhas e propor soluções, o transporte metropolitano que é muitas vezes o único meio de transporte que a classe trabalhadora e estudantes dispõem para chegar diariamente nos seus destinos. Esse serviço não é um favor. Independentemente do seu valor, ao comprar a passagem, essas pessoas estão empregando parte de sua renda em um serviço, portanto o mínimo que se espera é a prestação de um serviço de qualidade, mas como se sabe na prática nem sempre acontece.

Além disso, sobretudo em face de realidade de Cambé e Londrina que constituem municípios importantes da RML é preciso pensar em políticas e estratégias de planejamento e gestão que não ocorram de forma isolada, mas sim incluam e integram a região metropolitana para um planejamento mais eficiente do território visando o médio e longo prazo.

Defende-se que as reivindicações dos entrevistados são justas, mas em nenhum momento alguém afirmou ter ido a audiências públicas ou utilizados os espaços de participação popular para pedir pela melhora do sistema de transporte metropolitano, talvez nem se saiba desse direito, portanto é preciso informar a população que participação popular na gestão do território urbano é uma realidade e está prevista em lei.

Cabe nas considerações finais apresentar as impressões acerca da metodologia empregada, referente a utilização de redes sociais e formulários *online*. A principal potencialidade observada foi a possibilidade de o pesquisador conseguir prospectar de forma mais rápida, simples, ampla e eficiente as pessoas com as características requeridas para as entrevistas e foi dessas pessoas que partiu interesse em participar da pesquisa, de forma livre e espontânea. Já com relação ao limite, o principal foi o retorno de formulários incompletos, observou-se que as questões fechadas, onde os entrevistados escolhiam um dos valores apresentados, foram respondidas em sua totalidade, no entanto muitas das questões abertas, que exigiam uma resposta discursiva que trouxesse à tona uma experiência ou uma opinião, voltaram em branco. Assim apesar de o formulário ter sido mais ampla, não foi possível explorar mais profundamente algumas questões.

Durante o levantamento e revisão bibliográfica ficou claro que é necessário o empreendimento de mais pesquisas sobre essa temática para compreender o que vem acontecendo nos outros municípios da RML, além de não restringir as análises ao espaço urbano, trazendo para o debate a realidade da população rural.

Referências

ANDRADE, M. C. **Geografia econômica**. 9. ed., São Paulo: Atlas 1987.

ARANHA, V. Mobilidade pendular na metrópole paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19 n. 4, p. 96-109, 2005.

BBC. **#MeToo: a hashtag que expõe a magnitude mundial do assédio sexual**. 17 out. 2017. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41652306>>. Acessado em 28 abr. 2019.

CAMBE. Prefeitura de Cambé, **Prefeitura dá início a obra do terminal de transporte coletivo de Cambé**. 28 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.cambe.pr.gov.br/site/areanoticia/3189-prefeitura-da-inicio-a-obra-do-terminal-de-transporte-coletivo-de-cambe.html>>. Acessado em 28 abr. 2019

DELGADO, P. R.; MOURA, R.; CINTRA, A. P. U. Caracterização dos movimentos pendulares nas regiões metropolitanas do Paraná. **Caderno IPARDES**, Curitiba, v.3, n.1, p. 1-24, 2013

DRUCIAKI, V. P. Mobilidade e transporte público na região metropolitana de Londrina – PR: Entre a institucionalidade e a espacialidade. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 14, n. 1, p. 3 – 29, 2016.

FREITAS, A. L. P.; REIS FILHO, C. A. C.; RODRIGUES, F. R. Avaliação da qualidade do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros: uma abordagem exploratória. **Transportes**, v. 19, n. 3, p. 49–61, 2011.

FRESCA, T. M. A centralidade de Londrina – PR na rede urbana brasileira: De centro regional ao nível submetropolitano. **Geografar**, v. 9, n. 2, p. 121 – 145, 2014.

FRESCA, T. M. Deslocamentos pendulares na região metropolitana de Londrina – PR: Uma aproximação. **Geo UERJ**, v.1, n. 23, p. 167 – 191, 2012.

ITEDES. Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social. **PlanMob: Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Cambé-PR**. Parte II, Diagnósticos. Londrina: Itedes, 2017a

ITEDES. Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social. **PlanMob: Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Cambé-PR**. Parte III, Propostas. Londrina: Itedes, 2017b

ISTOÉ. **Lei garante vagão exclusivo para mulheres em trens e metrô do Rio**, 30 ago. 2017. Disponível em: <<https://istoe.com.br/lei-garante-vagao-exclusivo-para-mulheres-em-trens-e-metro-do-rio/>>. Acessado em 28 abr. 2019.

LONDRINA. **Caderno 5: Sistema de sustentação adaptado**, Plano diretor, Londrina: IPPUL, 2018. Disponível em: *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 131-156, maio-ago. Ano 2020.*
ISSN: 1984-1647

<http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/RELATORIOS/CADERNO_5_SISTEMA_DE_SUSTENTACAO_ADAPTADO.pdf>. Acessado em 30 mai. 2019

MOURA, R.; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 121-133, 2005.

OLIVEIRA, E. L. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana**. Londrina: Eduel, 2011

ORIKASA, M. Usuários reclamam de terminais de ônibus. **Folha de Londrina**, 26 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/usuarios-reclamam-de-terminais-de-onibus-1001114.html>>. Acessado em: 18 abr. 2019.

PAULA, H. R. B.; CUNHA, F. C. A. O alcance do sistema de transporte público metropolitano em Londrina – PR: Algumas considerações. In: Encontro Nacional da ANPEGE (ENANPEGE), 11, 2015, Presidente Prudente, **Anais...** 2015, p. 1059 – 1071

POLIDORO, M.; BARROS, M. V. F. Considerações sobre a expansão urbana dos municípios paranaenses localizados em trecho da Rodovia BR-369. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 3, p. 322 – 341, 2012.

REGO, R. L.; MENEGUETTI, K. S. O território e a paisagem: a formação da rede de cidades no norte do Paraná e a construção da forma urbana. **Paisagem ambiente: ensaios**. N. 25, p. 37 – 54, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

STAMM, C.; STADUTO, J. A. Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 131-149, 2008.

TIL TRANSPORTES COLETIVOS S/A. Disponível em: <<http://www.tiltransportes.com.br/>>. Acessado em 03 abr. 2019.

VASCONCELLOS, E. A. **Políticas de transporte no Brasil: A construção da mobilidade excludente**. Barueri: Manole, 2013.

Sobre os autores

Ariel Pereira da Silva Oliveira

Licenciado e mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), bolsista CAPES.

Ideni Terezinha Antonello

Professora associada do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Como citar esse artigo

OLIVEIRA, Ariel Pereira da Silva; ANTONELLO, Ideni Terezinha. Movimentos Pendulares: a rotina de estudantes cambesenses que estudam na Universidade Estadual de Londrina (UEL). **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**. v. 03, n. 18, p. 131-156, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.6543

Recebido em: 2019-06-05

Devolvido para correções: 2019-11-21

Aceito em: 2020-05-12

IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS COM RISCO SÍSMICO EM MONTES CLAROS (MG) A PARTIR DE TÉCNICAS DE GEOPROCESSAMENTO

Maykon Fredson Freitas Ferreira

Universidade Estadual de Montes Claros/MG
orcid.org/0000-0002-9849-4007
E-mail: maykonfredson@gmail.com

Maria Ivete Soares de Almeida

Universidade Estadual de Montes Claros/MG
orcid.org/0000-0002-3257-7109
E-mail: ivetgeo@yahoo.com.br

Expedito José Ferreira

Universidade Estadual de Montes Claros/MG
orcid.org/0000-0002-9849-4007
E-mail: expedito.jferreira@gmail.com

DOI:10.35416/geoatos.v3i18.6966

Resumo

A cidade de Montes Claros - MG vem sendo atingida por eventos sísmicos consideráveis nos últimos oito anos, onde existe uma parcela da população com alta vulnerabilidade socioeconômica e baixa capacidade de reação diante de eventos naturais extremos. Diante dessa realidade, se observa a formação do risco sísmico, que pode ser identificado a partir da soma de dois fatores, o perigo natural e a vulnerabilidade da população. Pensando nisso, este trabalho dedicou esforços para identificar áreas com risco sísmico dentro do perímetro urbano de Montes Claros. Procurou-se identificar as vulnerabilidades socioeconômicas da população de cada setor censitário do IBGE 2010 e sobrepô-las às áreas de maior intensidade sísmica, utilizando técnicas de geoprocessamento. Os resultados mostraram que dentro de uma análise estatística os setores que possuem muito alto risco sísmico estão localizados em maior quantidade na região Noroeste da cidade, seguidos das regiões Nordeste e Sudeste com um total de 66 setores, correspondendo a 18,2 % do total de setores presentes no perímetro urbano da cidade. Espera-se que este trabalho possa auxiliar as instituições de gestão e defesa civil no tocante a prevenção de desastres naturais, tendo como ponto de partida a busca pela diminuição das vulnerabilidades da população.

Palavras chave: vulnerabilidade; intensidade sísmica; risco sísmico.

IDENTIFICATION OF AREAS WITH SEISMIC RISK IN MONTES CLAROS (MG) FROM GEOPROCESSING TECHNIQUES

Abstract

The city of Montes Claros – MG has been hit by considerable seismic events in the past eight years, where there is a portion of the population with high socioeconomic vulnerability and low capacity of reaction in front of extreme natural events. Given this reality, it has been observed the arising of the natural risk, which can be identified

as a summing of two factors: the natural danger and the population vulnerability. Thinking about that, this study endeavored to identify areas with seismic risk inside the urban perimeter of Montes Claros. It sought to identify the population's socioeconomic vulnerability in each census sector from IBGE 2010 and superimpose them on the areas with the most seismic intensity, employing geoprocessing techniques. The results have shown that within a statistical analysis the sectors that have very high seismic risk are mostly situated in the Northwest region of the city, followed by Northeast and Southeast with a total amount of 66 sectors, corresponding to 18.2% of total sectors which comprise the urban perimeter of the city. It is expected that this work can aid the management institutions and civil defense regarding natural disaster prevention, taking as a starting point the search for reduction of population vulnerability.

Keywords: vulnerability; seismic intensity; seismic risk.

IDENTIFICACIÓN DE ÁREAS CON RIESGO SÍSMICO EN MONTES CLAROS (MG) DE TÉCNICAS DE GEOPROCESO

Resumen

La ciudad de Montes Claros se ha visto afectada por eventos sísmicos considerables en los últimos años, donde hay una parte de la población con alta vulnerabilidad socioeconómica y baja capacidad para responder a eventos naturales extremos. Ante esta realidad, es posible observar la formación de riesgo sísmico, que puede identificarse a partir de la suma de los factores, el peligro natural y la vulnerabilidad de la población. Como tal, este trabajo ha dedicado esfuerzos para identificar áreas de riesgo sísmico dentro del perímetro urbano de Montes Claros. Intentamos identificar las vulnerabilidades socioeconómicas de la población de cada sección del censo del IBGE 2010 y superponerlas en las áreas sísmicas más altas, utilizando técnicas de geoprociamiento. Los resultados mostraron que, dentro de un análisis estadístico, los sectores con riesgo sísmico muy alto se ubican en la región noroeste de la ciudad, seguidos por las regiones noreste y sureste con un total de 66 sectores, lo que corresponde al 18.2% total sectores presentes en el perímetro urbano de la ciudad. Se espera que este trabajo ayude a las instituciones de gestión y defensa civil en la prevención de desastres naturales, comenzando con la búsqueda de reducir las vulnerabilidades de la población.

Palabras clave: vulnerabilidad; intensidad sísmica; riesgo sísmico.

Introdução

Definir o conceito de risco não é uma tarefa fácil de ser realizada, pois sua concepção é dada conforme diversas linhas de pensamentos e áreas de atuações das variadas ciências. O risco geralmente vem acompanhado de outro termo que o qualifica, como por exemplo, risco ambiental, risco social, risco econômico, risco tecnológico, risco financeiro etc. Devido à polissemia dos termos a noção de risco foi se fragmentando, e cada campo do conhecimento foi se dedicando às suas perspectivas de entendimento e definindo seus próprios métodos de estudo (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2003).

O presente estudo abordará o risco em uma perspectiva que vai ao encontro do apresentado por Rebelo (2010) onde o risco está relacionado à probabilidade da ocorrência de algum evento perigoso que, de alguma forma, cause prejuízos para o ser humano e a sociedade além da sua capacidade de controle.

Um evento natural se torna perigoso quando atinge diretamente uma população ou estruturas físicas, sendo capaz de gerar problemas e prejuízos. O terremoto é um evento natural perigoso, no entanto, se ocorrido em uma região desabitada não causará nenhuma espécie de danos às pessoas. Por outro lado, se ocorrer em uma cidade que possui estruturas ocupacionais com pouca resistência a sismos, pode causar um verdadeiro desastre.

O Brasil está localizado no interior continental estável da placa Sul Americana, portanto, a sismicidade neste país é considerada baixa. Os sismos de magnitude 5,0 ocorrem apenas uma vez a cada quatro anos e sismos com magnitude acima de 6,0 ocorrem uma vez a cada 50 anos (BERROCAL *et al.*, 1984; ASSUMPÇÃO *et al.*, 2014).

A distribuição dos sismos no território brasileiro é dispersa, se concentrando com maior intensidade em algumas regiões, como o Sudeste e Nordeste. Excetuando-se os sismos profundos do Acre, sismos acima de 6 na Escala Richter só foram catalogados duas vezes no Brasil. Ambos os terremotos ocorreram em 1955, um na Serra do Tombador, Mato Grosso, com magnitude 6,2 e o outro na costa do Espírito Santo com magnitude 6,1. Apenas 13 sismos igual ou acima de 5,0 Mb (magnitude das ondas de corpo) já foram registrados na litosfera continental brasileira. Entretanto, são vários os sismos de menor magnitude que provocaram alguns estragos em casas e assustaram populações distribuídas pelo país (BARROS *et al.*, 2009).

O norte de Minas Gerais é uma região que possui alta sismicidade para os padrões do território brasileiro, se destacando os eventos ocorridos nos municípios de Itacarambi e Montes Claros. Em 2007 ocorreu em Itacarambi um evento sísmico com grande destaque no cenário brasileiro, magnitude 4,9 na Escala Richter e intensidade VII na escala Mercalli Modificada. Neste episódio, uma casa que possuía baixa resistência, desabou sobre uma criança e provocou a primeira e única vítima fatal em decorrência direta de um terremoto no Brasil (CHIMPLIGANOND, 2013).

Em Montes Claros, o evento de maior destaque, em meio aos seus 170 eventos catalogados por estações sismográficas, ocorreu em 19/05/2012 com magnitude 4,2 e

intensidade VI (MM). Este evento assustou a população e causou alguns estragos em casas mais frágeis que estavam localizadas próximas ao epicentro do tremor (ASSUMPÇÃO, 2013).

Um evento natural perigoso pode gerar consequências desastrosas, mas isso depende diretamente do grau de vulnerabilidade da população e das estruturas físicas. A partir da análise do perigo e da vulnerabilidade é possível mensurar o risco que uma área possui, sendo ele baixo, moderado ou alto.

No âmbito internacional, uma das principais ações para a redução do risco de desastres naturais foi tomada pela Organização das Nações Unidas - ONU, após a Década Internacional de Redução de Desastres Naturais (1990 - 1999). Se refere ao *International Strategy for Disasters Reduction - ISDR* que tem por objetivo o fomento de estratégias para reduzir o risco de desastres no mundo, sendo que, a principal estratégia se refere à redução das vulnerabilidades das comunidades (UN – ISDR, 2004 *apud* TOMINAGA 2009).

Os geógrafos são os profissionais que se interessam fortemente em identificar os riscos às populações, especialmente àqueles de origem natural, e, para isso, estudam os perigos naturais em uma conotação que do inglês se descreve como *natural hazards*. *Hazard* refere-se à possibilidade de um fenômeno natural potencialmente danoso ocorrer num determinado local e num período de tempo específico (EINSTEIN, 1988).

A ciência geográfica não se limita apenas a compreender a extensão e o dano que os perigos podem causar a alguma população, mas também se dedica a probabilidade de ocorrência de fenômenos perigosos. Sendo assim, foi desenvolvida pelos geógrafos a avaliação do risco, ou seja, a avaliação do risco de ocorrer um perigo em determinado local (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2005).

Para se avaliar o risco de ocorrência de perigos a algum lugar as vulnerabilidades físicas e humanas são fatores essenciais. Tominaga (2009) destaca que a vulnerabilidade física compreende a resistência de construções e proteções da infraestrutura e a vulnerabilidade humana compreende os aspectos econômicos, sociais, políticos, técnicos, culturais, educacionais e institucionais.

Nessa pauta, procura-se abordar três elementos ou componentes básicos: a exposição ao risco, à capacidade de reação e o grau de adaptação diante da materialização do risco. Esses últimos elementos são os principais fatores que compõem a vulnerabilidade, pois são eles que promovem a absorção do impacto do perigo e podem ser entendidos

como a capacidade de resposta (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006). Essa capacidade de resposta da população a algum perigo está vinculada a uma diversidade de fatores sociais, econômicos, tecnológicos, culturais, ambientais e políticos (MENDONÇA, 2004).

Em uma abordagem sociológica a vulnerabilidade não é somente consequências da exposição aos perigos, mas sim, os resultados das desigualdades sociais que já estão postas antes mesmo da ocorrência do fenômeno perigoso e que estão relacionados com fatores de pobreza, a idade, o gênero ou a classe social (KUHLLICKE *et al.*, 2011). As populações vulneráveis são aquelas submetidas ao risco, não simplesmente por estarem expostas aos perigos, mas também, por causa da marginalidade em que vivem (CUTTER, 2006).

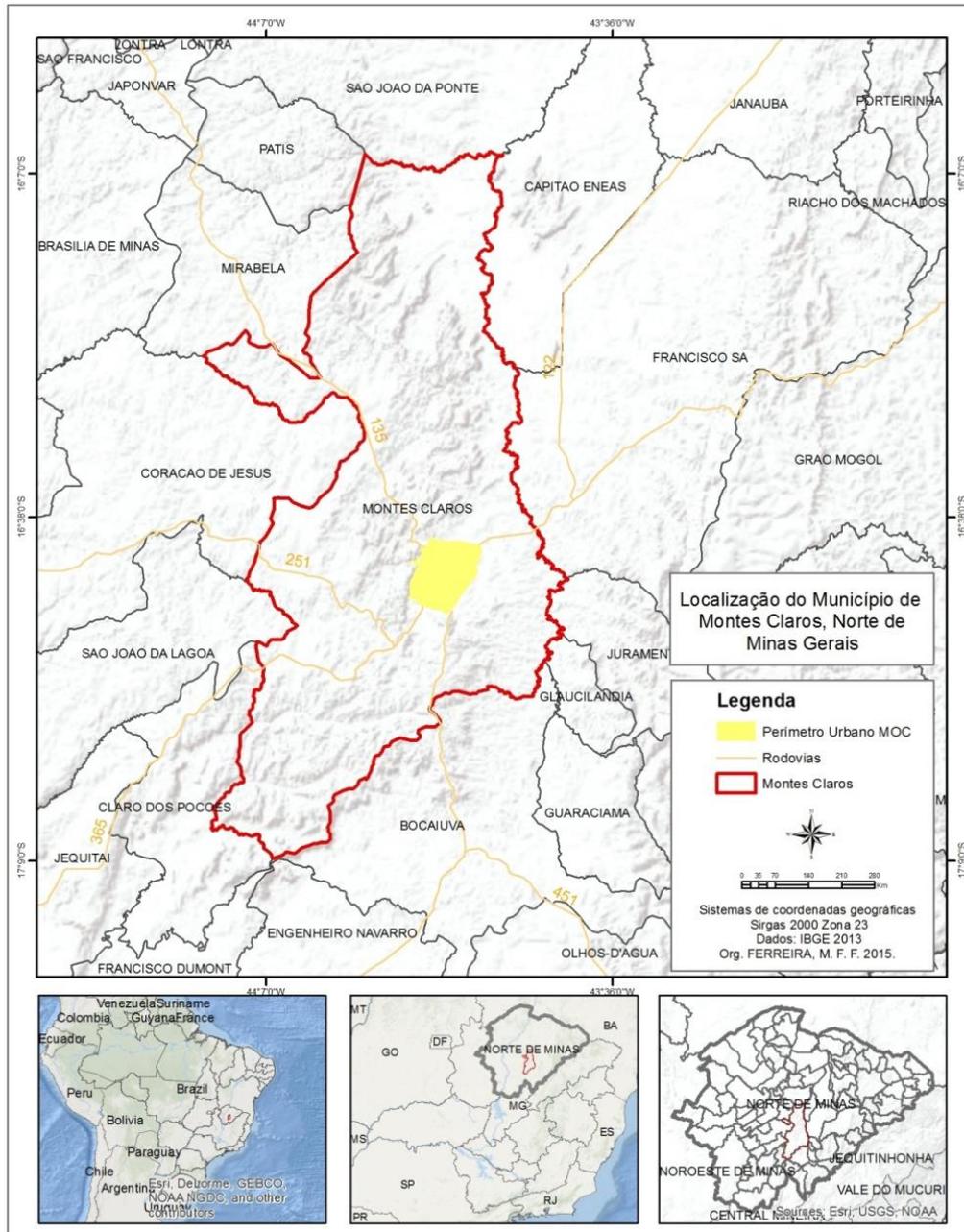
A partir da concepção geográfica, onde são dedicados esforços para identificar populações em situação de risco, este trabalho procura apontar quais áreas dentro do perímetro urbano de Montes Claros estão sob o risco de serem atingidas pelos efeitos danosos dos tremores de terra. Para isso, procurou-se identificar, a partir de técnicas de geoprocessamento, as vulnerabilidades socioeconômicas da população de cada setor censitário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE do ano 2010 que estão dentro do perímetro urbano da cidade e sobrepô-las as áreas de maior intensidade sísmica.

Os resultados deste trabalho auxiliarão as instituições governamentais de monitoramento e também as instituições de gestão quanto às ações preventivas. A prefeitura, a defesa civil e a comunidade em geral poderão utilizar os dados para tomar decisões que permitam o bem estar da população, evitando perdas físicas, e, até mesmo humanas, decorrente de sismos.

Caracterização da área de estudo

A área de estudo do presente trabalho contempla todo o perímetro urbano de Montes Claros – MG, com coordenadas centrais 16°, 43', 43" de latitude sul e 43°, 51', 32" de longitude oeste, conforme está representado pela Figura 1. Está situado na região norte do Estado de Minas Gerais, ocupando uma área total de 101.1 km².

Figura 01: Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Organização dos autores.

De acordo com Leite e Pereira (2008), Montes Claros cumpre a função de pólo regional no norte de Minas Gerais. A destacada posição desta cidade como atrativo populacional e comercial se iniciou com a chegada da ferrovia Centro Atlântica em 1926, mas a consolidação de fato ocorreu a partir de 1965 com a atuação efetiva da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A partir de então, havia

maior disponibilidade de energia elétrica e as indústrias começaram a se instalar na cidade. Isso culminou em um aumento considerável da população e expansão da malha urbana.

Em 2010, o município de Montes Claros possuía uma população de 361.915 habitantes, em uma área de 3.568,94 Km², com densidade demográfica de 101,4 hab/km² (IBGE, 2010). Isso coloca o município na sexta posição em termos de número de habitantes no Estado. No Quadro 1 é possível observar a evolução da população total em Montes Claros de 1991 a 2010, sendo que em 2010 a área urbana abrigava uma população de 344.427 habitantes, correspondente a 95,17 % do total, e a zona rural abrigava 17.448 habitantes, equivalentes a 4,83 % da população total do município. Além da população local, a cidade de Montes Claros recebe diariamente um contingente expressivo de pessoas de outras localidades a procura de serviços de saúde, educação e comércio.

Quadro 01: População total, por gênero, rural/urbana em Montes Claros

População	População (1991)	% (1991)	População (2000)	% (2000)	População (2010)	% (2010)
População Total	250.062	100.00	306.947	100.00	361.915	100.00
Homens	121.256	48.49	148.459	48.37	174.249	48.15
Mulheres	128.806	51,51	158.488	51.63	187.666	51.85
Urbana	227.759	91.08	289.183	94.21	344.427	95.17
Rural	22.303	8.92	17.764	5.79	17.488	4.83

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2015)
Organização dos autores.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2015) o Índice de Desenvolvimento Humano do município de Montes Claros (IDHM) em 2010 foi de 0,770. Este valor situa-o no índice considerado alto, que é entre 0,700 e 0,799. Houve uma evolução de 16,46 % em relação ao ano 2.000, que possuía o IDHM de 0,661. Já a renda per capita média foi de R\$ 650,62, constituindo um crescimento de 98,51 % nas duas últimas décadas e a porcentagem de pessoas pobres foi de 11,99.

Leite (2006) destaca que em Montes Claros existe um dos principais entroncamentos rodoviários do país, sendo uma importante ligação entre o Sudeste e o Nordeste do Brasil. As principais rodovias que cortam a cidade são: BR 135, que faz ligação a Belo Horizonte; a BR 365, que liga a Uberlândia; a BR 251 que vai ao encontro da BR 116 (Rio - Bahia); a MG 308, que conecta Montes Claros ao município de Juramento e a MG 654, que leva ao Noroeste de Minas Gerais.

Materiais e métodos

A área, objeto deste estudo, contempla o perímetro urbano de Montes Claros, onde o trabalho foi baseado em procedimentos que objetivaram a identificação das intensidades sísmicas e da vulnerabilidade socioeconômica da população, a fim de mapear as áreas com risco de ocorrência de danos de origem sísmica. Inicialmente foi efetuada uma revisão bibliográfica sobre os temas de interesse para a pesquisa, destacando-se, entre outros, os princípios básicos dos riscos, vulnerabilidades e perigos.

Realizou-se buscas de informações norteadas pela percepção dos moradores da cidade quanto aos maiores efeitos causados pelos tremores, se baseando na Escala Mercalli Modificada para identificação das áreas com valores de intensidade sísmica (Quadro 2). Concomitante a isso, foram indicadas, a partir da análise dos setores censitários, o grau de vulnerabilidade socioeconômica que possuem a população da cidade. O mapeamento do risco sísmico foi realizado no *ArcGis 10.2.1* sobrepondo as áreas de intensidade sísmica e áreas de vulnerabilidade socioeconômica.

Quadro 02: Escala de intensidade Mercalli Modificada

Intensidade de Mercalli Modificada	Descrição do nível de intensidade
I (Imperceptível)	Não sentido, Exceto em condições extremamente favoráveis. Leves efeitos de período longo de terremotos grandes e distantes. Registrado apenas pelos sismógrafos.
II (Muito fraco)	Sentido apenas por algumas pessoas, especialmente em prédios altos. Objetos leves podem balançar.
III (Fraco)	Sentido por algumas pessoas em casa, especialmente em prédios altos. Alguns objetos pendurados oscilam. Vibração parecida com a da passagem de um caminhão leve. Duração estimada. Pode não ser reconhecido como um abalo sísmico.
IV (Moderado)	Sentido em casa por muitas pessoas, e na rua por poucas pessoas durante o dia. A noite algumas pessoas despertam. Pratos, janelas e portas vibram, e as paredes podem ranger. Os carros e motos parados balançam visivelmente. A vibração é semelhante a provocada pela passagem de veículos pesados ou a sensação de uma pancada de uma bola pesada nas paredes.
V (Forte)	Sentido por praticamente todas as pessoas; muitos despertam. As pessoas conseguem identificar a direção do movimento. Líquido em recipiente e perturbado. Objetos pequenos e instáveis são deslocados. Portas oscilam, fecham, abrem. Os movimentos de pêndulos podem parar.
VI (Forte)	Sentido por todas as pessoas; muitos se amedrontam e saem as ruas. Pessoas andam sem firmeza. Algumas mobílias pesadas podem se movimentar. Loucas e alguns vidros de

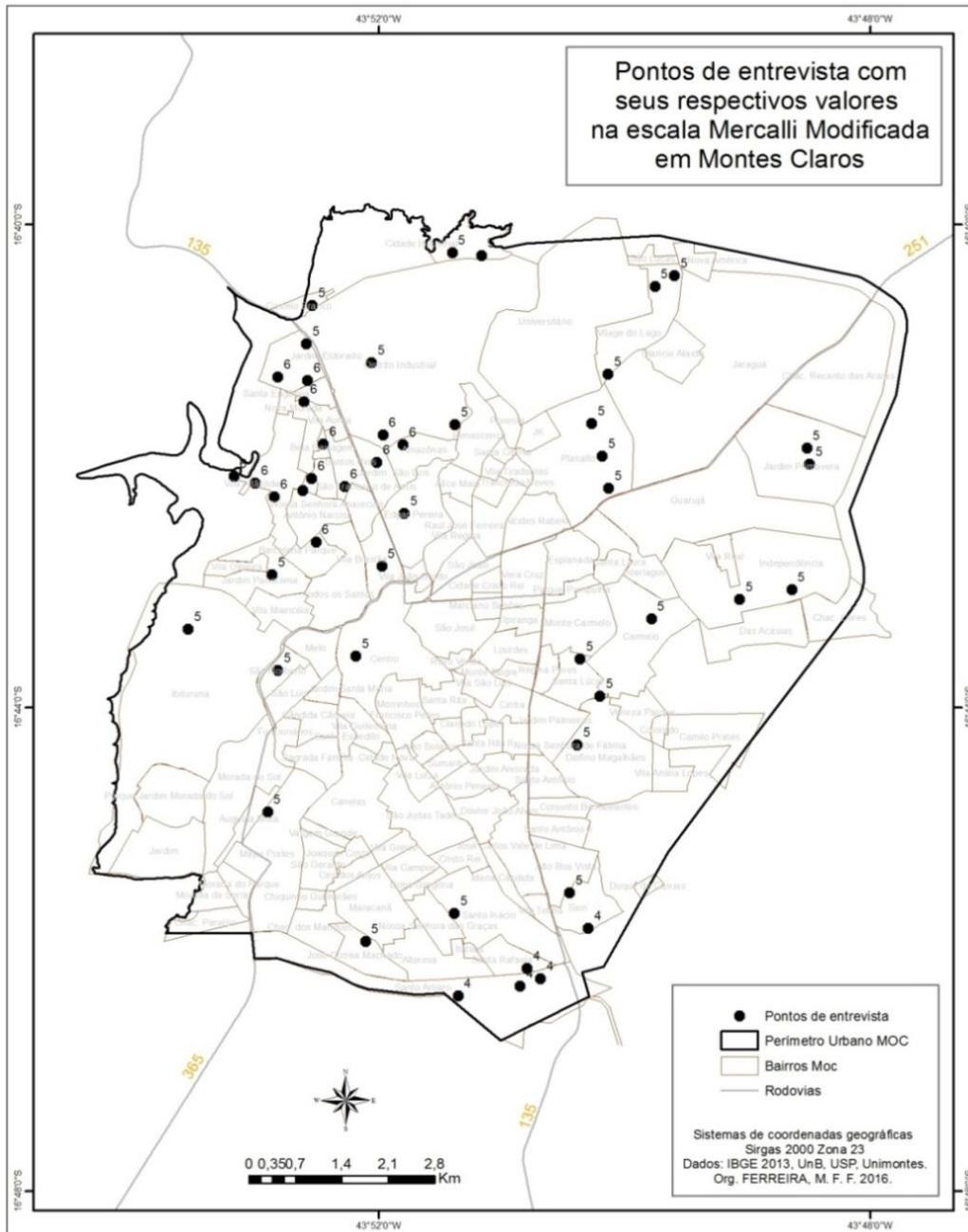
	janelas são quebrados. Objetos e livros caem de prateleiras. Observação de danos moderados em estruturas civis de má qualidade. Pequenos sinos tocam em igrejas e escolas.
VII (Muito forte)	Efeitos sentidos por pessoas que estão dirigindo automóveis. Difícil manter-se de pé. Moveis são quebrados. Danos pequenos em edifícios bem construídos, danos moderados em casas bem construídas, e danos consideráveis em estruturas mal construídas. Algumas chaminés sofrem colapso. Queda de reboco, ladrilhos e tijolos mal assentados. Ondas em piscinas. Pequenos escorregamentos de barrancos arenosos. As águas dos açudes ficam turvas com a movimentação do lodo. Grandes sinos tocam.
VIII (Muito forte)	Danos em construções normais, com colapso parcial. Algum dano em construções reforçadas. Queda de estuque e alguns muros de alvenaria. Queda de chaminés, monumentos, torres e caixas d'água. Galhos quebram-se das árvores. Trincas no chão. Afeta a condução dos automóveis. A mobília pesada sofre movimentações e pode virar. Mudanças nos fluxos ou nas temperaturas das fontes e poços.
IX (Catastrófico)	Pânico generalizado. Construções comuns bastante danificadas, as vezes colapso total. Danos em construções reforçadas e em grandes edifícios, com colapso parcial. Alguns edifícios são deslocados para fora de suas fundações. Tubulação subterrânea quebrada. Rachaduras visíveis no solo.
X (Catastrófico)	Maioria das construções destruídas até nas fundações. Danos sérios a barragens e diques. Grandes escorregamentos de terra. Água jogada nas margens de rios e canais. Trilhos levemente entortados.
XI (Catastrófico)	Poucas estruturas de alvenaria não colapsam totalmente. Pontes são destruídas e os trilhos dos trens são completamente entortados. As tubulações subterrâneas são completamente destruídas.
XII (Catastrófico)	Destruição quase total. A paisagem é modificada com a topografia sendo distorcida. Grandes blocos de rocha são deslocados. Objetos são jogados ao ar. Essa intensidade nunca foi observada no período histórico.

Fonte: Adaptado de Lopes e Nunes (2011).
Organização dos autores.

Para a identificação da intensidade sísmica no perímetro urbano de Montes Claros foi necessário conhecer os efeitos que os tremores causaram em todas as regiões. Para isso, foram realizadas entrevistas estruturadas, com perguntas direcionadas, e utilizando os índices da escala de Mercalli Modificada como base. Cada ponto de entrevista foi georreferenciado e designado os valores referentes às intensidades sísmicas.

As entrevistas se iniciaram pela região onde haviam relatos de maiores danos, até atingir os limites do perímetro urbano, conforme está representado na Figura 2. Através dos pontos de entrevista e seus valores de intensidade com base nos efeitos dos tremores, foi realizada a interpolação dos pontos e determinada às zonas de intensidade sísmica na cidade de Montes Claros.

Figura 02: Mapa de localização dos pontos de entrevista na área de pesquisa



Fonte: Organização dos autores.

O método utilizado para a interpolação dos pontos de entrevista foi à ponderação do inverso das distâncias (IDW) presente no pacote de ferramentas do ArcGIS 10.2.1. Esse método parte do pressuposto de que os pontos com valores iguais são mais parecidos e, portanto, criam zonas a partir da proximidade dos pontos de valores iguais. “O IDW usará os valores amostrados a sua volta, que terão um maior peso do que os valores mais
Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 157-180, mês maio-ago. Ano 2020.
ISSN: 1984-1647

distantes, ou seja, cada ponto possui uma influência no novo ponto, que diminui na medida em que a distância aumenta, daí seu nome” (JAKOB; YOUNG, 2006 p. 8).

Para a identificação dos índices de vulnerabilidade socioeconômica em Montes Claros foram utilizados os dados do censo IBGE 2010, a partir dos setores censitários, que são as menores unidades de análise estabelecida pelo IBGE. Através da utilização do programa ArcGIS 10.2.1 foram selecionados os 362 setores censitários distribuídos dentro do perímetro urbano de Montes Claros.

Em cada um dos 362 setores censitários foram trabalhadas oito variáveis do censo demográfico que representam as desvantagens socioeconômicas que são recorrentes em trabalhos semelhantes como Alves *et al.* (2010) e Almeida (2010). Para uma melhor organização, essas variáveis foram agrupadas em quatro fatores: educação, estrutura etária, gênero e renda (Quadro 3).

Quadro 03: Variáveis selecionadas para a determinação da vulnerabilidade socioeconômica

Fatores de avaliação	Variáveis
Educação	1. Porcentagem de pessoas responsáveis por domicílio alfabetizados em relação ao total de responsáveis por domicílio do setor. 2. Porcentagem de pessoas alfabetizadas com cinco ou mais anos de idade em relação ao total de pessoas residentes no setor.
Estrutura etária	3. Porcentagem de pessoas com até doze anos de idade em relação ao total de pessoas residentes no setor. 4. Porcentagem de pessoas com idade acima de sessenta anos em relação ao total de pessoas residentes no setor.
Gênero	5. Porcentagem de mulheres em relação ao total de pessoas residentes no setor. 6. Porcentagem de pessoas responsáveis por domicílio, do sexo feminino, em relação ao total de responsáveis por domicílio do setor.
Renda	7. Porcentagem de responsáveis por domicílio com rendimento de até 1 salário mínimo, inclusive renda zero, no total de responsáveis do setor. 8. Rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis por domicílio no setor.

Fonte: Organização dos autores.

Utilizando o método estatístico Natural Breaks incluso no software ArcGIS 10.2.1, os setores censitários foram agrupados automaticamente em cinco classes para cada uma das variáveis. Para cada classe de valores agrupados foi determinado um índice de vulnerabilidade, que corresponde a "muito baixa vulnerabilidade", "baixa vulnerabilidade", "moderada vulnerabilidade", "alta vulnerabilidade" e "muito alta vulnerabilidade (Quadro 4).

Quadro 04: Variáveis e valores correspondentes aos grupos de vulnerabilidade socioeconômico nos setores censitários

Fator de avaliação	Variável	Agrupamento de valores (Natural Breaks)	Grupos de vulnerabilidade
Educação	V1: Porcentagem de pessoas responsáveis por domicílio alfabetizados em relação ao total de responsáveis por domicílio do setor.	0 %	Muito alta vulnerabilidade
		1 % - 81 %	Alta vulnerabilidade
		82 % - 88 %	Moderada vulnerabilidade
		89 % - 94 %	Baixa vulnerabilidade
		95 % - 100 %	Muito baixa vulnerabilidade
	V2: Porcentagem de pessoas alfabetizadas com 5 ou mais anos de idade em relação ao total de pessoas residentes no setor.	0 %	Muito alta vulnerabilidade
		1 % - 81 %	Alta vulnerabilidade
		82 % - 87 %	Moderada vulnerabilidade
		88 % - 92 %	Baixa vulnerabilidade
		93 % - 100 %	Muito baixa vulnerabilidade
Estrutura etária	V3: Porcentagem de pessoas com até doze anos de idade em relação ao total de pessoas residentes no setor.	27 % - 37 %	Muito alta vulnerabilidade
		22 % - 26 %	Alta vulnerabilidade
		18 % - 21 %	Moderada vulnerabilidade
		13 % - 17 %	Baixa vulnerabilidade
		0 % - 12 %	Muito baixa vulnerabilidade
	V4: Porcentagem de pessoas com idade acima de sessenta anos em relação ao total de pessoas residentes no setor.	18 % - 28 %	Muito alta vulnerabilidade
		13 % - 17 %	Alta vulnerabilidade
		9 % - 12 %	Moderada vulnerabilidade
		6 % - 8 %	Baixa vulnerabilidade
		0 % - 5 %	Muito baixa vulnerabilidade
Gênero	V5: Porcentagem de mulheres em relação ao total de pessoas residentes no setor.	56 % - 62 %	Muito alta vulnerabilidade
		53 % - 55 %	Alta vulnerabilidade
		51 % - 52 %	Moderada vulnerabilidade
		15 % - 50 %	Baixa vulnerabilidade
		0 % - 14 %	Muito baixa vulnerabilidade
	V6: Porcentagem de pessoas responsáveis por domicílio, do sexo feminino, em relação ao total de responsáveis por	51 % - 100 %	Muito alta vulnerabilidade
		41 % - 50 %	Alta vulnerabilidade
		34 % - 40 %	Moderada vulnerabilidade
		23 % - 33 %	Baixa vulnerabilidade
		0 % - 22 %	Muito baixa vulnerabilidade

	domicílio do setor.		
Renda	V7: Porcentagem de responsáveis por domicílio com rendimento de até 1 salário mínimo, inclusive renda zero, no total de responsáveis do setor	64 % - 90 %	Muito alta vulnerabilidade
		52 % - 63 %	Alta vulnerabilidade
		39 % - 51 %	Moderada vulnerabilidade
		23 % - 38 %	Baixa vulnerabilidade
		0 % - 22 %	Muito baixa vulnerabilidade
	V8: Total do rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis por domicílio (R\$)	0 – 803,00	Muito alta vulnerabilidade
		804,00 – 1.248,00	Alta vulnerabilidade
		1.249,00 – 1.988,00	Moderada vulnerabilidade
		1.989,00 – 3.515,00	Baixa vulnerabilidade
		3.516,00 – 8.318,00	Muito baixa vulnerabilidade

Fonte: Organização dos autores.

O mapeamento das áreas com vulnerabilidade socioeconômica se deu a partir da edição da tabela de atributos do shapefile referente aos setores censitários. Foram criadas mais oito colunas, cada uma delas espelhando as colunas das variáveis, com a finalidade de substituir os agrupamentos das vulnerabilidades por pesos, sendo que, cada agrupamento receberam os pesos 1 para muito baixa vulnerabilidade, peso 2 para baixa vulnerabilidade, peso 3 para moderada vulnerabilidade, peso 4 para alta vulnerabilidade e peso 5 para muito alta vulnerabilidade. Feito isso, em outra coluna na tabela de atributos somaram-se os pesos e determinou-se a média desses valores que novamente foram agrupados em cinco classes pelo método Natural Breaks. Finalmente, com esse agrupamento de valores foram determinados os índices de vulnerabilidade socioeconômicos dentro do perímetro urbano de Montes Claros.

Cada um dos setores censitários recebeu um índice de vulnerabilidade e o seu grau de intensidade se deu a partir da conjunção de fatores sociais e econômicos que podem ser determinantes para a resiliência em caso de desastres. Com esses dados foi elaborado um mapa contemplando as áreas com vulnerabilidade socioeconômica da área urbana de Montes Claros.

Para a identificação do risco sísmico em áreas dentro do perímetro urbano na cidade de Montes Claros, empregaram-se os critérios metodológicos determinados por Almeida (2010), e partindo-se da ideia de que o risco ocorre em decorrência da coexistência

de áreas com grau de intensidade sísmica e uma população vulnerável a ocorrência de desastres.

Os procedimentos metodológicos para a identificação do risco sísmico neste trabalho passaram por alguns ajustes em relação ao trabalho de Almeida (2010). Houve adaptações quanto às variáveis utilizadas e a análise estatística para a identificação dos índices de vulnerabilidade socioeconômica, além disso, o objeto de análise relacionado à vulnerabilidade ambiental em Montes Claros se refere às zonas de intensidade sísmica no perímetro urbano da cidade e não as áreas com perigo a inundações.

O cruzamento entre os grupos de vulnerabilidade socioeconômica e áreas de intensidade sísmica proporcionou a formação dos índices de risco sísmico na cidade, como pode ser visto no Quadro 5.

Quadro 05: Índice de risco sísmico

Índice de vulnerabilidade socioeconômica (IVS)				Índice de intensidade sísmica (IIS)	
1. Muito Baixa 2. Baixa 3. Moderada 4. Alta 5. Muito Alta				1. Intensidade de Mercalli IV 2. Intensidade de Mercalli V 3. Intensidade de Mercalli VI	
	IIS	3	2	1	Índice de risco sísmico (IRS)
5					Muito Alta
4					Alta
3					Moderada
2					Baixa
1					Muito baixa

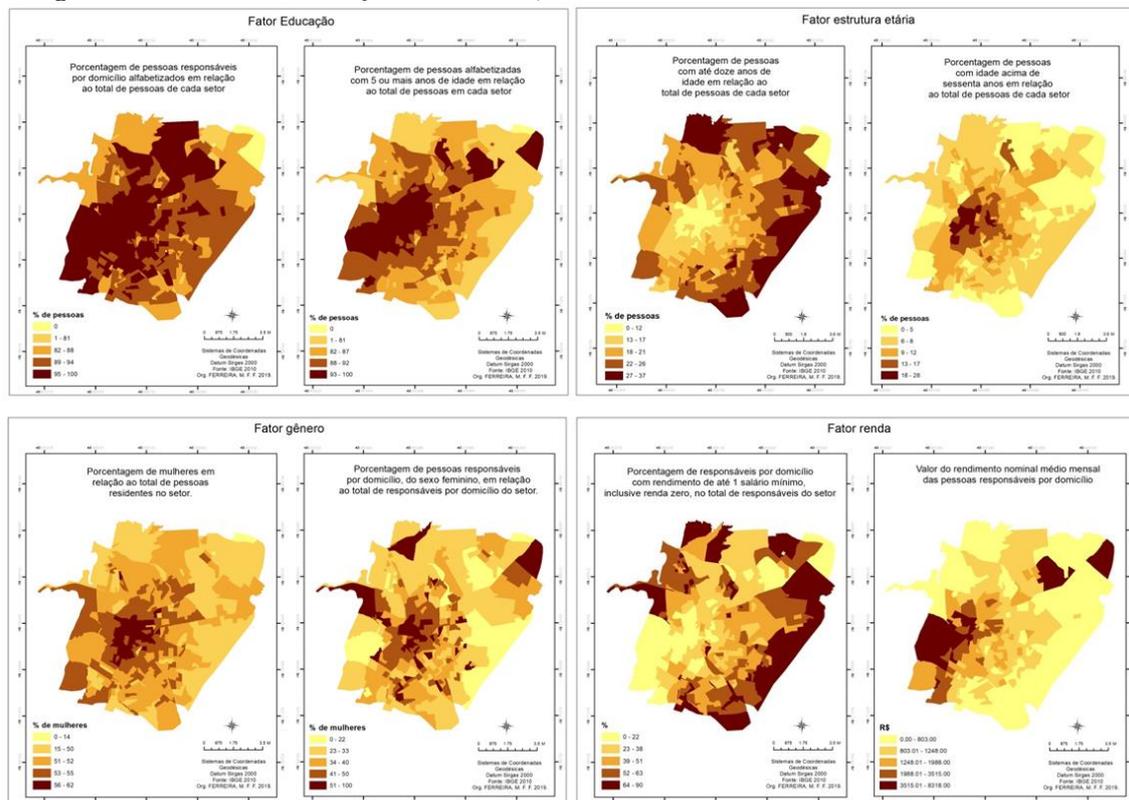
Fonte: Adaptado de Almeida (2010)
Organização dos autores.

Neste trabalho, o geoprocessamento, particularmente, os sistemas de informação geográfica (SIG) foram fundamentais, não somente em relação à produção cartográfica, mas, também pela sua capacidade de cruzamento de dados e informações para se criar modelos de vulnerabilidade socioeconômica, modelos de intensidade sísmica e índices de risco sísmico.

Resultados e discussões

A sobreposição dos mapas de vulnerabilidade socioeconômica e intensidade sísmica em Montes Claros possibilitou a identificação de áreas onde existe risco sísmico. Neste trabalho, os fatores adotados para a determinação do índice de vulnerabilidade socioeconômica foram educação, estrutura etária, gênero e renda, e para cada fator foram determinadas as variáveis de análise. De acordo com os seus valores, os setores censitários foram agrupados em cinco classes com seus respectivos índices de vulnerabilidades. Na Figura 3 estão representados e mapeados os fatores adotados para a determinação dos índices de vulnerabilidade socioeconômica.

Figura 03: Fatores adotados para determinação dos índices de vulnerabilidade socioeconômica



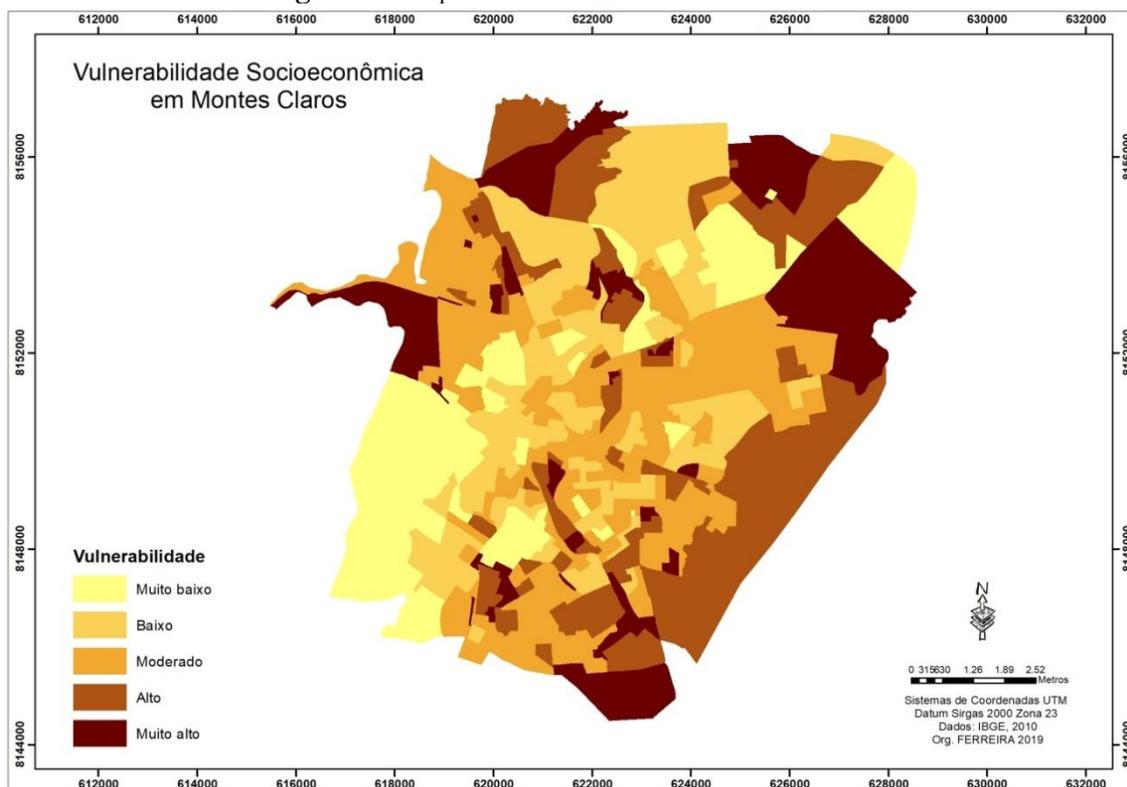
Fonte: Organização dos autores.

A coexistência das áreas dos fatores socioeconômicos, descrito na metodologia deste trabalho, resultou em um mapa de vulnerabilidade socioeconômico onde é possível visualizar a distribuição dos índices de vulnerabilidade pelas regiões do perímetro urbano da cidade (Figura 4). Observa-se que as regiões Sudoeste e Central possuem uma maior

concentração de setores com os mais baixos índices de vulnerabilidade, por outro lado, as regiões Noroeste, Nordeste e Sudeste possuem as maiores concentrações de setores com as mais altas vulnerabilidades.

Em síntese, cabe enfatizar, que o agrupamento de cinco índices de vulnerabilidade socioeconômica mostrou que existem 217.628 pessoas que vivem em setores menos vulneráveis (muito baixa vulnerabilidade, baixa vulnerabilidade e moderada vulnerabilidade) correspondendo a 64 % da população total que residem no perímetro urbano da cidade de Montes Claros. Em contrapartida, também mostrou que existem 120.753 pessoas que moram em setores com as maiores vulnerabilidades (alta vulnerabilidade e muito alta vulnerabilidade) o que corresponde a 36 % da população total que residem dentro do perímetro urbano de Montes Claros.

Figura 04: Mapa de vulnerabilidade socioeconômica



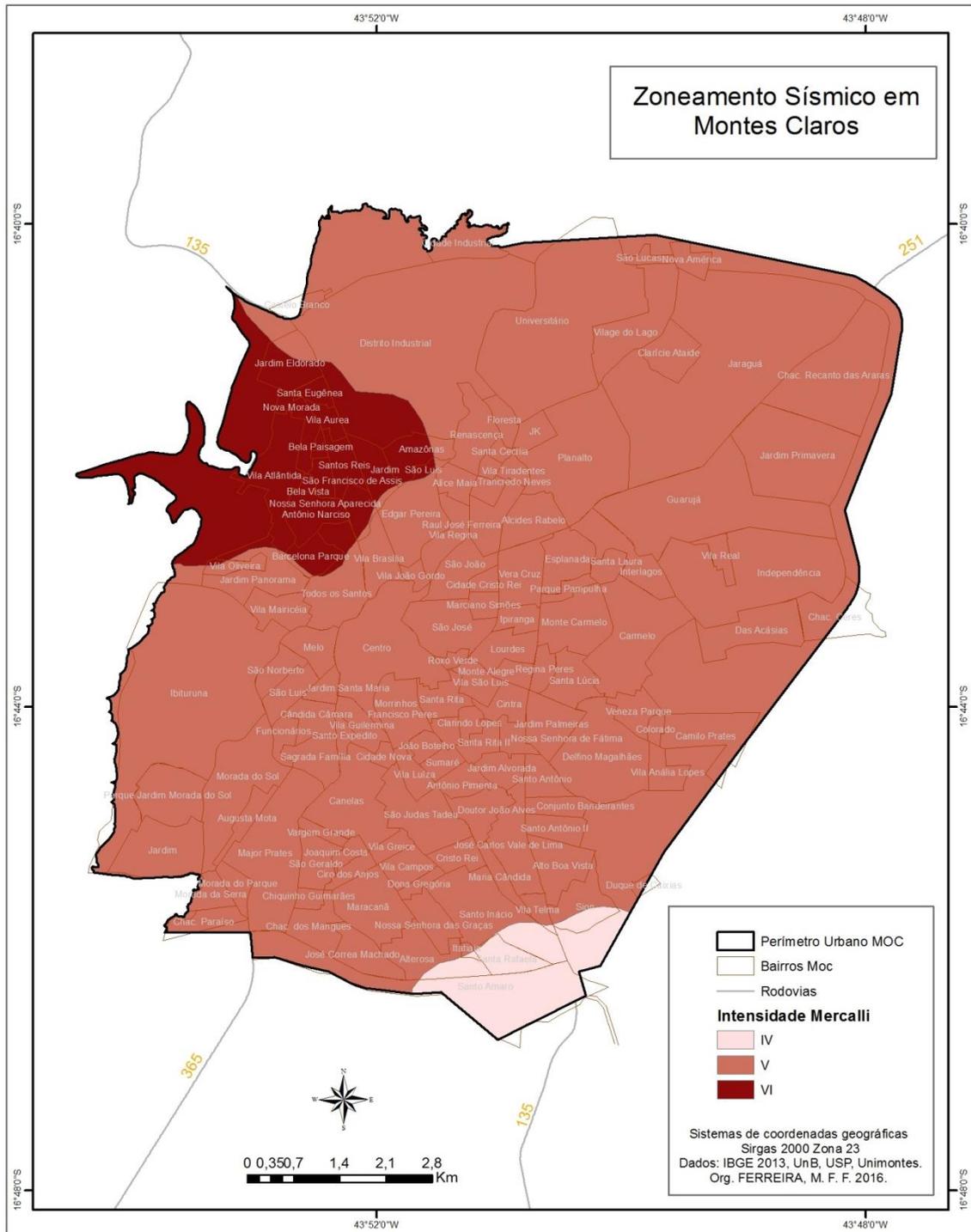
Fonte: Organização dos autores.

As zonas de intensidade sísmica encontradas no perímetro urbano de Montes Claros foram encontradas a partir do método estatístico de interpolação IDW dos pontos de entrevista e demonstraram que existem três zonas de intensidade sísmica, com valores

IV, V e VI na escala Mercalli Modificada. Salienta-se que as localizações das zonas de intensidade sísmica são aproximadas, dada as características metodológicas adotadas neste trabalho.

De acordo com a Figura 5, a zona de maior intensidade sísmica no perímetro urbano de Montes Claros, que corresponde ao valor VI na classificação de Mercalli está localizada na região Noroeste. Nesta área, de acordo com os relatos feitos pelos moradores, “durante os maiores sismos, objetos caíram das prateleiras, telhas e rebocos foram ao chão, paredes trincaram e até mesmo um muro desmoronou”. Os maiores danos foram relatados por moradores de residências aparentemente frágeis, no entanto, os tremores foram sentidos por todos os entrevistados, inclusive os que moram em residências aparentemente bem construídas.

Figura 05: Zonas de intensidade sísmica



Fonte: Organização dos autores.

A zona sísmica com intensidade V corresponde à maior parte do perímetro urbano da cidade e equivale a uma área de aproximadamente 89,0 km², abrangendo cento e

vinte e três bairros da cidade. Os entrevistados nessa área relataram que os tremores que causaram maior efeito foram sentidos por praticamente todos os moradores, sendo observadas janelas e portas vibrando, pequenos objetos se deslocaram do lugar, algumas trincas que apareceram em paredes de residências aparentemente frágeis e o som do tremor parecido com o som de um trovão. As residências aparentemente bem construídas não sofreram danos em sua estrutura, conforme os relatos dos seus moradores.

A zona sísmica com intensidade IV corresponde à menor intensidade encontrada no perímetro urbano de Montes Claros e equivale a uma área de aproximadamente 3,1 km², abrangendo oito bairros da cidade, nomeadamente, Santo Amaro, Alterosa, Itatiaia, Santa Rafaela, Santo Inácio, Vila Telma, Siom e Duque de Caxias. Os relatos dos moradores entrevistados mostraram que os efeitos dos maiores tremores foram sentidos por muitas pessoas, principalmente os ocorridos à noite. O tremor parecia com a passagem de um caminhão pesado pela rua ou de uma colisão de veículos. As residências não sofreram danos graves, a não ser pequenas trincas em casas aparentemente frágeis. No Quadro 6 estão descritas as principais informações sobre as zonas sísmicas encontradas no perímetro urbano de Montes Claros.

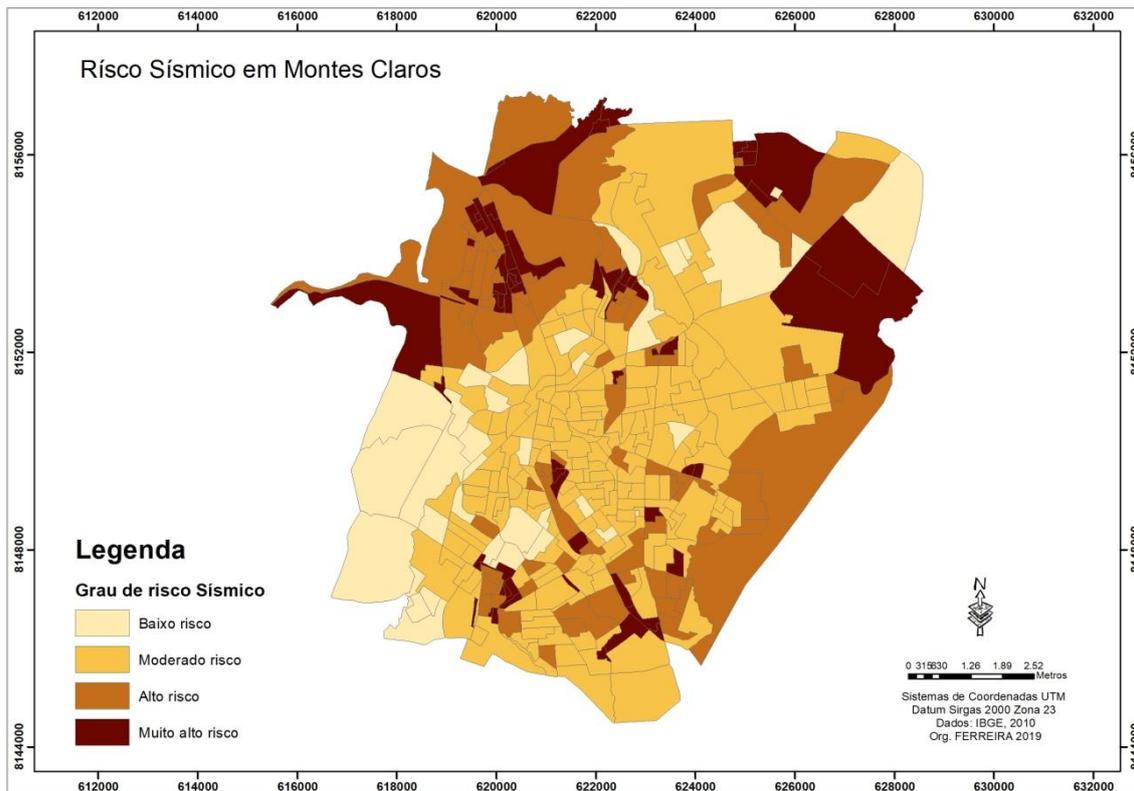
Quadro 06: Informações sobre as zonas sísmicas em Montes Claros.

Zona sísmica	Nº de bairros	Área (km ²)	Maiores efeitos dos tremores
IV	8	3,1	Sentidos por muitas pessoas, principalmente os ocorridos à noite. O tremor parecia com a passagem de um caminhão pesado pela rua ou de uma colisão de veículos. As residências não sofreram danos graves, a não ser pequenas trincas em casas aparentemente frágeis.
V	123	89,0	Sentido por praticamente todos os moradores, janelas e portas vibraram, pequenos objetos se deslocaram do lugar, algumas trincas apareceram em paredes de residências aparentemente frágeis. Residências aparentemente bem construídas não sofreram danos em sua estrutura.
VI	19	8,9	Objetos caíram das prateleiras, telhas e rebocos foram ao chão, paredes trincaram e até mesmo um muro desmoronou. Tremores foram sentidos por todos os entrevistados, inclusive os que moram em residências aparentemente bem construídas.

Fonte: Organização dos autores

Com o mapa de áreas de risco sísmico foi possível identificar, dentro do perímetro urbano de Montes Claros, as áreas que necessitam de maior atenção quanto à prevenção de estragos decorrentes de abalos sísmicos (Figura 6). Portanto, dentro de uma análise estatística, contabiliza-se que os setores que possuem baixo risco sísmico estão localizados principalmente nas regiões Sudoeste, Centro-norte e Centro-Sul da cidade, somando um total de 35 setores, e equivalem a 9,6 % do total de setores que se encontram no perímetro urbano da cidade. Os setores que possuem moderado risco sísmico, no total de 186, estão presentes principalmente nas regiões Norte, Centro, Leste e Sul da cidade, e correspondem a 51,3 % do total de setores presentes no perímetro urbano da cidade. Os setores que possuem alto risco sísmico estão localizados em maior quantidade nas regiões Noroeste, Nordeste e Sudeste da cidade, totalizando 75 setores, quantitativo que corresponde a 20,7 % do total de setores localizados dentro do perímetro urbano de Montes Claros. Por fim, os setores que possuem muito alto risco sísmico estão localizados com maior quantidade na região Noroeste da cidade, seguidos das regiões Nordeste e Sudeste com um total de 66 setores, correspondendo a 18,2 % do total de setores presentes no perímetro urbano da cidade.

Figura 06: Mapa de risco sísmico em Montes Claros



Fonte: Organização dos autores.

A população residente nos setores com os mais altos riscos, alta e muito alta, totalizam 133.087 habitantes, representando 39 % da população total da cidade. Por outro lado, a população residente nos setores com as mais baixas vulnerabilidades, baixa e moderada vulnerabilidade, totalizam 205.294 habitantes, valor que corresponde a 61 % da população total da cidade. Ressalta-se que esses valores são aproximados, haja vista que dentro dos setores não possuem dados absolutamente homogêneos quanto às vulnerabilidades.

Considerações finais

Em Montes Claros existem várias regiões que possuem alto risco sísmico, mas o destaque especial se faz a região Noroeste, onde se percebe maior intensidade dos tremores e setores com alta e muito alta vulnerabilidade. Caso venha a ocorrer um tremor com intensidade acima de VI na Escala Mercalli, essa região pode sofrer os maiores danos. As autoridades competentes devem trabalhar para a redução dos riscos de desastres

ocasionados por tremores de terra, e para isso, sabendo que nada pode ser feito em relação à ocorrência do evento natural, a alternativa viável é a redução da vulnerabilidade socioeconômica da população.

Portanto, a proposta metodológica desenvolvida neste trabalho se mostrou uma boa técnica para prevenção de desastres, apontando as áreas que mais necessitam de intervenção do Estado. Uma vez identificadas as áreas mais críticas é possível propor medidas mais eficazes que envolva a defesa e a proteção da vida humana. Esta proposta metodológica pode ser aprimorada com a inclusão de outras variáveis que indiquem vulnerabilidades, e, também dados oficiais do Corpo de Bombeiros Militar e defesa civil relacionados aos efeitos causados pelos tremores na cidade.

Espera-se que este trabalho contribua para mostrar as áreas que possuem maior risco sísmico na cidade de Montes Claros e que as instituições de defesa civil possam atuar na prevenção de desastres, direcionando suas ações com inteligência e diminuindo os riscos a população.

Referências

ALMEIDA, L. Q. de. **Vulnerabilidades socioambientais de rios urbanos**. Bacia hidrográfica do rio Maranguapinho. Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará. Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas/Unesp, Rio Claro, Tese de Doutorado, 2010. 278p.

ALVES, H. P. *et al.* (2010). Dinâmicas de urbanização na hiperperiferia da metrópole de São Paulo: análise dos processos de expansão urbana e das situações de vulnerabilidade socioambiental em escala intraurbana. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, pp. 141-159.

ASSUMPÇÃO, M, 2013. **Estudo dos tremores de terra de Montes Claros**. Relatório técnico de 11 de março de 2013. Centro de Sismologia da Universidade de São Paulo, Observatório Sismológico da UnB, 14 p.

ASSUMPÇÃO, M. et al., 2014. Intraplate seismicity in Brazil, In: **Intraplate Earthquakes**, chap. 3, ed. Talwani, P., Cambridge Univ. Press.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro: **PNUD, IPEA**, Fundação João Pinheiro, 2015.

BARROS, L. V., ASSUMPÇÃO, M., QUINTERO, R. & CAIXETA, D. The intraplate Porto dos Gaúchos seismic zone in the Amazon craton – Brazil, **Tectonophysics**, 469, 37–47. 2009.

BERROCAL, J., ASSUMPCÃO, M., ANTEZANA, R., Dias Neto, C., ORTEGA, R., FRANÇA, H. & VELOSO, J. A., 1984. **Sismicidade do Brasil**, IAG/USP and Comissão Nacional de Energia Nuclear, 320 p.

CHIMPLIGANOND, C. N. **Estudos sobre a sismicidade de Caraíbas-Itacarambi, Minas Gerais: causas e características**. 2013. 100 p. Tese de Doutorado – Instituto de Geociências da Universidade de Brasília. Brasília. 2013.

CUTTER, S. L. Moral Hazard, Social Catastrophe: The changing face of vulnerability along the hurricane coasts, **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 604(1), 102-112. 2006.

EINSTEIN, H. H. Landslides risk assessment procedure. **Anais...** 5th International Symposium on Landslides, Lausanne, v. 2, p. 1075-1090, 1988.

JAKOB, A. A. E.; YOUNG, A. F. O uso de métodos de interpolação espacial de dados nas análises sociodemográficas. In: Encontro Nacional De Estudos Populacionais, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2006.

KUHLICKE, C.; SCOLOBIG, A.; TAPSELL, S.; STEINFÜHRER, A. de; MARCHI, B. Contextualizing Social Vulnerability: Findings from case studies across Europe, **Natural Hazards**, 58(2), 789-810. 2011.

LEITE, M. E. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso de Montes Claros**. 177 p. Dissertação de Mestrado em Geografia - Instituto de Geografia/UFU. Uberlândia, 2006.

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. **Metamorfose do espaço intra-urbano de Montes Claros**. Montes Claros: Unimontes, 2008. 209p.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Risco e perigo: o estudo geográfico dos natural hazards. Texto enviado para o Encontro Transdisciplinar Sobre Espaço e População, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. **Anais...** Campinas, 13 a 15 de novembro de 2003. 13p.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade e riscos: entre geografia e demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.22, n.1, p.29- 53, 2005.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v.20, n.1, p.33-43, jan./mar. 2006.

MENDONÇA, F. A. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Ed. da UFPR, n.10, p.139-148, jul./dez. 2004.

REBELO, F. **Geografia física e riscos naturais**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 157-180, mês maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

TOMINAGA, L. K. Análise e Mapeamento de Risco. In: TOMINAGA, L.K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. (Org.) **Desastres Naturais: conhecer para prevenir**. 1ª ed. São Paulo: Instituto Geológico, 2009, v. 01, p. 147-160.

Sobre os autores

Maykon Fredson Freitas Ferreira

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES (2014-2016), pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional - Unimontes, graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Hoje é integrante do Núcleo de Estudos Sismológicos da Unimontes - NES/Unimontes na função de Analista de Sismograma, pesquisa a sismicidade em Montes Claros e norte de Minas Gerais e tem experiência em análises ambientais, dinâmica de uso da terra a partir de sensoriamento remoto, produção cartográfica sistemática e temática.

Maria Ivete Soares de Almeida

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (1983), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2000), doutorado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atualmente é professora titular da Universidade Estadual de Montes Claros. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Física, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas ambientais, qualidade de vida, meio ambiente, degradação, Hidrografia, conservação, Montes Claros-MG, cidade média e conjunto habitacional, espaço urbano. Exerceu, no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2010, o cargo de Pró-Reitora de Ensino da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Exerceu o cargo de Vice-Reitora no período de dezembro de 2010 a dezembro de 2014.

Expedito José Ferreira

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa – UFV (1975). Possui mestrado em Engenharia Agrícola na Universidade Federal de Viçosa (1988), também na UFV, concluiu o Doutorado em Engenharia Agrícola.

Como citar esse artigo

FERREIRA, Maykon Fredson Freitas; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de; FERREIRA, Expedito José. Identificação de áreas com risco sísmico em Montes Claros (MG) a partir de técnicas de geoprocessamento. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, vol.03, n.18, p. 157-180, 2020.DOI:10.35416/geoatos.v3i18.6966

Recebido em: 2019-11-07

Enviado para correções em: 2020-05-25

Aceito em: 2020-06-11

**OS IMPACTOS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO
PARA AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO PONTAL DO
PARANAPANEMA (SP) ¹**

Fredi dos Santos Bento

Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT/UNESP)

orcid.org/0000-0001-6408-8134

E-mail: fredisousuke@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7219

Resumo

Neste início do século XXI, têm-se ampliado as discussões em respeito às relações campo-cidade, tendo em vista uma série de transformações pelas quais tem passado o campo brasileiro nas últimas décadas, com destaque para o discurso em respeito à vocação agroexportadora que permeia as perspectivas de desenvolvimento no país. No entanto, nosso objetivo neste texto é analisar os reais impactos que esta opção tem gerado para o campo brasileiro, e as novas relações campo-cidade que têm-se produzido a partir do desenvolvimento deste modelo. Com esse intuito, chamamos atenção para a realidade vivenciada no Pontal do Paranapanema (SP), que nestas primeiras décadas do século supracitado, têm sido marcado pela presença deste modelo de desenvolvimento, dado o avanço do agronegócio canavieiro, e que estimula-nos a analisarmos os reais impactos para as relações campo-cidade que se desenham no mesmo, com um olhar para as migrações do trabalho para o capital na região. Para conseguirmos tal intento, nos utilizamos de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores do setor canavieiro nesta região, além de órgãos ligados ao desenvolvimento agropecuário, à exemplo das Casas de Agricultura.

Palavras-chave: Relações campo-cidade; Agronegócio canavieiro; Novas ruralidades; trabalho; Pontal do Paranapanema (SP).

**LOS IMPACTOS DE LA EXPANSIÓN DE LA AGROINDUSTRIA
CAÑAVIERA PARA LAS RELACIONES CAMPO-CIUDAD EN PONTAL
DO PARANAPANEMA (SP)**

Resumen

A principios del siglo XXI, se ha ampliado el debate acerca de las relaciones campo-ciudad, teniendo en vista una serie de transformaciones por las que ha pasado el campo brasileño en las últimas décadas, especialmente bajo el discurso de la vocación agroexportadora que se impregna a las perspectivas de desarrollo del país. Por lo tanto, nuestro interés es analizar el impacto real que esta opción ha generado al campo brasileño, y las nuevas relaciones campo-ciudad que han sido producidas a partir del desarrollo de este modelo. Por esa razón, llamamos la atención para la realidad en la que viven en Pontal do Paranapanema (SP), recorte territorial de este trabajo y que en las primeras décadas del siglo mencionado ha sido marcada por la presencia de este modelo de desarrollo, teniendo en cuenta el avance de la agroindustria cañaviera, y que nos incita a analizar el impacto real sobre las relaciones campo-ciudad que se dibujan en él. En este sentido, la necesidad de comprender este fenómeno es porque no

¹Artigo apresentado a disciplina Relação cidade-campo ministrada pela professora doutora Rosangela Aparecida de Medeiros Hespagnol do PPGG da FCT/UNESP de Presidente Prudente.

podemos observar Pontal do Paranapanema (SP) separado de los cambios recientes que ha penetrado el campo brasileño.

Palabras clave: Relaciones campo-ciudad; La agroindustria cañaviera; Nuevas ruralidades; Trabajo; Pontal do Paranapanema (SP).

THE IMPACTS OF THE EXPANSION OF SUGARCANE AGRIBUSINESS FOR FIELD-CITY RELATIONS IN THE PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)

Abstract

At the beginning of this century, it has expanded the discussions in relation to field-city relations, in view of a series of transformations because it has passed the Brazilian countryside in recent decades, especially the speech concerning the agro-export vocation that pervades prospects development of the country. However, it is in our interest to analyze the real impact that this option has led to the Brazilian field, and the new field-city relationships that have been produced from the development of this model. To that end, we call attention to the reality experienced in the Pontal do Paranapanema (SP), territorial approach of this work and these first decades of the aforementioned century has been marked by the presence of this development model, given the advance of sugarcane agribusiness, and it encourages us to analyze the real impact on the field-city relationships that are drawn on it. In this sense, the need for understanding of this phenomenon concerns we can't see the Portal do Paranapanema (SP) released from recent changes that has permeated the Brazilian countryside.

Keywords: Relations field-city; Sugarcane agribusiness; New ruralities; Labour; Pontal do Paranapanema (SP).

Introdução

Nessa segunda década do século XXI, têm-se ampliado as discussões em respeito às mudanças e desafios presentes no campo brasileiro, e a sua relação dialética com a cidade. Dessa maneira, é importante nos situarmos no debate que têm sido feito em relação às novas relações campo-cidade, materializadas nas últimas décadas no Brasil e no mundo, dadas as suas coexistências, contradições e novas configurações apresentadas.

Vale (2005) destaca que as relações campo-cidade têm evoluído ao longo dos anos, tendo em vista as mudanças vivenciadas no meio rural, ao mesmo tempo em que mudanças ocorridas na cidade também têm afetado as atividades desenvolvidas no campo, dando margem para podermos compreender a relação dialética existente entre o campo e a cidade, que se manifesta de forma mais clarificada quando analisamos a inter-relação direta entre ambos.

Dessa maneira, partimos do pressuposto de que o campo e a cidade se complementam, fazendo-se possível enfatizar tal afirmação, dado todo um acúmulo histórico que marca o desenvolvimento destas relações, sendo nosso objetivo neste texto,

pontuarmos os rebatimentos das mudanças pelas quais tem ocorrido no campo e podermos falar assim, em ‘novas dinâmicas’, de cunho econômico, social, cultural e político, como assevera Hespanhol, R. (2013), que perpassam o campo e a cidade, e neste caso tratarmos das migrações temporárias e seus impactos para as relações campo-cidade.

A autora supracitada, também chama a atenção para o fato de que a cidade e o campo, “são compreendidos como espaços (formas) dotados de conteúdos que, por sua vez, denominam-se rural e urbano” (HESPANHOL, R., 2013, p.109). Então é de vital importância à análise destes conteúdos, dada a atual conjuntura que se apresenta para o campo brasileiro, tendo em vista os projetos e as políticas que foram direcionadas para o mesmo, com enfoque para o que Elias (2008) entende por novas relações campo-cidade.

Essa análise não deve deixar de lado os distintos caminhos que se projetam quando pensamos o rural brasileiro nas últimas décadas, devendo-se levar em consideração os interesses e as políticas materializadas para o mesmo, a exemplo da vocação agroexportadora que tem assumido o país, e que permite-nos tensionar seus reais efeitos para o campo e a cidade, haja vista entendermos ambos em uníssono como destacado anteriormente.

Sob esta perspectiva, é preciso que situemos o debate em respeito aos impactos que o modelo agroexportador têm efetivado para as relações campo-cidade, a exemplo da configuração que se apresenta no Pontal do Paranapanema (SP). Assim, na primeira parte deste texto destacamos o debate relacionado às relações campo-cidade e as novas ruralidades no território brasileiro e em seguida passaremos a realidade materializada no Pontal do Paranapanema (SP), de forma a questionar quais os impactos que o agronegócio canavieiro trouxe para as relações campo-cidade.

O debate em torno das relações campo-cidade e das novas ruralidades no território brasileiro

Ao pensarmos as relações campo-cidade é interessante demarcarmos a existência de uma plêiade de interpretações no que diz respeito à compreensão do rural e do urbano na atualidade, de modo que o acúmulo histórico de discussões a respeito da questão possibilita-nos apreender algumas das principais tendências que perpassam esses estudos,

com o intuito de sinalizarmos para uma leitura que possa tentar responder as recentes mudanças que se projetam no campo brasileiro.

Com esse propósito, é preciso esclarecer que uma das formas de se ler e apreender a relação campo-cidade diz respeito à compreensão do campo enquanto lócus de realização de atividades agrícolas, perspectiva presente na visão dicotômica das relações campo-cidade como aparece em Sorokin, Zimmerman e Galpin [1981 (1929)], que enumeraram uma série de fatores que diferenciam o campo da cidade.

Em contrapartida, Solari (1979), traz para o debate outra perspectiva de ser ler o campo e a cidade, pautada por uma visão de *continuum* entre o rural e o urbano, visão esta que é advogada por outros teóricos da questão, a exemplo de Graziano da Silva (1999), que em sua perspectiva de entender o ‘novo rural brasileiro’ enfatiza que o mesmo deve ser compreendido enquanto um continuum do urbano, em uma análise espacial, com destaque para “um avanço do urbano num espaço antes ocupado pelo rural” (p.01).

Alves (2012) em seu estudo à respeito das relações campo-cidade na Geografia brasileira permite-nos apreender a existência de leituras distintas a cada momento histórico vivenciado na construção dessa ciência no país, dado que se na época dos estudos versados pela perspectiva de uma Geografia de cunho tradicional, o campo determinava o ritmo da cidade, nos estudos com viés crítico, há uma população urbana dominante, enfatizando também a presença de ruralidades no espaço urbano.

A necessidade de se compreender essas diferentes leituras do campo e da cidade não deve deixar de versar as particularidades históricas que permitem enxergarmos o campo como possuidor de uma realidade (lógica) própria, ao mesmo tempo em que está atrelado a uma série de outras lógicas que perpassam a sociedade, como defende Wanderley (2001), o que permite-nos questionar as perspectivas que colocam o campo exclusivamente como local de desenvolvimento de atividades agrícolas.

Hespanhol, R. (2013) ressalta que tal compreensão omite uma série de outras questões materializadas no campo, devendo-se levar em consideração a presença de atores distintos, funções e atividades que são ressaltados na concepção do mesmo enquanto espaço em movimento e de múltiplos significados.

Rua (2005) partindo do pressuposto de que há uma interação entre o rural e o urbano, chama a atenção para a existência de ‘urbanidades no rural’, que não deixam de

lado uma série de particularidades que demarcam o rural em decorrência do urbano, pois apesar de se complementarem, o rural e o urbano mantêm suas especificidades.

Nesta perspectiva, é comum o desenvolvimento de atividades na cidade realizadas pela população residente no campo, em um contexto em que se apresentam as dificuldades que esta população encontra para manter-se apenas realizando atividades de caráter agrícola (HESPANHOL, R., 2013).

Todavia, o desenvolvimento de novas atividades no campo ou fora dele, principalmente as de caráter não agrícola, não significa que as atividades tradicionais, com destaque para as voltadas à agricultura, não sejam mais importantes, ou que simplesmente tenham desaparecido, pois a interlocução das mesmas é que permite-nos compreender os novos conteúdos que se colocam para a realidade vivenciada no campo. Desse modo, “o novo não levou ao desaparecimento do velho, do tradicional” (MOREIRA, 2007, p.53).

Então, ao falarmos do avanço das atividades não exclusivamente voltadas para a agricultura no campo, devemos ter em mente as perspectivas que dizem respeito à ampliação das atividades de caráter *pluriativo*², que não podem ser lidas sob a perspectiva do fim das atividades agrícolas, dada a necessidade de que se desenvolvam no mínimo duas atividades articuladas, sendo uma delas relacionada à agricultura, permitindo a população residente no campo aferir uma renda maior que àquela que contabilizaria apenas com as atividades agrícolas. Para tanto, é importante asseverarmos que este não é um fenômeno novo, mas que têm ganhado destaque nas últimas décadas pelos distintos significados que tem assumido para a compreensão do campo na atualidade (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2009; SCHNEIDER, 2009).

A pluriatividade é apenas uma das faces do que alguns teóricos têm estabelecido enquanto ‘novas ruralidades’, porém estas não são tão novas assim, sendo mais correta à compreensão de uma série de questões que antes não tinham tanto significado para a análise do campo, mas que no momento histórico atual, passam a ter, sendo parte de uma nova etapa do desenvolvimento do mundo rural (GÓMEZ, 2001; FAVARETO, 2007).

Além da pluriatividade, outros fatores caracterizam o delineamento de novas ruralidades, pois o desenvolvimento de atividades de caráter rural na cidade, principalmente

² Para Moreira (2007), o que caracteriza uma unidade de produção enquanto pluriativa é a existência de outras atividades exploratórias como o assalariamento em outras propriedades, atividades de beneficiamento e processamento, bem como atividades não relacionadas especificamente a agricultura, à exemplo das atividades de lazer e turismo rural.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 181-205, maio-ago. Ano 2020.

por habitantes de origem rural, que ao rumarem para a cidade, mantém uma série de costumes vinculados ao campo, à exemplo do hábito de cultivar hortaliças no fundo do quintal e o da produção artesanal, sendo o mesmo importante quando temos em mente os trabalhadores migrantes que ao se estabelecerem nas cidades do Pontal do Paranapanema (SP), com o intuito de trabalhar na agroindústria canavieira, trazem consigo uma série de tradições, costumes e atividades de seus locais de origem, devendo-se enfatizar que boa parte desta população tenha origem no campo, como veremos na segunda parte desse texto.

Tal perspectiva diz respeito às mudanças ocorridas na cidade. Em contrapartida, a população residente no campo também têm incorporado hábitos provenientes da cidade e isso fica bem nítido ao pensarmos as juventudes de origem rural, pois o contato com jovens da cidade incute novos valores para estas juventudes, que passam a almejar o estilo de vida urbano materializado em bens de consumo e projetos pessoais e até mesmo no lazer (ANTONELLO, 2009; HESPANHOL R., 2013).

As novas ruralidades são marcadas assim por um caráter heterogêneo, levando-se em conta os múltiplos conteúdos presentes nesta perspectiva e por isso a necessidade de sinalizarmos para uma leitura do campo brasileiro através desta perspectiva, que diferente da visão dicotômica e a daquela que versa a existência de um continuum rural-urbano, permite-nos analisarmos os tensionamentos que marcam a territorialização das relações campo-cidade.

Dentro desta perspectiva é que emergem as novas relações campo-cidade, caracterizadas pela regulação realizada a partir da cidade, que capitaneia também as transformações que têm ocorrido no espaço rural, com destaque para o avanço do agronegócio que têm-se colocado enquanto modelo de produção agrícola mais promissor, o que não quer dizer que outros modelos de desenvolvimento da agricultura, à exemplo da agricultura familiar, tenham desaparecido!

Elias (2008) destaca que o avanço do capitalismo no campo, através da disseminação do agronegócio, está atrelado a ampliação da urbanização, haja vista a interlocução necessária entre campo e cidade, que possibilita o controle da agricultura moderna pela mesma.

Com relação à agricultura moderna, devemos considerar que para sua existência é necessário que haja o uso intensivo de equipamentos e técnicas (máquinas e insumos),

possibilitando-nos a compreensão de que a mesma está associada à mecanização e tecnificação, pois o processo de mecanização está atrelado à oferta de créditos para os médios e grandes produtores, o que deflagrou na constituição dos complexos agroindustriais, à exemplo do canavieiro, que analisaremos a seguir (TEIXEIRA, 2005; HESPANHOL A.; HESPANHOL R., 2006).

A análise que versa o desenvolvimento do agronegócio e seu impacto na materialização das novas relações campo-cidade, não deve perder de vista o caráter territorial presente na mesma, pois é através da abordagem territorial que se apresentam de forma mais evidente as transformações que atingem o campo, dada a importância do conceito de território para a revelação de relações, configurações políticas e identidades que se expressam no campo brasileiro (ABRAMOVAY, 2000; HESPANHOL, R., 2013).

É sob a égide dessa discussão que se insere a realidade materializada no Pontal do Paranapanema (SP), pois além de palco da ampliação dos investimentos no setor canavieiro nestas primeiras décadas do século XXI, também é permeado por uma série de conflitos relacionados a posse da terra, bem como pela presença de trabalhadores migrantes temporários para o corte da cana-de-açúcar, o que possibilita-nos a efetivação de entendimentos a respeito dos impactos que o avanço do agronegócio canavieiro têm causado para o desenvolvimento das relações campo-cidade na região.

A expansão do agronegócio canavieiro e as migrações do trabalho para o capital no Pontal do Paranapanema (SP)

A realidade verificada no Pontal do Paranapanema nos últimos anos, não está longe daquela apresentada por Elias (2008), sob a integração entre o agronegócio e a economia urbana, pois como destaca a autora supracitada, este é um fator crucial na produção de novas relações entre o campo e a cidade, com ênfase para o ordenamento promovido pelo agronegócio nos territórios em que se efetiva, chamando a atenção para a configuração existente no Pontal, concretizada pela expansão do setor canavieiro.

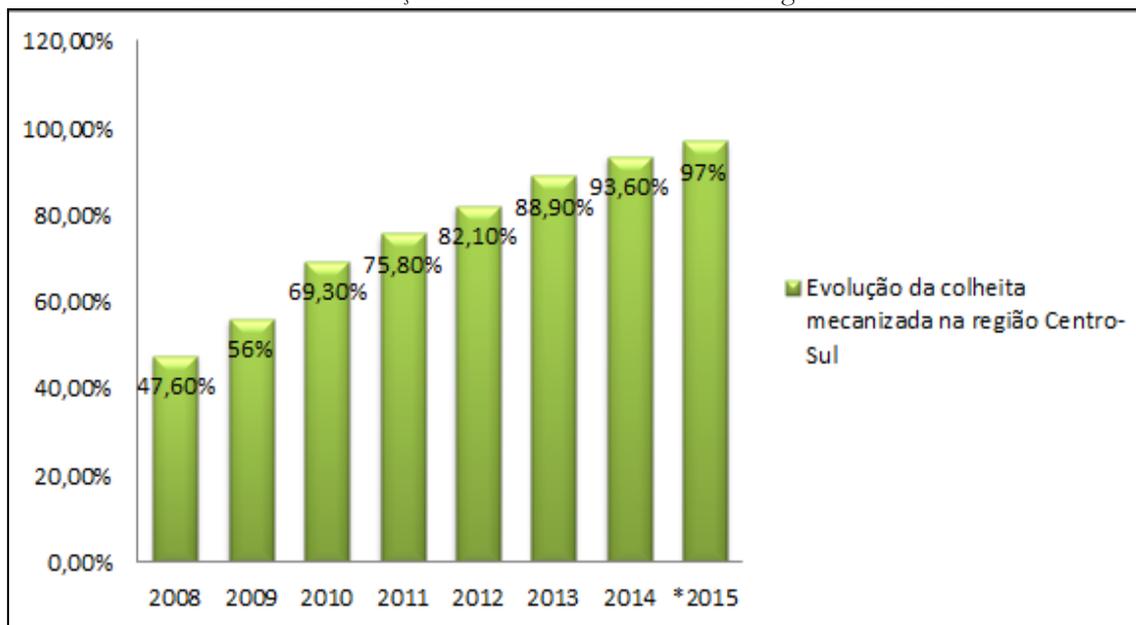
O reordenamento provocado pelo agronegócio nos territórios onde avança, deve ser lido a partir da reorganização do campo e da cidade, dadas as técnicas, empreendimentos, informações, qualificando a presença do meio técnico-científico-informacional também no campo, graças a tecnificação, aos insumos mecanizados etc., que têm passado a fazer parte da realidade do mesmo (ELIAS, 2008).

Em relação ao avanço do agronegócio, Segatti (2009) destaca uma mudança brusca no ritmo da modernização da agricultura em meados da década de 1990, considerando-se o fato de a mecanização das operações de colheita e pós-colheita ter-se amplificado, e que permite-nos questionar quais os impactos para a produção efetivada pelos pequenos produtores.

Desse modo, a implantação e expansão do agronegócio, a exemplo do canavieiro, têm-se corroborado enquanto entrave para os pequenos produtores rurais, dada a disputa por terras, levando em consideração que para que se efetive a expansão da agroindústria canavieira, é preciso que se amplie o estoque de terras disponíveis para o plantio e o cultivo da gramínea, contracenando diretamente com a consequente diminuição da produção de alimentos (LELIS; HESPANHOL R., 2015).

É neste cenário que o agronegócio canavieiro têm-se expandido nos últimos anos, atrelado à amplificação da mecanização do plantio e da colheita da cana-de-açúcar, sendo a mesma sentida de maneira mais evidente nos estados do Centro-Sul, estados esses que possuem a maior produção da gramínea. De acordo com as expectativas do CTC (Centro de Tecnologia Canavieira), a mecanização alcançou 97% dos canaviais na região em 2015 (Gráfico 01) contra 93,4% em 2014, tendo crescido também segundo o órgão, o plantio mecanizado da cana nos últimos anos (UNICA, 2016).

Gráfico 01: Evolução da colheita mecanizada na Região Centro-Sul



Fonte: CTC e UNICA, 2016.

Organização: Autor (2016). * Acumulado até abril de 2015.

O advento da ampliação da mecanização do setor canavieiro está ligado a perspectivas de um modelo agroexportador pautado pela ‘agricultura moderna’, estando também permeado por uma série de contradições no que tange a sua gestação e desenvolvimento, dados os agravos ocasionados seja para o meio ambiente, seja para a população dos municípios em que se instala.

E nesse sentido termos em mente os pequenos municípios, que tem presente em seu cotidiano as disputas por território realizadas pelo capital agroindustrial, à exemplo do canavieiro, e que nos leva a questionar o mesmo em sua gênese, pois as promessas de desenvolvimento, superação da pobreza e ampliação da qualidade de vida, não têm-se corroborado, pelo oposto, têm-se ampliado as contradições e desigualdades existentes (HESPANHOL A., 2008).

Esse entendimento é reforçado por Teixeira (2005) e Hespagnol A.; Hespagnol R. (2010) que sinalizam para outro fator importante que diz respeito a concentração da propriedade da terra, alinhada a presença de relações de trabalho que remontam outro tempo histórico, daí o qualificativo de ‘arcaicas’ no campo, e que estimula-nos a pensar a questão no recorte territorial trazido para este constructo.

Sob o crivo dessas questões é que se insere o Pontal do Paranapanema (SP)³, que têm sido alvo nos últimos anos do reordenamento territorial produzido pelo capital agroindustrial canavieiro, que deixaram (deixam) marcas claras no território, tendo-se em conta a amplitude das contradições apreendidas neste processo, em uma região que historicamente é conhecida pelo *conflito*, sendo esses ligados ao processo de ocupação das terras, que começou a partir do final do século XIX e, principalmente, no decorrer das primeiras décadas do século XX, atrelado à manutenção da existência de terras griladas (LEITE, 1998).

Um dos impactos da expansão do agronegócio canavieiro para as relações campo-cidade na região, deve-se a presença de trabalhadores migrantes temporários que como apresentado anteriormente, vem em busca de remuneração nos canaviais paulistas, trazendo consigo uma série de costumes, hábitos, tradições culturais que remontam a seus locais de origem, pois boa parte desses trabalhadores advém do campo e ao se tornarem *migrantes estabelecidos*⁴, preservam essas tradições nas cidades em que se instalam.

Entretanto, para refletirmos em respeito a essas questões é crucial que estabeleçamos de que tipo de migrações estamos tratando, realizando assim as devidas mediações com a teoria, com o intuito de depreender uma leitura geográfica e territorial do trabalho a partir das migrações do trabalho, bem como as sinalizações que esse processo de grande complexidade apresenta-nos para compreendermos a ampliação da precarização e superexploração do trabalho nos canaviais da região.

Em relação a esse aspecto, é viável esclarecermos que estamos enxergando nas migrações do trabalho para o capital, as migrações temporárias ou sazonais, caracterizadas pelo percurso realizado anualmente por trabalhadores e trabalhadoras do país pelos mais diferentes corredores migratórios, em busca de remuneração, sendo qualificados assim, enquanto mão de obra barata a ser acionada pelas mais diferentes frações do capital, com destaque para o agroindustrial canavieiro.

Martins (1988, p.45) afirma que essas migrações se qualificam pela passagem de um tempo a outro, pois esses trabalhadores e trabalhadoras podem “ser duas pessoas ao

³Quando falamos no Pontal do Paranapanema (SP) estamos considerando sua designação, segundo a Unipontal (União dos Municípios do Pontal do Paranapanema) que reúne um total de 32 municípios, localizados na 10ª R.A. (Região Administrativa), esta última que compreende as microrregiões do Pontal do Paranapanema e da Nova Alta Paulista.

⁴ Entendemos a categoria de migrantes estabelecidos, dado estes serem trabalhadores, que se estabeleceram nos locais de destino, não mais retornando para suas cidades de origem.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 181-205, maio-ago. Ano 2020.

mesmo tempo, é sair quando está chegando e voltar quando está indo... é estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum”. Desse modo, esses trabalhadores viveriam uma dupla situação, pois ao mesmo tempo em que se mantém relacionadas aos municípios de origem, também estabelecem territorialidades nos de destino, o que denota sua dupla personalidade.

Em contrapartida, também estamos entendendo as migrações do trabalho para o capital enquanto um processo descrito por Gaudemar (1977) como mobilidade do trabalho, que aqui pontuamos enquanto mobilidade territorial do trabalho. Encimado nesta perspectiva compreendemos que os deslocamentos migratórios são parte de um processo de circulação das forças de trabalho, que desloca os trabalhadores pelo espaço.

O processo de mobilidade do trabalho amplifica ainda mais o caráter forçado assumido pelas migrações sazonais do trabalho para o capital, pois em nossas investigações temos constatado que o trabalhador migrante sazonal, não migra porque quer, havendo toda uma construção relacionada à estrutura social, econômica e política que permite que se apreenda o migrar enquanto um processo histórico (SILVA, 2004).

Sem embargo, apesar de visualizarmos as migrações do trabalho para o capital, enquanto migrações forçadas, isso não impede-nos de considerarmos a existência de outros fatores que acabam por se somar ao caráter perverso assumido nas migrações do trabalho, perspectivando aqui, o conhecimento em torno das trajetórias laborais construídas por esses trabalhadores e trabalhadoras.

Os trabalhadores e trabalhadoras migrantes viveriam então, o trânsito entre tempos, relações e contradições sociais diferentes, e que permite-nos visualizar nas migrações sazonais a materialidade de um processo social que leva em conta ainda, questões relacionadas aos próprios sentimentos para com as experiências migratórias e as marcas deixadas, pois o retornar periodicamente não garante que se possa efetivar a territorialização perdida no momento da partida (IAMAMOTO, 2001; MARTINS, 2002).

Contudo, estamos lendo as migrações do trabalho para o capital enquanto um processo social de grande complexidade, considerando não somente os sentidos e significados atuantes em tal processo, mas também pelos fatores que levam os sujeitos a migrarem, mesmo que temporariamente, como é o caso cotejado aqui.

Nesse aspecto chama nossa atenção a realidade vivenciada no Pontal do Paranapanema (SP), tendo em vista a mesma ser uma das rotas de destino das migrações do

trabalho para o capital neste início do século XXI e que nos leva a questionar quem são os sujeitos que diariamente vendem sua força de trabalho nos canaviais paulistas.

Os impactos da expansão do agronegócio canavieiro para as relações campo-cidade no Pontal do Paranapanema (SP)

Advindos principalmente dos estados da região Nordeste do Brasil e Norte de Minas Gerais (Mapa 01), homens, pouco escolarizados (ensino fundamental incompleto) e com faixa etária entre 18 e 35 anos, esses trabalhadores e trabalhadoras compõem parte vital da estratégia de territorialização do capital agroindustrial canavieiro, tendo em vista que a utilização da força de trabalho migrante nesses tempos de transição técnico-ocupacional, têm-se ampliado e isso é perceptível quando olhamos para os municípios do Pontal do Paranapanema (SP), com ênfase para aqueles que possuem e/ou possuíam unidades processadoras em estado falimentar como Santo Anastácio e Marabá Paulista-SP, que em meio ao avanço da tecnificação do setor, acabaram não acompanhado o ritmo das mudanças empreendidas, sendo importante considerar também fatores como a má gestão que acabaram por ocasionar sua falência.

Mapa 01: Origem dos trabalhadores migrantes para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP)



Fonte: Pesquisa de campo (2016-2017).
 Organização: Autor (2018).

No mapa 01, estão projetadas as principais cidades de origem que foram pontuadas pelos trabalhadores e trabalhadoras migrantes entrevistados, de modo que é possível percebermos que boa parte destes e destas, advém da Região Nordeste e Norte do estado de Minas Gerais, sendo importante frisar que sua trajetória laboral muitas vezes perpassa outra região administrativa paulista, com grande presença migrante, que é a de Ribeirão Preto-SP.

Dessa maneira, nos têm ocupado os recentes casos ocorridos nos municípios do Pontal do Paranapanema (SP) cuja presença desses trabalhadores e trabalhadoras têm sido acentuada neste início de século, inclusive em condições de escravidão ou análogas a de escravo, dado que o Oeste paulista faça parte de uma das áreas de maior número de resgate de trabalhadores de acordo com o Observatório Digital do Trabalho Escravo, e que permite-nos continuar a tentar buscar entendimentos em respeito as trajetórias laborais desses trabalhadores e trabalhadoras, bem como de que forma o capital exerce o controle social sobre os mesmos dentro e fora dos canaviais, seja através do gato (agenciador), seja através de si próprios, dado o controle e vigilância que fazem a si mesmos.

Todavia, com o processo de transição tecnológica/técnico-ocupacional⁵ os trabalhadores e trabalhadoras têm vivenciado uma situação até então não conhecida, como a divulgada pelo Jornal Folha de São Paulo de 02 de julho de 2017, intitulada “os órfãos da cana”, que diz respeito ao fato de a mecanização da cana ter travado os corredores migratórios com destino ao estado de São Paulo, e que continua a estimular-nos nas seguintes compreensões: quais os impactos da mecanização da colheita da cana para os trabalhadores e trabalhadoras migrantes? De que forma o capital agroindustrial canavieiro têm exercido o controle social para com os mesmos? Quais os rebatimentos da transição tecnológica para os municípios de origem dos trabalhadores migrantes?

Essas e outras questões nos impelem a construirmos uma leitura geográfica do trabalho encimada nas migrações do trabalho para o capital, com um olhar para os impactos para as relações campo-cidade, tendo em vista o atual momento vivenciado pelo setor canavieiro, sob a prerrogativa da transição tecnológica/técnico-ocupacional.

⁵ Por transição tecnológica estamos entendendo a expressão da reestruturação produtiva no agrohidronegócio canavieiro neste início do século XXI, tendo em vista a passagem do corte e plantio manual para o mecanizado nos canaviais brasileiros, bem como estamos chamando a atenção para uma série de mudanças no que tange as relações de trabalho e qualificação de trabalhadores dentro e fora dos canaviais (BENTO, 2015; 2017; BENTO, THOMAZ JUNIOR, 2015).

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 181-205, maio-ago. Ano 2020.

Sob essa perspectiva é que também chama-nos a atenção o grau de plasticidade que assume a força de trabalho neste início de século, e que é marca fundamental nos entendimentos em respeito de uma leitura geográfica e territorial do trabalho em meio as novas relações campo-cidade que estamos nos propondo a realizar, dadas as devidas mediações com a teoria, para o que estamos pontuando enquanto trajetórias laborais (IL), tendo em consideração que a discussão em respeito às trajetórias laborais, tendo em vista a sua importância na compreensão dos novos itinerários do mundo do trabalho, os sentidos subjetivos presentes nas histórias de vida, e nos relatos orais apresentados pelos trabalhadores e trabalhadoras, bem como nas interações sociais obtidas no curso de vida dos mesmos e seus contextos histórico-sociais analisados na compreensão temporal das trajetórias (ROBERTI, 2011).

Roberti (2011) entende as trajetórias laborais enquanto as posições sucessivas que as pessoas vão desempenhando em seu trabalho ao longo da vida, no que traduzimos para as diferentes lavras que os trabalhadores e trabalhadoras desempenham, embora a autora considere ainda que “a trajetória laboral permite analisar a interação entre o aspecto objetivo e as concepções subjetivas do trabalho”, p.43, permitindo-nos fazer um chamamento para as diferentes experiências laborais que os trabalhadores e trabalhadoras migrantes vivenciam ao longo de sua vida, possibilitando-nos compreender as diferentes estratégias desenvolvidas pelos mesmos, apesar do fato de estarem subordinadas as estratégias promovidas pelas mais distintas frações do capital, com ênfase para o agroindustrial canavieiro.

Para a compreensão (realização) do entendimento em respeito as trajetórias laborais dos trabalhadores e trabalhadoras é que estamos chamando a atenção para a proposta em respeito as trajetórias laborais, dada a possibilidade de não apenas compreendermos questões atinentes a memória e as histórias de vida desses seres sociais, como também a temporalidade presente nas diferentes mudanças de lavras, ou seja, permitindo-nos compreender o movimento migratório em sua gênese.

Dubar (1998) chama a atenção para a discussão em respeito as trajetórias sociais objetivas e subjetivas, considerando que as primeiras resultam das posições sociais ocupadas por um indivíduo e as subjetivas dizem respeito as possibilidades alçadas através da entrevista biográfica, possibilitando a compreensão dos percursos biográficos, sendo que para a compreensão das trajetórias laborais em si, é preciso a análise de ambas,

permitindo a análise não apenas da trajetória laboral, como também da trajetória de vida desses trabalhadores e trabalhadoras, que pode ser lida a partir das trajetórias laborais dos mesmos, sendo a segunda, parte da primeira!

E por isso a necessidade de empreendermos uma análise que verse o movimento migratório a partir das trajetórias laborais e de vida dos trabalhadores e trabalhadoras e a territorialização presente neste processo, então chamarmos a atenção para as trajetórias laborais (Mapa 02) (Figura 01), dado o papel desempenhado para com a discussão das novas relações campo-cidade.

Mapa 02: Trajetória de um dos trabalhadores entrevistados⁶

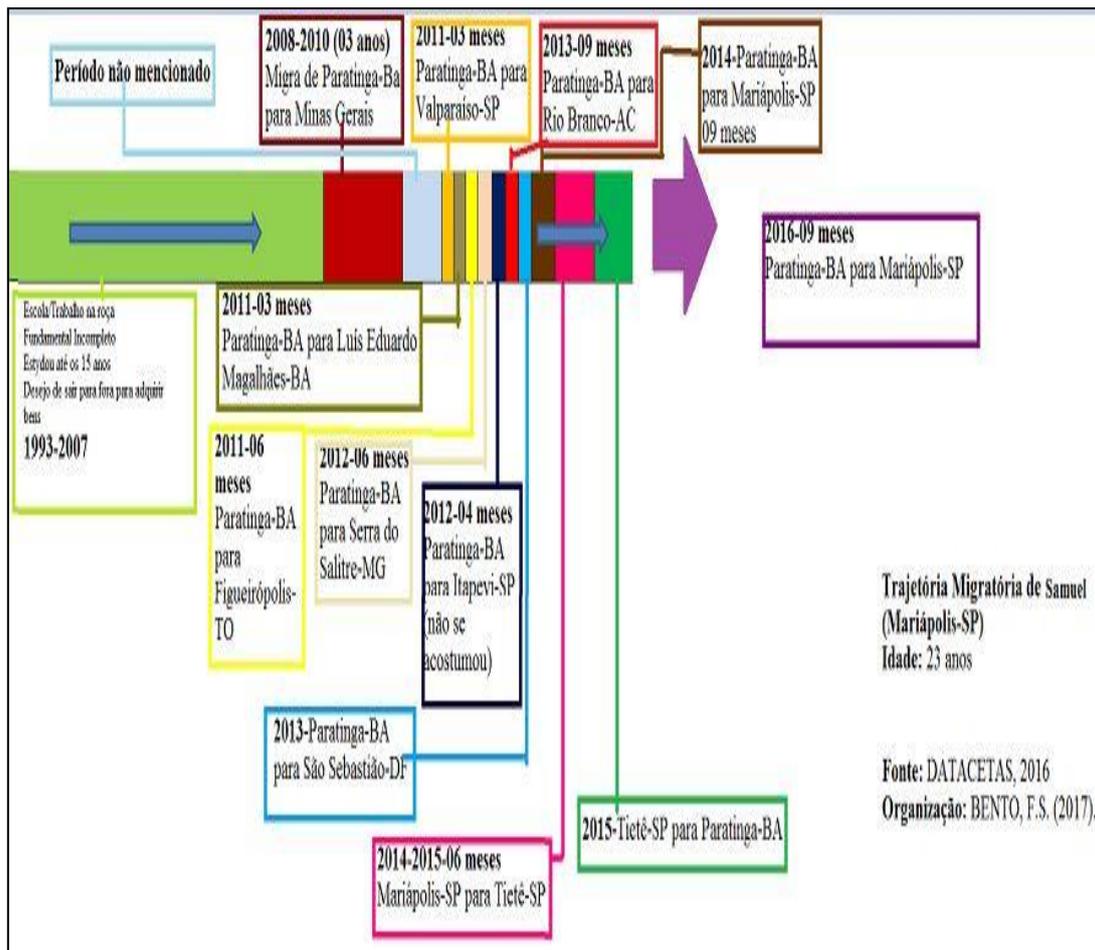


Fonte: Pesquisa de campo (2016-2017).

Organização: Autor (2018).

Figura 01: Linha do tempo de um dos trabalhadores entrevistados

⁶ Em respeito às informações verbais, é importante qualificarmos que elas provem ou de caderno de campo (anotações), ou de conversas gravadas (quando há a autorização do trabalhador/trabalhadora) para que a mesma seja gravada. Optamos pela preservação total do nome dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, de modo que, os nomes citados neste texto tratam-se de pseudônimos.



Fonte: Pesquisa de campo (2016-2017).
Organização: Autor (2018).

Essa perspectiva é importante, pois compreendemos a centralidade que o trabalho assume na vida das pessoas, tendo em consideração que através das linhas do tempo temos podido entender uma série de questões referentes a invisibilidade, o descarte e o adoecimento de trabalhadores, bem como a plasticidade do trabalho que é intrínseca aos trabalhadores e trabalhadoras migrantes.

Esses trabalhadores e trabalhadoras também são responsáveis por uma série de tradições que se inter-relacionam com a concretização das novas relações campo-cidade, pois além dos impactos relacionados ao ordenamento territorial, a mecanização agrícola, dentre outros, também se verificam impactos de ordem menor, a exemplo de atividades originárias do campo, que passam a serem desenvolvidas também na cidade.

Vale (2005) com relação a essas atividades que a primeira vista, parecem estranhas ao cotidiano citadino, propõe que essas formam verdadeiras 'ilhas na cidade', chamando a

atenção para as propriedades mais próximas do limiar entre o campo e a cidade, levando-se em consideração o perímetro urbano, podendo ser qualificadas enquanto parte das áreas periurbanas ou franjas periurbanas, fenômeno que têm-se materializado na realidade brasileira, e que no caso dos municípios do Pontal do Paranapanema (SP), ganha um novo elemento para a discussão, que advém da presença dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes temporários e estabelecidos.

Outro ponto de discussão refere-se ao papel das mulheres destes trabalhadores, que ao não obterem remuneração nas agroindústrias canavieiras, ou mesmo em outros setores, realizam atividades provenientes do campo, à exemplo das atividades de caráter artesanal. Contudo, Silva (2006) ressalta que quando as mulheres migram, há a ruptura com a terra, tendo em vista não haverem mais pessoas para realizarem as atividades agrícolas na família.

A mudança e incorporação de valores comuns a cidade, também está presente ao pensarmos a relação entre a expansão do agronegócio canavieiro e o deslocamento de trabalhadores e trabalhadoras para atividades relacionadas ao mesmo, pois essas mudanças estão presentes no vestuário, bem como nos hábitos, práticas de consumo e lazer etc., que como destacados na primeira parte deste texto, fazem parte da interlocução entre a juventude de origem rural e a de origem citadina. Tal esclarecimento é importante, pois boa parte dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes que buscam remuneração em atividades relacionadas à agroindústria canavieira, é composta por jovens, não se desconsiderando o caráter forçado que qualifica esses deslocamentos (SILVA; CONSTANTE, 2010).

Essas e outras questões permitem-nos efetuar uma análise que transpasse os motivos que levam os trabalhadores e trabalhadoras migrantes temporários a se deslocarem para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP), bem como para outras regiões, com ênfase para os trabalhadores e trabalhadoras de origem rural, dada a falta de perspectivas no que diz respeito a manterem-se no campo desenvolvendo atividades agrícolas, sendo a migração uma das saídas para tal configuração.

Entretanto, além dos impactos relacionados a presença de trabalhadores migrantes na região, não podemos perder de vista os impactos gestados pelo reordenamento territorial promovido pelo agronegócio canavieiro na mesma, dadas às mudanças para a economia dos municípios em que têm-se instalado unidades produtivas,

bem como para os municípios que estão no raio de atuação dessas empresas, o que leva-nos a pensar os benefícios e prejuízos advindos da expansão do setor.

Sob esta perspectiva, se por um lado à implantação de agroindústrias canavieiras possibilita a geração de empregos, como evidencia Segatti (2009) em seu estudo sobre a expansão da agroindústria sucroenergética na microrregião de Dracena (SP), ao mesmo tempo também traz prejuízos quando se põe em conta o quadro de conflitos existente no Pontal do Paranapanema (SP), chamando atenção para as relações capital x trabalho, bem como para os impactos para o meio ambiente, principalmente com relação à utilização de agrotóxicos e biocidas nas lavouras de cana.

Então, é a partir desta realidade de conflitos existente na região e sob a perspectiva das novas relações campo-cidade presente na análise de Elias (2008) ao estudar as redes agroindustriais, e que são parte do que Alves (2012) qualifica enquanto pontos estruturantes (norteadores) dos estudos que versam as relações campo-cidade, sob uma perspectiva crítica, é que pontuamos a necessária compreensão do agronegócio canavieiro e sua importante contribuição para analisarmos as novas relações campo-cidade.

Assim, a necessidade de se compreender os impactos do avanço do agronegócio canavieiro para a construção de relações campo-cidade no recorte territorial enfocado, visa o esclarecimento de uma série de relações construídas no campo e na cidade, a começar pela coexistência de produtores agrícolas pouco capitalizados e uma agricultura de caráter moderno, em que prevalece a utilização de insumos mecanizados, com a ingerência da técnica estabelecendo novas relações que possibilitam o redesenho contínuo dos territórios em que é implantada.

Ao passo que se expande o modelo pautado na agricultura moderna, também prevalecem relações históricas de produção no campo, que atreladas a uma série de atividades novas ou não, integram-se as atividades de caráter não agrícola, o que permite compreendermos que as dinâmicas materializadas no campo e na cidade mantêm-se em movimento constante. Entretanto, os conteúdos que caracterizam ambas, remetem-nos a um contexto em que também estão presentes outras nuances destas dinâmicas como tentamos apresentar neste texto, com ênfase para outros atores que comparecem para que se efetive esta análise.

Considerações Finais

O campo e a cidade não podem mais serem entendidos de forma separada, dada a sua integração exemplificada nas mais diversas atividades que permitem a interlocução de ambos os mundos, diante da complexidade das relações que os envolvem, não podendo se entender o campo como um mundo isolado, e muito menos compreendê-lo apenas enquanto lócus de atividades agrícolas (WANDERLEY, 2001; FAVARETO, 2007).

Nessa perspectiva, é que destacamos a existência de outras relações que têm-se materializado no campo brasileiro nas últimas décadas, e que se exprimem quando pensamos o crescimento das atividades de lazer, *turismo rural*⁷, dentre outras, caracterizadas enquanto atividades não agrícolas, mas que pelo seu potencial de articulação com as atividades de caráter agrícola, permite-nos pensarmos em respeito à relação dialética que permeia o campo e a cidade neste início do século XXI.

Assim, advogamos que as perspectivas que trazem o campo como oposto a cidade, não são mais importantes como afirma Oliveira (2002), sendo necessária uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações campo-cidade que verse os desafios e problemas presentes na atualidade, dado que apesar destas serem marcadas pelo caráter contraditório da agricultura moderna que a permeia, não permite que falemos de uma homogeneização das relações construídas, principalmente tendo em vista o campo brasileiro, dadas as resistências e (re) existências presentes no mesmo, como adverte Moreira (2007), destacando então, não uma homogeneização, mas uma heterogeneização das relações, sendo o campo dotado de uma ‘polissemia’ que o abarca.

Essa polissemia é percebida nas novas relações campo-cidade que têm-se manifestado no Pontal do Paranapanema (SP), como tentamos apresentar ao longo do texto, levando-se em consideração as transformações pelas quais têm passado a região com o advento da expansão do agronegócio canavieiro, e os elementos que esse processo traz-nos para pensar o campo na atualidade.

Ademais, nossa perspectiva de tentar analisar algumas nuances das relações campo-cidade na região enfocada, permite-nos formular uma série de questionamentos no que diz respeito à compreensão do que se qualifica enquanto campo e o que se qualifica

⁷O turismo rural pode ser entendido enquanto possibilidade de valorização territorial, pois necessita da ação da gestão do espaço rural para se efetivar, ao mesmo tempo em que permite a manutenção da cultura presente no campo, bem como do patrimônio natural como enfatiza Franca et.al (2009).

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 181-205, maio-ago. Ano 2020.

enquanto cidade, bem como a articulação de ambos, tornando possível a compreensão das contradições, transformações e coexistências que demarcam não apenas a realidade consubstanciada no Pontal do Paranapanema (SP), mas no campo de maneira geral.

Em síntese, longe de pretendermos encerrar esse debate, nossa intenção é continuar a tensionar os diferentes entendimentos para com a análise das relações campo-cidade neste início do século XXI, e os diferentes atores que participam desse processo direta ou indiretamente, com ênfase para o papel dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes temporários e estabelecidos, enquanto possibilidade da materialização de entendimentos em respeito dessas relações na região.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, nº 702, 2000. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/texto>>.

ALVES, Flamarion Dutra. A relação campo-cidade na Geografia brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, vol.16, nº 3, p. 07-18, set-dez de 2012.

ANTONELLO, Ideni Terezinha. Reestruturação produtiva no espaço rural: forjando mutações nas relações urbano-rurais. Dossiê Relações Campo-Cidade, **Temas &Matizes**, nº 16, p. 24-51, segundo semestre de 2009.

BENTO, Fredí dos Santos. **Migração de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI**.2015.248f.Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BENTO, Fredí dos Santos. **Geografia, migrações e trabalho**: Migrações do trabalho para o agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) no início do século XXI. 1.ed. Düsseldorf: Novas Edições Acadêmicas, 2017, 288p.ISBN: 978-6202406192.

BENTO, Fredí dos Santos; THOMAZ JUNIOR, Antonio. A dinâmica geográfica do trabalho encimada nas migrações sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI. **Revista Pegada** – vol. 16, n.1. 2015.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 35, 1998, Natal. **Anais...** Natal, 1998.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.19, n.62, abr. 1998.

ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA-DIEZ AÑOS DE CAMBIOS EN EL MUNDO, EN *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 181-205, maio-ago. Ano 2020.*

ISSN: 1984-1647

LA GEOGRAFIA Y EN LAS CIENCIAS SOCIALES, 10,2008, Barcelona. **Anais...** Barcelona, 2008.

FAVARETO, Arilson da Silva. A longa evolução da relação rural-urbano. **Revista Ruris**, vol. 1, nº 1, p.157-188, março de 2007.

FRANCA, Terezinha J.F. et.al. Turismo e lazer em áreas periurbanas: de proteção de mananciais: território, paisagem e multifuncionalidade. **Informações Econômicas**, vol.39, nº07, p.32-48, jul. de 2009.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOMÉZ, Sérgio Emílio. Nueva ruralidad? Un aporte al debate. In: SEMANAS SOCIALES DE LA DIOCESIS DE TALCA (CHILE), Santiago do Chile, 2001. **Anais...** Santiago do Chile, 2001.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA-ENGRUP, 4,2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, p.370-392, 2008.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Dinâmica do espaço rural e novas perspectivas de análise das relações campo-cidade no Brasil. **Revista Terra Livre**, Presidente Prudente, ano 22, vol. 2, nº 27, p.133-148, jul-dez. de 2006.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Os efeitos da elevação dos preços das commodities agrícolas sobre a segurança alimentar. **Revista Faz Ciência**, vol. 12, nº 15, p.73-94, jan-jun. de 2010.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Revista Mercator**, vol.12, número especial 2, p.103-112, set. de 2013.

IAMAMOTO, Marilda. **Trabalho e indivíduo social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2001, 294p.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. 1. ed. São Paulo: Hucitec: Fundação UNESP, 1998, 202p.

LELIS, Leandro Reginaldo Maximino; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Os impactos gerados pela expansão da cana-de-açúcar no município de Junqueirópolis-SP. **Revista Campo Território**, vol.10, nº 21, p.251-269, agosto de 2015.

MARTINS, José de Souza. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão** (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988, p.44-61.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 228p.

MOREIRA, Erika Vanessa Moreira. **As múltiplas fontes de renda e a pluriatividade nos bairros Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado no município de Presidente Prudente-SP**. 2007.265f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, Rodolfo Osório de. Desenvolvimento, política agrícola e política rural: do setorial ao territorial. **Informações Econômicas**, São Paulo, vol.32, nº12, p.07-16, dez. de 2002.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 181-205, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

ROBERTI, María Eugenia. **El enfoque biográfico en análisis social:** una aproximación a los aspectos teórico-metodológicos de los estudios con trayectorias laborales. 2011. 87f. Tese (Doutorado em Sociologia), Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da Anpege**, n° 2, p.45-65, 2005.

SÃO PAULO, União da indústria de cana-de-açúcar. **Balanco 2015.** Disponível em: <<http://www.unica.com.br/documentos/publicacoes/sid/18797613/>>. Acesso em 04 de julho de 2016.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton; VALLE, Luciano Martinez (orgs.). **La pluriactividad en el campo latino-americano.** 1. ed. Quito: Flacso, 2009, p.132-161.

SEGATTI, Sonia. **A expansão da agroindústria sucroalcooleira e a questão do desenvolvimento da microrregião de Dracena-SP.** 2009.153f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** 1. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, 151p.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Experiência e memória na bagagem dos caminhantes da terra. **Teoria e Pesquisa**, n° 49, p.35-64, jul.-dez. de 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; CONSTANTE, Rodrigo Martins. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n°24, p.196-240, mai.-ago. de 2010.

SOLARI, Aldo B. O objeto da sociologia rural. In: SZMERECSANYI, Tamás & QUEDA, Oriovaldo. **Vida rural e mudança social.** 1. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979, p.03-14.

SOROKIN, A. Pitirim; ZIMMERMAN, C. Carlo; GALPIN, J. Charles. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica a Sociologia Rural.** 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1981, p.198-224.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros-Seção Três Lagoas**, vol.2, n° 2, ano 2, p. 21-42, set. de 2005.

VALE, Ana Rute do. A delimitação rural/urbano, as relações cidade-campo e a nova ruralidade: reflexões sobre o espaço rural brasileiro. **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**, 10,2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: **Uma nueva ruralidade en América Latina?** Norma Giarraca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p.31-44, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos sociais agrícolas**, Rio de Janeiro, vol.17, n° 1, p.60-85, 2009.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 181-205, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Sobre o autor – Informações disponibilizada pelo autor

Fredri dos Santos Bento

Licenciado, Bacharel e Mestre em Geografia pela FCT (Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - SP) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atualmente é Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição.

Como citar esse artigo

BENTO, Fredri dos Santos. Os impactos da expansão do agronegócio canavieiro para as relações campo-cidade no Pontal do Paranapanema (SP). **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)**, v. 03, n. 18, p. 181-205, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7219

Recebido em: 12-02-2020

Enviado para correção em: 11-05-2020

Aceito em: 17-07-2020

A GEOGRAFIA COMO CIÊNCIA FEMINISTA: CONTEXTOS E DESAFIOS DE GEÓGRAFAS BRASILEIRAS

Este dossiê tem como propósito reunir e aprofundar o debate realizado e as questões suscitadas na ocasião do primeiro espaço de diálogos online realizado pela Revista Geografia em Atos, intitulado: “Geógrafas Brasileiras: contextos e desafios”.

O evento, ocorrido no dia 28 de maio de 2020, através da plataforma Google Meet, foi mediado pela editora Larissa Araújo Coutinho de Paula, e contou com a participação de docentes de diferentes regiões do país, quais sejam: Carmem Lúcia Costa, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Roseli Alves dos Santos, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Vanessa Dias de Oliveira, da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Tal atividade, realizada na semana de comemoração ao dia do (a) Geógrafo (a), teve como propósito homenagear as mulheres que têm contribuído para o amadurecimento teórico e metodológico da ciência geográfica, por meio do ensino, pesquisa e extensão. O debate teve ainda, como pano de fundo, os efeitos da pandemia (COVID-19) sobre a vida das

mulheres, evidenciando a superexploração do trabalho reprodutivo, gerando acúmulo de funções domésticas e de trabalho, e a conseqüente redução da produção científica, no caso das docentes.

Tendo portanto, a mulher como eixo central, no diálogo online organizado, cada professora nos contou brevemente a sua história de vida e trajetória profissional, sua formação e inserção no mercado de trabalho; também expuseram situações de preconceitos, assédios, saúde mental, sororidade, desafios na articulação entre o âmbito profissional e pessoal; e as contribuições e desafios para com a Geografia.

Doravante ao debate, um número considerável de questões foram levantadas pelo público, de modo que, em virtude do limite de tempo, nem todas puderam ser respondidas. Todavia, a equipe da Revista Geografia em Atos transmitiu as perguntas às docentes, convidando-as a prosseguirem as discussões na forma de artigos. Destarte, os textos que se apresentam neste dossiê

são decorrentes deste encadeamento de atividades.

O primeiro artigo da coletânea, intitulado: “Mulheres e suas Geografias em Universidades Brasileiras” de Carmem Lúcia Costa, parte de uma análise pautada no Feminismo Radical, por meio do qual busca contextualizar a inserção feminina na Universidade, os avanços, dificuldades e desafios. A autora pontua a realidade de mulheres em diferentes ocupações: estudantes e docentes. E demonstra como há elementos comuns em suas vidas, como por exemplo: o acúmulo de tarefas, duplas e triplas jornadas de trabalho, o assédio sexual e moral, entre outros.

Seu texto evidencia que o patriarcado e o preconceito de gênero reverberam inclusive, nas escolhas dos cursos de graduação, de modo que as mulheres costumam cursar os cursos menos valorizados e remunerados diante daqueles que o senso comum atribui prestígio social. Ao passo que observa-se a predominância feminina em cursos que envolvem os princípios de zelo e de cuidado, quais como Enfermagem, Psicologia e Licenciaturas. Mesmo as mulheres que decidem cursar graduações nas ditas “ciências duras”, como por exemplo, as engenharias, enfrentam o sexismo e a misoginia. O direito das

mulheres ao estudo e à Universidade foi e segue sendo uma luta cotidiana. E as interseccionalidades determinam diferentes condicionalidades a este acesso, de modo que as mulheres pobres e negras são as mais penalizadas neste processo.

A articulação entre o trabalho e a dinâmica doméstica, e resistência de alguns companheiros, tem repercutido no esgotamento de estudantes e de docentes. No caso das últimas, há que ressaltar a desigualdade na carreira acadêmica, visível na baixa publicação feminina em periódicos científicos de alto impacto. Todo esse contexto, é agravado pelas condições geradas pela pandemia do COVID-19.

O artigo “Mulheres e Geografia – Reflexões Pertinentes?” de Roselí Alves dos Santos, apresenta uma exposição geral sobre os estudos de gênero pela Geografia, indicando a relevância de alguns tópicos. Um deles diz respeito a pluralidade de “ser mulher”, corroborando assim, a importância da interseccionalidade, a princípio com a tríade: gênero, raça e classe.

Segundo a autora, tem ocorrido um aumento gradativo da construção material e científica de geógrafas, porém, a produção maior continua sendo predominantemente masculina. Roselí

destaca a necessidade da criação de redes de estudos de pesquisadoras (es) de gênero pelo Brasil, o que tende a fortalecer seus (suas) integrantes e legitimar tal temática em nossa ciência.

Além dos obstáculos, como as jornadas exaustivas empreendidas pela mão de obra feminina, acentuadas pelo período pandêmico, que ampliou problemas como desemprego (deflagrando a fome), feminicídios e violências contra a mulher; a autora enfatiza a atual conjuntura política do país, marcada pela perseguição ao debate de gênero e as/aos cientistas de modo geral, esta opressão é respaldada em valores morais e religiosos.

Por fim, o artigo “As Mulheres no Âmbito da Precariedade Histórica do Mundo do Trabalho”, de autoria de Vanessa Dias de Oliveira, introduz a discussão sobre gênero a partir da categoria “trabalho”, sem deixar de considerar a interseccionalidade. Fundamentada na corrente do materialismo histórico dialético e na teoria marxista, a autora argumenta que a mulher está na linha de frente da precariedade econômica, sujeita ao trabalho reprodutivo não remunerado, inserção em empregos informais, baixo nível de sindicalização, jornadas extenuantes de trabalho e dependência de

políticas públicas de caráter assistencialista.

Vanessa aponta a problemática da secundarização da luta feminista por parte de alguns setores da esquerda, como pesquisadores, movimentos sociais e sindicatos. O que é inconcebível, uma vez que o trabalho feminino não remunerado é uma estratégia naturalizada para a acumulação capitalista. E a situação das trabalhadoras tem sido agravada em virtude da reestruturação produtiva e flexibilização das condições e legislação do trabalho.

A autora também traz, exposições sobre sua vida pessoal, enfatizando as dificuldades que enfrentou na tentativa de conciliar a maternidade com a escrita da tese e o trabalho como docente, diante de instruções normativas e burocracias que estavam longe de contemplar a condição de docentes que se tornavam mães. Vanessa, elenca ainda, questões sensíveis como o afastamento e reinserção na academia após a maternidade, o declínio de produtividade, o feminicídio e situações de violências relatadas por suas estudantes. As situações discorridas são intensificadas na iminência de uma pandemia.

Todos os textos trazem debates válidos e imprescindíveis não somente para os (as) interessados (as) na inclusão

das temáticas de gênero pela Geografia, mas para o público em geral, que se dispõe a refletir e problematizar circunstâncias cotidianas que reverberam sobremaneira na vida de alguns sujeitos,

neste caso as mulheres, em suas mais diversas vertentes: estudantes, professoras, trabalhadoras e mães.

Desejamos à todas e todos uma ótima leitura e enriquecedoras reflexões.

Campinas, 30 de julho de 2020.

Larissa Araújo Coutinho de Paula
Editora Revista Geografia em Atos

MULHERES E SUAS GEOGRAFIAS EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Carmem Lúcia Costa

Universidade Federal de Catalão
orcid.org/0000-0002-6629-1512
E-mail: clcgeo@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7960

Resumo

O presente artigo é produto de reflexões elaboradas durante a participação na mesa – Geógrafas Brasileiras: contextos e desafios – promovida pela Revista Geografia em Atos em junho de 2020. O texto apresenta uma elaboração de leituras no campo da Geografia e Gênero como Silva, Santos, Massey, Costa e outros/as com intuito de compreender melhor o processo histórico de inserção da mulher na Universidade brasileira e também dados de fontes secundárias para sustentar a análise de como as mulheres usam e se apropriam deste espaço. Por fim, o artigo aproxima-se do feminismo radical para mostrar que há um movimento de resistência anticapitalista, antirracista e decolonial no fazer geográfico de feministas em todo o país, especialmente na Universidade.

Palavras-chave: Universidade; Feminismos; Geografia.

WOMEN AND THEIR GEOGRAPHIES IN BRAZILIAN UNIVERSITIES

Abstract

This article is the product of reflections elaborated during the participation in the table - Brazilian Geographers: contexts and challenges - promoted by Revista GeoAtos in June 2020. The text presents an elaboration of readings in the field of Geography and Gender as Silva, Santos, Massey, Costa and others in order to better understand the historical process of insertion of women in the Brazilian University and also data from secondary sources to support the analysis of how women use and appropriate this space. Finally, the article approaches radical feminism to show that there is an anti-capitalist, anti-racist and decolonial resistance movement in the geographic making of feminists across the country, especially at the University.

Keywords: University; Feminisms; Geography.

MUJER Y SUS GEOGRAFÍAS EN LAS UNIVERSIDADES BRASILEÑAS

Resumen

Este artículo es producto de reflexiones elaboradas durante la participación en la mesa - Geógrafos brasileños: contextos y desafíos - promovida por Revista GeoAtos en junio de 2020. El texto presenta una elaboración de lecturas en el campo de la Geografía y el Género como Silva, Santos, Massey, Costa y otros para comprender mejor el proceso histórico de inserción de mujeres en la Universidad de Brasil y también datos de fuentes secundarias para apoyar el análisis de cómo las mujeres usan y se apropian de este espacio. Finalmente, el artículo aborda el feminismo radical para mostrar que existe un movimiento de resistencia anticapitalista, antirracista y descolonial en la formación geográfica de las feministas en todo el país, especialmente en la Universidad.

Palabras llave: universidad; Feminismos; Geografía.

Introdução

O presente artigo apresenta algumas reflexões desenvolvidas durante a atividade em comemoração ao dia do/a Geógrafo/a promovida na forma de uma mesa redonda pela Revista Geografia em Atos no mês de junho de 2020. A proposta da mesa era apresentar trajetórias de mulheres na Geografia brasileira, com enfoque nas conquistas e nas barreiras enfrentadas. Diante disso, elaborei este artigo com algumas análises sobre a participação de mulheres na Universidade brasileira e reuni algumas reflexões de autoras/es que abordam produção e percurso de mulheres na academia.

A primeira questão que aparece é sobre a inserção de mulheres na Universidade, os cursos “escolhidos”, as dificuldades para realizar a graduação acumulando uma série de outras funções – como o trabalho doméstico. A outra questão é a participação das mulheres na carreira docente, a produção científica, as conquistas e as dificuldades. Neste ponto, procuramos dados em fontes secundárias e escritos de autores/as que abordam este percurso, além de dados coletados em pesquisas que coordenamos e orientamos ao longo dos anos de docência.

Salienta-se que, apesar da crescente inserção das mulheres na academia, ainda são muitos os enfrentamentos vivenciados desde o acúmulo de tarefas e fazeres que se somam às exigências acadêmicas, até as situações de assédio sexual e moral dentro da Universidade, obrigando muitas mulheres a desistirem de seus cursos. Na Geografia, embora seja um curso na área de humanidades e com uma visão crítica forte, ainda não estamos livres destes empecilhos à formação de mulheres, bem como de um movimento que aumente o número de mulheres na docência universitária, onde ainda somos a minoria.

O lugar da mulher na Universidade brasileira

O primeiro ponto a considerar aqui é que nem sempre as mulheres possuem o poder de escolha do que vão estudar ou a carreira que vão seguir, um lugar que é dado aos homens num processo de formação em bases patriarcais. Desde a infância, às mulheres é destinada uma educação que se baseia na “vocalização” materna, no cuidado, na delicadeza. Aos homens elementos como força, audácia, coragem são a base da formação, o que, conseqüentemente, reflete-se na escolha das profissões na vida adulta. Educados para conquistar o espaço público e o poder os homens utilizam o saber como instrumento para reafirmar o seu lugar de superior e subjugar as mulheres, como determina o patriarcado e o

pensamento colonial estabelecido como verdade absoluta. De acordo com Silva et al, “Trazer para arena do debate científico geográfico os saberes produzidos pelos ‘condenados da ciência’ (mulheres, negros, homossexuais) de forma emancipatória, significa instituir uma razão decolonial do saber científico e das práticas cotidianas que o sustentam.” (2015, p. 190), esta é a proposta aqui, apresentar uma leitura que possibilite reconsiderar o poder do saber para emancipar alguns/as e explorar outros/as e desconstruir práticas cotidianas presentes nas Universidades que só servem para sustentar a estrutura patriarcal da sociedade capitalista.

O patriarcado também estabelece lugares permitidos e não permitidos que somam-se à educação e, desta forma, reproduz isso no mundo da academia e no mercado de trabalho, interditando alguns cursos e profissões a mulheres, pois construiu-se que algumas tarefas não são de homens – como o trabalho doméstico – e outras não são de mulheres – como o trabalho na construção civil. Esta prática também é uma forma de manter o poder, aqui o saber científico, nas mãos de alguns homens brancos da burguesia, excluindo, principalmente, as mulheres negras do acesso ao conhecimento que poderia proporcionar emancipação. Sobre este ponto Santos (2009) argumenta que tanto o trabalho doméstico quanto a maternidade são barreiras enfrentadas pela mulher que quer estudar, além da construção de que a ciência, o estudo, não são, necessariamente, para elas. Para a autora,

O fato é que as mulheres foram incorporadas às profissões constituídas de prestação de serviços a outrem definidas ao longo da história como funções femininas; acrescente-se a isto que as ditas profissões, parece dispensar o conhecimento técnico-intelectual e, conseqüentemente, são menos remuneradas. Isso porque o sacerdócio de ser mãe está presente nestas ocupações. Inegavelmente, houve avanços bastante significativos. Significativos apenas porque são os primeiros e não porque estejam sendo muitos (SANTOS, 2009, p.48)

Desta forma, a maioria das profissões “permitidas” às mulheres, durante muito tempo, foram as com menor prestígio social e menores salários, portanto não exigiam formação superior e a Universidade continuou sendo o lugar de reprodução de um saber com bases coloniais e que servia ao projeto de classe de submeter o/a outro/a. Ainda hoje algumas destas profissões, como a de empregada doméstica, babá, cuidadora, são as menos valorizadas e onde não há uma exigência de formação qualificada. Mudanças neste cenário acontecem, mas ainda é difícil para a mulher estar no espaço acadêmico e buscar uma

formação que proporcione uma ascensão social, uma independência econômica e isso é um fator que sustenta o patriarcado e mantém a mulher em condição de dependência, suportando formas variadas de violência. Como nos lembra Federici, “Não é possível impor-se sobre outras pessoas sem rebaixá-las a um ponto em que até mesmo a possibilidade de identificação torna-se inviável.” (2017, p.386)

De acordo com Costa,

As bases para uma relação de poder entre desiguais estavam lançadas. Como nos lembra Raffestin, “O poder se manifesta por ocasião da relação” (1980, p. 53) e a ocasião histórica manifestava uma relação de poder desigual, mesmo que a resistência exista, a mulher foi colocada numa situação de submissão pois, como nos lembra o autor, “O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações.” (Reffestin, 1980, p. 53). Mais adiante o autor nos lembra dos laços entre o poder e o saber o que nos leva a inferir que há um saber sobre a mulher produzido por homens e seus valores, um saber “de fora”, carregado de uma visão que é conivente com o lugar pertencente a ela, o que só invisibiliza ainda mais a situação de submissão e a constrói como natural, afinal a mulher é a mãe, a natureza, a cuidadora, a que tem vocação, a virgem (COSTA, 2017, p.7311).

As interdições reproduzem-se no espaço, estabelecendo que alguns espaços – como o privado – é da atribuição de mulheres e o espaço público, como espaço do exercício de poder, ao homem. Desta forma, a Universidade, como um espaço de poder, teve que ser conquistada com muita luta pelas mulheres e, ainda hoje, não foi apropriada de forma integral pois alguns cursos ainda são interditos às mulheres. Somente a partir da década de 1970 no Brasil é que mulheres começaram a se apropriar dos espaços acadêmicos em maior número, reconfigurando o espaço universitário e, nos governos do Partido dos Trabalhadores – entre os anos de 2002 a 2016 – com mudanças na forma de ingresso e as políticas de cotas, a cara da Universidade brasileira mudou, sendo cada vez mais um espaço de mulheres.

De acordo com Guedes,

O ensino universitário se destaca no processo mais amplo de escolarização feminina como um importante marco pois sempre esteve mais diretamente relacionado à maior presença no mundo público e à aquisição não apenas de habilidades para o mercado de trabalho, mas também de novos valores e práticas. A importância dessa questão na estruturação de relações de gênero mais equânimes se reflete no fato de que, historicamente, essa foi uma bandeira que uniu as diversas correntes do movimento feminista (GUEDES, 2008, p.121).

A entrada na Universidade marca uma conquista importante para as mulheres. No entanto, chegar neste espaço não necessariamente significa apropriar-se dele de forma plena. A Universidade, mesmo com uma cara e uma cor diferentes nos anos recentes, continua sendo um significante de poder e o saber colonial ainda é o que determina os caminhos do ensino e da pesquisa nestes espaços. Esta mudança ocorreu, com mais intensidade, a partir dos anos de 1970 no Brasil com entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho em função de um momento de modernização econômica e uma pressão do feminismo por uma redefinição do lugar da mulher na sociedade. De acordo com Rago, uma pesquisa realizada no Brasil – A mulher brasileira nos espaços públicos e privados, da Fundação Perseu Abramo – argumenta que,

(...) a maioria considera de fundamental importância a inserção no mercado de trabalho, a independência econômica, a possibilidade de tomar decisões e agir livremente, dissociando, pois, sua definição de gênero da ideia de maternidade. Ser mulher, no século XXI, deixou de implicar necessariamente gravidez e parto, o que traduz uma enorme ruptura com a ideologia da domesticidade (RAGO, 2004, p.33).

Não podemos deixar de lembrar que dentre as mudanças que ocorreram, a Universidade tornou-se, cada vez mais, um lugar desejado para as mulheres que podiam romper com o projeto patriarcal de ser mulher e o saber é um elemento fundamental na reconfiguração da relação de poder entre homens e mulheres. Já no século XIX Engels apontava para a necessidade da saída da mulher do espaço privado como um movimento emancipatório. Em suas palavras:

Isso demonstra que a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante. Essa condição só pode ser alcançada com a grande indústria moderna, que não apenas permite o trabalho da mulher em grande escala, mas até o exige, e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública (ENGELS, 2012, p. 204).

Lamentavelmente o trabalho doméstico privado transformou-se em uma indústria pública em vários ramos, como a alimentação por exemplo; mas nem todas as mulheres

conseguem ter acesso a estes serviços e seguem sendo as principais responsáveis pelo trabalho em casa. De acordo com Costa, outra contradição se coloca alcançando estas mulheres, principalmente as trabalhadoras. Para a autora,

Com a inserção no mundo do trabalho, ao contrário do que previa Engels, as mulheres na atual sociedade não se libertaram do trabalho doméstico, mas sim ampliaram sua participação na produção de mais valia, sendo agora exploradas através neste e na produção direta, o que, sem dúvida, contribui para que os salários pagos a estas sejam menores. Infelizmente, o capitalismo reproduz o patriarcado em novos níveis e agrega a mulher novos papéis que não a aliviam dos trabalhos domésticos, portanto não há redução do tempo de trabalho gasto no espaço privado e sim uma sobreposição de jornadas de trabalho – no espaço privado e no espaço público (COSTA, 2017, p.7313).

A partir destas reflexões, podemos inferir que os afazeres domésticos acabam sendo um empecilho para que mais mulheres estudem e se dediquem mais a escola e a Universidade. Entre as meninas que estudam no ensino fundamental e médio muitas são as horas dedicadas ao trabalho em casa o que compromete muito o seu desempenho escolar. Na Universidade, muitas discentes, principalmente as casadas e com filhos, apontam que o tempo gasto nas atividades no lar comprometem a dedicação aos estudos, apontando, novamente, que as barreiras impostas pelo patriarcado prejudicam o desempenho de muitas mulheres na academia, inclusive não permitindo uma maior participação em eventos, projetos, trabalhos de campo e outras atividades.

Ao tratarmos destas questões é importante salientar que o quadro não é o mesmo para as mulheres negras que continuaram ainda por mais tempo – e muitas ainda ocupam este lugar – na submissão e excluídas tanto do mercado de trabalho formal com melhores salários, como do acesso ao saber como instrumento de emancipação, muitas ainda presas ao trabalho doméstico dentro e fora de casa, sem uma possibilidade de identificação com estas pautas do feminismo liberal.

Mas para uma parcela considerável de mulheres, este movimento permitiu a chegada na Universidade em número cada vez maior. Isso nos mostra que o feminismo é cada vez mais necessário, principalmente em sua forma radical que proporciona às mulheres que conseguiram chegar na Universidade um debate que objetiva desconstruir as bases coloniais do pensamento e abrir este espaço para mais pessoas, produzindo um saber que coloca em xeque o patriarcado que impõe ao corpo das mulheres uma barbárie que sustenta o capitalismo.

Chegamos à Universidade...

Hoje as mulheres representam a maior parte dos/as discentes matriculados/as no ensino superior no Brasil, como mostram os dados do INEP (2019), as mulheres representam 55,2% de discentes matriculados em 2017, ano da última coleta de dados. De acordo com Guedes,

A expansão da escolaridade no Brasil – assim como o aumento do número de vagas oferecidas nas universidades desde a década de 1970 – foi um fenômeno observado em maior intensidade no contingente populacional feminino. Nesse curto período, as mulheres conseguiram reverter um quadro de desigualdade histórica e consolidar uma nova realidade, em que são mais escolarizadas que o contingente masculino. (GUEDES, 2008, p. 118).

Mas, até que ponto estar em maior número em um espaço faz deste um lugar de acolhimento? Qual é o preço que pagamos para estar na Universidade? Como é a apropriação e o uso deste espaço pelas discentes? Como nos lembra Silva, César e Pinto, “A simples inclusão das mulheres, negros e homossexuais na produção do saber científico não basta para transformarmos a lógica da hegemonia. Isso porque a inclusão pode ser perversa e significar uma nova forma de assimilação da cultura científica hegemônica moderna.” (2015, p. 190) Desta forma, chegar a Universidade é apenas mais um passo para vencer outros desafios que estão postos para aquelas que ousaram chegar até aqui e um destes desafios é o contato com a cultura científica colonial e hegemônica.

Após vencer a barreira de acesso – uma vez que ainda são muito poucas as mulheres que chegam na Universidade – as mulheres parecem chegar apenas em alguns cursos permitidos, alguns espaços onde o desprestígio e a associação histórica com um “fazer de mulher” permitem a presença feminina. Os dados do INEP (2019) também revelam que a maioria das discentes estão em cursos ligados ao cuidado, como Enfermagem e Psicologia, e nas licenciaturas, como na Geografia. De acordo com o relatório, ainda, cursos como medicina, nutrição, serviço social, odontologia, farmácia, fisioterapia, direito e administração são, predominantemente, compostos por mulheres. Se fizermos o recorte entre Universidades públicas e privadas, cursos de maior prestígio como medicina, são ocupados por mulheres na maioria em instituições privadas, sendo que nas públicas os maiores índices de discentes são em cursos de licenciatura. Já os homens são maioria nos cursos de Engenharias, Educação Física e Empreendedorismo.

Revista Geografia em Aíós, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UINESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 210-226, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Em pesquisa realizada por nós na Universidade Federal de Catalão no ano de 2019, identificamos dados bem próximos, mostrando uma maior participação de mulheres nos cursos de licenciatura e na Enfermagem e Psicologia. A pesquisa também nos apresentou dados interessantes sobre como as mulheres se inserem, em maior número sim, mas dentro de regras ditadas, ainda, por homens que ocupam a maior parte dos cargos de gestão. Assim temos que mulheres precisam se desdobrar para cumprir metas e índices impostos de forma estranha às suas necessidades, o que acaba gerando muito adoecimento entre as discentes.

De acordo com Costa,

Observamos que as mulheres são maioria no ensino superior, porém ocupam as áreas mais ligadas às ciências humanas e a educação, ficando as chamadas áreas de “maior prestígio” – ou as “ciências duras” – ainda sobre o domínio masculino. Essa é uma estratégia da ordem distante que procura normatizar, ordenar e programar a vida e os desejos, no caso os caminhos profissionais de homens e mulheres a partir do estabelecimento do que é “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, reforçado nas práticas cotidianas de educação de homens e mulheres, nas brincadeiras, nas habilidades, na produção de subjetividades, identidades, etc. (COSTA, 2020, p. 19-20).

Desta forma, temos que a entrada na Universidade coloca as discentes em mundo extremamente competitivo e, infelizmente, muito machista, ainda. Para aquelas que desafiam a ordem imposta e entram para os cursos das chamadas “áreas duras” os relatos de situações de assédio são uma constante marcadas por misoginia, sexismo e outras práticas que insistem em compor a vida acadêmica. Mesmo em cursos de licenciatura, como na Geografia, não é raro observar tais situações também, como em trabalhos de campo onde, por várias vezes, ouvimos relatos de discentes que foram vítimas de chacotas e misoginia em comentários como “campo não é lugar de mulher” ou ainda “não venham para o campo de sapato de salto” ou mesmo “isso não é trabalho de mulher”; estas situações se repetem nos laboratórios, nos projetos de pesquisa e mesmo em sala de aula.

Além destas dificuldades, as discentes também enfrentam outras como conciliar o trabalho no espaço público, com os afazeres domésticos, o casamento, os filhos e os estudos. Na pesquisa que realizamos na UFCAT, com a aplicação de um questionário sobre situações que geram adoecimentos nas discentes, a dificuldade relatada por elas é exatamente esta, o que acaba gerando menos tempo para se dedicar aos estudos, menos oportunidades de participar de projetos de pesquisa e extensão e menos possibilidades de seguir na carreira acadêmica, isso é claro, para as discentes casadas e com filhos. A falta de

políticas por parte da maioria das Universidades como auxílio com bolsas para mães, creches ou espaços onde os filhos possam ficar durante as aulas é uma barreira a ser vencida ainda. Algumas alunas são obrigadas a assistir aulas com os/as filhos/as em sala de aula, pois não têm com quem deixar as crianças e isso é sempre constrangedor, sendo que em alguns casos, docentes não permitem a permanência em sala. A resistência dos companheiros também é outro elemento que as discentes apresentam, uma vez que muitos não vêm com bons olhos a mulher que estuda e acabam produzindo uma série de situações que promovem o abandono da Universidade.

As discentes solteiras relataram como a maior dificuldade o assédio, que segundo elas, acabam por, também, excluir de projetos e bolsas aquelas que não aceitam a situação. Muitas também precisam deixar suas famílias em outras cidades, passam a morar sozinhas e arcam com o trabalho doméstico, que acaba consumindo um tempo que poderia ser usado para os estudos. A solidão associada à pressão por bons resultados acadêmicos são fatores de adoecimento para muitas delas, na maioria jovens que experimentam pela primeira vez o distanciamento da família e amigos. O comportamento machista dos colegas também foi apontado pelas discentes e não é difícil vivenciar na Universidade momentos de misoginia e machismo explícitos em comentários nas salas de aulas, corredores e outros espaços; as piadas e as “cantadas” também são muito presentes e, em alguns casos, até com apoio de docentes, o que acaba legitimando o comportamento dos alunos para com as alunas, deixando-as ainda mais constrangidas.

O esforço para conseguir se superar e ter boas notas, participar de projetos de pesquisa e extensão e publicar é parte do universo de discentes que têm condições para tal. Parece ser sempre necessário fazer mais e melhor, num movimento de mostrar que, mesmo sendo mulher, conseguem estar no mesmo nível que os homens, dentro da lógica imposta que é masculina. Isso é um gatilho para situações extremas de tentativas de suicídio, quadros de stress, depressão, insônia, irritabilidade e, também, para a evasão. Saffioti argumenta que,

No campo do gênero, os homens como categoria social têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres como categoria social precisam solicitar autorização à primeira categoria. Isto reforça o argumento de que a independência pessoal, ainda que importante, não é suficiente para transformar a ordem patriarcal de gênero em uma ordem igualitária de gênero. Se a autonomia é privilégio de apenas uma categoria

social de sexo, fica patente a hierarquia e, portanto, a desigualdade. A igualdade só pode ser obtida por meio da conquista da autonomia por parte das mulheres (SAFFIOTI, 2004, P. 50).

Mulheres parecem sempre precisar do aval de homens para ocupar a Universidade e, mesmo estando no mesmo espaço, parecem precisar sempre fazer mais, tirar as melhores notas, ter destaque, mas como a autora argumenta não é o suficiente. A autonomia é um processo em construção e observamos o importante papel que os coletivos feministas ocupam neste processo, obrigando a academia a rever muitas de suas práticas como o assédio e a elaborar políticas para atender às necessidades das discentes. O feminismo radical está colocando as Universidades em movimento para ressignificar os espaços, as relações de poder, os lugares ocupados, questionando o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado; questionando, como nos lembra Arruzza et al (2019, p. 17) “a lógica militarizada de vida que mata e encarcera corpos de homens e mulheres negros e pobres, aos trabalhos mais precários, à informalidade e à pobreza.” E acrescentamos aqui a lógica do saber colonial que ainda marca o espaço acadêmico.

Apesar de todas as dificuldades narradas, as mulheres são a maioria de concluintes de acordo com o Educacenso INEP (2017), representam 61,1%. Isso demonstra que a Universidade é entendida como um caminho para melhorar as condições de vida, para inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a independência financeira, que ainda é uma luta do feminismo liberal e, embora apresente problemas como os narrados por bell hooks e Arruzza, ainda se mostram como um caminho a ser trilhado por muitas mulheres. Neste percurso, a docência é, ainda, o maior campo de trabalho ocupado e a seguir vamos discorrer sobre as mulheres que escolheram a docência superior como profissão e, desta forma, continuaram no espaço da Universidade.

E nós ficamos na Universidade: mulheres na docência

Muitas alunas entram e vencem as barreiras e vão para a docência. De acordo com o Educacenso INEP (2017) as mulheres são a maioria no ensino fundamental e médio, e são a maioria na docência na área de Geografia. Majoritariamente no ensino infantil, as mulheres são as “tias” realizando um trabalho muito próximo do cuidado, sendo muito desvalorizadas enquanto profissionais e em termos salariais. Interessante que, à medida que o salário aumenta, diminui a participação feminina na docência, chegando a Universidade

onde os salários e o prestígio é maior. Desta forma, o menor número de mulheres docentes na academia já revela uma trajetória que abarca as dificuldades que enfrentamos como alunas e, ao persistirmos em ficar neste espaço, as barreiras não foram totalmente derrubadas, pelo contrário, multiplicam-se.

Os homens representam, de acordo com Educacenso INEP (2017) os homens na docência superior representam 54,2% e concentram-se, seguindo a lógica já apresentada, nos cursos das áreas de exatas, engenharias e cursos tecnológicos e nos cursos de bacharelados. Observa-se que a concentração das mulheres é em cursos de licenciatura, na área da saúde e em cursos como administração, psicologia, nutrição e outros, seguindo um movimento próximo ao de discentes. Ainda de acordo com dados do Educacenso INEP (2017) 45,5% dos docentes em Universidades brasileiras – públicas e privadas – são mulheres, mas não há um dado específico sobre a participação de mulheres nos cursos de Geografia. O que temos são alguns trabalhos isolados sobre realidades de alguns cursos e sobre a produção científica, este último um trabalho realizado por Silva e pesquisadores/as do grupo coordenado por ela, o GETE (Grupo de estudos territoriais).

Na pesquisa que coordenamos na UFCAT observamos também alguns dados que corroboram outras pesquisas, como a maioria de mulheres em cursos de licenciatura, nos cargos de docente substituto e pouca participação nos cargos de gestão. Embora atualmente a UFCAT tenha uma reitora pró tempore mulher, poucos outros cargos são ocupados por mulheres, como pro reitorias, chefias, coordenações, etc. Atualmente, esta Universidade conta com 317 docentes, sendo 289 efetivos e 28 temporários, 124 do total são mulheres, ou seja, quase 60% dos docentes são homens. Este fato colabora para uma composição masculina do Conselho Universitário, órgão deliberativo das principais questões da Universidade. Como bem nos lembra Silva “Nós mulheres somos engolidas pelo patriarcado diariamente que, inclusive, rege o espaço acadêmico.” (2019, p.28) No curso de Geografia desta Universidade, temos um quadro de 16 docentes, sendo 7 mulheres e apenas uma em cargo de gestão na Unidade de Geografia.

Apesar de todas estas diferenças, parece não haver muita tensão sobre a desigualdade produzida.

É comum cientistas negarem a iniquidade de gênero no processo de produção científica, inclusive, para nosso pesar, por parte de várias mulheres que fazem parte do mundo acadêmico. As alegações para justificar a equidade de gênero na produção científica baseiam-se nos

seguintes argumentos: homens e mulheres estão submetidos à mesma carreira docente, recebem salários iguais, trabalham nas mesmas instalações, estão sujeitos às mesmas exigências de produtividade e carga-horária de trabalho. O recorte da produção científica baseado apenas no espaço universitário esconde parte do mecanismo de gênero que diferencia as condições do trabalho acadêmico entre homens e mulheres, criando assim uma pretensa equidade de condições de produção científica (SILVA, et al, 2015, p. 191).

É importante lembrar que todas as barreiras narradas para as discentes se repetem de algum modo aqui, então estamos falando de docentes que precisam realizar o seu trabalho – no espaço público da Universidade – e os afazeres domésticos, o cuidado com a casa, os filhos e outros parentes, a responsabilidade de organizar todas estas tarefas que exige um grande esforço físico, mas principalmente, mental. Esta realidade nos coloca em desigualdade em alguns pontos da carreira acadêmica e, neste momento que vivemos uma pandemia de COVID-19, esta realidade tornou-se ainda mais pesada para as docentes.

As condições de trabalho das docentes não são iguais a de seus colegas homens, muito pelo contrário, e tal fato aparece nas produções em periódicos com melhor avaliação (Qualis/CAPES), como bem aponta Silva et al (2015) demonstrando que a produção nestas revistas é majoritariamente de artigos de docentes homens, no caso da Geografia. Ainda de acordo com esta pesquisa, mulheres publicam mais em revistas com menor qualis/CAPES e, não necessariamente, a questão do uso e da apropriação da Universidade e de outros espaços são temas de pesquisas entre estas docentes. Também os autores homens são mais citados e as ementas das disciplinas acabam revelando esta superioridade masculina. Silva apresenta alguns dados sobre esta realidade,

Observem que nos periódicos melhor classificados no ranqueamento do Sistema Qualis-CAPES, estratos A1 e A2, há muita diferença entre homens e mulheres. No estrato A1 temos 70% de autores homens e apenas 30% de mulheres. No A2 63% de homens e apenas 37% de mulheres, no estrato B1 ainda temos diferenças e ela diminui nos estratos de menor posição (PEDROSO et al, 2019, p. 43).

A igualdade salarial tende a esconder elementos do cotidiano que interferem no trabalho docente e na sua especificidade e isso pode ser observado em dados de um Levantamento realizado pelo Movimento Parent in Science durante o isolamento social relativo à Covid-19 e que mostra as dificuldades enfrentadas para a realização do trabalho durante a pandemia. De acordo com este estudo, as mulheres com filhos estão sendo as mais afetadas pelo período, demonstrando o peso do trabalho doméstico em tempos de

isolamento social, quando as famílias estão em casa, o que exige muito mais das mulheres que não possuem uma parte de sua rede de apoio nos afazeres, como escolas, creches, babás. Com isso, o índice de produtividade acadêmica destas docentes caiu consideravelmente, como aponta o levantamento, onde apenas 47,4% das docentes mães conseguiram submeter artigos em revistas no período, enquanto entre os homens sem filhos este índice é de 76%. Quando acrescentamos o recorte racial as mulheres negras e mães são as mais penalizadas.

A pandemia só tornou mais visível o que todas nós já sabemos, que não é fácil trabalhar em casa acumulando as atividades da Universidade com as demandas do lar, com filhos, com pais idosos, marido. O mundo da academia é muito exigente, há que se dedicar a preparar e ministrar aulas, orientar, supervisionar estágios, participar de bancas, emitir pareceres, coordenar pesquisas, projetos de extensão e a publicar artigos, capítulos e livros, além, em alguns casos, de ainda assumir cargos de gestão. No Brasil, os órgãos de financiamento e avaliação de programas de pós graduação exigem cada vez mais, sobrecarregando as mulheres que escolhem a carreira universitária, tornando cada vez mais complexo equilibrar as atividades de labor, lazer, vida cotidiana, descanso; tudo isso contribui para os altos índices de adoecimento entre as docentes no país.

A pesquisa realizada por Silva et al aponta que,

Nos dias de semana homens e mulheres dedicam a mesma quantidade de tempo às atividades de docência, pesquisa e extensão. Contudo, mulheres dedicam mais tempo que homens na reprodução familiar. Este tempo é retirado do lazer, cuidado pessoal e ócio por parte das mulheres. As atividades domésticas são consideradas trabalho e, sendo assim, há um excedente de horas de trabalho feminino em relação ao masculino. (SILVA, et al, 2015, p. 196-197).

Assim como todas as mulheres trabalhadoras, as docentes acumulam funções e despendem grande quantidade de tempo em afazeres que são socialmente de menor prestígio e visibilidade. Como afirma Antunes,

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas ao trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições

indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (ANTUNES, 1991, p. 108-109).

Mas, mesmo diante deste cenário em que se encontram as trabalhadoras e, em especial as docentes, esta realidade não alcança as produções acadêmicas e ainda são muito pouco tensionadas no cotidiano das academias, seja através de publicações, disciplinas e mesmo pelo movimento sindical, que nem sempre adota a pauta feminista como sua.

Pesquisar e escrever sobre mulheres e outras identidades de gênero fora do padrão racional, colonial e hetero não é uma prática recorrente, afinal como argumenta Silva,

Nossa cultura de produção de saber científico acredita que o conhecimento é produzido pela razão, por mentes separadas dos corpos, das emoções, dos valores e das experiências. Produzir teorias desencarnadas e não localizadas no tempo e no espaço afirma a racionalidade masculina branca como universal, retirando de outros sujeitos de saberes a autoridade científica. Quando aceitamos estas regras do jogo científico e afirmamos a posição de poder atribuído ao sujeito de referência (constituído como masculino, burguês, branco e heterossexual), criamos uma ciência incapaz de acolher as diferenças, porque tudo que não é concebido a partir da autopercepção do sujeito de referência, é considerado desviante, anormal e sentenciado à eliminação (SILVA, 2020,181).

Mas há um sinal de mudança em curso. Cada vez mais mulheres entram na Universidade dispostas a questionar a norma, a produzir um saber decolonial, ressignificar padrões, romper com o silêncio diante do assédio. Devemos muito ao feminismo radical que as jovens trazem para a Universidade nos últimos anos, dando uma nova forma de fazer ciência e espaço, lutando por uma pauta antirracista, feminista, anticapitalista, nos lembrando que o “feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks, 2019, p.17). A Geografia tem contribuição na pauta do feminismo radical, uma nova onda de um “feminismo combativo que está redescobrando a ideia do impossível, reivindicando pão como rosas: o pão que décadas de neoliberalismo tiraram de nossas mesas, mas também a beleza que nutre nosso espírito por meio da euforia da rebelião.” (ARRUZZA, et al, 2019, p. 36).

Por fim, retomamos Milton Santos (1996) que já nos lembrava em sua obra – *A Natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção* -, que há um “burburinho”, que ninguém vê, mas é cada vez mais pungente, mais forte e produzindo uma resistência,

existindo e produzindo um outro espaço. Esse burburinho é o que as mulheres na Universidade fazem cotidianamente muito além do que o Lattes pode mostrar.

Considerações Finais

Ao ser convidada para a mesa sobre o dia da/o Geógrafa/o para uma mesa – Geógrafas brasileiras: contextos e desafios – promovida pela Revista Geografia em Atos, em espaço virtual, com as companheiras Larissa, Roseli e Vanessa revisitei minha trajetória de vida e trabalho na Universidade. Ao final do percurso, ouvindo minhas colegas na mesa, os relatos de uma realidade que nos cobra tanto, nos normatizam, nos oprime são a comprovação do que nos cerceia. Mas a potência de encontros como este nos leva também a valorizar todo um percurso de várias professoras de Geografia em diversas instituições que produzem um saber no outro lado da margem.

A Universidade como possibilidade de transformação está sempre posta! A radicalidade do movimento feminista retoma um movimento de crítica do capitalismo, do patriarcado e do pensamento colonial mostrando fissuras por onde passa o desejo de uma outra sociedade mais justa para todas as mulheres, afinal “A luta é tanto uma oportunidade como uma escola”(ARRUZZA, et al, 2019, p. 94) Na luta seguimos.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99% - um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1991.

COSTA, Carmem Lúcia. Estado e estratégias de reprodução do patriarcado no século XXI. In: **Anais ENANPEG – Geografia, ciência e política: do pensamento à ação, da ação ao pensamento**. Porto Alegre, 2017.

COSTA, Carmem Lúcia. **Cultura, religiosidade e comércio na cidade: a festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário**. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH, 2010.

COSTA, Carmem Lúcia. Mulheres fazendo balbúrdia: uso e apropriação do espaço na Universidade Federal de Catalão (GO). In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; COSTA, Carmem Lúcia Costa, MIYAZAKI, Leda Correia Pedro. **Balbúrdia geográfica: natureza,**

produção, uso e apropriação do espaço no campo e na cidade. Ituiutaba: Barlavento, 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, Renata W. G.; SILVA, Janaína C.; SOUZA, Tatiana M. C.; COSTA, Carmem L. **A escuta do sofrimento psíquico na Pandemia da Covid-19.** *Jornal Opção*, Goiânia - GO, p. 01 - 01, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/a-escuta-do-sofrimento-psiquico-na-pandemia-da-covid-19-244260/>

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. In: **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** Rio de Janeiro, vol. 15, junho de 2008.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo. Políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INEP. Resumo técnico do censo da educação superior 2017. Disponível em: file:///F:/Desktop/dados/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf

MASSEY, Doren B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MOVIMENTO PARENT IN SCIENCE. PRODUTIVIDADE ACADÊMICA DURANTE A PANDEMIA: Efeitos de gênero, raça e parentalidade, 2020. Disponível em: https://327b604e5cf4492b910be35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true

PEDROSO, Mateus Fachin; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; CESAR, Tamires Regina A. de Oliveira; PINTO, Vagner André Moraes; SILVA, Edson Armando. Mulheres na construção do pensamento geográfico? Um encontro entre a AGB – PP ‘Bertha Becker’ e Joseli Maria Silva. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, jan.-jun./2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In: VENTURINI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Sueli (orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004)

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURINI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Sueli (orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Elza Ferreira. **Mulheres entre o lar e a escola: os porquês do magistério.** São Paulo: Annablume, 2009.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 210-226, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço – técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Joseli Maria. “Relatos de si”: eu, a geografia e o indizível no campo científico. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, vol. 2, n. Especial “Múltiplas e microterritorialidades nas cidades”, p 173-189, junho, 2020.

SILVA, Joseli Maria. CÉSAR, Tamires R. A. de Oliveira e PINTO, Vagner André Morais. Gênero e Geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo do saber. In: **Revista ANPEGE**, vol. 11, n 15, 2015.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; JÚNIOR CHIMIN, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. In: **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades. Jul-dez, 2019. Disponível em: <file:///F:/Desktop/artigos%202019/artigo%20joseli%20sobre%20lefebvre.pdf>

Sobre a autora

Carmem Lúcia Costa

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Catalão (1992) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Goiânia (1998). Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2010). Atualmente é professora da Universidade Federal de Catalão. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, Geografia e Educação, Geografia, Gênero, Trabalho e movimentos sociais. Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia UFCAT. Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos - UFG/Goiânia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Dialogus - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Trabalho e Cultura. Atualmente é aluna do Curso de Bacharelado em Psicologia na UFCAT

Como citar esse artigo

COSTA, Carmem Lúcia da. Mulheres e suas Geografias em Universidades Brasileiras. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 210-226, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7960

Recebido em: 2020-07-25

Aceito em: 2020-07-30

MULHERES E GEOGRAFIA – REFLEXÕES PERTINENTES?

Roseli Alves dos Santos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (campus de Francisco Beltrão)
orcid.org/0000-0002-4220-2044
E-mail: roseliasantos@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7965

Resumo

Este texto decorre da sistematização da exposição realizada a convite da Revista Geoatos para o debate online – Geógrafas brasileiras: contextos e desafios. A construção do presente texto teve por base as experiências vivenciadas ao longo da docência geográfica e das pesquisas realizadas, além dos trabalhos efetivados no âmbito acadêmicos e dos movimentos sociais e populares. Assim, objetivamos dar prosseguimento aos debates aflorados durante a realização do encontro online, respondendo as questões formuladas e inseridos a partir de uma reflexão teórica a importância da leitura geográfica para compreensão da participação das mulheres nos diversos espaços e as dificuldades enfrentadas em uma sociedade patriarcal, destacando assim o papel social que a geografia pode desempenhar na atualidade com vistas a auxiliar na sua compreensão e a fomentar mudanças mais justas e equitativas.

Palavras-chave: Mulheres; Geografia; Patriarcado.

WOMEN AND GEOGRAPHY - PERTINENT REFLECTIONS?

Abstract

This text is the result of the systematization of the exhibition held at the invitation of Geoatos Magazine for the online debate - Brazilian Geographers: contexts and challenges. The construction of this text was based on the experiences of the geographic teaching and research carried out, in addition to the work carried out in the academic field and in social and popular movements. Thus, we aim to continue the debates that have emerged during the online meeting, answering the questions formulated and inserted from a theoretical reflection the importance of geographic reading for understanding the participation of women in the various spaces and the difficulties faced in a patriarchal society, thus highlighting the social role that geography can play today in order to help in their understanding and to promote fairer and more equitable changes.

Keywords: Women; Geography; Patriarchal.

FEMMES ET GÉOGRAPHIE - RÉFLEXIONS PERTINENTES?

Résumé

Ce texte découle de la systématisation de l'exposition réalisée à l'invitation du Magazine Geoatos pour le débat en ligne - Géographes brésiliennes : contextes et défis. La construction de ce texte a été fondée sur les expériences vécues au cours de l'enseignement géographique et des recherches réalisées, en plus des travaux effectués dans le domaine académique et des mouvements sociaux et populaires. Nous avons donc l'intention de poursuivre les discussions qui ont eu lieu de la rencontre en ligne,

répondant aux questions formulées et insérées à partir d'une réflexion théorique, sur l'importance de la participation des femmes dans les différents espaces et les difficultés rencontrées dans une Société patriarcale, soulignant ainsi le rôle que la géographie peut jouer à l'actualité en vue d'aider à sa compréhension et décourager des chargements plus justes et équitables.

Mots-clés: Femmes; Géographie; Patriarcat.

Introdução

A revista *Geoatos*, neste momento de isolamento social em que vivemos, nos propôs, no dia do geógrafo e da geógrafa, um debate a partir da temática *Geógrafas brasileiras: contextos e desafios*. Esta experiência foi realizada no dia 28 de maio de 2020, via online, juntamente com três outras pesquisadoras: Larissa Araújo Coutinho de Paula; Carmem Lucia da Costa e Vanessa Dias de Oliveira. Assim, neste texto buscamos sistematizar alguns dos pontos relevantes debatidos, pois tratamos de um conteúdo amplo e complexo como o é a ciência geográfica. Desta forma, objetivamos trazer elementos para a reflexão a partir do cotidiano e das experiências decorrentes das práticas geográficas, seja pela pesquisa, ensino e/ou extensão que extrapolam o período de pandemia que vivemos. Neste sentido, é importante posicionar as/os leitoras/es sobre quem fala: sou professora, negra, da classe trabalhadora, brasileira, latina, feminista, mãe, filha, irmã, amiga, esposa entre outras denominações que me constituem enquanto mulher. Todavia, quando nos referimos ao percentual de 50 por cento da população mundial, não podemos falar em mulher, mas em mulheres, com todas as suas diversidades e especificidades. Assim, não temos uma temática que se finda neste debate, ao contrário exige visibilidade acadêmica, e aqui tratamos da geografia. Nesta seara, evidenciamos que não há uma unicidade na abordagem proposta, o que caracteriza esta como apenas uma visão construída a partir da nossa prática geográfica e que remete as leitoras, leitores e leitorxs a considerar se as reflexões são ou não pertinentes para a geografia e para a interpretação espacial que realizamos.

Gênero e Geografia – nos espaços públicos e privados

Para iniciarmos nossa reflexão destacamos que a geografia, ao ter o espaço como seu objeto de estudo e compreendê-lo a partir das dinâmicas naturais e sociais, considera a sociedade como um elemento estruturante deste. As sociedades por sua vez, têm características culturais, políticas e econômicas distintas, no entanto em todos os espaços

há uma classificação singular constituída a partir do elemento biológico entre machos e fêmeas relacionando-os à existência de homem e mulher. Todavia, este é um estereótipo que não é resultado desta simples correlação, pois as mesmas variáveis vão dar origem a diferentes homens e diferentes mulheres. Reconhecendo este contexto, neste momento nos atentamos para as singularidades de que as sociedades são divididas entre homens e mulheres. Outro elemento singular, que não é novo, decorre que a maior partes das sociedades são estruturadas a partir de sistema patriarcal, no qual os homens são dominantes e as mulheres sofrem discriminações e são marginalizadas e violentadas por serem mulheres, condição esta que se agrava de acordo com a sua sexualidade, classe, etnia etc., o que indica uma leitura interseccional.

Como destaca Silva (2015, p. 312),

Ao conjunto da população identificado como “mulheres” relegaram-se atributos os quais persistiam em distanciar-las das questões de ampla valorização social. Destaca-se ainda a sobrevalorização das características masculinas nas atividades de maior status socialmente, atitude originada da divisão sexual do trabalho, subordinada ao pensamento patriarcal.

Ao tratarmos da sociedade formada pela população de determinado espaço, considerando a parte constituída pelos homens, inviabilizamos metade da sociedade composta pelo grupo de mulheres, que tem acesso aos espaços públicos e privados diferente dos homens em virtude da perspectiva patriarcal e pelo fato de ser mulher, como veremos ao longo do texto.

Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. (BEAUVOIR, 2016, p.24)

A partir desta realidade é que observamos um movimento com a participação de geógrafas, geógrafos e geógrafxs do Brasil e de outros países, buscando romper com a leitura da geografia como uma neutralidade. É um movimento que ganha maior expressão política e acadêmica na Europa e Estados Unidos na década de 1970 e tem avançado a partir dos anos 1990 na América Latina e de forma bastante rica no Brasil, ao incorporar a geografia de gênero e também da diversidade sexual. Nos apoiando em Silva (1998),

podemos considerar que o surgimento deste debate tem contribuições dos movimentos feministas que trazem novos olhares e perspectivas de análises da realidade.

A aproximação da leitura geográfica com a abordagem de gênero teve nos movimentos feministas um elo fundamental para a visibilidade das questões envolvendo as mulheres. É importante destacar que, embora pouco expressivo em termos de quantidade, alguns trabalhos geográficos envolvendo a participação das mulheres nas formações espaciais, como a tese de livre-docente de Rosa Ester Rossini, em 1984, tratando da geografia e gênero- a mulher na lavoura canavieira paulista, foram preliminares no debate que toma fôlego na década de 1990.

A ampliação da visibilidade das temáticas envolvendo as mulheres nos diversos espaços geográficos, ocorre a partir do aumento na participação deste grupo na vida acadêmica. De acordo com a Sinopse Estatística de Educação Superior no Brasil, em 2017 havia 392.036 docentes no Ensino Superior, sendo que 54% era composto por pessoas do sexo masculino e para este mesmo ano em relação ao número de estudantes graduados em curso superior 59% eram mulheres. Cabe destacar que mesmo as mulheres tendo mais formação superior não é maioria no mundo acadêmico, no entanto, o aumento da presença feminina nos diversos espaços é importante uma vez que trazemos leituras diferenciadas, construídas a partir das vivências desiguais existentes nos processos de formação dos espaços geográficos.

Destarte a relevância da referida participação, a predominância masculina nas produções acadêmicas, continuam a existir, seja em termos quantitativos ou das obras principais utilizadas. A estrutura de dominação dos homens nos espaços públicos e a associação das mulheres aos espaços domésticos vinculado às atividades de cuidado com as tarefas de reprodução domésticas e com as pessoas, especialmente crianças e idosos, reforçam a discrepância existente. Mesmo com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, as atividades de cuidado permanecem na construção coletiva e nos cotidianos como responsabilidade das mulheres, gerando a sobrecarga de trabalho, como é comumente conhecida.

A geografia na atualidade, especialmente a Crítica, tem contribuído na desmistificação desta dominação masculina como algo natural. Essa desconstrução é fruto do trabalho desenvolvido a partir de uma geografia feminista, adotada por mulheres, mas não exclusivamente por elas, que fomenta as pesquisas e cria uma rede de formação e

informação em torno da geografia de gênero, a qual tem abarcado também o debate das diversidades sexuais.

Nesse sentido Silva (1998, p.107) destaca que:

O feminismo, independente de seus matizes teóricos, é um projeto político comprometido com a mudança social orientado para conseguir a igualdade humana. E, nesse sentido, explicita as desigualdades de gênero, mostrando como as relações sociais são também atravessadas por relações desiguais entre homens e mulheres que contribuem para a subordinação destas, na sociedade.

Neste contexto, novos temas e problemáticas cotidianas tem sido ampliadas ou introduzidas nas pesquisas geográficas. As abordagens de gênero na geografia trazem os debates da distribuição e ocupações dos espaços públicos e privados por homens e mulheres, resultando na visibilidade da discriminação e violência sofrida pelas mulheres, a dificuldades de acesso e permanência nos espaços públicos, bem como da sua participação na gestão destes.

Temas como a feminização da pobreza, o aumento da proporção de mulheres chefes de família, as migrações femininas no mundo, as economias nacionais baseadas em remessas de capitais e como esses elementos redesenham as relações entre os sexos nos locais de origem, a participação das mulheres nos movimentos camponeses (como no Movimento dos Sem-Terra), e, acima de tudo, os desiguais efeitos que, sobre as mulheres e homens, estão produzindo a globalização, são algumas das questões que, apesar da sua inequívoca importância territorial, a Geografia brasileira tem ignorado (SILVA et al, 2009, p.40).

A preocupação dos autores é legítima e passado mais de dez anos da publicação do texto, a geografia ainda prescinde do reconhecimento das temáticas de gênero nos trabalhos desenvolvidos. Verificamos inúmeras publicações geográficas que tratam dos espaços, utilizam informações sobre os sujeitos e não fazem distinções das ações e interferências diferentes entre homens e mulheres nos contextos estudados. Assim questionamos como pode ser tratado do tema da organização espacial a partir das práticas agroecológicas que são realizadas majoritariamente por mulheres, sem compreender a lógica de estrutura das famílias produtores e considerando apenas o número de pessoas envolvidas com a produção?

O reconhecimento das diferenças de gênero e as formas de ocupação do espaço, possibilitam, por exemplo, o ordenamento espacial considerando o acesso das mulheres no

sistema de mobilidade, dos postos de trabalhos, das ocupações, da oferta de creches e escolas, do transporte público e da efetivação de regras normativas para participação das mulheres, especialmente nos espaços públicos, sem que as mesmas sofram preconceitos e assédios. A participação das mulheres, quer seja na economia doméstica ou na economia formal, é cada vez mais presente e significativa, no entanto, ainda recebem menor salário e têm menos condições de progresso profissional, quer seja pela conjugação das jornadas domésticas e de trabalho formal, quer pela dimensão cultural que a considera de forma menos capaz. Como destaca Abramo (2006), as desigualdades de gênero e raça se expressam nos indicadores do mercado de trabalho, mas com uma participação menor em relação aos homens e, também, em relação aos grupos de mulheres de acordo com os anos de escolaridade, etnia.

No entanto, observam-se diferenças importantes por gênero e raça. Ainda que esses avanços tenham beneficiado homens, mulheres, negros e brancos, eles não se distribuíram igualmente entre esses grupos. O nível de escolaridade das mulheres é claramente superior ao dos homens, mas as desigualdades raciais não se reduzem.

A taxa de desemprego de mulheres e negros é sistematicamente superior à de homens e brancos e a taxa de desemprego das mulheres negras é quase o dobro da dos homens brancos (ABRAMO, 2006, s/p).

Cabe lembrar, conforme ressalta Silva (1998, p.107), que “a Geografia de gênero não é ‘Geografia das ou de mulheres’, pois assim pareceria que só estudaríamos a metade da humanidade e que somente as mulheres poderiam fazer uma Geografia feminista”. A autora afirma ainda que o “gênero” é uma categoria de análise geográfica que tem nas teorias feministas um ponto de apoio para as leituras geográficas e de proposições de mudanças diante a realidade espacial. “Entendido que o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações de gênero” (SILVA, 1998, p.108). A partir desta análise, Silva (1998), estabelece a relação de gênero com a dimensão espacial em suas múltiplas escalas e as diferencialidades decorrentes da organização social, que tem nas diferenças de gênero uma expressão territorial, que é fruto de processo de construção social, como é o espaço geográfico e que, portanto, imprime nestas as diferenças de acessos e permanências, além das desigualdades e das discrepâncias de ordem econômica, cultural e política articuladas às relações de classe e etnia.

Neste sentido, Louro (2015), reforça a importância da leitura geográfica articulada entre gênero e classe, pois as diferenças econômicas presentes nos espaços também conformam diferentes tipos de mulheres, o mesmo ocorrendo quando se considera a etnia. A não consideração destas categorias implicaria numa leitura parcial dos grupos de mulheres, as vivências espaciais em relação a mobilidade urbana, por exemplo, entre as mulheres ricas e as da classe trabalhadora não são as mesmas. Embora na cultura machista as duas são subjugadas e abusadas por serem mulheres, enquanto as da classe alta circulam em seus veículos, mesmo sendo inferiorizadas como motoristas, as mulheres da classe trabalhadora enfrentam ônibus lotados e precisam se desvencilhar dos assédios corporais, entre outros. Ambas são marginalizadas, mas as condições são distintas. O mesmo contexto se reflete em relação às mulheres negras e as brancas não somente em relação ao preconceito direto, mas as formas veladas como estas ocupam os espaços, por exemplo, nos condomínios e centros empresariais. No mercado de trabalho as negras geralmente ocupam os postos dos trabalhos domésticos enquanto as brancas os cargos de maior visibilidade pública. No entanto, as situações de opressões, discriminações e violências são sofridas pelas mulheres, uma vez que a origem desses problemas está no bojo da sociedade patriarcal, que privilegia os homens, especialmente os adultos, os brancos e ricos. O discurso de subalternidade e dominação sobre as mulheres está presente na construção dos espaços urbanos, rurais, públicos e privados.

No caso das mulheres, suas características físicas e biológicas, serviram de fatores para sua inferiorização, mantendo-a subjugada e, dessa forma, mais disponível à exploração. De naturais, as diferenças entre os sexos passaram a ser culturais, e por isso a categoria de gênero é útil para compreender essa construção social, sobre o que é entendido como feminino ou masculino, e desnaturalizar a opressão feminina, ao revelar as bases materiais e simbólicas das desigualdades entre homens e mulheres (LOURO, 2015, p.14).

A participação das mulheres na geografia brasileira, o que Silva et al (2009) denominou de feminilização aumentou, como destacam os autores no período estudado de 1978 a 2008. No entanto, o aumento na quantidade de mulheres não significou um aumento na mesma proporção das temáticas envolvendo as questões femininas. Permanece uma seletividade em torno dos homens na geografia, o que é evidenciado pelos autores nas redes de influência das quais são inseridos. As redes nas quais as geógrafas estavam envolvidas eram menores, evidenciando uma seletividade.

Os autores destacam que ocorre a feminização da geografia, mesmo sem abalar a estrutura de reconhecimento e de poder na seara desta ciência e que estas se tornaram produtoras do conhecimento geográfico, “ (...) mas a ciência praticada pelas mulheres geógrafas não se diferencia da produção científica masculina e muito pouco tem contribuído para construir a visibilidade das espacialidades femininas (SILVA et all, 2009, p. 50).

A ausência das relações de gênero no discurso geográfico ultrapassa a análise da presença feminina no exercício profissional e deve avançar na compreensão das estruturas de poder decisório, capaz de manter a seletividade das características da Geografia brasileira. Nesse sentido, compreender as articulações das posições de mando e as estruturas discursivas é fundamental, notadamente pelo resgate histórico da construção do saber científico geográfico brasileiro e do poder contido em seus enunciados científicos, que tornaram certos elementos socioespaciais, como as desigualdades entre homens e mulheres, pouco visíveis e considerados de menor importância científica (SILVA ET ALL, 2009, p.55).

Como observamos o caminhar da feminização da geografia é lento e uma contribuição tem decorrido dos eventos científicos que nos últimos anos têm trazido o debate de gênero no rol das discussões, especialmente nos espaços de debate destinado a apresentações de trabalhos, dos quais participam majoritariamente os estudantes de graduação e pós graduação em geografia. É ainda uma participação tímida, a qual tem sido forjada pela participação das geógrafas que tem se dedicado a estas pesquisas e a importante contribuição, nacional e internacional, de geógrafas como Joseli Maria Silva que representa o Brasil no setor de gênero da União Geográfica Internacional. Estas participações dos pesquisadores e pesquisadoras tem contribuído para que as temáticas de gênero ganhem espaços e, acima de tudo, têm possibilitado a construção de redes. Pois as produções geográficas que eram realizadas por pessoas isoladas nas inúmeras universidades de Geografia ao se encontrarem fortalecem os laços e vão pouco a pouco solidificando as bases teóricas e empíricas para que as abordagens de gênero sejam efetivadas.

A incorporação das temáticas de gênero na geografia requer além da ampliação das participações, o estabelecimento de redes científicas que possam garantir a inserção na formação acadêmica, que como destaca Silva *et all* (2009) precisa estar presentes nos currículos. No entanto, vivemos na política brasileira um movimento inverso de tentativa de destruição das temáticas de gênero e a sua desmoralização enquanto saber científico.

Trata-se de movimento calcado em valores morais e religiosos que evidenciam que os

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 227-242, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

debates surgidos têm causado incômodos para alguns. A estrutura patriarcal da sociedade se sente ameaçada quando as temáticas de gênero e as opressões e violências decorrentes são reveladas. Como temos demonstrado, tem sido um longo percurso para inserção das temáticas na ciência e, mesmo assim, os resultados têm abalado e amedrontado aqueles que são privilegiados quando as temáticas de gênero não ganham espaço.

É importante destacar que o conceito de gênero, considerado por nós, é baseado na leitura de Scott (1990) que afirma que o mesmo deriva de uma relação de poder entre homens e mulheres e lhes atribui papéis sociais. Utilizamos também da leitura de Saffioti (2004), sobre o conceito de patriarcado que se constitui numa estrutura de dominação dos homens sobre as mulheres, resultando em processos de violências. Assim, o uso exclusivo do conceito de gênero para explicar a situação das mulheres, poderia levar a uma visão neutra ao desconsiderar que os papéis sociais desempenhados pelos homens os privilegia.

O patriarcado, como a dominação masculina sobre as mulheres, de acordo com Saffioti (2004), não é exclusividade da sociedade atual, nem da sociedade capitalista, perpassando diferentes sociedades, mas se acirrando com o capitalismo e assim como o conceito de gênero, resultando de uma construção histórica. Todavia, também aos homens a estrutura do patriarcado pode ser considerada como uma opressão, impondo a estes, desde meninos, posturas e comportamentos que ferem a própria corporeidade, inibindo ou mascarando suas dores. Não obstante as dificuldades de muitos homens e as decorrências nefastas do regime patriarcal para estes, a opressão é inexoravelmente maior para as mulheres, que são penalizadas física e emocionalmente diante das posturas construídas historicamente pelos homens. Ao longo das últimas décadas tem aumentado os questionamentos e a tentativa de rompimento com estes padrões. Entretanto, essas lutas ainda são minoritárias e não afetam, de modo contundente, a sociedade patriarcal.

Da opressão patriarcal deriva privilégios aos homens que podem ocupar os espaços, assim como suas ideias tendem a prevalecer quando nos referimos a produção e ordenamento espacial. A política eletiva demonstra esta realidade, atualmente na Câmara, composta por 513 deputados, apenas 77 são mulheres (15%) e 436 homens (85%). Desse contingente a maioria é formada por pessoas brancas (75%). A ausência das mulheres em espaços como este se constitui em maior dificuldade para mudanças.

Como destaca Santos e Santos (2017), há uma invisibilidade das necessidades das mulheres a medida em que existe um discurso atribuindo à elas as atividades de cuidado, mas, concomitantemente, tais atividades não são priorizadas socialmente, como por

exemplo a construção de escolas em tempo integral, auxílio maternidade para mulheres que não estão no mercado formal de trabalho, entre outras demandas que as políticas públicas poderiam garantir.

É importante aqui nos atermos ao discurso comumente presente de que as temáticas de gênero não são objeto de estudo da geografia e que ao indicarmos a importância da presença dos grupos minoritários (não em termos quantitativos) estaríamos reafirmando a não cientificidade geográfica dos temas. Ao contrário, quando consideramos a geografia como uma ciência humana cujos espaços se constroem a partir das dinâmicas das sociedades, as questões de gênero são fundamentais na construção das bases de organização social, sendo elas explicativas inclusive da invisibilidade destes grupos, aqui neste texto com destaque as mulheres e a sua presença objetiva e subjetiva na construção das segregações espaciais. A pertinência geográfica ainda decorre do compromisso científico desta ciência com as injustiças espaciais e as proposições de mudanças a partir da racionalidade científica para construção de uma sociedade mais justa do ponto de vista social, portanto com equidade de gênero.

Ainda neste sentido, lembramos das violências como decorrências desta estrutura patriarcal. As mulheres vítimas de violências têm dificuldade psicológica e social de romper com a situação uma vez que suas ações são julgadas pelos clivos da moralidade e da doçura feminina, maternal que “cuida” de todos e, portanto, deve ser compreensiva para com as atitudes “descontroladas” dos homens provedores dos lares. Ainda há a dificuldade de se colocar no mercado de trabalho e se manter materialmente, pois a mesma casa da qual é considerada a “rainha do lar”, é o primeiro lugar de perda, uma vez que é neste espaço privado que a violência ocorre e é silenciada.

A própria maternidade, que supostamente encerra em si uma questão natural, reforça o papel socialmente definido para a mulher, desde a escolha do enxoval do bebê e a organização de como cuidará ou delegará à outra pessoa (geralmente uma mulher) o cuidar do bebê, independente de ter ou não um(a) companheiro(a). A maternidade está vinculada à figura da mulher e não estamos nos referindo ao gerar, mas ao criar o filho/a. Embora pareça ser absolutamente natural a identificação de determinados comportamentos ou instintos à maternidade, por um lado, e a vinculação à comportamentos mais virilizados estarem relacionados mais à figura masculina, por outro, consideramos urgente repensar estas verdades e indagarmos se de fato são comportamentos oriundos de uma matriz biológica, vinculados intimamente ao desenvolvimento da espécie ou se são construções fortemente marcadas por aspectos culturais, por interesses sócio

históricos e comprometidos com a manutenção de um determinado status quo patriarcal ainda imperativo na atualidade (SANTOS e SANTOS, 2017, p.180).

Estes apontamentos nos remete a importância de a ciência geográfica discutir e incorporar gênero aos seus arsenais teóricos como uma categoria analítica.

André (2019) chama a atenção de que a geografia, ao longo de sua construção histórica, foi incorporando leituras de acordo com os contextos e mudanças na realidade, para a autora, “Público e privado, produção e reprodução, trabalho e lazer, trabalho formal e Informal passaram a ser conceitos indissociáveis” (ANDRÉ, 2019, p.21). De acordo com a autora, a geografia nos estudos trazia as diferenças entre homens e mulheres, especialmente em termos descritivos. A partir da incorporação das temáticas sociais o caráter descritivo cede espaço às leituras das problemáticas sociais, incluindo aquelas para além das demandas econômicas, para as quais o marxismo foi de grande valia na interpretação geográfica.

Ao considerar a divisão entre o trabalho produtivo e reprodutivo destaca:

O agregado doméstico asseguraria, no seu conjunto, a articulação entre os dois domínios da economia: o público, onde eram obtidos os rendimentos necessários aos consumos domésticos, através dos salários dos homens, e o privado, onde as mulheres garantiam a procriação e o trabalho doméstico, complementando as restantes instituições de reprodução social. Marginalizado o seu lugar na sociedade, por via da exteriorização de um grande número de tarefas, de produção e de reprodução, que estavam incluídas anteriormente na esfera doméstica, a parecia responder, de forma eficaz, instituição familiar às solicitações do desenvolvimento capitalista (ANDRE, 2019, p.225).

Embora os estudos geográficos estejam tradicionalmente relacionados aos espaços públicos (de dominação masculina) onde ocorrem as transações de poder e de ordenamentos territoriais, queremos trazer, também, a leitura geográfica dos espaços privados ou no espaço doméstico (representado pela casa), espaço este que representa na perspectiva da sociedade patriarcal o lugar das mulheres, o qual para elas é por vezes espaço de aprisionamento e violências silenciadas.

Especialmente num momento como este em que vivemos uma pandemia decorrente do COVID 19, a casa tomou uma centralidade de encontro. Muitas famílias, especialmente da classe média, estão confinadas nas suas casas onde se mora e têm todos os trabalhos cotidianos. A casa tem se tornado para muitas pessoas, além da função de

abrigo, também espaço do trabalho formal “*home office*”, espaço de lazer, espaço escolar (aulas remotas), espaço de cuidados com a saúde, espaço de professar a religiosidade, de atendimento psicológico onde tudo é vivenciado em termos virtuais, remotos mas também na construção real, concreta.

É importante destacar que muitas famílias não vivem este processo em suas casas, pois a classe trabalhadora, independente de considerar o isolamento social importante e/ou necessário precisa se deslocar diariamente aos seus postos de trabalho, que pode ser as casas daquelas pessoas que tem condições econômicas de se isolarem. Que tem uma superlotação e precarização do seu espaço privado, com crianças que não estão indo à escola nesse momento mas que precisam usar o espaço para estudar, mesmo que as estruturas físicas sejam precárias, como a mídia tem demonstrado nos últimos tempos, como se a privação espacial fosse resultado da pandemia.

E temos, ainda, uma pequena parcela da população que mesmo isolada tem acesso aos profissionais que exercem os trabalhos domésticos. Não se trata de generalizações e nem mesmo entendamos abarcar a todos os espaços domésticos. Nossa reflexão parte de alguns apontamentos gerais que ocorrem nos espaços domésticos e que a geografia pode contribuir com as análises e desta forma trazer mais elementos à mudança das situações de dominação e exclusão das mulheres, impedindo ou dificultando as suas ações nos espaços públicos. Na sequência o depoimento de uma jovem estudante de geografia de uma universidade pública.

Neste período pandêmico, eu refleti muito sobre autonomia, mas não necessariamente pude usufruir dela, visto que com o isolamento social os trabalhos domésticos se intensificaram, e por mais que estes sejam divididos onde eu moro, todo o processo de "gerenciamento" é por eu executado, o que torna exaustivo física e mentalmente (depoimento via remota, em 16/10/2020).

Para muitas famílias a pandemia acabou por unir os espaços públicos e privados, seja para trabalho formal, escolar, religioso, lazer entre outros. As funções de produção e de reprodução, que ao longo da história foram separadas, ocupam o mesmo espaço. Então o espaço da mãe, mulher que era denominado do espaço da rainha do lar foi sendo ocupado por todos os membros de casa. E agora qual é o seu espaço?

O trabalho doméstico, considerado como um trabalho feminino foi ampliado com a pandemia, pois hábitos de higiene são ainda mais exigidos. O cuidar das crianças que

não vão para as creches e escolas e ainda requer ajuda nas tarefas escolares é uma função exaustiva, assim como o cuidado com os idosos e acamados que além da atenção a saúde precisam ser isolados. Um isolamento coletivo. Junta-se a estas outras funções costumeiramente intrínsecas às mulheres para a manutenção das famílias, como a preparação da alimentação, que em muitos casos se tornou escassa pela crise política e econômica que acompanha a Pandemia, não bastasse o aumento dos abusos de violência veladas e explícitas.

As formas de violência contra as mulheres, como destaca Saffioti (2004) estão vinculadas à estrutura patriarcal e tende a ser banalizada ou naturalizada. Podemos utilizar a análise da autora quando se refere à violência como ruptura de integridades e que provoca problemas para as mulheres vítimas, assim como a todos que convivem neste mesmo espaço. Estabelece a educação pela violência, que tende a se manter, pois existem diferentes motivos que forcem as mulheres a permanecerem nesta sujeição.

Segundo esta perspectiva teórica, a violência doméstica, exercida no espaço privado, é necessariamente pública e diante as dificuldades concretas existentes, o Estado, através das políticas públicas, deve agir para coibir, pois do contrário, estará reforçando as formas de violência. Mais uma vez destacamos que a participação das mulheres é fundamental, pois são elas as principais vítimas do processo, devendo, portanto, assumir o protagonismo das mudanças.

Conclusões/Perspectivas

Concluir este texto é uma tarefa difícil, pois por mais concreta que seja a importância da participação das mulheres nos diversos espaços e da fragilidade desta participação que não decorre de elementos biológicos e nem de uma naturalização do ser mulher ou ser homem, ainda precisamos reforçar tais elementos a todo instante e, no mundo acadêmico, nos impor utilizando da perspectiva de produção que valoriza os trabalhos masculinos.

Temos que romper com a lógica da produção masculina de invisibilidade de parcela da sociedade constituída pelas mulheres e LGBTQI+, nos colocando neste mesmo processo produtivo que exige das mulheres sobrecargas de trabalhos e ainda, colocam em xeque o caráter científico de suas preocupações. A todo instante as mulheres são chamadas a comprovar a cientificidade das suas proposições, mesmo na geografia que tem visto a

ampliação das temáticas de gênero, diversidade sexual, questões étnicas entre outras de relevância social.

A Pandemia, ao mesmo tempo que provoca o isolamento, visibiliza as diferenças existentes e mostra sinais de esgarçamentos da supremacia masculina, quando as mulheres começam a clamar nas redes sociais, muito utilizadas neste momento, mudanças nas divisões de tarefas domésticas, reconhecimento do seu papel produtivo nas relações de reprodução, reconhecimento profissional e cuidados com a sua saúde mental. Isso é possível observar, como no debate online coordenado pela revista. Esta reflexão nos parece muito pertinente, especialmente porque traz ao público algo que era restrito ao espaço privado.

Por outro lado, temos um número ainda mais expressivo de mulheres que não tem acesso a estes canais, seja por falta de instrumentos, de conhecimento ou de autonomia do tempo e do espaço para parar, refletir e agir sobre a dominação e as opressões decorrentes. Assim, lembramos o aumento da violência doméstica, pois no caos estão as mulheres e os homens violentos dividindo o mesmo espaço. Uma violência que gera sofrimento e reflete num modelo de educação de naturalização da opressão e dominação sobre as mulheres, trata-se do rito da repetição. A consequência tem sido drástica, como o aumento dos casos de feminicídios.

A organização dos tempos de trabalho formal e doméstico exigem das mulheres uma sobrecarga que poderá recair sobre a sua produtividade ou o adoecimento por estresse decorrente das múltiplas atividades, mas também da auto pressão para corresponder ao padrão de mãe, esposa, cozinheira, lavadeira, a manutenção da casa com a ampliação do trabalho diante o aumento da necessidade de higienização dos espaços, mais tempo na limpeza, nas compras do mercado entre outros. As redes de apoio são fundamentais tanto neste contexto de Pandemia que evidencia as vulnerabilidades quanto fora dele.

O uso das tecnologias como forma de se conectar diante o isolamento social, pode ser utilizado como uma ferramenta importante para as mulheres mostrarem suas construções, suas reivindicações e os problemas que enfrentam. Entretanto, esta ferramenta ainda é pouco, pois muitas mulheres não terão acesso às redes. Nesse sentido, cabe a nós (falo as geógrafas de forma especial) construirmos estas redes de apoio no seio da ciência geográfica, não exclusivamente de forma a dar vozes as mulheres dentro e fora da academia, mas também ao trabalharmos com uma ciência que se ocupa do espaço geográfico e sabendo que este é uma constituição política, econômica e social. Temos que

fomentar a edificação de políticas públicas que possibilitem às mulheres saírem dos espaços privados de encarceramento para espaços públicos e privados de exercício da autonomia e da equidade de gênero, espaço de respeito e de utopias, rompendo com os silêncios que nos amordaçam ao longo da história. A independência é um mecanismo para melhorar a situação das mulheres, uma vez que promove a autonomia em todos os sentidos.

Considero estas reflexões pertinentes para aqueles e aquelas que ambicionam romper com as cercas das opressões (parafraseando o último SINGA) e impertinente aqueles que preferem o privilégio do lugar instituído.

Referências

ABRAMO, Lais. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Cienc. Cult.** vol.58 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2006.

ANDRE, Isabel Margarida de Almeida. **O falso neutro em geografia humana: gênero e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico.** Lisboa: Ideias e Comunicar, 2019.

LOURO, Maira. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N. 38, P.XX-XX, JUL./DEZ. DE 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. Reminiscências, releituras, reconceituações. **Revista Estudos Feministas**, p. 97- 103, 1992.

SAFFIOTI. **Gênero, Patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Roseli Alves dos. SANTOS, Luiz César Teixeira. Gênero e Corporeidade. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 177 - 193, jan. / jul. 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16(2), 5- 22, jul.-dez, 1990.

SILVA, et all. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê Geográfico**. Goiânia-GO v. 3, n. 2, p.38-62, set/2009.

SILVA, Suzana Maria Veleza. ALMEIDA, Andresa Cristiane Colvara. A inserção de mulheres na indústria de construção naval e off-shore em Rio Grande-RS: a relação com o sindicato. **Revista Pegada** . Vol. 16, n. 2, 2015.

Sobre a autora

Roseli Alves dos Santos

Professora Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, nos cursos de graduação, mestrado e doutorado em Geografia, cuja trajetória acadêmica na área de Ciências Humanas conta com graduação e especialização em Geografia na Universidade Estadual de Maringá, Mestrado e Doutorado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Pós-doutorado na Université de Caen Normandie França. Líder do Grupo de Pesquisa Corpo, gênero e Diversidade e membro do grupo de estudos Geolutas, faz parte do Observatório da Questão Agrária no Paraná e Núcleo de Defesa dos Direitos das Mulheres Maria da Penha.

Como citar esse artigo

SANTOS, Roseli Alves dos. *Mulheres e Geografia – Reflexões Pertinentes?* **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 227-242, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7965

Recebido em: 2020-07-25

Aceito em: 2020-07-30

AS MULHERES NO ÂMAGO DA PRECARIEDADE HISTÓRICA DO MUNDO DO TRABALHO

Vanessa Dias de Oliveira

Universidade Federal de Sergipe (Campus Professor Alberto Carvalho, Itabaiana-Sergipe)

[orcid.org/ 0000-0002-2091-5908](https://orcid.org/0000-0002-2091-5908)

E-mail: vanessa25geo@yahoo.com.br

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7961

Resumo

O artigo é fruto do debate *on-line* feito no desenrolar da Pandemia da Covid-19 (em 28 de maio de 2020) pela Revista Geografia em Atos, direcionado por geógrafas que discutiram a condição da mulher e seus desafios na vida privada e pública, com base em três eixos argumentativos: perfil e atuação das docentes, desafios da questão de gênero e contribuições da mulher para o saber geográfico. Nas questões levantadas partiu-se da compreensão que as determinações de classe, gênero, raça e etnia perpassam por uma categoria fundamental que dá unidade a todas elas: o trabalho. Não há produção do espaço sem trabalho. Tal produção é comandada pelas relações mercantis que criam padrões sociais de desigualdades radicados na propriedade privada capitalista e suas manifestações, entre elas o patriarcado, o machismo, o racismo, a heterossexualidade, e as demais formas de opressão que sustentam o sociometabolismo do capital. Com a reestruturação produtiva, a relação dialética entre o trabalho reprodutivo (sem custo para o capitalismo) e o trabalho produtivo/improdutivo perpetua a funcionalidade das mulheres na lógica orgânica da forma mercadoria, tanto pela reprodução da vida, como pela inserção precária e desvalorizada no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho Feminino; Precariedade; Reestruturação Produtiva e Pandemia da COVID-19.

THE WOMEN AT THE CORE OF THE HISTORICAL RECARIOUSNESS OF THE WORK WORLD

Abstract

The article is the result of an online debate on the Covid-19 Pandemic (on May 28, 2020) by the magazine *Geografia em Atos*, directed by geographers who discussed the condition of women and their challenges in private and public life, based on three argumentative axes: profile and performance of teachers, challenges of the issue of gender and women's contributions to geographic knowledge. In the questions raised began from the understanding that determinations of class, gender, race and ethnicity pass through a fundamental category that gives unity to all of them: the work. There is not production of space without work. Such production is commanded by mercantile relations that create social patterns of inequalities rooted in capitalist private property and its manifestations, among them patriarchy, *machismo*, racism, heterosexuality, and the other forms of oppression that sustain the sociometabolism of capital. With productive restructuring, the dialectic relationship between reproductive work (at no cost to Capitalism) and productive/unproductive work perpetuates the functionality of women in the organic logic of the commodity form, both through the reproduction of life and through precarious and devalued insertion into the world of work.

Key words: Female Work; Precariousness; Productive Restructuring and COVID-19 Pandemic.

LAS MUJERES EN EL CENTRO DE LA PRECARIEDAD HISTÓRICA DEL MUNDO DEL TRABAJO

Resumen

El artículo es resultado de la discusión *on-line* a lo largo de la Pandemia de Covid-19 (en el 28 de mayo de 2020) por la Revista Geografía en Atos, llevado a cabo por geógrafas que discutieron la condición de la mujer y sus desafíos en la vida privada y pública, bajo sus tres ejes argumentativos: descripción y trabajo de las profesoras, desafíos al tema de género y contribución de la mujer al conocimiento geográfico. Para estas cuestiones se ha planteado la comprensión que las determinaciones de clase social, género, raza y etnia pasan por una categoría fundamental que nos lleva a la unidad de todas ellas: el trabajo. No hay producción de espacio sin trabajo. Dicha producción se conduce por las relaciones mercantiles que crean patrones sociales de desigualdades que se radican en la propiedad privada capitalista y sus manifestaciones, entre ellas el patriarcado, el machismo, el racismo, la heterosexualidad, y las demás formas de opresión que sostienen el sociometabolismo del capital. Con la reestructuración productiva, la relación de dialéctica entre el trabajo reproductivo (sin costos al capitalismo) y el trabajo productivo/improductivo sigue la funcionalidad de las mujeres a la lógica orgánica de la forma de mercancía, tanto por la reproducción de la vida como por la inserción precaria y desvalorada en el mundo del trabajo.

Palabras-clave: Trabajo Femenino; Precariedad; Reestructuración Productiva y Pandemia de COVID-19.

Introdução

A preparação para o diálogo *on-line* intitulado “**Geógrafas Brasileiras: contextos e desafios**”, nas circunstâncias do avanço da Pandemia da COVID-19, teve como base as ponderações sobre a reestruturação produtiva em curso (que tem a precariedade do trabalho feminino como um de seus desdobramentos) e também a reflexão da minha trajetória acadêmica na condição de mulher (sobre a contribuição que a Geografia pode prestar ao debate de gênero, sexo, raça, etnia e classe, tendo como base a categoria trabalho). Esse caminhar possibilitou reconstruir os desafios entre vida pública e privada enfrentada pelas mulheres e também reafirmar a certeza da montanha de desafios a conquistar/superar para a construção de uma sociabilidade em que a emancipação humana se efetive para todas as trabalhadoras e trabalhadores.

Nesse momento, a discussão foi mais que oportuna. Ela é necessária porque o alcance veloz do coronavírus em todos os quadrantes geográficos do planeta despiu as mazelas mais profundas das engrenagens do capital e expõe ao mesmo tempo, que todas as tentativas de intervenção na economia para se livrar ou superar a crise nas últimas décadas

têm sido inócuas, pois a crise é irresolúvel do ponto de vista do capital: a crise é estrutural. O grau corrosivo do Neoliberalismo não permite abrir brechas para a absorção de quaisquer demandas democráticas da classe trabalhadora (igualdade salarial e total entre mulheres e homens, direito ao trabalho protegido e estável, a saúde e educação públicas, aposentadoria, etc.). A pernície neoliberal é a expressão suprema da supressão de direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora. A ideia de direitos sociais, como pressuposto aos direitos civis e políticos, tende a desaparecer. Direitos convertem-se em serviço privado. O encolhimento dos espaços públicos como direito externaliza-se espacialmente pela consolidação da propriedade privada: a lógica da mercadoria produz uma relação espaço e tempo abstrata. Anuncia Carlos (2019) que a principal consequência disso é a redução do conteúdo da prática socioespacial, o esvaziamento da sociabilidade. O espaço torna-se vazio, um espaço sem um tempo e reduzido a um código representado em formas abstratas. Isso limita o acesso e o uso do espaço, diluindo o direito de acesso à vida.

Deparamo-nos com um invólucro de contradições dilacerantes em curso e agravadas pela pandemia: o desemprego estrutural e profundo que opera por exclusão é irreversível e está em ascensão em todos os paralelos e meridianos do planeta; a degradação ilimitada da natureza que afeta drasticamente todos os ecossistemas ambientais é rotineira (camuflada pelo falso discurso da sustentabilidade); as falências das parcas conquistas sociais e trabalhistas adquiridas durante a vigência do Estado de “Bem-Estar Social” (tem pulverizado a precariedade do mundo do trabalho como traço de seu funcionamento, atingindo fortemente mulheres, migrantes, indígenas, negros/negras, e nivelada para a desvalorização de toda a classe trabalhadora); o sequestro de serviços públicos pela iniciativa privada (desmonte da ciência, da saúde e da educação como direitos), alia-se a concentração da terra, renda e riqueza. A lista destrutiva é imensa! Esses processos são a negação da essência e existência humana.

A vida torna-se fonte de privação porque o trabalho humano abstrato é a base da privação. A pobreza e a miséria são a expressão material da apropriação desigual do espaço no campo e na cidade, que agravadas no quadro pandêmico, atingem as dimensões objetivas e subjetivas do proletariado (com o comprometimento da saúde mental, intensificação do adoecimento, suicídio, síndromes do pânico, ansiedade e depressão, dentre outras), tanto na vida pública como privada. A assolação do sentido da vida e da confiança no futuro revelam a sociedade em um abismo, a síntese de “um

sociometabolismo da barbárie” para usar a expressão de Alves (2007) ao situar a crise estrutural e identicamente civilizatória em que se encontra o capital.

Nessa dimensão de análise, reafirma-se a categoria trabalho enquanto expressão da práxis social. Como esclarecem Netto e Braz (2009) o trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou se esgota no trabalho. A práxis envolve o trabalho como fundamento e inclui todas as objetivações humanas, como a ciência, a filosofia, a arte, os valores éticos, etc.; a práxis revela o homem como ser criativo e autoprodutivo. Existem formas de práxis voltadas para o controle e exploração da natureza (relação sujeito-objeto) e práxis voltadas para influir no comportamento e ação dos homens (sujeito-sujeito): o homem atuando sobre si mesmo na práxis educativa e práxis política, por exemplo.

A relação dialética homem-natureza mediada pelo trabalho abstrato é a base para a produção social do espaço: é a relação do homem com a natureza e dos homens entre si. Assim, o trabalho estabelece uma explicação do mundo, tendo como horizonte e caminho a totalidade. Menezes (2019) é categórico ao afirmar que a teoria da produção social do espaço de Lefebvre é fundamentada na centralidade do trabalho. O trabalho na perspectiva da produção do espaço é central, tanto porque o situa como referência socioeconômica e, essencialmente, como referência na própria história para o espaço. Como é o processo alienado de produção que engendra o espaço, trabalho e espaço se unem através de profundas contradições e apresentam seus limites históricos à própria reprodução metabólica do capital.

No oceano de contradições do capital a reestruturação produtiva em curso acelera a precariedade e imprime ao mundo do trabalho tendências mundiais de informalização (novas formas de valorização do capital e novos mecanismos geradores de trabalho excedente, que expulsam da produção trabalhadores sobrantes e descartáveis que vão avolumar o contingente do trabalho no comércio e em serviços); uma maior intelectualização do trabalho nos ramos de maior impacto tecnológico-informacional-digital; a uberização, a informalidade e feminização do trabalho; o retorno ao trabalho em domicílio, *homeoffice* e trabalho remoto; o desperdício de força humana e a corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, que vem sendo substituído nas palavras de Antunes (2013) pelo trabalho atípico, terceirizado, pelo cooperativismo, empreendedorismo e trabalho voluntário como regra.

A feminização do mundo do trabalho e seus desdobramentos, um dos focos da discussão desse debate, não pode ser compreendida como um caminho emancipador, pois trouxe às mulheres uma dupla/tripla jornada de trabalho pela simbiose entre o trabalho fora de casa com o reprodutivo. O trabalho reprodutivo, base da estrutura patriarcal que aprisiona a mulher, constitui-se numa forma necessária dentro dos interstícios da desvalorização de toda a classe trabalhadora. As mulheres estão assim no *front* da precariedade: são as mais vulneráveis à informalidade, aos empregos domésticos, ao trabalho sem garantias e desvalorizados, aos baixos salários, à dependência de políticas públicas compensatórias e assistenciais e, conseqüentemente, às menores taxas de sindicalização.

Ainda que a história tenha se concentrado, hegemonicamente, no universo masculino e de cor branca, as mulheres sempre trabalharam e continuam trabalhando ainda mais que os homens. A naturalização da invisibilidade e a desvalorização do trabalho da mulher no capitalismo, seja em casa ou nos espaços profissionais, têm o propósito de legitimar a desigualdade de gênero/sexo, raça/etnia dentro da diversa classe trabalhadora. A precariedade hegemônica da inserção feminina no universo do trabalho é um “mal necessário” à acumulação flexível.

Apontamentos Introdutórios do Debate *On-Line*: a Reestruturação Produtiva e Precariedade do Trabalho das Mulheres

A reestruturação produtiva, a financeirização da economia e o Neoliberalismo são expressões da resposta do capital para sua crise estrutural. É uma crise de valorização do capital forçando-o a procurar lucratividade na esfera financeira. O crescimento das forças produtivas ao alterar quantitativamente o processo de produção, incorporando mais trabalho morto do que vivo, altera qualitativamente as formas de valorização, mas sem se livrar do trabalho humano por completo. A financeirização corresponde à capacidade de transformar dinheiro em dinheiro sem sair da esfera financeira sob a forma de juros, de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações¹.

¹ Chesnais (2010), explica que toda forma que toma o capital portador de juros é proveniente de uma parte da mais-valia extorquida do valor produzido pelos trabalhadores e trabalhadoras. A fonte da remuneração é assim a mais-valia. O dinheiro se torna então uma mercadoria particular sui generis, que não tem como base a venda, mas sim o empréstimo.

Nesse movimento Alves (2013) esclarece que o trabalho abstrato tende a se disseminar como forma derivada e restringir-se como forma constitutiva do valor: ampliam-se as formas de trabalho improdutivo e restringem-se as formas de trabalho produtivo. A forma valor se desenvolve por instâncias não produtivas do modo de produção capitalista, fazendo do trabalho abstrato e da exploração “formas fictícias”, mas sem perder a mesma eficácia ontológica das formas constitutivas do valor. Dessa forma, o capitalismo deixa claro que é incapaz de realizar promessas de bem-estar social e emprego decente para milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Em novas formas de extração e realização da mais-valia a acumulação financeira converge para a precarização estrutural do trabalho, e no centro dela estão as mulheres.

É no mundo do trabalho que as mutações têm sido mais significativas, justamente porque o trabalho abstrato é centralmente a forma e o conteúdo do capital. O regime de acumulação flexível em curso cria funcionalmente a incorporação feminina, dentro de um contexto de “desfiguração” do próprio trabalho capitalista, pois intensifica a exploração, rebaixa salários, suprime a relação de assalariamento ao criar regimes salariais diversos e desprotegidos.

Ressalta-se que desde 1970 a reestruturação produtiva tem promovido uma individualização extrema das relações de trabalho e da maneira de tratar assalariados/assalariadas num quadro de esgarçamento de categorias coletivas que estruturam o mundo do trabalho: diversas formas de emprego, do tempo do trabalho, dos horários, das remunerações, da evolução da negociação coletiva que é transferida do plano nacional e interprofissional para o da empresa. A nova ordem social restaurou uma relação de forças desfavorável para a classe trabalhadora, neutralizando ou rejeitando a capacidade destruidora da crítica bem como criou um novo imperativo organizacional da evolução da natureza do trabalho (LINHART, 2007).

A evolução dos valores de mercado se manifesta no avanço do discurso pós-moderno. Tal discurso, ao negar a totalidade, abstém-se da discussão da mercadoria e valor e enfatiza a cultura como conceito e não a produção social humana. As negações do homogêneo priorizam a defesa da não-continuidade, da fragmentação e do efêmero propondo assim a descontinuidade, pluralidade, diversidade, do diferente, do discurso do Um-Identidade (CONCEIÇÃO, 2019). Os conflitos de classes passam a ser compreendidos como individuais. Porém, mesmo que apareçam novas formas de opressão e as classes sociais tenham se complexificado como fruto do desenvolvimento das forças

produtivas do capital, a sociedade moderna continua fraturada em classes que definem as diferenciações sociais e espaciais.

A individualização do trabalho, como uma estratégia de enfraquecimento da classe trabalhadora, foi resultante da reação ao maio de 1968 (momento de efetiva força do movimento sindical, das lutas das mulheres, intelectuais, artistas, trabalhadores, que questionavam as contradições que apareciam após o desgaste dos anos gloriosos do capital como as guerras, o totalitarismo, a opressão de gênero/raça), e quando a partir de então o projeto do capital buscou minimizar as fontes de descontentamento e suas expressões. A emergência do consenso Neoliberal ganharia força justamente após o confronto do maio de 1968 e com a implosão do sistema soviético em 1991, momento que adentramos numa nova época histórica extremamente destrutiva para a natureza e para o trabalho humano.

O resultado disso foi então o processo de desmonte do Estado, que mesmo lento e gradual, foi eficaz, adquirindo várias formas e matizes como a “remercantilização” da força de trabalho e a contenção e desmontagem dos sindicatos, a desregulamentação dos mercados de trabalho e a privatização de muitos serviços sociais. Em todo esse processo a desregulamentação e a precarização são elementos centrais, pois permitem que a desvalorização contínua do trabalho continue sendo o único caminho para valorização do capital no regime de acumulação flexível (OLIVEIRA, 2017).

Esclarece Mascaró (2013) que um regime de acumulação expressa formas de extração de mais-valia com características próprias em cada fase do capitalismo e estruturadoras de todo o tecido social, já o modo de regulação corresponde a articulação da base econômica com o político e o social nessas mesmas fases, por meio de mecanismos políticos, estatais e jurídicos que consolidam um núcleo. A associação entre regime de acumulação e seu correspondente modo de regulação deriva da forma-mercadoria. Harvey (2005), na mesma linha de entendimento, explica que o regime de acumulação implica uma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução dos assalariados e assalariadas, tal condição pressupõe uma materialização que toma a forma de normas, hábitos, leis, costumes, redes de regulamentação, etc., um corpo de regras e processos sociais interiorizados, designado de modo de regulamentação.

As crises capitalistas, próprias do modo de funcionamento do capital, marcam as mudanças dos regimes de acumulação e modos de regulação no século XX. A crise de 1970

marca a transição do regime de acumulação taylorista-fordista, de regulação keynesiana, (centralizada na exploração do operariado em massa) para a acumulação flexível, de regulação Neoliberal (baseada na especulação financeira em detrimento da produção).

É justamente na reestruturação produtiva em curso que esse processo se desenha: incorporação tecnológica, desemprego estrutural, a intensificação da exploração do trabalho, explosão da informalidade, exclusão ou retardamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho e a não absorção de idosos, a terceirização, a uberização, a feminização, o retorno para formas análogas à escravidão, o trabalho em domicílio, o *homeoffice*, o trabalho remoto, a exacerbação da superpopulação relativa em níveis inauditos, além do ataque a toda e qualquer forma de resistência ao capital pela posse da terra e do trabalho fora da lógica estritamente mercantil: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, etc.

O padrão de organização do trabalho capitalista se assenta assim nos princípios da polivalência, da multifuncionalidade, heterogeneidade, flexibilidade, auto-emprego e empreendedorismo. Os mesmos processos contraditórios que passam a valorizar o capital, desperdiçam trabalho vivo em termos quantitativos, provocando desemprego e o aumento da superpopulação relativa, corroborando para o que explica a funcionalidade da “lei geral da acumulação” marxiana. No caso das mulheres a situação tem uma dimensão mais intensa:

Em função da divisão sexual do trabalho, as mulheres já entram em desvantagem nas atividades remuneradas. Para agravar a situação, os postos de trabalho assumidos pelas mulheres são, hoje, os mais precários, como por exemplo: no setor informal (comerciantes, ambulantes, catadores de lixo, revendedoras em domicílio); no trabalho em domicílio; (no trabalho terceirizado (empresas de limpeza, por exemplo); no setor de serviços (comércio, telemarketing); nos serviços mais precários (diaristas, por exemplo). A maioria destas mulheres, sobretudo nas áreas urbanas, estão desprotegidas socialmente (FERREIRA, 2007, p. 76).

A divisão sexual da precarização do trabalho não pode ser explicada ou elucidada sem que se recorra à dimensão do trabalho excedente, principalmente à relação entre os homens e as mulheres no universo doméstico. As mulheres carregam as relações de alienação e de dominação ideológica vivenciadas pelos homens na sociedade capitalista além da força da ideologia de uma suposta natureza feminina, que as institui como subservientes, apolíticas e “naturalmente submissas”, como “seres de segunda categoria”. A

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 243-268, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

alienação é pulverizada para todas as relações sociais, inclusive as relações patriarcais de gênero. O trabalho não pago que a mulher desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina, diminuindo para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho. Isso se reflete no padrão de profissões canalizados para homens e mulheres (CISNE, 2013).

A precariedade é o caminho compulsório ao ingresso das mulheres no mundo do trabalho, ela relaciona-se segundo Hirata (2009) por três indicadores: 1) ausência de proteção social e de direitos sociais, inclusive de direitos sindicais, observados nas modalidades de trabalho informal e nos serviços caracterizados pela ausência de proteção social (previdência social, aposentadoria), férias, etc.; 2) horas reduzidas de trabalho, que resultam em salários baixos e que levam frequentemente à precariedade; 3) níveis baixos de qualificação: a ausência de qualificação formal e a conseqüente baixa renda levam, em inúmeros casos, à precariedade e ao desemprego. Para autora a precarização do trabalho que atinge a categoria dos empregados deve ser então correlacionada à sua composição sexuada. Por outro lado, o crescimento contínuo da taxa de atividade das mulheres nos últimos trinta anos, acarretando sua presença maciça e irreversível no trabalho assalariado, reforçou e redefiniu seu lugar.

O crescimento do trabalho feminino tem movimento oposto quando se trata de salários, pois os níveis de remuneração das mulheres são inferiores àqueles aos recebidos pelos homens, na mesma situação estão os direitos sociais e do trabalho. As atividades de concepção ou aquelas de capital intensivo são realizadas predominantemente pelos homens, ao passo que aquelas de maior trabalho intensivo, com menores níveis de qualificação, são delegadas às mulheres trabalhadoras, imigrantes, negros(as), indígenas etc. (*ibidem*).

Depois de generalizar-se o trabalho abstrato assalariado para a classe trabalhadora em condições degradantes no século XX e XXI observa-se que se mantém-se o trabalho reprodutivo (doméstico) como célula da organização social, dentro da unidade familiar. Esse processo se baseia na desigualdade entre homens e mulheres, favorece o aumento da produtividade do trabalho e a acumulação pois majora a extração e realização da mais-valia. Logo, absolutamente funcional ao capital.

O trabalho doméstico se caracteriza pela produção de valores de uso diretamente consumidos pela família, pois não está dentro dos moldes capitalistas, ainda que a dona de

casa que o execute esteja fartamente imbuída das ideológicas dominantes. O fruto de seu trabalho não circula no mercado capitalista, a dona de casa desempenha função importante, pois os serviços prestados incidem diretamente na produção e reprodução da força de trabalho (SAFFIOTTI, 1976). O trabalho doméstico e tudo que cria não é uma produção monetarizada e nem existe como trabalho na ótica do capital. O capital despreza o trabalho não remunerado mesmo que ele seja essencial para a reprodução da força de trabalho e para a acumulação de capitais.

A unidade familiar capitalista burguesa tem na mulher sua base para reprodução desigual e hierarquizada dos valores/ideias reprodutoras do *status quo*. Esse poder do capital tem se exercido na afirmação de Mészáros (2002) graças a rede entrelaçada do sistema de mediações de segunda ordem que tem na família nuclear um de seus pilares e cuja função é reproduzir a espécie, internalizar o sistema de valores iníquo, participar de todas as relações produtivas do “macrocosmo social” e fazer a mediação com as leis do Estado e a reprodução do próprio Estado². A família está entrelaçada às instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores e assume uma posição essencial em relação a elas, entre as quais estão as igrejas e as instituições de educação formal da sociedade. Por isso, enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre não se pode pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a autorealização dos indivíduos como seres sociais particulares

A exigência da emancipação das mulheres traz uma nova dimensão aos enfrentamentos históricos pela igualdade substantiva. As mulheres estão em todas as classes sociais e ocupam, sem exceção, posição subordinada em todas elas. Portanto, é muito limitada a luta pela emancipação política que as insira como cidadãs na sociedade burguesa, porque, ainda assim, continuarão na sua condição subordinada (*ibidem*). Nesses termos a opressão é impossível de ser abolida, visto que a incorporação da força de trabalho feminina nos espaços produtivos tem a função de reduzir o custo com a reprodução da toda a força de trabalho, aumentar a exploração rebaixando os salários além de contribuir à assimilação da ideologia patriarcal.

² Além da família fazem parte das mediações de segunda ordem: os meios alienados de produção e suas personificações; o dinheiro e suas formas dominantes ao longo da história; os objetivos fetichistas da produção, que submetem as necessidades humanas aos imperativos do capital; o trabalho radicalmente separado da possibilidade de controle, as variedades de formação do Estado de capital no cenário global e seu enfrentamento com Estados nacionais autônomos e o incontrolável mercado mundial que sujeita tudo e a todas às desiguais e precárias condições de coexistência econômica (*ibidem*).

Com a reestruturação produtiva a flexibilização permite o ingresso expressivo das mulheres no trabalho parcial, informal, terceirizado, assalariado, mal pago e mantém intocado o trabalho que as mulheres realizam na reprodução de pessoas; permite triplicar a jornada de trabalho feminina e ainda escamotear que o trabalho assalariado que valoriza o capital (produtivo ou improdutivo) não pode existir sem o trabalho não assalariado da produção de pessoas. Daí decorre que, além de as mulheres serem responsabilizadas pela produção de pessoas - cujo valor não é reconhecido pelo capitalismo, para garantir seu sustento e da sua família, elas precisam vender sua força de trabalho. Através das relações sociais de raça/etnia e sexo, o capitalismo amplia um grande contingente humano disponível para os mais baixos salários, majorando a sua capacidade de exploração associada às apropriações do tempo, do corpo e do trabalho não pago das mulheres.

O debate do feminismo que ataca o capital destaca a forma como a mulher concentra essas múltiplas opressões. A utilidade e gratuidade do trabalho feminino ao capitalismo tem duas perspectivas: dentro da relação direta e indireta com a formamercadoria. As mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora, da mesma forma, isso se reproduz com a conjugação de condições étnico-raciais como fundamentais para desvelarmos os mecanismos de dominação e exploração de classe. Portanto, não é um problema específico das negras e dos negros, ainda que os atinja mais diretamente na condição de indivíduos que sofrem na pele o racismo (CISNE, 2018).

A classe trabalhadora é diversa. O capitalismo fragmenta essa diversidade de raça, gênero/sexo, etnia, idade, para garantir sua reprodução e perpetuação. Com o avanço da reestruturação produtiva e a construção do trabalho precário como regra, se impõe a individualização do trabalho, o que coloca mulheres e homens em sua desigualdade de raça/gênero/etnia nos desafios de sua própria existência atomizada/fragmentada, afastando-os da perspectiva de classe. Isso se estabelece porque a alienação é ainda mais intensa para a força de trabalho humana que vivencia as piores condições materiais de vida (desprovidas de direitos, instáveis pelo trabalho parcial, temporário, precário) constituem-se assim no terreno fértil para a brutalização da perda da dimensão de humanidade imposta pelo capital.

O Trabalho da Mulher Entre a Vida Pública e Privada

Os pontos basilares do diálogo *on-line* partiram das experiências das professoras sobre a escolha pela Geografia, formação, trajetória e condições de atuação no ensino, pesquisa e extensão, como também enfrentamento do machismo, das dificuldades de conciliação entre trabalho doméstico e profissional.

Proferir sobre a nossa trajetória é sobretudo falar do trabalho. Quando falamos do trabalho nos debruçamos com o a mulher e o homem como seres genéricos. O contínuo ato de trabalhar para suprir suas necessidades é quem cria permanentemente o mundo, o espaço, a vida humana em sua diversidade de expressões ao longo da história.

A dimensão negativa do trabalho é trazida por Marx (2013) pela sua transformação em mercadoria, em trabalho abstrato e alienado, que tem raiz na propriedade privada e conduz o homem à perda de sua essência, ao estranhamento. O trabalho distancia-se da condição de autoatividade humana autônoma (sua dimensão ontológica/concreta) para torna-se, na sociedade burguesa, em atividade alienada, reduzida a mero meio de satisfação das necessidades. O foco é a produção de mais-valia pela expropriação universal e a transformação de tudo e todos/todas em mercadoria. Mulheres e homens que despossuídos de propriedade são obrigados e dispostos a vender e alugar sua força de trabalho em troca de salário.

A propriedade e a falta de propriedade são categorias fundamentais de todas as situações de classe. O conceito de classe aqui apresentado não se baseia no consumo, renda ou mercado, mas sim na identificação de classe “com base nas relações que homens e mulheres, vivendo em sociedade, estabelecem entre si para produzir e reproduzir-se socialmente” (MATTOS, 2019, p. 9). São as condições de trabalho entre proprietários e não proprietários que definem as classes.

Do ponto de vista das opressões de gênero (como um conceito que explica a diversidade de relações sociais marcadas por opressões que mantêm especificidades relativas às mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais, etc.) deve-se reconhecer que relações entre gênero e classe ou entre capitalismo e patriarcado/opressão das mulheres foram negligenciadas ou secundarizadas pelas análises marxistas e organizações socialistas, reconhecer essa debilidade não é negar seu potencial explicativo para as relações entre gênero e classe, mas intervir para transformá-las (*ibidem*). Esse é o caminho.

Trabalho e classe são categorias que permitem analisar a opressão feminina (humana) rompendo com as cisões de gênero, raça, etnia, de sexo e cultura. Nenhuma delas deve ser entendida isoladamente ou mesmo se deve hierarquizar modos de opressão, elas devem convergir para e contra a raiz única-universal da opressão: o capital (sustentado na propriedade privada e suas manifestações: como o trabalho alienado, as classes, o patriarcado, o machismo, racismo, homofobia, etc.). É como membro de uma classe, definida por Antunes (2020 p. 92) como “a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, conforme definição marxiana”, que situo a minha fala e de uma parte da minha história.

Foi no mundo mercantil capitalista que nasci (precisamente em 16 de abril de 1980, em Aracaju, no estado de Sergipe) no quadro da terceira modernidade do capital explicada por Alves (2007) como do precário mundo do trabalho e da barbárie social. Momento em que a acumulação de capitais passa a apresentar novos contornos com a reestruturação produtiva, financeirização e Neoliberalismo, cujo desemprego, pobreza e exclusão são as marcas essenciais e com tendencial face feminina.

A opção pela Geografia me colocaria no trabalho docente junto com a condição de mulher, nordestina, do que me constitui como classe trabalhadora. Como filha de funcionários públicos (uma enfermeira e um policial rodoviário federal), minhas condições materiais sempre foram confortáveis. A estabilidade do emprego de meus pais foi determinante na base material da minha vida. Ter comida, casa, escola, assistência médica e não precisar trabalhar cedo foi um privilégio (negado a maioria das brasileiras e brasileiros). Estudei em escola pública e optei por Geografia pelo interesse em conhecer e compreender o mundo, presentes desde a antiga 8ª série do ensino básico. Nunca pensei em fazer outra graduação. Embora o estímulo aos estudos fosse básico, limitado a conclusão do segundo grau, ingressar na Universidade Federal de Sergipe (UFS) abriria outras possibilidades para além de casar e ser mãe, destino quase que obrigatório para uma garota da minha idade (20 anos) e dentro dos padrões sociais e religiosos da minha família e época.

Foi esse caminho que segui. A Geografia mudou minha vida. Iniciei a graduação em 2000 vivenciando intensamente a Universidade. Não trabalhar me permitiu uma dedicação qualificada ao curso e, conseqüentemente, ser convidada a fazer PIBIC com a professora Alexandrina Luz Conceição, na História do Pensamento Geográfico (sobre A Questão Nacional a partir dos limites entre Sergipe e Bahia). O primeiro contato com a

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 243-268, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

pesquisa se daria no quarto período do curso, momento em que a oportunidade de realizar estágio na educação básica concomitantemente me colocava sobre o desafio de ser aluna da graduação, aluna - pesquisadora do PIBIC e professora estagiária. O resultado imediato foi uma queda do rendimento acadêmico nas disciplinas, mas sem prejuízos à finalização da graduação no prazo, no início de 2004.

Depois de um ano de graduada entrei no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFS) em 2005, estimulada pela mesma orientadora acima citada, mas com outro foco de pesquisa, sobre reestruturação produtiva no campo sergipano, debatendo sobre as novas tecnologias, agronegócio e trabalho camponês. Meu primeiro mergulho no universo do campo sergipano, pois minha vida sempre foi na cidade. Na ocasião, mesmo não sendo objetivo da dissertação, observei que as mulheres do campo tinham o seu trabalho doméstico e o da “roça” como se fossem invisíveis. A dimensão do trabalho reprodutivo parecia fundir-se com o trabalho camponês da unidade familiar. Nas entrevistas para a compreensão da reestruturação produtiva (via citricultura) só consegui conversar com homens: técnicos, camponeses, assalariados, donos de estufas, etc.; nenhuma mulher. As pesquisas revelam que as mulheres por mais que produzam no campo não são admitidas nem como produtoras nem como donas das propriedades. Também se deu no mestrado meu primeiro contato com o arcabouço teórico marxiano: trabalho, mais-valia, alienação, Estado, dentre outras, que foi desenhado a partir daí. A conclusão da dissertação me levaria não somente ao contato com o campo, mas também ao entendimento de como a reestruturação produtiva, dentro do agronegócio da laranja, reproduzia a subjugação do trabalho do camponês e promoveria a geração de novas formas de trabalho. Quatro meses após finalizar o mestrado fui aprovada na seleção para professora substituta na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em Vitória da Conquista, em 2008, momento em que inicio minha carreira no ensino superior.

Em 2009 fui aprovada para o concurso na Universidade Federal de Sergipe, no Campus Professor Alberto Carvalho, localizado no município de Itabaiana (Agreste Central Sergipano). O novo campus foi fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e representava a democratização do acesso à Universidade pública em Sergipe, Estado desprovido de Universidade estadual pública. São onze anos de trabalho diluídos em pesquisas direcionadas para a reestruturação produtiva, trabalho, mundo do trabalho, políticas públicas e lecionando disciplinas como Geografia e Trabalho, Geografia Econômica, Formação Territorial e Econômica do Brasil

e Produção e Organização do Espaço Mundial. A situação do machismo não é um problema entre os colegas professores, mas faz parte do relato de algumas alunas na dificuldade em conciliar as demandas da graduação, em dormir fora para participar de trabalhos de campo e com as atribuições da maternidade. O município de Itabaiana apresenta dados elevados de feminicídio: temos alunas que perderam as mães dessa forma. Certa vez uma aluna desabafou: “a Universidade é um muro professora, um outro mundo! Embora concorde com o que aprendo aqui, não consigo praticar na minha vida o empoderamento feminino.”

Ingressei no doutorado em 2012 e busquei na tese mostrar que a precariedade do trabalho é uma forma civilizatória do capital, de caráter irreversível, dentro e fora das políticas públicas. O Estado promove políticas para o mundo do trabalho em diversas frentes: qualificação da força de trabalho, intermediação de força de trabalho, geração de emprego e renda via microcrédito, mas com o objetivo de manter as formas diversas de subjugação e garantir a acumulação num quadro de crise. As mulheres são estruturalmente excluídas da possibilidade de ingresso e permanência no mundo do trabalho. Na tese a comunicação da Geografia com áreas afins como Sociologia, Serviço Social, Economia, Filosofia, História, etc. foi fundamental para mostrar a face e a espacialização feminina da exclusão, expressas no desemprego e na pobreza contínua, ainda que sob o falso discurso de inserção e autonomia, tão bem propagada pela ideologia do empreendedorismo e de ser patrão/patroa de si mesmo.

Nessa odisséia, o nascimento de minha filha (em agosto de 2014) se deu no meio do doutorado e paralelamente a permanência da atuação como docente (sem direito a afastamento das atividades, porque pelas normas da UFS não há o direito de afastar-se quando se faz o doutorado na mesma instituição em que se trabalha). O critério de afastamento parece ser a distância geográfica. Nesse caso, não poderia ir para outra Instituição, pois tinha uma filha pequena e precisava ficar em Sergipe. Isso me colocou em um encontro com meus próprios limites: psicológicos e físicos. Os meus papéis e funções sociais permaneciam os mesmos, inclusive os prazos de qualificação e defesa do doutorado (ainda que pela lei a licença-maternidade promovesse o insuficiente afastamento de seis meses). A chegada de uma criança coloca todas as mulheres em um novo universo: desconhecido, revolucionário, exaustivo, absorvente, desafiador, etc., com um aumento da sobrecarga de trabalho e de perda de controle do próprio tempo. Nada de romantizar tal experiência ainda que a considere importante (para as mulheres que realmente desejam ser

mães). Nem sempre dava para escolher entre a tese e a minha filha, estar com ela era uma situação posta, ainda que contasse com a apoio do pai. Os espaços da vida pública não costumam enxergar o homem que se torna pai como necessário em casa. No espaço privado doméstico tudo habitualmente se concentra na mulher.

Assim, a construção da tese me colocaria no desafio de encontrar uma outra mulher para dividir o cuidado da minha filha enquanto eu pudesse desenvolver o ritmo de leitura e pesquisas exigidas, até porque meu companheiro trabalhava fora. Na escrita de uma tese sempre precisamos de mais tempo para escrever e amadurecer, mas acabar era algo posto pelos ritmos acadêmicos indiferentes as diferenças de sexo, gênero, raça e condições materiais adversas e diversas. Não dormir ou dormir pouco foi o caminho compulsório. Eu preciso aqui colocar: só consegui finalizar a tese por causa de outra mulher (Odildes é seu nome!). Minha tese não deixa de ser resultado de um duplo trabalho feminino (ao cuidar da minha filha e da minha casa, ela cuidava de mim). No decorrer das aulas do doutorado observei a situação de amigos e colegas, ainda que na mesma condição de doutorandos, homens e com direito ao afastamento e bolsa em outras instituições, produzindo e participando ativamente da vida acadêmica. Na Pós-Graduação, o direito à prorrogação de seis meses é comum aos discentes; não há qualquer sensibilidade à condição da mulher. Questionei-me como fica a produtividade acadêmica dos Programas de Pós-Graduação que apresentam elevado número de mulheres que se tornam mães? Ou para quem já é mãe como é conseguir manter um currículo dentro dos padrões? A CAPES ignora essa realidade.

Com a finalização da tese em 2017 a pesquisa e extensão precisavam ser retomadas, pois do ensino, o afastamento não ocorreu. Retornar aos projetos de pesquisa e extensão exigiram tempo para organização e leitura, sem contar que as seleções e editais se baseiam no currículo de docentes para aprovação. A escrita da tese recua a produção científica. Nesse quadro de retorno engravidei novamente em 2018, dessa vez, de um menino. O ciclo da maternidade de novo se reiniciava e, com ele, a certeza que seria minha última gestação. Decidi que iria fazer a laqueadura no parto, mas a burocracia e a negação do plano de saúde para autorizá-la mostravam o controle que o Estado tem sobre o corpo das mulheres. Nesse sentido, faz-se um adendo às falas das autoras Ferguson e McNally (2017, p. 35-36):

... As mulheres são oprimidas na sociedade capitalista não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, nem por causa de um

impulso patriarcal trans-histórico que coloca homens contra mulheres... As raízes sócio-materiais da opressão às mulheres sob o capitalismo têm a ver, na verdade, com a relação estrutural do lar com a reprodução do capital: o capital e Estado precisam conseguir regular sua capacidade biológica de produzir a próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para a exploração.

A fim de garantir a produção e reprodução das fontes atuais e futuras de força de trabalho, o capitalismo requer mecanismos institucionais através dos quais ele pode exercer controle sobre a reprodução biológica, formas de família, criação das crianças e manutenção de uma ordem de gênero.

Essa discussão é exemplar como o caminho explicativo para a necessidade de compreensão da unidade doméstica (e nela, a mulher) serem teorizadas em relação à reprodução do capital e a forma mercadoria do trabalho. Ao pagar pela laqueadura, eu consegui o direito de não engravidar mais. Quantas mulheres querem e não têm como pagar? Muitas! “Como mercadoria, cumpra minha função de reproduzir a mercadoria força de trabalho!”. A situação deixou claro para mim que sem direitos universais sobre nossa capacidade reprodutiva, alcançados por uma igualdade substantiva (e não a formal burguesa), temos direitos reduzidos sobre nossa capacidade produtiva. Essa demanda é legítima, necessária e apropriadamente defendida pelas lutas feministas.

Após o nascimento do meu filho, mais uma vez, me afastaria da Universidade para depois de seis meses de licença retornar para as atividades acadêmicas do semestre, dessa vez, interrompidas pela atual pandemia da COVID-19. Estar fora do ritmo acadêmico cria, por vezes, circunstâncias de invisibilidade para a mulher (foi assim que muitas vezes me senti; a invisibilidade do trabalho reprodutivo parece ser mais aceitável). As rupturas em função da maternidade promovem uma quebra da cadência do trabalho acadêmico que agora executado em casa precisou ser reenquadrado. Para tal fim, recorro novamente a dormir pouco ao adentrar na madrugada trabalhando, inclusive aqui, na escrita desse artigo (mesmo com meu companheiro assumindo as duas crianças, o que na prática revela que essa compartilhamento do trabalho doméstico é um alento, uma necessidade histórica). Funde-se na minha rotina atual o trabalho *home office* e trabalho doméstico: novas expressões da flexibilidade e precariedade do mundo do trabalho que tendem a se ampliar mesmo findada a pandemia, porque reduz custos e garante a produtividade.

Dentro desses meses difíceis de Pandemia novos desafios aparecem. As desigualdades do mundo do trabalho entram no refúgio de casa. A indivisibilidade entre a esfera pública e privada aumenta a sobrecarga de afazeres sobre nós mulheres: a higiene

pessoal e com a casa é triplicada pela necessidade de segurança contra o vírus; a educação escolar passa a ser atribuição da família; há ainda a incerteza quanto a renda pela interrupção das atividades ou desemprego, especialmente das mulheres. A vida no confinamento obriga a uma rotina de novos hábitos que se dão num quadro de angústia, medo de se contaminar e perder a vida (um comprometimento da saúde mental: ansiedade, depressão, irritabilidade, angústia, para citar algumas). Para muitas mulheres incide a intensificação da violência doméstica, do feminicídio e das tentativas de suicídio. Sobre as mulheres se concentra o fardo do tempo incerto do fim da Pandemia. Mães sem emprego, sem auxílio, sem escola, sem ter como sair de casa para trabalhar, sem parar de trabalhar (porque por trás das mulheres existem crianças e idosos e todo o trabalho no universo doméstico que nunca, nunca cessa).

É necessário destacar que a construção dos papéis sociais de homem e mulher são constantemente retrabalhados no capitalismo. A incorporação da divisão sexual do trabalho presente em sociabilidades anteriores e, absorvida dentro do sistema político e ideológico do capitalismo, se utiliza dessas diferenças, obtêm vantagens das desigualdades e aprofunda-as. A divisão do trabalho teria como fundamento separar trabalhos feitos por homens e mulheres, e também, hierarquizar o trabalho dos homens como mais valioso que os das mulheres. Tais princípios: “...são aplicados graças a um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista, que empurra o gênero para sexo biológico, reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuais, os quais remetem ao destino natural da espécie.” (KERGOAT, 1987, p. 56).

Desnaturalizar a opressão feminina é um processo, sobretudo pela necessária retirada do *status* natural do gênero de seu determinismo biológico, a quem a contribuição de Beauvoir (1980) é um marco que sempre merece respeito. A compreensão que ser uma mulher vai além do biológico, envolve uma reflexão das condições sociais e materiais historicamente produzidas em papéis diferenciados e hierarquizados. Ainda que o conceito de gênero seja bastante diverso e controverso, as pesquisas feitas a partir dessa categoria revelam dimensões da opressão e desigualdade que não podem ser ignoradas, desprezadas ou silenciadas. A opressão nos sufoca, e ampliar a discussão é o caminho a partir de categorias como classe e trabalho.

A consolidação do feminismo dentro dos partidos e movimentos sociais se intensifica nas décadas de 1970/80 e promove conquistas quando ao combate ao assédio moral e sexual sobre a mulher, cria caminhos para denúncias e crítica sobre a violência

doméstica, sobre a necessidade de ampliação da participação na esfera pública, políticas de cotas, necessidade de creches, etc. Um avanço que jamais deve ser subvalorizado. Campos (2011) reitera que o uso do conceito de gênero acelerou o alcance de mudanças consideráveis sobre as desigualdades entre homens e mulheres, motivando propostas e políticas públicas e da promoção do chamado empoderamento feminino, mesmo sem ser universalizado. Entretanto, na vida real, o mundo do trabalho como *locus* privilegiado da produção e reprodução assimétrica de poder continua revelando a permanência de expressivas desigualdades e discrepâncias entre homens e mulheres.

A síntese de Saffioti (2009) pode atender por aqui a questão. Tratar a realidade dando centralidade ao conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina. O conceito de gênero³ assim carrega a ideologia patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. “É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta e legitima, que o conceito de patriarcado diz respeito” (SAFFIOTI, 2009, p. 40). Para a autora não se trata de abolir o conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusivista, excessivamente geral, ahistórica, apolítica e pretensamente neutra. O patriarcado (ou ordem patriarcal de gênero) deixa mais claro o vetor da dominação pois só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando, propositadamente explícito, o vetor da dominação-exploração.

O patriarcado é um regime social de dominação e subordinação em que o homem, geralmente o pai, patriarca, ocupa a posição de centralidade e autoridade na família burguesa. Mascaro (2013) discorre que na sociedade capitalista, o fato de a vida depender da posse de bens adquiridos no mercado, conduz a centralização do trabalho assalariado nas mãos do homem e forja o moderno patriarcado. “O machismo vai de par com o capitalismo. Há um liame necessário entre a forma mercantil e a forma da família monogâmica heterossexual e reprodutora” (MASCARO, 2013, p.67). Como forma política do capital o Estado se põe a complementar e repudiar socialmente e juridicamente os

³ Moraes (2000) afirma que existem dificuldades semânticas do termo gênero em diversas línguas, inclusive na portuguesa. A categoria gênero ressalta a dimensão flutuante do que é ser homem ou mulher e precisa recorrer a outras teorias para dar conta do amálgama entre o ser biológico e social. Dentro do debate marxista a categoria pode ser incorporada, como outras também, caso da psicanálise. Já o gênero por ser uma categoria meramente descritiva só sobrevive com o sustentáculo de teorias sociais e psicanalíticas.

padrões sociais que sejam distintos do padrão monogâmico heterossexual, por isso o capitalismo é homofóbico, machista, racista e discriminador dos indesejáveis/deficientes.

O capital é historicamente concentrado nas mãos dos homens, cabendo à mulher o papel estrutural de guardadora do núcleo familiar responsável pelas mínimas condições de existência do trabalhador e de reprodução da mão de obra. As relações de gênero são estruturadas pela dinâmica de classes do capital. A homofobia é uma técnica de contenção, controle e direcionamento dos prazeres e de apoderamento relativo de grupos, alimentando ainda o patriarcado. A noção de raça superior está em conexão direta com a posse do capital ou com a depreciação do concorrente. A deficiência é considerada disfuncional e a feiura é indesejada no mercado que permeia os corpos (MASCARO, 2013, p. 67).

Além disso, deve-se lembrar que o sistema de valores do mundo burguês se apropria de tudo que for viável. Nas lutas das mulheres o capital estrategicamente se apropriou do empoderamento como ideologia num momento de avanço da pobreza, marcadamente feminina, em décadas de Neoliberalismo. Olha a contradição: com o avanço da pobreza feminina mundial o discurso do empoderamento acaba sendo um caminho promissor. A ideologia escamoteia contradições e é considerada o principal obstáculo da consciência para a autonomia e emancipação. Como então empoderar-se? Apenas no plano individual! A ordem burguesa sempre cria o fetiche da liberdade, não se pode cair nele.

Mészáros (2004) é preciso ao defender que a ideologia dominante do sistema social estabelecido é uma forma específica de consciência social prática e inevitável na sociedade de classes, materialmente ancorada e bem sustentada. A ideologia dominante tende a produzir um quadro categorial que atenua os conflitos existentes ao tempo que eterniza os parâmetros estruturais do mundo estabelecido justamente porque busca preservar o *status quo*. O autor lembra que: “a igualdade de oportunidades é um conceito capitalista, enquanto que a igualdade de resultados é um princípio básico do socialismo” (*ibidem*, p. 543). A igualdade de oportunidades é uma fraude, não diz nada do ponto de partida dos competidores já que é uma desigualdade estruturalmente imposta e articulada.

Juntamente a análise de Wood (2003) ilumina uma leitura crítica do momento. A autora observa que o anti-racismo e o anti-sexismo têm identidades sociais específicas e engendram forças sociais vigorosas, mas não é tão claro que igualdade racial e de gênero sejam antagônicas ao capitalismo, ele não é incapaz de tolerá-las. Ele as tolera dentro dos limites da garantia de sua perpetuação. Uma curiosa característica é que ele é indiferente às identidades sociais das pessoas que explora, e, por vezes, dilui tais identidades ao absorver

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 243-268, maio-ago. Ano 2020.

os trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho, reduzindo-os a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de identidade específica.

O capital dilui identidades (negros, mulheres, gays, etc.) ao transformá-las em trabalho abstrato comum: reduzindo-as a mercadoria. Esse entendimento mostra que independente das demandas identitárias específicas da classe da trabalhadora a condição de classe reafirma a centralidade do trabalho. Wood (2003) atesta que ao mesmo tempo e em que dilui identidades, quando for oportuno e necessário, ele será capaz de fazer uso ou descarte das opressões sociais particulares. Isso prova, por exemplo, que ele poderia sobreviver à erradicação de todas as opressões específicas das mulheres, mas jamais da erradicação da exploração de classe.

Destarte, a grande inovação da teoria marxiana foi ter compreendido a forma como a produção e reprodução da força de trabalho, tendo como recurso a expropriação usada pelo capital é um caminho e pressuposto para compreender processos totalizantes. No caso das mulheres é preciso observar a unidade entre trabalho produtivo/improdutivo (do ponto de vista da produção direta da mais-valia e sua realização) como o trabalho reprodutivo: de base hegemônica feminina e orientado para a produção de valores de uso, mas ligado/ funcional ao controle e desvalorização da força de trabalho como um todo.

A desvalorização do trabalho pelo capital é um ato orgânico do seu sociometabolismo que tem na família nuclear burguesa (e nela, o trabalho reprodutivo gratuito da mulher) o “financiamento” de parte do trabalho que produz valor. A mulher e sua opressão aparecem para garantir e preservar essa gratuidade, por isso a condição da mulher precisa ser mantida e naturalizada. As mulheres são o âmbito da precariedade estrutural!

Conclusões

As reflexões aqui apresentadas são uma resposta a parte das provocações levantadas pelos participantes do diálogo virtual, que foram em parte diluídas no artigo e que são também aqui apresentadas.

Por via do discurso da pós-modernidade, no bojo da acumulação flexível, negam-se as sociabilidades e subjetividades históricas da classe trabalhadora, em vez da convergência para pontos comuns, parte-se para particularidades opressoras, que não progridem porque não são orientadas para rupturas do sociometabolismo do capital.

Assim, identidades discursivamente construídas se tornaram o foco sobrepujante da análise política, enquanto a preocupação com o trabalho e as práticas humanas mercantilizadas e alienadas enquadram-se numa dimensão ultrapassada.

Parte-se da compreensão que o trabalho distancia-se da condição de autoatividade humana autônoma para tornar-se, na sociedade burguesa, atividade alienada, reduzida a meio de satisfação das necessidades; a superação desse caráter alienado do trabalho tem como horizonte a supressão do capital e seu edifício (Estado, Capital e trabalho abstrato) como caminho para a concreção das máximas potencialidades do indivíduo como membro de gênero humano em sua diversidade. A leitura do trabalho, dentro da totalidade, permite-nos a apropriação dos fenômenos sem desconsiderar suas faces, grupamentos e constituições societárias: mulheres, afrodescendentes, diferentes grupos étnicos, dentre outros.

O ataque à metanarrativas e o avanço das ideologias pós-modernas favorecem a perda de referência de pertencimento de um grupo comum, pois cada indivíduo passa a defender sua própria sobrevivência no mercado. Parece até “não existirem mais classes sociais”, mas empresários de si mesmos, essa é uma das principais ideologias do Toyotismo dentro do regime de acumulação flexível. Enquanto a classe dominante defende interesses reais e unificadores em suas várias camadas, contrariamente, a classe trabalhadora, em sua estratificação interna, tem a serventia de intensificar as contradições entre interesses imediatos e os potenciais.

A luta pelo fim da opressão de gênero, do racismo, da homofobia, da defesa da natureza e animais, etc., perdem-se nos interesses imediatos (ainda que urgentes) e privam assim a real possibilidade de construção da unidade (que é costumeiramente relegada a um segundo horizonte e distante). A luta para superação do capital é originalmente uma luta pela garantia da diversidade humana verdadeiramente livre. Precisamos convergir. É seguindo esse caminho que os movimentos, inclusive os feministas, podem efetivar seu potencial revolucionário.

Com a reestruturação produtiva das últimas décadas, a inserção expressiva de mulheres intensifica a fusão dos espaços público e privado jogando nas costas das mulheres o peso dessa unidade: a intensidade e precariedade do trabalho alimentadas pela gratuidade. Sua função de reproduzir a força de trabalho reduzindo seu custo, de aumentar a exploração rebaixando os salários além de contribuir à assimilação da ideologia patriarcal,

não só permanece intocada como é intensificada na Pandemia e no quadro da financeirização capitalista.

A tendência à acumulação financeira com redução do trabalho, pelo desemprego estrutural, reafirma a sua centralidade e traz como fenômeno a superexploração e a precariedade como princípios. No centro da flexibilização, o trabalho feminino ultrapassa o limite entre atividade laboral e privada, que se espalha por toda a classe trabalhadora pela equalização da taxa de exploração da totalidade do trabalho para a desvalorização salarial e intensificação dos ritmos de trabalho.

Desse modo, a revitalização da luta de classes permanece tendo como caminho o fortalecimento dos sindicatos, dos movimentos sociais e outras formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras, que devem abraçar a complexa classe trabalhadora nas dimensões de gênero raça e etnia como potencializadoras de uma alternativa radical e de classe ao trabalho alienado, ao Estado e a propriedade privada. Se a classe se define no próprio movimento de autofazer-se, então, que nesse quadro de barbárie irreversível tenhamos como principal horizonte a necessária construção da emancipação radical, que uma vez alcançada, será lenta e dolorosa na supressão das opressões, mas que vislumbra uma sociabilidade com sujeitos, sobremaneira mulheres, socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres (para lembrar Rosa Luxemburgo).

Referências

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho.** Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2013.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: Ricardo Antunes (Organizador). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão.** São Paulo: Boitempo, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v. I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BETTI, Eloisa. **Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica.** Revista Outubro, nº 29, novembro de 2017.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Contribuições da “lente” de gênero para mirar a realidade social. In: **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Buenos Aires, CLACSO, 2011. Cap. 1, p. 29-49.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Geografia no século XX: o caminho da crítica e a dialética da produção social do espaço. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana (Orgs). **O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. Capítulo 1, p 27-45.

CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do “capital geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzane de; DUMÉNI, Gérard; LÉVY, Dominique; HUSSON, Michel. **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010. Cap. 2, p -95-182.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2013.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais**. Serviço Soc. Soc. [on-line], São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana (Orgs). **O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. Introdução, p.11-21.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. **Capital, força de trabalho e relações de gênero**. Revista Outubro, n. 29, nov. 2017, p. 23-59. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/capital-forca-de-trabalho-e-relacoes-de-genero/>. Acesso em: 01 janeiro de 2019.

FERREIRA, Verônica. Trabalho e previdência social na pauta da luta por direitos. In **Cadernos de Crítica Feminista**, Ano I, n. 0, Recife, p. 74-82, dez. 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Líliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. In. **O sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

KOLLONTAI, Aleksandra Mikháilovna. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea. In: SCHNEIDER, Graziela (Org.). **Emancipação feminina na Rússia Soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica a economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo: 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Filosóficos-econômicos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Naylane Araújo; SCHERER, Renata Porcher. **“As lutas feministas na sociedade capitalista”**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, e65798, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MENEZES, Sócrates. O destino da crítica geográfica e a dialética da produção social do espaço. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana (Orgs). **O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019. Capítulo 2, p. 47-99.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças**. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 89-97.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **Políticas públicas e trabalho precário: a retórica da “autonomia empreendedora” e a permanência do desemprego**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017. 300p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Trabalho feminino e capitalismo**. *Perspectivas*, *Revista de Ciências Sociais*, ano 1, vol. 1, n.1. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. In: **Série Estudos e Ensaios/Ciências Sociais-FLACSO**: Brasil, Junho de 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Agradecimentos

Sou grata a Equipe da Revista Geografia em Atos pelo convite e pela oportunidade de socializar debates numa conjuntura de recuo e ataque ao pensamento crítico. Estendo os agradecimentos às professoras Carmem Lúcia Costa e Roseli Alves dos Santos pela qualidade e compromisso apresentados no diálogo. Não poderia esquecer de agradecer a Larissa Araújo Coutinho de Paula pela mediação e aos discentes, docentes e demais que compuseram o público ouvinte e promotor dos questionamentos e reflexões aqui levantadas.

Sobre a autora

Vanessa Dias de Oliveira

Possui doutorado (2017), mestrado (2007) e graduação em Geografia Licenciatura (2003) pela Universidade Federal de Sergipe. É professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe (Campus Professor Alberto Carvalho, em Itabaiana). Integrante do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico-PROGEO (DGEI/UFS) e do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais-GPECT (PPGEO-UFS) e membro do Laboratório de Estudos Territoriais do Programa de Pós-Graduação da UFS (LATER-PPGEO/UFS).

Como citar esse artigo

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. As Mulheres no Âmbito da Precariedade do Mundo do Trabalho. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 243-268, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7961

Recebido em: 2020-07-25

Aceito em: 2020-07-30